



**UFRRJ**

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE  
CIÊNCIAS SOCIAIS EM DESENVOLVIMENTO,  
AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**Ação sindical e luta por terra no Rio de Janeiro**

**FERNANDO HENRIQUE GUIMARÃES BARCELLOS**

**2008**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

## **Ação sindical e luta por terra no Rio de Janeiro**

**FERNANDO HENRIQUE GUIMARÃES BARCELLOS**

*Sob a Orientação da Professora*  
**Leonilde Sérvolo de Medeiros**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Curso de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

Rio de Janeiro, Fevereiro de 2008

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM DESENVOLVIMENTO,  
AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**FERNANDO HENRIQUE GUIMARÃES BARCELLOS**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências, no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade.

**DISSERTAÇÃO APROVADA EM**

---

Leonilde Sérvolo de Medeiros Dra. CPDA, UFRRJ  
(Orientador)

---

Mário Grynszpan Dr. UFF / CPDOC-FGV

---

John Cunha Comerford Dr. CPDA, UFRRJ

## Agradecimentos

Há muita gente a quem devo agradecer por todo tipo de colaboração e motivação e nem sei se vou lembrar de todos, do que já me desculpo por antecipação.

Primeiro, devo agradecer ao CNPq pela bolsa de pesquisa que me possibilitou concluir este trabalho e, se já é difícil com a bolsa, as dificuldades sem este apoio seriam enormes.

Agradeço formalmente pelos recursos financeiros do Programa de Apoio à Pesquisa Discente - CPDA/UFRRJ / Nead/MDA / ActionAid para a realização das entrevistas.

Agradeço aos dirigentes e funcionários da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro, em especial Manoel Oscar Barbosa e Divan pela receptividade com que sempre me receberam, disponibilizando documentos da FETAG nos anos 60, 70 e 80.

Sou profundamente grato aos professores John Comerford e Regina Bruno que estiveram na banca de defesa do projeto de dissertação e me apresentaram questões de fundamental importância para o recorte do objeto. Apoiaram-me também quando tive que solicitar o reingresso ao CPDA para que pudesse terminar a dissertação. Devo ao professor Roberto Moreira, que me ajudou na estruturação dos capítulos da dissertação. Agradeço à professora Maria José Carneiro, que me ofereceu um importante apoio na metodologia de trabalho. Além disso, permitiu em alguns momentos o uso de seu gabinete para que eu trabalhasse.

Aos professores e colegas do CPDA/UFRRJ pela oportunidade de discutir e debater temas tão diversos e ao mesmo tempo conexos no período em que estive em sua companhia.

Agradeço a Maria Angélica Gentile e Eraldo Lírio de Azeredo pelas entrevistas e conversas informais. Pacientemente me explicaram seu trabalho.

Agradeço a Afrânio Garcia e Moacir Palmeira pelas entrevistas e conversas informais. Ofereceram-me pistas teóricas como professores e pistas empíricas como assessores da FETAG e CONTAG, respectivamente.

Na pesquisa de campo, tive o atendimento atencioso de Marcos, Juliana e Sílvia, do Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo do CPDA/UFRRJ. Sem eles esse trabalho seria impossível.

Agradeço a Janaina Tude Sevá, minha companheira, pelo carinho, paciência e ajuda nas horas mais difíceis. Foi ela quem me mostrou, enquanto organizadora do Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo do CPDA/UFRRJ, em 2004, os documentos da FETAG sobre Poço das Antas, que originaram o problema desta pesquisa.

Agradeço a Ângela Maria Tude de Souza por suas contribuições na sistematização dos capítulos e no plano de redação.

Devo fazer ainda um agradecimento especial a Mario Grynszpan e John Comerford por aceitarem participar da banca de defesa da dissertação.

Agradeço a Oswaldo Sevá pelas sugestões e conselhos. Agradeço a Ozires Ricardo Marques pela tradução do resumo para o inglês.

Devo ainda a Ana Maria Motta Ribeiro, pelo carinho com que me recebeu desde a primeira vez em que nos conhecemos. Pesquisadora, amiga e inteligente, me ajudou na construção do projeto de pesquisa e assim pude organizar as idéias.

Sou devedor ainda da oportunidade rara de pertencer ao Observatório Fundiário Fluminense, que me permite/permitiu desenvolver meu trabalho profissional e trocar o que sabia com pessoas como Ana Motta, Janaína Sevá, Rodolfo Lobato, Flávio Alves Serafim, Juliana Moreira, Wilson Madeira, Ana Claudia Tavares, Érika Moreira, Leonardo Soares e outros.

Agradeço muito toda minha família, pelo carinho e amor. Em especial meu pai, minha mãe, minhas irmãs Dani e Jú, minha tia Claudia e minha avó Dalva.

Agradeço aos meus companheiros e companheiras do Laboratório de Pesquisa sobre Movimentos Sociais, no CPDA/UFRRJ, coordenado por Leonilde Medeiros. Tive a oportunidade de debater textos e trabalhos de modo extremamente produtivo com Débora Lerrer, Rita Cosenza, Mariana Trotta, Caroline Bordalo, Rômulo Soares, Ana Motta, Antônio Júlio de Menezes Neto, Giuseppa e tantos outros.

Por fim, agradeço a professora Leonilde Medeiros. Foi orientadora atenciosa, mesmo dando liberdade de escolha nas diversas encruzilhadas que tive no percurso deste trabalho. Disponibilizou as entrevistas que realizou com lideranças sindicais nos anos 80. Permitiu o uso de seu gabinete para que eu realizasse a pesquisa. Leu muitas versões da dissertação. Sem ela, a enorme tarefa que foi terminar essa dissertação não seria possível para mim.

## RESUMO

BARCELLOS, Fernando Henrique Guimarães. **Ação sindical e luta por terra no Rio de Janeiro**, 2008, 161p. Dissertação (Mestrado de Ciências Sociais de Desenvolvimento Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, RJ, 2008.

O objetivo deste trabalho é estudar as continuidades e rupturas da ação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro (FETAG) nos conflitos de terra no estado. O recorte temporal é demarcado pelos primeiros passos do sindicalismo rural no Brasil, no período compreendido entre 1945 e 1964, ano do golpe militar. Identificamos as principais forças em cena, suas formas de organização e luta, atentando para as mudanças ao longo do tempo e também para quem detinha o controle das organizações. Reconstituímos a cultura política que a FETAG, quando surge, deixa para a FETAG após o golpe militar, em 1964. O segundo momento vai de 1964 até o início dos anos 70. Caracterizamos como a FETAG historia as condições dos conflitos de terra, sua percepção e definição do que pode ser qualificado como legítimo de reivindicar em cada momento histórico, as justificativas que se consideram apropriadas de serem usadas para encaminhar esses conflitos e o processo de constituição das reivindicações. Apresentamos suas principais demandas, como condição para entender quem eram os trabalhadores, para quem e de quem a FETAG falava e como se procurava traduzir este encontro. No terceiro momento, arrolamos sobre o enraizamento de práticas de luta da FETAG, suas modificações e sua intensidade nos anos 1960 e 1970. Identificamos a entrada em cena de novas forças e as transformações das estratégias de luta de meados dos anos 70 até o início dos anos 80, atentando ainda para o diálogo com o Estado e as outras forças que se apresentavam como opositoras ou aliadas. Foram utilizados procedimentos qualitativos de pesquisa, articulando-se a análise de narrativas ao estudo de referências teóricas e documentais.

**Palavras-chave:** Sindicalismo rural, conflito por terra, Rio de Janeiro.

## **ABSTRACT**

The present dissertation aims to investigate the development of the actions of “The Agricultural Workers Federation of Rio de Janeiro State” – FETAG (“Federação dos trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro”) – on the land’s conflicts in the state. The horizon of time to be studied is divided in three distinct periods. The first one is from 1945 to 1964. The second one is from 1964 to the beginning of the 1970’s. And the last one goes from the middle of the 1970’s to the beginning of the 1980’s. In the first period, which is characterized by the beginning of the rural unionism in Brazil and ends with the coup d’etat in 1964, it is identified the main forces on the scene, the way they were organized and how they used to fight, observing both who had the power of the organizations and the main changes that took place during the period. In the second period, the way the FETAG registered the conditions of the land’s conflicts, its perception and definition of what was legitimate to be claimed in each historical moment and the arguments considered appropriate and legitimate of being used to direct such conflicts are taking into account. In addition, we used that background to understand who was the main actors to whom and for whom FETAG was interested to convey. In the third and last period, we shed light to the practices of fight of The FETAG, its changes and intensity during these years. During that time, it is possible to identify new forces in scene and the transformation of the strategies of fight along with the beginning of the dialog with the State and with other opponent or allied forces. To carry on this research we have used qualitative procedures, which articulates the analysis of narratives to the theoretical and documentary references.

**Key-words:** rural syndicate; land conflicts; Rio de Janeiro

## **SUMÁRIO**

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>9</b>
<b><u>CAPÍTULO 1 - OS CONFLITOS DE TERRA E AS ORGANIZAÇÕES DE TRABALHADORES NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO NO PRÉ-64</u></b>	<b>19</b>
1.1 Os conflitos por terra e os primeiros passos do sindicalismo.....	19
1.2 O PCB e a FALERJ .....	26
1.3 Os Círculos Operários e a FLERJ: a prática sindical católica .....	38
<b><u>CAPÍTULO 2 – O GOLPE MILITAR E O SINDICALISMO ATÉ MEADOS DOS ANOS 70</u></b>	<b>48</b>
2.1 O governo militar e o Estatuto da Terra.....	48
2.2 Os primeiros passos após o Golpe .....	54
2.3 O sindicalismo norte-americano na formação de dirigentes no Brasil .....	61
2.4 Eleições na CONTAG em 1967 e organização política na FETAG/RJ.....	65
2.5 A continuidade dos conflitos de terra no estado do Rio de Janeiro e a ação da FETAG .....	70
2.5.1 A continuidade dos conflitos.....	70
2.5.2 Representação e categorização dos conflitos por terra pela FETAG .....	73
2.6 A consolidação da reforma agrária como bandeira.....	76
2.7 O II Congresso da CONTAG e a FETAG .....	77
<b><u>CAPÍTULO 3 – O NOVO CAMPO DE FORÇAS POLÍTICAS E AS TRANSFORMAÇÕES NAS PRÁTICAS DE LUTA DA FETAG E CONTAG NOS ANOS 70</u></b>	<b>80</b>
3.1 As assessorias.....	80
3.2 O processo de formalização e institucionalização de “centros de formação”.....	83
3.3 A prática instituída nos conflitos de terra.....	85
3.4 A entrada em cena de novas forças e as mudanças na prática sindical.....	92
3.5 A CPT e FETAG no novo quadro de lutas .....	96
3.6 Mudanças na formação sindical.....	100
3.7 O III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais.....	106
3.8 A continuidade dos conflitos e prática instituída pela FETAG após o III Congresso.....	109
<b><u>CONSIDERAÇÕES FINAIS</u></b>	<b>116</b>
<b><u>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</u></b>	<b>122</b>

## INTRODUÇÃO

O tema desse trabalho é a ação da FETAG/RJ nos conflitos por terra durante a ditadura militar. O objetivo principal é buscar as continuidades e rupturas na prática sindical, em especial no que se refere à luta por terra e seus desdobramentos. O recorte temporal que se pretende utilizar é demarcado pelos primeiros passos do sindicalismo rural no Brasil, atentando brevemente para a prática instituída no período compreendido entre 1945 até o ano do golpe militar. O segundo momento vai de 1964 até 1982. Num sentido social bem amplo, vale ressaltar que o ano de 1964 é um marco na regulamentação de leis que tratam sobre as terras passíveis de reforma agrária e as categorias de trabalhadores beneficiadas por estas medidas. É impedida e reprimida a organização livre, freando uma crescente organização da sociedade civil e dos trabalhadores, com repressões e prisões de diversas lideranças sindicais, incentivando a expropriação desses trabalhadores e a acumulação de terras em mãos do capital imobiliário e especulativo. Os anos que se seguiram ao golpe militar e nos quais se deu a estruturação da CONTAG e da ampla rede de sindicatos que a compõem foram amplamente desfavoráveis a uma ação sindical de contestação e crítica. O projeto político-sindical que então se forjava já trazia algumas heranças do período anterior. A mais importante foi a defesa da reforma agrária como bandeira de luta unificadora das reivindicações do conjunto de segmentos subordinados do meio rural. A reforma agrária e a defesa dos direitos trabalhistas passaram a ser as principais bandeiras do sindicalismo rural. Já no início dos anos 80, com o processo de abertura do regime político, há uma intensa politização da questão agrária nacionalmente. Além disso, no estado do Rio de Janeiro, o primeiro governo de Leonel Brizola criou um órgão específico para tratar da estrutura fundiária fluminense, ocorrendo uma complexificação das políticas para o campo, ultrapassando as fontes consultadas para a realização desta dissertação de mestrado.

A construção deste objeto de pesquisa tem uma história. Nos anos de 2001 e 2002 participei de grupo de trabalho intitulado GT-Ecosocial, da Universidade Federal Fluminense, para avaliar a possibilidade de assentamento de trabalhadores no entorno da Reserva Biológica de Poço das Antas, em Silva Jardim/RJ, face à ação civil pública movida pelo Ministério Público Federal. Tal ação civil objetivava impedir o INCRA de promover assentamentos de reforma agrária em área inferior a dez quilômetros do entorno da Reserva ou, em último caso, obrigava o INCRA a elaborar um Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e submetê-lo à aprovação do IBAMA. O GT-Ecosocial tinha como uma das principais tarefas apresentar um laudo que consistia em propostas para harmonizar assentamentos rurais com a política ambiental no entorno da Reserva.

Uma de minhas tarefas consistia em levantar o que chamávamos de “histórico da reserva”, contribuindo para o entendimento dos agentes que atuaram na sua criação, as características da estrutura agrária da região, os conflitos que a criação da reserva trouxe, as justificativas que levaram à sua criação etc. Nesse percurso, levantamos os documentos que permitiram conhecer as condições em que se deram as desapropriações das fazendas dentro da área da reserva, os interesses conflitantes e as histórias de resistência dos posseiros contra os despejos nas áreas que seriam desapropriadas.

Sobre a desapropriação dos posseiros, havia um relatório de 1977 do IBDF que falava em “posseiros antigos” e “posseiros novos”, sendo que, com estes últimos,

deveriam agir de forma “compulsória”. Além disso, pretendiam marcar reunião com o INCRA para reclamar contra seu funcionário que encaminhava, junto com “sindicalistas”, famílias para a área da Reserva, mesmo sabendo da ilegalidade da medida.<sup>1</sup>

Em 1978, segundo a FETAG, guardas e funcionários do IBDF aumentaram as pressões contra os antigos colonos das fazendas, dizendo que todos teriam que sair de suas posses até o fim do ano. Os posseiros registraram na delegacia local queixa contra agressões e tiros de intimidação pelos funcionários do IBDF. Além disso, alegavam a oferta de quantias irrisórias de indenização. Das 35 famílias existentes na área, 22 aceitaram as indenizações e desocuparam suas posses. As outras permaneceram, reivindicando que se avaliassem as benfeitorias corretamente e que se encontrasse um meio de reassentá-las em outra terra.

Foi então que meu problema de pesquisa começou a se conformar: como entender o hiato entre 1964 e 1980 na reflexão sobre as lutas de trabalhadores no Brasil e, em especial, no Rio de Janeiro? Encontrei em Grynszpan (1998) o mesmo problema.

“Por que motivo uma trajetória de lutas tão marcante tinha sido apagada da memória coletiva, associando principalmente o MST à luta pela reforma agrária, deixando em esquecimento, organizações sindicais como a FETAG, que mantinha a bandeira da reforma agrária erguida desde os primeiros anos da ditadura militar” (Grynszpan, 1998: 140).

O autor destacava que é em parte essa situação que criava uma ausência de memória sobre esses conflitos, tão presente hoje (Grynszpan: 1987). Medeiros (1981; 1983; 1984) e Grynszpan (1991; 1998) forneceram um retrato rico em detalhes sobre os conflitos, sugerindo uma atuação dos sindicatos ainda pouco estudada, mas importante.

Minha intuição dizia que estes dados não poderiam falar por si, que eles faziam parte de uma longa disputa histórica envolvendo política e memória e, para bem avaliar, seria preciso levar em conta, por exemplo, que os movimentos de luta pela terra inscrevem-se, nas três últimas décadas, em um contexto de continuidade e acirramento dos conflitos, que vieram acompanhados pela intensificação da disputa pela representação dos trabalhadores rurais.

Além disso, segundo Grynszpan (1998), a força e a recorrência com que são feitas referências aos movimentos se deve, em grande parte, ao fato de que eles se afirmaram como um dos principais espaços das lutas políticas e sociais em torno da terra. Eles vêm se expressando como meio eficaz de promover acesso à terra, de garantir prioridades em políticas de assentamento e, além disso, afirmar, projetar, conferir visibilidade e reconhecimento a organizações e lideranças. Grynszpan (1998) sugeria olhar para o passado, para situações que guardam alguma dose de proximidade e que possam servir de elementos de reflexão e relativização. Em um contexto como esse, resolvi fazer minha pesquisa sobre a ação sindical nos conflitos por terra no estado do Rio de Janeiro.

Ao começar a ler a bibliografia já existente percebi que há grandes debates que mostram o quanto há campo para pesquisas, que ainda precisam ser feitas ou refeitas em outras bases. É possível afirmar que o tema da ação sindical não é novo e, em diferentes momentos históricos e contextos nacionais, tem sido um terreno fértil para o levantamento das questões referentes ao mundo rural e à questão agrária brasileira. Existem, entretanto, diferenças de abordagem, focalizando-se ora os perfis dos movimentos de trabalhadores do campo, ora as disputas em torno de propostas sindicais

---

<sup>1</sup> IBDF. Dispõe sobre “pendências e providências para o ano 1977”. Silva Jardim / RJ, 1977.

distintas, as novas experiências de organização que concretizam algumas destas propostas e suas bandeiras de luta.

Palmeira (1979) foi um dos primeiros a tentar definir a especificidade da ação sindical em conflitos no campo, nos anos 60 e 70. Num artigo oriundo de sua pesquisa sobre o estado de Pernambuco, chamou a atenção para a impossibilidade da exclusão da mediação, representada na consciência dos trabalhadores rurais nos conflitos com patrões na agro-indústria pernambucana. O autor também destacou, uma ausência de memória sobre a luta durante a ditadura militar.

“Via de regra, só nos lembramos de refletir sobre as lutas sociais em seus momentos mais críticos. Os momentos menos espetaculares daquelas lutas tendem a ser esquecidos. A própria existência da luta costuma ser vinculada aos seus momentos de maior intensidade. Fora dali, ela é considerada inexistente. Ora, os inconvenientes dessas abordagens são patentes. Em primeiro lugar, aceitamos um recorte dos fatos que não é outro que não o dos interesses em esconder a existência de conflitos. A consequência disso é a exclusão da hierarquia dos objetos de conhecimento de toda uma larga faixa de experiências vividas pelas classes trabalhadoras” (Palmeira, 1979: 41).

O autor, em momento posterior, voltou ao assunto da ausência de memória das lutas pela terra durante a ditadura militar (Palmeira, 1985), imaginando poder contribuir para o entendimento do significado do crescimento das lutas nos anos 80.

“Sem negar a contribuição efetiva dos que enfatizam as transformações econômicas, pretendo neste trabalho, pensar o período que separa a mobilização camponesa do início dos anos 60 desse novo impulso a que estamos assistindo nos dias que correm, pelo lado das ‘relações políticas’. As explicações a partir das mudanças econômicas, parece-me, desembocam ou na afirmação radical da ‘novidade’ do que está acontecendo, ou num tipo de descontinuidade ingênuo que debita à ‘tradição revolucionária’, ou a algo do gênero, a eclosão das lutas atuais. O que pretendo, ao contrário, é abordar a questão da continuidade/descontinuidade dessas lutas em termos de deslocamento de feixes de relações sociais e da introdução correlativa de novas práticas sociais” (Palmeira, 1985: 44).

Ao dirigir seu texto para esse enfoque, uma das problemáticas que o autor se propôs pensar foi a relação conjuntural do governo militar e seu aparelho de Estado e os diferentes reflexos sobre as forças sociais da política nacional. É um interessante esforço de conceituação, porque o autor, juntamente com a fricção das relações de governo com a estrutura estatal (mais cristalizada), problematiza o que se constrói de permitido - dentro de um período histórico e de configuração de forças, a ditadura militar - como direito de representar e construir mecanismos de atuação sindical nos conflitos, assim como a redefinição das relações sociais e a introdução de novas práticas que, num certo sentido, permitem alguns consensos entre os agentes e cria identidades políticas.

Segundo Palmeira (1985), atentando para o papel da CONTAG e do sindicalismo rural na formação da identidade política camponesa, o que aparece como novo, num certo sentido, é uma luta pelo reconhecimento político, pela cidadania, pela afirmação de uma identidade política (trabalhador rural) que é difundida nacionalmente

pela CONTAG, e dá a esse conjunto de lutas uma temporalidade diferente das primeiras manifestações de descontentamento do trabalhador do campo. “O que em outra época, como uma desapropriação isolada, era visto como um simples paliativo, pensando num tempo mais largo e associado a outras tantas ações, transforma-se, muitas vezes, num passo decisivo para lutas maiores” (Palmeira, 1985: 51), que culminaram na transformação dessas lutas particulares em uma demanda mais geral por reforma agrária, contrapondo-se à defesa da tese de interesses comuns unindo grandes proprietários aos trabalhadores do campo.

O’Dwyer (1988) dispõe-se a entender a participação política dos trabalhadores por meio da análise da formação de instrumentos de representação e constituição de uma identidade camponesa nos conflitos. Com essa questão como pano de fundo, dois planos instigam a sua pesquisa: as transformações do cenário político e institucional e a constituição do campesinato como força social. Para ela é necessário entender o fato de que, no estado do Rio de Janeiro, como de resto do país, as organizações camponesas não foram criadas por um estado legislador. Pelo contrário, este só veio a reconhecê-las depois da ocorrência de um movimento social marcado pela mobilização de trabalhadores no campo. Além disso, a autora observa que o encaminhamento legal (jurídico e administrativo) das práticas sindicais muitas vezes continuava ocorrendo paralelamente a outras lutas, caracterizadas como “radicais”, como a resistência armada aos despejos em alguns conflitos.

Ribeiro (1987) defende que se verifique a existência de uma direção contraditória em relação à orientação sindical unificadora do “Complexo-Contag”, construindo a tese de um “sindicalismo unificado na estrutura e sindicalismo heterogêneo no movimento” (Ribeiro, 1987: xiii). Na sua dissertação, a frase acima se refere ao

“(...) modo de atualização do sindicalismo que se traduz em encaminhamentos dados pela entidade nas relações que estabelece com o Estado, a classe patronal e a categoria que representa, em resposta ao que interpreta como a forma adequada da luta pelos direitos dos trabalhadores de sua base” (Ribeiro, 1987: 01).

Grynszpan (1987), analisando os movimentos sociais no campo no estado do Rio de Janeiro, tratou de indagar o conflito, a mobilização, a luta por meio de ocupações e a construção de identidades que marcaram a ação política e as formas de organização dos trabalhadores rurais no período de 1950-64. A contribuição da dissertação de mestrado de Grynszpan é a ênfase na idéia de que a mobilização camponesa estava fortemente ligada à competição política entre diversos grupos e partidos políticos em torno do campesinato.

Investimentos de outra ordem que não a produção de dissertações e teses também contribuíram para implantar o debate sobre os movimentos sociais nas últimas décadas. Medeiros (1989), ao tratar a ação sindical, elegeu como objeto para a sua problematização as formas de luta e organização que foram desenvolvidas pelos trabalhadores, buscando suas linhas políticas, estratégias e programas elaborados entre 1945-1987.

Em sua tese de doutorado, Medeiros (1995: 46) propôs refletir sobre o “processo de produção de uma linguagem específica e de uma linguagem de classe para e pelos trabalhadores”. Defende a necessidade de se olhar às direções políticas deixando de considerá-las sob a ótica da adequação ou não de suas propostas aos interesses dos

camponeses e sim buscando compreendê-las em suas relações com outras forças políticas presentes.

Esterci (1991) buscou as relações entre as organizações sindicais e os movimentos de luta por terra que se constituíram nos anos 70, movimentos que vinham afirmando autonomia em relação às diversas instâncias sindicais e, por outras vezes, reivindicavam apoio, reiteravam propostas de articulação e ação conjunta. A autora aponta para evidências da participação das lideranças sindicais na gênese dos movimentos de luta pela terra, buscando demonstrar rompimentos e limites na prática sindical no período; detectar relações de disputa e/ou complementaridade que estavam em jogo na criação de estruturas organizativas tais como comissões, conselhos, equipes técnicas etc; entender atribuições de confiança e poder de representação criadas na relação entre os agentes envolvidos e os sindicatos.

Ricci (1999) analisou o movimento capitaneado pela CONTAG, que se esforçava em unificar nacionalmente as direções do sistema confederativo rural, através da defesa de instrumentos legais que garantissem direitos às suas bases. Partindo da tese de que havia uma diversidade de posturas das direções das federações e dos sindicatos, destacou que o projeto elaborado pela CONTAG, no período entre 1964 e 1979, deu origem e cimentou uma prática nacional que monopolizou a sindicalização rural até o início dos anos 80.

Novaes (1997) focalizou a redefinição do papel da Igreja no campo na Paraíba durante a ditadura militar e estudou a maneira pela qual os órgãos sindicais articularam e ordenaram as experiências coletivamente vividas que, por vezes, passava pela integração dos projetos da CONTAG, FETAG/PB, a Igreja Católica, Governo e STRs. Para a autora, o Estatuto da Terra tornou-se ao lado do Estatuto do Trabalhador, ponto de referência do movimento sindical de trabalhadores rurais. Novaes (1997) aborda as formas de percepção que eram estratégicas do ponto de vista metodológico para se entender as condições sociais em que atuava o sindicato. Na Paraíba, diz a autora, a continuidade do sindicalismo passou por uma “visão pedagógica dos conflitos”. A “Federação tinha que servir a dois senhores: os interesses do regime militar e o direito do trabalhador, o Estatuto da Terra”. Neste percurso há uma interessante reflexão: pensar a aceitação e entrada do sindicato nos conflitos juntamente com a ação de um dirigente sindical rural cuja “espinha dorsal residia na prudência, afinal, o governo militar teve como característica garantir a todo o tempo a vigilância e o controle sobre os limites de atuação dos sindicatos” (Novaes, 1997: 109).

A ação sindical, para a produção acadêmica aqui trabalhada, aparece como expressão organizada fundamental na projeção das lutas para fora delas mesmas; como revolta contra determinadas situações que ameaçavam suas condições de existência; como luta em busca de melhores condições de vida e trabalho; como política para articular alianças; como vinculador da realidade dos trabalhadores do campo com os projetos de desenvolvimento do país; como sinônimo de resgate da cidadania para os trabalhadores do campo e condição para a democratização do país. Os autores também apontaram que a ação sindical também já esteve historicamente associada ao tema da natureza das relações sociais no campo, suas transformações, as relações de trabalho e de posse da terra, os perfis dos movimentos de trabalhadores do campo, as disputas em torno de propostas sindicais distintas, as novas experiências de organização que concretizam algumas destas propostas e suas bandeiras de luta.

A proposta do presente trabalho é que a ação sindical seja vista como processo histórico específico, abrindo caminhos que relacionem continuidades e rupturas em que múltiplas determinações podem ser levadas em conta no tempo e no espaço das ações sociais em foco.

\*\*\*

Os conflitos no campo, desde os anos 40, têm se apresentado como um tema constante no estado do Rio de Janeiro. Esse período foi palco de sucessivas lutas sociais contra a miséria e a opressão aos trabalhadores.

Segundo Grynszpan (1987), após as primeiras obras do governo federal na Baixada Fluminense, no início dos anos 40, acirraram-se uma série de conflitos em torno da posse da terra que permitiriam modelar as primeiras formas de representação do campesinato, popularizados sob o termo “associações de lavradores”. As associações serviram de elo entre a resistência dos trabalhadores rurais fossem eles posseiros, arrendatários ou colonos, em deixar a terra em que trabalhavam e da qual estavam sendo expulsos.<sup>2</sup>

Apesar da feroz resistência dos que se opunham ao campesinato, o sucesso alcançado, particularmente junto aos posseiros, levou à construção de sindicatos com a participação dos comunistas, mexendo com o interesse de poderosos, sobretudo das oligarquias rurais e da Igreja Católica. Esta última decidiu entrar na corrida pela sindicalização das populações rurais, por meio dos Círculos Operários. Entretanto, os comunistas venceram a primeira batalha pela hegemonia da representação camponesa. Desse ponto de vista, pode-se dizer que o Rio de Janeiro constituiu um dos berços da organização sindical das camadas populares do meio rural.

Mas, com o Golpe Militar de 1964, os militantes do PCB, envolvidos na representação dos trabalhadores rurais, foram presos e perseguidos. A partir desse momento, são os sindicalistas dos Círculos Operários que ocupam os postos da estrutura sindical deixados pelos comunistas. No entanto, esse sindicalismo marcado por sua origem cristã, anticomunista e suas práticas de inspiração norte-americana, logo nos primeiros anos após o Golpe, acaba sendo alvo de uma forte oposição nascida nos mesmos setores que o apoiaram, passando a ser rotulado de “reacionário” e “conservador”. Esse será o momento em que setores da própria Igreja, mais à esquerda, assumiram a direção da CONTAG, encerrando um primeiro ciclo de constituição, de mudanças e depois de consolidação do sindicalismo rural não só no Rio de Janeiro, mas também em todo o Brasil.

Para dar conta deste processo social, formado por organizações inclinadas a representar sindicalmente os trabalhadores, lançaremos mão da idéia de “campo”, de Pierre Bourdieu como recurso analítico. Para esse autor, dentro do campo político, os diversos agentes (indivíduos, organizações e Estado) entram constantemente em conflito para definir e representar, cada um à sua maneira, o campesinato, com o objetivo de obter o maior poder e a mais forte autoridade junto a eles. As estratégias de ação variam de acordo com a posição ocupada e a trajetória dentro do campo, podendo ser de conservação, sucessão ou de mudança de campo.

Para compreender esse conjunto de regras internas ao campo, tentaremos fazer emergir a rede complexa de relações existentes do sistema sindical rural, que interpreta, recompõe, refaz, rejeita ou adota as orientações articuladas pela CONTAG, de acordo com as condições que a definem ao nível local, construindo assim um plano empírico no qual se concretiza a ação sindical como projeto político (Ribeiro, 1987). Nessa perspectiva, pretendemos acompanhar a percepção e definição do que pode ser qualificado como legítimo de reivindicar em cada momento histórico, as formas que se

---

<sup>2</sup> Segundo Medeiros (1989: 34), lutas semelhantes ocorreram em diversos pontos do país: Paraná, Goiás, São Paulo, Pernambuco, Paraíba e Maranhão. “Alguns deles conseguiram romper seu isolamento e ganharam repercussão nacional, dando substância à reforma agrária, que até então fora postulada pelo PCB”.

consideram legítimas de serem usadas para encaminhar essas demandas e a definição dos interlocutores privilegiados.

Ainda que o campo sindical disponha de uma relativa autonomia, ele não deixa de ser, no entanto, o ambiente de disputas externas que produzem efeitos sociais e políticos sobre o sindicalismo. Parece-nos que a existência do Partido Comunista e, paradoxalmente, dos diferentes grupos ligados à Igreja Católica, produziram efeitos tão diversos quanto contraditórios na gênese e consolidação desse espaço de representação social, influenciando e determinando muitas marcas do campo. Em resumo, o PCB, o Estado e a Igreja foram decisivos na modelagem do campo sindical.

O Rio de Janeiro viu as associações de lavradores, a primeira forma de organização efetiva no pós-45 impulsionada pelo comunistas, nascer e ser implantada nos anos 50 e 60. Os sindicalistas ligados ao PCB do Rio de Janeiro desempenharam assim um papel de destaque na concretização da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Enfim, podemos dizer ainda que durante todos os anos 60 e 70, a FETAG/RJ deu suporte à CONTAG.

Para compreender esse conjunto de relações, procuraremos desvendar como as diferentes reivindicações materiais, os projetos individuais e coletivos se articularam, se combinaram e se opuseram no seio das organizações do tipo sindical. Para essa abordagem, é necessário perceber essas organizações de representação como um todo complexo e diferenciado, no qual, além da causa sindical, as causas individuais também estão em jogo. Por isso, considero que este trabalho se situa numa fronteira entre o campo da História e da Sociologia. Isto é ruim pelas incompletudes e cobranças vindas dos dois lados, mas, ao mesmo tempo, é um desafio, pois espero que possa dar continuidade a essa linha de pesquisas, acrescentando um estudo de média duração que não seja demasiadamente descritivo nem generalista, e que mantenha a preocupação historiográfica com as transformações, rupturas e continuidades no tempo e no espaço dos diferentes agentes alinhadas à questão em estudo.

No levantamento de dados e análise da atuação da FETAG/RJ, encontrei grande parte dos documentos e entrevistas sobre a FETAG, arrumados e catalogados no Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo, no CPDA/ UFRRJ. Sabendo disso, é preciso conhecer as principais características das fontes utilizadas:

- a) Ofícios internos da FETAG à CONTAG e STRS. Esses ofícios encaminham documentação e/ou relatam a situação e desdobramento dos conflitos. Os ofícios são, no geral, de encaminhamento de reivindicações, solicitando providências junto às diversas esferas do poder público.
- b) Ofícios da CONTAG para autoridades regionais, principalmente Delegacia Regional do INCRA. Trata-se de encaminhamento de relatórios elaborados pela própria FETAG solicitando interferência do INCRA nas desapropriações e transferência dos posseiros da área.
- c) Relatórios, elaborados pela FETAG e STRs, sobre o histórico dos conflitos. Constituíram-se em fontes privilegiadas de informações. Neles, além das circunstâncias imediatas que cercavam os problemas, se procurava dar o quadro mais geral em que estes se desenvolviam, apontando para o conjunto de fatores que estavam na base das tensões.
- d) Relatórios elaborados pela FETAG sobre cursos de formação de dirigentes sindicais.
- e) Relatórios de encontros com dirigentes, advogados e assessores.

- f) Relatórios elaborados pela FETAG sobre planejamento e avaliação anual das atividades.
- g) Boletins e jornais publicados pela FETAG e jornais do Rio de Janeiro e São Paulo que trazem notícias sobre os conflitos e, em fins dos anos 70, a entrada em cena da CPT.
- h) Documentos e relatórios da CPT sobre sua atuação no estado, atividades realizadas, apoio de dioceses etc.
- i) Outros – há nos arquivos documentos de caráter complementar, que se associam aos ofícios encaminhados às autoridades. Trata-se de levantamento dos posseiros que ocupam a área, suas benfeitorias e indenizações.
- j) Ofícios internos ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF, ou seja, do Diretor do Departamento de Pesquisa e Conservação da Natureza – DN para o Delegado Estadual do IBDF, deste para o Presidente do IBDF ou vice-versa. Esses ofícios encaminham documentação e/ou relatam a situação e desdobramento da criação da Reserva Biológica de Poço das Antas. Os ofícios eram, no geral, de encaminhamento de reivindicações, solicitando providências junto as esferas federais.
- k) Dossiês elaborados pelo DN para o Delegacia Regional do INCRA. Trata-se de encaminhamento de relatórios elaborados pelo próprio solicitando interferência do INCRA nas desapropriações e transferência dos posseiros da área.

Cabe lembrar que grande parte das entrevistas utilizadas pela pesquisa foi realizada por Leonilde Medeiros, em 1982 e 1983, no âmbito de uma pesquisa sobre sindicalismo no estado do Rio de Janeiro. Tal material se mostrou muito rico para a pesquisa logo no início. Os temas das duas pesquisas eram muito próximos, quase o mesmo. Uma grande parte das perguntas, que tinha vislumbrado, já se encontravam nas entrevistas. Revelavam lacunas que os documentos disponíveis traziam sobre os primeiros anos após o golpe militar, sendo a principal fonte de informações do período.

Uma característica observada nas entrevistas é que, em alguns momentos, as lembranças dos dirigentes aparecem vagas, contraditórias, sem nenhuma crítica às teses que embasariam esta mesma memória. Em períodos longínquos do passado lembrado pelos dirigentes, às vezes trocam ano de sua chegada à diretoria do sindicato, amplamente documentada e assinada pelo próprio, às vezes esquecem.

São múltiplas as formas de amnésia social nessas entrevistas. Menezes (1992: 16) lembra que, quando falamos de grupos sociais, devemos estar cientes de que existem “projetos de esquecimentos”, coisas e eventos que não devem ser lembrados, sob pena de ser ameaçada a unidade do grupo, sua identidade, fragilizando e/ou colocando em questão o interesse comum. Para Nora (1993: 09), a memória é “um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente”. Seguindo essa pista, percebemos que as conjunturas históricas estavam por traz dos “projetos de esquecimento” de determinados acontecimentos, como por exemplo, nas lacunas existentes nas entrevistas sobre a relação da FETAG com o sindicalismo americano nos anos 60. As entrevistas foram realizadas num contexto de abertura política do país, em que o regime militar cada dia mais perdia sua força, operando uma abertura lenta e gradual. Nesse contexto, como veremos, novas forças surgiram atuando nos conflitos no campo, acirrando a disputa pela representação dos trabalhadores rurais.

No decorrer da pesquisa, realizei entrevistas com dirigentes e assessores da FETAG, além de algumas conversas informais com dirigentes e assessores da CONTAG e da FETAG. Procurei cobrir as lacunas que as fontes disponíveis deixavam. Tal operação implicou tentar resgatar evidências e construir, frente o objeto de

pesquisa, conflitos de interpretação que pudessem ajudar a conferir algum sentido ao passado, para além do relembrar de grupos. O levantamento da ação sindical foi considerado como um espaço de relações sociais em que diversos atores interagem de forma cooperativa e/ou conflituosa. Trabalhar-se-á, portanto com a existência de posições diferenciadas interagindo num campo de luta que envolve diferentes visões de mundo.

Neste caso, o estudo de um dado conflito ou mesmo de uma ação sindical não consiste, tão somente, em compilar a documentação oficial produzida pelos envolvidos, o que além de restringir o escopo da pesquisa, empobrece a construção do objeto, resultando em equívocos de graves proporções. O que aqui se propõe é que a abordagem de um corpus documental com características tão específicas – tais como relatórios, anais e demais publicações congêneres – seja feita à luz de uma definição precisa daquilo que se concebe como ação sindical, pois, somente assim, será possível: a) relativizar a fala dos envolvidos – e não ratificá-la enquanto realidade; b) perceber certas modalidades de fontes sindicais como um gênero, que tem destinatários específicos c) ter condições de perceber, através da documentação oriunda de sindicatos, as nuances dos conflitos que as atravessam, uma vez que tais conflitos jamais estão deslocados do processo histórico, isto é, das tensões existentes dentro do campo político.

Para dar conta desse problema de estudo, estruturamos a dissertação em três capítulos:

No capítulo 1, busco inventariar as principais forças em cena e suas formas de organização e luta nos conflitos de terra no estado do Rio de Janeiro no período anterior a 1964. O objetivo é pensar os conflitos por terra dentro da conjuntura nacional e estadual aonde vai ser criada a ação da FETAG/RJ. Além disso, pretende-se perceber qual é a cultura política que a FETAG, quando surge, deixa após o Golpe. Os eixos de reflexão são:

- a) o direito como campo de conflito, atentando às condições dos conflitos e as percepções e definições do que pode ser qualificado como legítimo de reivindicar em cada momento histórico, as justificativas que se consideram apropriadas e legítimas de serem usadas para encaminhar esses conflitos, e o processo de constituição das reivindicações, como condição para entender quem eram os trabalhadores para quem e de quem as forças falavam e como se procurava traduzir este encontro;
- b) distintas alianças, confrontos e/ou práticas instituídas frente o Estado, suas agências e outros demais agentes;
- c) as principais formas de ação e organização instituídas no que tange os conflitos de terra;
- d) as percepções sobre a reforma agrária;

No capítulo 2, trabalhamos o momento posterior ao Golpe, até meados dos anos 70. Estes foram momentos de enraizamento de práticas, mas também de mudanças dentro da FETAG/RJ, principalmente no que se refere às forças que emergiram e como articulavam suas bandeiras. Há um certo declínio de setores com práticas identificadas com os Círculos Operários. Servirão como parâmetros os eixos relacionados no capítulo 1, atentando para o legado do pré-64 nessas práticas.

No capítulo 3 buscamos a entrada em cena de novas forças e as transformações das estratégias de luta de meados dos anos 70 até o início dos anos 80. Servirão como

parâmetros os eixos relacionados no capítulo 1, atentando para o legado dos períodos anteriores nessas práticas. Buscamos também conhecer como eram socializadas as informações sobre os conflitos em eventos, encontros, congressos, manifestações públicas e os resultados das iniciativas da FETAG/RJ configurados em propostas do Estado que indicavam o reconhecimento da presença da FETAG/RJ como canal de representação política.

Nas considerações finais, retomarei o conjunto do trabalho, procurando pontuar o que a análise me permitiu perceber em relação a ação sindical e os conflitos por terra em que se envolveu a FETAG/RJ.

## **CAPÍTULO 1 - OS CONFLITOS DE TERRA E AS ORGANIZAÇÕES DE TRABALHADORES NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO NO PRÉ-64**

### **1.1 Os conflitos por terra e os primeiros passos do sindicalismo**

Para compreender as continuidades e rupturas que marcaram a prática instituída pelo sindicalismo nos conflitos de terra no Rio de Janeiro durante a ditadura militar, escolhemos, primeiramente, recuperar, a partir da bibliografia disponível, as orientações de duas forças: o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (FALERJ) de um lado, e a Federação dos Círculos Operários Fluminenses (FCOF) e a Federação dos Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (FLERJ), de outro. Isto porque estes dois campos de força são fundadores de práticas sindicais disseminadas no meio rural, em especial nos anos 60. Ademais, é preciso fazer um contraponto, ainda que breve, com a experiência no período anterior ao Golpe, pois foi o jogo político neste período que gestou uma cultura sindical, importante legado político. No caso do sindicalismo articulado pela CONTAG, tanto as lideranças quanto os principais estudos acadêmicos admitem a continuidade de uma história referenciada no período anterior ao Golpe Militar.

No panorama nacional, o acirramento dos conflitos nos anos 40 e a emergência e consolidação das organizações de trabalhadores rurais foram relacionadas por Medeiros (1989) com o período que se abriu em 1945, com a queda do Estado Novo. Para Medeiros (1989: 17), é possível observar, entre outros fatores, as “grandes e rápidas transformações na economia e na sociedade brasileira”, principalmente no que se refere à industrialização, com o apoio decisivo do Estado durante as décadas de 1930-50. A urbanização se intensificou, novos grupos sociais e novos interesses se constituíram, novas necessidades se impuseram, destaca a autora, atentando que a agricultura estava ainda “voltada predominantemente para a exportação e não apresentava significativos aumentos de produtividade” (Medeiros, 1989: 17).

O Rio de Janeiro fez parte deste quadro. Desde final dos anos 40 e início dos anos 50, a Baixada Fluminense e seus arredores foram áreas onde se acirraram os conflitos sociais<sup>3</sup>. Um dos principais estopins dos conflitos que então se davam eram os despejos de lavradores das áreas por eles ocupadas. Confrontavam-se, de um lado, as

---

<sup>3</sup> O termo Baixada Fluminense tem sido contestado como um bom ponto de partida para circunscrever os conflitos ocorridos. Grynszpan (1987) acha que o termo tem conotação urbana, sendo insuficiente para tratar os problemas sociais do campo, porque exclui municípios com características sociais e políticas muito próximas, como Itaguaí, Cachoeiras de Macacu e Itaboraí, e inclui outros diferentes como São João de Meriti e Nilópolis. O autor utiliza o termo Baixada (entendido como as cercanias da cidade do Rio de Janeiro, onde se irradiam as resistências aos despejos). São eles: Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Magé, Itaguaí, Itaboraí e Cachoeiras de Macacu. Já Araújo (1982) adota a categoria Baixada da Guanabara, utilizada por geógrafos, tentando alargar a parte urbana da Baixada Fluminense para englobar também os municípios com histórias agrárias e agrícolas parecidas. Pedroza (2003) propõe que chamemos de sertões cariocas, não priorizando fronteiras políticas, mas significados para posseiros e pequenos produtores da região, que, num primeiro momento, ocuparam a área que não passava pelo interesse dos grandes proprietários de terra, mas, num momento posterior, passou a ser valorizada pelo Estado e pelos olhos do capital, enredando numa teia de conflitos. Sempre que possível, procuraremos usar os termos utilizados pelos autores em seus trabalhos. Mas é importante lembrar que o município do Rio de Janeiro, então estado da Guanabara, também foi palco de muitos conflitos de terra, principalmente em Bangu, Campo Grande e Santa Cruz. Ver Pedroza (2003).

forças policiais, que apoiavam jagunços, fazendeiros e grileiros. De outro lado, pequenos lavradores, principalmente “posseiros” e “parceiros”, apoiados por militantes comunistas (Grynszpan: 1987). Eram constantes as denúncias sobre violência, com algumas marcas características que se repetiriam nos 60 e 70: plantações destruídas, casas queimadas e atuação de jagunços. Respaldados ou não por ordens judiciais, os despejos e expulsões de lavradores ocorreram em diversos municípios.

Em sua explicação para o aumento dos conflitos, Grynszpan (1987: 23-27) destaca que essa situação não havia sempre sido assim. O autor argumenta que, em fins do século XIX, com a lenta decadência da lavoura cafeeira escravista e a concentração da produção agrícola mais valorizada no norte do estado e no Vale do Paraíba, a Baixada passou a ser vista como área abandonada e decadente. Nesse momento, com os antigos barões de café já mortos e seus herdeiros desinteressados pelas terras cansadas, insalubres e alagadas que impunham muitas dificuldades à lavoura e aos lucros, a região deu espaço para que as antigas fazendas fossem desmembradas, aforadas ou simplesmente tivessem suas bordas apossadas por famílias de lavradores pobres (Grynszpan: 1987).

Segundo Grynszpan (1987) e Pedroza (2003), a noção de decadência e de abandono deve ser usada com muitas ressalvas, porque quem vê a região assim são os grandes senhores, com a crise na produção exportadora. Mas para um outro grupo social, esse “abandono” abriu novas possibilidades de trabalho na região, já que o desinteresse dos proprietários em cultivar permitia que pequenos agricultores (arrendatários, parceiros e posseiros) pudessem mais facilmente viver e trabalhar naquelas terras, mesmo sem ter título de propriedade.

Para Grynszpan (1987), essa situação de “abandono” começou a mudar com o desenvolvimento da fruticultura, a partir de 1920, e fez com que antigas propriedades abandonadas fossem adquiridas e loteadas para a formação de pomares. O florescimento de novas atividades na região, principalmente a cultura de gêneros alimentícios, de frutas e de extração de madeira, mesmo controlada por grandes proprietários e seus administradores, atraiu muitas famílias de pequenos lavradores, que se associavam a essa produção por meios de parceria, aforamento, pequenos lotes ou posse. A chegada desses novos ocupantes pode ser balizada entre 1920 e 1950. Grynszpan (1987: 39) defende inclusive que as lavouras desses ocupantes eram significativas no conjunto geral da produção agrícola da região, contrariando a média estadual de decréscimo da produtividade de alimentos. Só na década de 40 a fruticultura vai enfrentar dificuldades de reprodução, relacionadas com o fim da Segunda Guerra e com a queda das exportações, mas já também devido à especulação imobiliária, principalmente, pela realização de obras públicas, em particular saneamento e estradas.

As obras de drenagem e saneamento do governo federal começaram em 1938 e se concentraram nos municípios da Baixada mais próximos à cidade do Rio de Janeiro (Grynszpan, 1987: 44). Essas obras faziam parte de um plano maior que buscava desde melhorar a salubridade da região até fomentar a colonização intensiva, passando pela melhoria de transporte para o escoamento da produção. Uma das metas era a criação de um “cinturão verde” para abastecimento da cidade do Rio de Janeiro. Para tanto foram formados, até 1955, sete núcleos coloniais no estado.<sup>4</sup> Dentro desse projeto, constava

<sup>4</sup> Segundo Grynszpan (1987: 46), eram os seguintes os núcleos coloniais do estado do Rio: Macaé, criado em 1951, Santa Cruz, criado em 1930; o de São Bento, localizado em Duque de Caxias e criado em 1932; o de Tinguá, criado em 1938 no município de Nova Iguaçu; outro, localizado parte em Duque de Caxias e parte em Magé, criado em 1941; o de Papucaia, em Cachoeira da Macacu, cuja formação data de 1951; e o de Santa Alice, localizado em Itaguaí e Piraí, criado em 1955.

regularização fundiária da região, pois a apropriação indébita de terras já se apresentava como um problema, nessa época. Por isso, o governo tentou implementar uma série de medidas para controlar a apropriação fundiária e agrícola, principalmente nas áreas de patrimônio federal, como a Fazenda Nacional de Santa Cruz.<sup>5</sup>

Grynszpan (1987) destaca que, ao mesmo tempo em que se ampliava a área de lavoura na Baixada, impulsionada em larga medida, pela ação de pequenos lavradores, avançavam também a especulação e a disputa por terras. Este processo estava ligado ao crescimento da cidade do Rio de Janeiro e do seu mercado de trabalho, com seu poder de atração sobre populações de outros estados e encarecimento do solo, o que provocou um deslocamento para áreas circunvizinhas, refletindo-se na região da Baixada. O que se vai observar em municípios como Nova Iguaçu e Duque de Caxias, por exemplo, já a partir de 1940, é uma rápida transformação do espaço rural em urbano, uma acentuada valorização da terra. Essas áreas passaram a abrigar, inicialmente a partir da 2ª. Guerra Mundial, um grande número de trabalhadores urbanos e parte dos lavradores que abandonaram o campo e foram para as cidades (Grynszpan, 1987: 48-49). Segundo Pedroza (2003), é por isso que pesquisadores do tema afirmam que os objetivos inicialmente propostos pelo plano de obras de revitalização agrícola da região não foram alcançados. Para a autora, os investimentos estatais, ao invés de incentivarem a produção agrícola, acabaram alimentando a especulação para loteamentos urbanos, sítios para recreação e a disputa por grandes propriedades.

Segundo a literatura sobre os conflitos de terra no período, se, à primeira vista, a luta social teria surgido de diferenças entre interesses de lavradores e fazendeiros, por outro lado, não se pode resumi-la a uma disputa de terras entre camponeses e proprietários ou grileiros, ainda que esse seja o centro do problema. O conflito deu-se em torno de questões bem mais complexas: de um lado, os “posseiros” apoiados por militantes e instâncias do PCB, que se envolveram em diversos casos e organizações; de outro, os fazendeiros, “grileiros” circundados por jagunços, pelo aparelho do Estado, autoridades locais e militares. Por fim, nos anos 60, ganha força a Igreja Católica, em especial os Círculos Operários. Desses agentes, muitos tinham interesses econômicos imediatos ou não, mas com projetos políticos de longo prazo.

Nesse processo, Grynszpan (1987) chama a atenção para o fato de que os trabalhadores passaram a questionar a legitimidade das pretensões daqueles que se apresentavam como donos de terras, alcunhando-os de “grileiros” e denominando-se “posseiros”. Nem todos que promoviam despejos, todavia, eram efetivamente grileiros, da mesma forma que, entre os que eram denominados posseiros, havia diversos lavradores que não o eram de fato. Segundo Grynszpan (1987; 1991; 1998) as categorias “posseiro” e também de seu oposto, “grileiro”, estavam relacionadas a um trabalho de lideranças dos lavradores, de seus advogados e outros agentes que atuavam no campo fluminense, no sentido de construir uma representação legítima de lutas.

Inicialmente fruto de uma argumentação jurídica no sentido de obter usucapião, ela passava a significar também quem havia entrado em terras abandonadas, aparentemente sem dono, e que as havia cultivado, antes do grileiro aparecer, daí ser legítimo que quisessem permanecer nelas. Por isso, no contexto específico do Rio de Janeiro, essas duas categorias só ganham sentido uma em relação à outra e não podem ser dissociadas (Grynszpan, 1987).

---

<sup>5</sup> Segundo o “Atlas Fundiário do Rio de Janeiro” (1991: 100), “a grilagem, a apropriação indébita de terras com títulos forjados, era relativamente comum, favorecida por uma antiga situação de indefinição quanto aos reais limites das propriedades”. E o texto emenda com a seguinte afirmação: “Era nas terras públicas, para quais inexistia um cadastro atualizado, que o problema da indefinição se apresentava de maneira mais evidente”.

Conforme mostra Grynszpan (1987: 86-88), no decorrer do litígio a nova identidade de posseiro vai funcionar menos como um diferenciador de produtores (já que vai abarcar diversas categorias de pequenos produtores rurais, como parceiros, posseiros, moradores e sitiantes), e mais como uma referência de sua posição em relação à luta pela terra.

O sindicalismo rural está fortemente enraizado neste contexto. Num panorama mais geral, Medeiros (1989) destaca que os trabalhadores rurais emergiram como atores políticos num cenário de mudanças rápidas de conjuntura após 1945, de grande instabilidade política, mas de desenvolvimento econômico e de consolidação de um projeto industrializante para o país. Reivindicavam direitos que colocavam em jogo as formas tradicionais de mando e as alianças políticas. Na opinião de Medeiros (1995), a crescente presença no cenário político dos trabalhadores do campo teve reflexos institucionais, fazendo com que se retomasse e se acelerasse a discussão em torno da necessidade de criação de instituições legais específicas para a representação dos trabalhadores rurais.

“Assim, já em 1954 se reiniciava através de projeto de deputado petebista a discussão sobre uma legislação específica para os assalariados, uma primeira versão do que seria depois chamado Estatuto do Trabalhador Rural. A partir dessa mesma época, sucessivos projetos de reforma agrária foram apresentados no Congresso Nacional. No início dos anos 60 tomou fôlego o debate em torno da sindicalização rural” (Medeiros, 1995: 188).

Para Costa (1996: 1), “o início do moderno sindicalismo rural brasileiro pode ser identificado no ano de 1954. Entre outros fatores, essa data fronteira deve-se à mobilização de forças, realizada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB)”. Segundo o autor, poucos sindicatos haviam sido criados nos anos 50. Este baixo índice, afirma, decorreu da regulamentação do sindicalismo rural, que só ocorreu em 1962. Antes disso, havia a possibilidade de organização do trabalhador rural, por meio do Decreto de 1903, que propunha a criação de sindicatos agrícolas com a congregação de patrões, empregados e cooperativas agrícolas. Contudo, não houve qualquer regulamentação, o que só aumentava as dificuldades frente à resistência dos patrões e seus aliados no governo.

Os decretos que se seguiram ficaram sem efeito porque, embora a legislação vigente regulasse a existência dos sindicatos de trabalhadores rurais, os sucessivos órgãos do governo, devido às estreitas vinculações que tinham com os proprietários de terras, impediram o reconhecimento oficial das organizações criadas e reprimiram a sindicalização. Além disso, a coibição à organização estava inscrita nas regras que pautavam a conduta cotidiana dos trabalhadores em suas relações com seus patrões, da forma imposta pelos últimos, já que se viam confinados a territórios particulares, as fazendas, onde não valiam os direitos constitucionais, mas o poder das classes proprietárias rurais (Grynszpan, 1987; O’Dwyer, 1988 e Costa, 1996). Além da morosidade do reconhecimento pelo Ministério do Trabalho, havia severas restrições sobre quais categorias de trabalhadores rurais podiam se sindicalizar.

Grynszpan destaca que, em 1944, a sindicalização rural foi contemplada pelo Decreto-lei nº 7.038, regulamentado em março de 1945 pela Portaria nº 14. Do Decreto-lei de novembro de 1944 até 1950 apenas sindicatos de empregados e empregadores rurais foram reconhecidos, o que excluía todos os arrendatários, posseiros e pequenos proprietários do direito de organização. Segundo essa legislação, aos pequenos produtores era reservada a possibilidade de entrar para as associações,

juntamente com grandes arrendatários e proprietários (Grynszpan, 1987: 114-115), o que reforçava ideologicamente os vínculos identitários entre as classes e a dominação de uma sobre as outras.

Para Grynszpan (1987) e O'Dwyer (1988), foi devido a essas dificuldades legais que, no estado do Rio de Janeiro, até o final da década de 40, só havia o Sindicato de Empregados Rurais de Campos, fundado em 1938 e reconhecido como órgão sindical em 1945. Por outro lado, o Ministério do Trabalho negou o pedido a várias entidades de trabalhadores agrícolas, alegando que as categorias não constavam do quadro de atividades e profissão do artigo 577 da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

Para Grynszpan (1987), O'Dwyer (1988), Medeiros (1989) e Costa (1996), somente com a regulamentação do sindicalismo rural no Brasil, em 1962, é que começaram a se formar os sindicatos de trabalhadores rurais. Setores da Igreja da Católica intensificaram a disputa com o PCB e as Ligas<sup>6</sup> pelo direito de falar pelos trabalhadores do campo. Iniciou-se um esforço de arregimentação dos trabalhadores para evitar sua organização pelos comunistas. Além disso, nessa mesma época, setores da Ação Católica também se voltaram para a ação nas áreas rurais. Foi delas que surgiu, rompendo com a hierarquia da Igreja, a Ação Popular, outro segmento que vai buscar sindicalizar os trabalhadores do campo.<sup>7</sup>

De acordo com Medeiros (1989), Costa (1996) e Ricci (1999), instituiu-se, a partir daí, uma corrida entre diferentes forças que atuavam no campo em busca de reconhecimento dos sindicatos. Como a legislação só permitia a existência de um sindicato por município, tratava-se de conseguir a carta sindical o mais rapidamente possível, quer através do pronto encaminhamento da documentação necessária ao Ministério do Trabalho, quer por meio de barganhas no interior da Comissão Nacional de Sindicalização Rural (CONSIR), criada em 1963 pelo governo federal.

<sup>6</sup> Até este momento, o PCB e as Ligas eram as principais forças que se colocavam no campo. Convém lembrar que o Congresso Camponês de Belo Horizonte, em 1961, tido como um dos mais importantes eventos políticos de caráter nacional dos movimentos rurais naquele período. Marcou um divisor de águas entre as Ligas Camponesas, localizadas principalmente em Pernambuco, de um lado, e o Partido Comunista e o presidente João Goulart, de outro. Convocado pela União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), organização criada pelo PCB em 1954, com forte atuação no centro-sul do país, o Congresso teve a presença do próprio Goulart. “A presença de um presidente da república num congresso camponês é digno de nota e não sem conseqüências. É a partir daí que o Estado vai acelerar todo um esforço de submeter o movimento” afirmou Medeiros (1982, 57). A partir de 1972, as ligas viveram uma crise organizacional, sucedida de uma radicalização na direção daquele movimento, que veio junto com seu isolamento político. Não apoiavam a criação de sindicatos e faziam um contraponto à prática sindical e ação institucional. Negava-se ainda, ao contrário dos comunistas, qualquer aliança com a burguesia nacional. Para uma análise mais profunda, ver: Azevedo (1982), Medeiros (1989), Costa (1996) e Ricci (1999).

<sup>7</sup> “A Ação Popular surgiu oficialmente em 1962, a partir da Juventude Universitária Católica. Era antes um movimento político do que um partido propriamente dito (...) Sua filosofia era essencialmente humanista e assumia que o desenvolvimento integral do homem só seria possível se as estruturas de dominação fossem eliminadas, através da participação do pólo dominado da sociedade. (...) Os movimentos ligados ao MEB e à AP tiveram uma atuação radicalizada bastante significativamente em 62/63, marcando o aparecimento de uma nova linha de atuação junto ao movimento camponês. A AP desempenhou um papel significativo tanto no Movimento de Cultura Popular quanto nas tentativas de alfabetização do MEB” (Medeiros, 1982: 60-61). O Movimento de Educação de Base (MEB), surgiu em 1961, a partir de um esforço comum entre Presidência da República, Ministério da Educação e Cultura e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). O objetivo do MEB era de alfabetizar jovens e adultos das regiões mais empobrecidas do país por meio da educação de base. Como instrumento pedagógico o MEB utilizava a metodologia ver, julgar e agir, associadas a elementos da filosofia de Paulo Freire, numa perspectiva de educação libertadora. A ação do MEB se dava principalmente via programas educacionais e religiosos através do rádio.

Disponível em < <http://www.meb.org.br/conhecaomeb/descriacaoentidade/> > Acesso em maio de 2008.

Nesse período, o número de sindicatos deu um significativo salto, definindo matrizes da prática sindical, chegando a três centenas (Costa, 1996). É o período do governo João Goulart, fase do trabalhismo brasileiro. Para Costa (1996), Goulart tenta, com a regulamentação dos STRs, ampliar sua base de sustentação política e conter os movimentos sociais mais radicais, como as Ligas Camponesas. Pretendia forjar um novo agrupamento político sindical, esvaziando, de um lado, estes setores totalmente fora de seu controle e desarticulando, por outro, o poder privado do latifúndio, base de dominação da política regional que enfrentava o governo federal. A superação do latifúndio era considerada pela corrente nacional-desenvolvimentista – projeto articulador do governo de Jango – um pré-requisito para a industrialização do país. Era também um mecanismo do poder público para se contrapor ao poder privado do latifúndio.

Para Ricci (1999), os sindicatos então reconhecidos seguiam o perfil político das alianças adotadas pelo Ministério do Trabalho da época, em especial aqueles reconhecidos por Almino Afonso, aliado do PCB e por André Franco Montoro, filiado ao Partido Democrata Cristão. Na gestão desses dois ministros, foram reconhecidos mais de 100 STRs, dirigidos ou por sindicalistas comunistas, ou por lideranças da Igreja, notadamente dos Círculos Operários. A Ação Popular, setor da Igreja Católica, teve peso em Minas Gerais. No sul do país, principalmente no Rio Grande do Sul, as principais disputas se deram entre a Frente Agrária Gaúcha e o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER). Entretanto, na Comissão Nacional de Sindicalização Rural, o PCB conseguiu ter um desempenho e influência considerável.

Na primeira diretoria da CONTAG, fundada 1963, forjou-se uma composição conforme diferentes forças; quatro cargos foram destinados ao PCB, três para a Ação Popular (AP) e dois para os grupos da Igreja vinculados ao setor mais conservador, que só conseguiu obter cargos secundários (Dreifuss, 1981, Medeiros, 1989 e Costa, 1996). Quanto às Ligas, marcadas por profunda crise interna, ficaram ausentes da disputa, pelo menos enquanto organização atuando unida (Medeiros, 1989). Do Rio, José Pureza foi eleito suplente da diretoria e Bráulio Rodrigues foi eleito para o Conselho Fiscal Efetivo (Grynszpan, 1987 e O'Dwyer, 1988).

Tal composição foi fruto de duras negociações de algumas forças e exclusão de outras. Em outubro de 1963, convém lembrar, a título de ilustração, que as federações cristãs de Sergipe, Rio Grande do Norte e Pernambuco haviam fundado a CONTAG em um encontro em Recife, iniciativa esta vedada em seguida pela Comissão Nacional de Sindicalização Rural (CONSIR) (Dreifuss, 1981 e Medeiros, 1995). Dreifuss (1981) destaca que o CONSIR declarou que o Paraná não fora convidado a tempo e que muitas federações estavam, nessa época, em processo de reconhecimento. O autor nos dá um panorama da época:

“Em dezembro de 1963, houve um segundo encontro, para o qual foram convidadas todas as outras federações existentes. Até o dia 31 de dezembro, o Ministério do Trabalho reconheceu 256 sindicatos e dez federações, enquanto 557 outros sindicatos e 33 outras federações aguardavam reconhecimento. Esses números contrastavam acentuadamente com a situação anterior à década de sessenta, quando havia apenas seis sindicatos rurais em todo o Brasil; esses números também proporcionavam uma medida clara da ampla mobilização camponesa e o intenso processo de politização que ocorria no campo. A CONSIR convidou, finalmente, vinte e quatro federações para o encontro de dezembro. A ULTAB controlava o maior número de delegados (dez federações). Seis tinham uma orientação

católica, entre moderada e conservadora, ao passo que oito se inclinavam para a Ação Popular e o MEB. A AP e grande parte do MEB acabaram por formar uma frente com a ULTAB. Com isso, a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura achava-se sob o controle do bloco nacional-reformista. Os grupos da igreja incluindo o SORPE, a FAG em Goiás, o SAR, os Círculos dos Trabalhadores e alguns moderados do MEB não alcançaram nenhum controle sobre a CONTAG” (Dreifuss, 1981: 305).<sup>8</sup>

A posse da diretoria da CONTAG realizou-se no auditório do Sindicato dos Bancários, na cidade do Rio de Janeiro, com a presença do presidente da SUPRA<sup>9</sup> e do Ministro do Trabalho. A CONTAG assumiu dois compromissos básicos: a luta pelo reforço e ampliação dos sindicatos, bem como de manter a unidade do movimento e a encampação das resoluções do Congresso de Belo Horizonte. Especificamente no que diz respeito aos conflitos de terra, constava no plano de ação da CONTAG a extinção dos despejos, levantamento das áreas de posse que estavam em atrito para tomada de medidas de proteção dos verdadeiros “posseiros”, com concessão dos títulos de posse.

Como observou Medeiros (1995: 194), embora essas demandas não apresentassem nada de novo em relação à trajetória das organizações e reivindicações anteriores, elas propunham a consolidação, através da institucionalização, do reconhecimento e interlocução com o Estado, que foram construídas durante os anos anteriores. Contudo, essa relação não se dá de forma determinista. O próprio espaço das Federações nos estados era extremamente dinâmico com múltiplas práticas que inauguravam uma nova realidade no país. Basta lembrar que as tradicionais relações dos trabalhadores com a terra foram sendo solapadas pela sua expulsão das áreas ocupadas, tanto no Nordeste, quanto no Sul e no Sudeste.

Com o Golpe Militar de 1964, a CONTAG sofreu intervenção. O interventor foi José Rotta, dos Círculos de São Paulo, que dirigiu a CONTAG até 1968. É neste contexto que a trajetória política do movimento sindical, traçada a seguir, deve ser entendida, permitindo compreender o ideário e a concretude histórica da CONTAG. Cabe analisar os projetos políticos sindicais dos comunistas e da Igreja Católica no caso do Rio de Janeiro, como as forças que elaboraram as diretrizes centrais das ações sindicais nos conflitos de terra.

---

<sup>8</sup> Dreifuss (1981) destaca que o Serviço de Assistência Rural (SAR), desde 1949, fora ativa na promoção de limitada mudança social a nível local no Estado do Rio Grande do Norte. Iniciado em Natal, o movimento se firmou e em 1961 já havia se estabelecido em Pernambuco, a qual deu origem ao SORPE. O Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (SORPE) havia sido fundado numa reunião de aproximadamente vinte e seis padres da zona rural promovida por Dom Eugenio Sales, Bispo de Natal, e alguns outros bispos de Pernambuco, incluindo Dom Carlos Coelho e Dom Manoel Pereira. A tarefa principal foi organizar os trabalhadores rurais em torno de cooperativas e sindicatos, sob a direção dos padres Crespo, de Jaboatão e Melo, do Cabo. O SORPE procurava levar os trabalhadores rurais a uma ação que, embora questionasse o nível de sua exploração, fosse moderada. A doutrina social da Igreja, apesar de crítica a um capitalismo “desumano”, sempre buscou a conciliação do capital com o trabalho. Do ponto de vista político, é importante ressaltar a ligação desta entidade com o consulado dos Estados Unidos no Recife, cujo cônsul costumava estar nos seus eventos mais importantes.

<sup>9</sup> Em finais de 1962 o Governo Federal criou a Superintendência de Política e Reforma Agrária (SUPRA), que teve suas atividades em início de 1963, apontando para o reconhecimento da necessidade de intervenção na estrutura fundiária. À SUPRA competia colaborar na formulação da política agrária do país, além de planejar, promover e executar medidas complementares de assistência técnica, financeira, educacional, sanitária e outras de caráter administrativo. A ela eram atribuídos poderes especiais de desapropriação, afim de que se pudesse promover a justa distribuição da propriedade e condicionar o seu uso ao bem-estar social.

## 1.2 O PCB e a FALERJ

Os principais estudos disponíveis reconheceram um campo de forças no estado do Rio de Janeiro que incluía o PCB e a FALERJ (Medeiros, 1984; Grynszpan, 1987 e O'Dwyer, 1988). Estes trabalhos alertam que, embora o movimento sindical rural tenha tomado impulso somente no início dos anos 60, quando da fundação e o reconhecimento de sindicatos por parte do Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS), as principais forças que consolidaram práticas políticas de luta no campo no Rio de Janeiro, podem ser identificadas a partir de fins dos anos 40 e meados dos anos 50. Para Grynszpan e O'Dwyer, o principal sujeito político de alcance nacional registrado é o PCB, força que se tornou hegemônica na FALERJ, que posteriormente se transformou na FETAG quando foi reconhecida pelo MTPS, em 1963.

Desde 1922, ano de sua fundação, destaca Medeiros (1989: 27), o PCB demonstrou preocupação com a questão agrária, tendo como bandeira a reforma agrária, mas “não desenvolvera nenhum trabalho sistemático no meio rural”, sofrendo dura repressão nas duas décadas seguintes. A reorganização de suas ações ganhou força após o fim da II Guerra Mundial, em 1945, quando o Partido conquista direito à legalidade (Medeiros, 1989 e Costa, 1996).

Já em 1946, na sua III Conferência Nacional, traçando como diretiva a ampliação de massas camponesas, aparecem reivindicações “menos radicais, porém capazes, uma vez conquistadas, de trazer melhoras, por menores que fossem, à situação de miséria dos camponeses” (Medeiros, 1989: 28).<sup>10</sup> Para Medeiros, é a partir da categoria campesinato que é

“(...) resgatada de uma dada compreensão do desenvolvimento do capitalismo nos países europeus, que o PCB vai tentar forjar uma identidade que englobasse a complexa diversidade de situações presentes no campo e uma bandeira que lhe daria um sentido histórico: a reforma agrária” (Medeiros, 1989: 28).

Medeiros (1989: 28) destaca que o Partido procurou se aproximar apoiando as lutas pela abolição dos vales e barracões, “por maior garantia de renovação dos contratos de arrendamento, liberdade de comércio, diminuição de impostos e fretes, crédito barato etc”. Sobre as formas de organização, Medeiros afirma:

“No bojo dos conflitos que emergiram, foram duas as formas de organização privilegiadas: os sindicatos e as associações civis, tais como associações, ligas, uniões e irmandades. Os sindicatos eram a organização dos trabalhadores que, de alguma forma, podiam ser considerados como assalariados, como era o caso dos colonos, moradores e camaradas. As associações civis, por sua vez, destinavam-se aos que de alguma forma tinham acesso à terra ( posseiros, arrendatários, meeiro e etc) e cuja luta se

<sup>10</sup> A autora se refere a cita as Resoluções Aprovadas na III Conferência Nacional do PCB, em 15/7/1946, com base em Carone (1982).

voltava principalmente contra os despejos, aumento de pagamentos sobre o arrendamento, culminando nas demandas por alterações fundiárias” (Medeiros, 1989: 26).

Em 1947, quando o PCB foi posto na ilegalidade, sofrendo enorme repressão, a orientação geral dos comunistas foi apropriada e reinterpretada por diferentes militantes do partido, que a partir da disputa local, cotidiana, formularam sua ação política e sindical. Pureza (1982), por exemplo, relata que resolveu viver no campo em 1947, com a intenção de viver da lavoura, e ajudar “os camponeses a se organizar e lutar por suas reivindicações”.

“Nessa época eu trabalhava na construção civil na cidade do Rio de Janeiro como estucador e participava das lutas operárias. Os trabalhadores da cidade estavam se organizando, mas no campo não havia nada nesse sentido e eu achava que os dois movimentos – campo e cidade – deveriam marchar juntos” (Pureza, 1982: 17).

No Rio de Janeiro, para Grynszpan (1987) e O’Dwyer (1988), algumas idéias ganharam força, embora as diretrizes fossem ainda bastante tênues: pessoas que, apesar de muitas vezes terem origem camponesa, tiveram uma passagem pela cidade, por movimentos de trabalhadores urbanos e eram, muitas delas, ligadas ao PCB, parece que compreenderam as peculiaridades da situação, transformando um conflito fundiário numa experiência de luta que guardou muitas marcas.

Grynszpan (1987: 98) afirma que, no fim dos anos 40, o Partido Comunista tinha uma penetração limitada nas áreas da Baixada, como em todo o resto do estado. Havia militantes isolados, que se envolveram para a tarefa de organização dos trabalhadores do campo, embora considere que “o deslocamento de atividades para o campo não foi exclusivo do estado do Rio de Janeiro, correspondendo, isto sim, a uma política nacional”, traçada na III Conferência Nacional, em 1946. No entanto, destaca que, em março de 1947, o jornal comunista “A Classe Operária” publicava que, embora crescesse a influência do PCB nos meios rurais, “este crescimento não vinha acompanhando o agravamento das condições objetivas no campo”.

O’Dwyer (1988) também enfoca a trajetória política das lideranças e, a partir daí, a relação deste com o PCB e outros dirigentes.

“A partir de 1948, teve início, em várias regiões do estado, uma atividade de intensa pregação política, com a chegada ao campo de alguns militantes operários, que se voltaram para organizar os trabalhadores deste setor. Egressos do movimento sindical José Pureza, Bráulio Rodrigues e Manoel Ferreira de Lima haveriam mais tarde de afirmar-se como líderes camponeses, reunindo-se à frente dos organismos de representação destes agrupamentos de trabalhadores, justamente no período de proscrição do PCB, após seus breves anos de legalidade (1945-47)” (O’Dwyer, 1988: 35).

Mas não se deve concluir, segundo a autora, que, a partir da origem dos líderes do PCB e de seus quadros e simpatizantes, as primeiras organizações camponesas tenham surgido conforme um plano concebido. Nesse período, os militantes que constituíram o núcleo de liderança no campo fluminense encontravam-se desgarrados da organização, em função da clandestinidade que lhes fora imposta.

“Há inclusive notícias de que o partido resolvera concentrar suas atividades na área urbana, reorganizando aí seus quadros e deixando de lado, neste contexto, o meio rural. De início, não apenas inexistia qualquer ligação entre José Pureza, que se estabeleceu em Xerém, no município de Caxias, Manoel Ferreira, de Magé e Bráulio Rodrigues, recém-chegado a Nova Iguaçu, como também suas trajetórias de vida eram até então diversas” (O’Dwyer, 1987: 36).

Quanto à ação política encetada por algumas lideranças e as bandeiras de luta no Rio de Janeiro, O’Dwyer (1988: 44-45) destaca que “uma vez estabelecidos na área rural, ao que tudo indica as teses sobre a reforma agrária e a conquista de direitos civis (legislação agrária e trabalhista)”, que vieram a ser as principais bandeiras do movimento, inexistiam nesses primórdios e só depois foram desenvolvidas em um discurso comum, “que juntava desde os camponeses em luta e sua liderança, até o movimento sindical urbano e os partidos políticos”. Segundo Grynszpan (1987) e O’Dwyer (1988), a tônica dos agrupamentos políticos na década de 40 era o crescente número de despejos.

Em fins dos anos 40 e início dos 50, a orientação organizativa e metodológica que o PCB estimulou e fortaleceu foi a criação de associações civis, que se propagaram no estado do Rio de Janeiro, Paraná, São Paulo e Pernambuco e, em seguida, nos estados vizinhos, também com forte influência dos comunistas. Sob as suas bênçãos, formava-se o espectro da organização dos trabalhadores no campo que caminhava por uma formulação com características que se repetiam em alguns estados, colocando em prática um tipo de atuação política comum (Grynszpan, 1987; O’Dwyer, 1988; Medeiros, 1989; Costa, 1996 e Silva, 2006).

Na análise de Costa (1996) e Ricci (1999), as associações marcaram um período de virada nas estratégias de atuação do PCB. Os autores destacam a Resolução Sindical de 1952 como um momento em que os comunistas procuravam corrigir o que denominaram de linha “radical” e “esquerdista” que o partido vinha tomando. Não há uma data muita precisa que norteie os argumentos dos autores, até porque a gama de exemplos utilizadas nas obras é enorme, mas, grosso modo, a linha “esquerdista e sectária”, de um lado, e a integração ao processo político dentro de uma ampla frente nacional, de outro, marcaram um incômodo impasse para o PCB nos anos 50 até o golpe militar.

O exemplo das primeiras associações no Rio de Janeiro é ilustrativo de um trabalho que não obedecia cegamente à linha de confronto de alguns setores neste momento. As fontes disponíveis trazem poucas informações sobre a relação das lideranças que vinham se construindo no campo e o PCB nacional. Mas mostram que a organização por meio de associações foi indicada por advogados ligados ao PCB. Mais do que isso, havia quem reconhecesse as virtudes de um trabalho que não visava a revolução e, sim, resolver os problemas imediatos dos trabalhadores rurais no Rio de Janeiro (Grynszpan, 1987).

Nesse momento, começou a ganhar fôlego duas características que permearão as décadas seguintes: o diálogo com o Estado e o direito como campo de conflito, que se fortalecia a partir de uma assessoria jurídica.

A formação de associações de lavradores no estado do Rio de Janeiro, partiu de dois pólos iniciais localizados na Baixada Fluminense. É possível distinguir duas associações no início dos anos 1950: a Associação dos Lavradores Fluminenses (ALF),

em Duque de Caxias, e outra em Nova Iguaçu, a Sociedade dos Lavradores de Pedra Lisa (Medeiros, 1984 e Grynszpan, 1987).

Tanto a Sociedade de Pedra Lisa quanto a Associação dos Lavradores Fluminenses tinham o mesmo objetivo mais imediato, qual seja, a defesa e a organização dos lavradores contra os despejos que vinham enfrentando. Um aspecto singular dessas associações era sua relação direta com os locais dos conflitos. Entretanto, na visão de Grynszpan (1987: 102) e O'Dwyer (1988: 45), a denominação de cada uma das associações permite perceber diferentes objetivos de médio e longo prazo. Enquanto uma tinha uma atuação mais restrita ao município de Nova Iguaçu, a outra pretendia ser uma associação de todos os lavradores fluminenses. Segundo O'Dwyer:

“De fato, depois de iniciada a luta de Xerém, Pureza e seus companheiros atenderam a chamada de camponeses de vários distritos e municípios do Estado do Rio de Janeiro, criando nestes lugares núcleos da Associação dos Lavradores Fluminenses, mantidos com a mensalidade paga pelos filiados e por campanhas financeiras (rifas, festas), sem subvenção governamental” (1988: 46).

A participação de lideranças da ALF na Frente Ampla Nacionalista<sup>11</sup> foi intensa. Segundo O'Dwyer (1988: 134), em 1953, na I Conferência Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (CNTA), que ocorreu em São Paulo, a ALF ficou com a vice-presidência da Comissão Central promotora da II CNTA. Uma das atividades realizadas para a preparação da Conferência foram os encontros regionais em mais de 10 estados.<sup>12</sup> Dois foram realizados no Rio de Janeiro. Um no Norte do Estado e o outro em Caxias, além de uma Conferência Estadual de Trabalhadores Agrícolas (Grynszpan, 1987; O'Dwyer, 1988; Costa, 1996).

Em 1954, com apoio da União Internacional dos Sindicatos de Trabalhadores na Agricultura, Florestas e Plantações (UISTAF), ocorreu a II Conferência Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (CNTA), que reforçou a necessidade de fundação de associações e sindicatos rurais, a partir dos novos imperativos internacionais.<sup>13</sup> Foi aprovada a Carta dos Direitos e Reivindicações dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil. Nesta Carta, segundo O'Dwyer, salientaram-se medidas de reforma agrária, legislação já existente e projetos em curso no Congresso Nacional, a situação dos trabalhadores nas plantações e as organizações camponesas e de trabalhadores agrícolas e seus problemas (O'Dwyer, 1988 e Costa, 1996). Ainda na

---

<sup>11</sup> Essa Frente abrangeria o proletariado, os camponeses, a pequena burguesia e todos aqueles com contradições com o imperialismo norte-americano. O PCB durante toda a década passava por momentos de profunda disputa de teses sobre seus rumos. Costa (1996: 21) destaca como impasse o sucesso em algumas experiências à margem de sua pregação revolucionária e, sobretudo, na campanha de “O Petróleo é Nosso” e na luta pela paz no momento crítico da Guerra Fria. Por outro lado, afirma o autor, “os comunistas amargavam inúmeros reveses em suas tentativas de radicalização do processo político, o que os colocava fora do movimento social”. Costa destaca uma das teses apresentadas em encontro do Partido, em 1960: “em lugar de insistir, a todo transe, na radicalização artificial das lutas, passávamos a admitir o emprego de formas de luta legais e pacíficas, desde as mais elementares, capazes de contribuir para a modificação política das massas e para a acumulação de forças” (PCB Apud Costa, 1996: 21)

<sup>12</sup> A lista dos estados brasileiros participantes encontra-se em Costa (1996: 30).

<sup>13</sup> O PCB orientava-se pelas teses elaboradas pela II Internacional a respeito de países coloniais e periféricos que operacionalizavam os conceitos de imperialismo e feudalismo como contradições prioritárias da luta revolucionária (Costa, 1996 e Ricci, 1999).

Conferência Nacional, foi criada a ULTAB, com objetivo de coordenar as lutas camponesas que vinham ocorrendo. No lançamento da campanha, em 1955, em São Paulo, O'Dwyer (1988: 147) destaca que o jornal "Terra Livre" colocava a reforma agrária como medida de justiça social, que interessava também aos operários, a grande maioria da população das cidades, ao comércio e a indústria. Segundo Medeiros (1982), a ULTAB seria, a partir de então, a face legal do PCB para as questões relativas ao campo.

Mas as alianças que vinham sendo feitas, considerando Grynszpan (1987) e O'Dwyer (1988), foram marcadas por uma instabilidade no trabalho desenvolvido entre o PCB e as forças de Caxias e Campos. A presença do PCB foi pontual, não havendo ainda um trabalho mais centralizado como o realizado no período posterior. Medeiros (1984) destaca o seguinte relato de José Pureza:

"(...) a força começou mais de 58. Foi por ai assim que começou a aguçar, porque nós precisava realmente, a primeira coisa, de ser acreditado. E não é qualquer coisinha que a pessoa chega no campo e vai sendo logo acreditado. Só depois que os camponeses viram que nós estava ali era para valer e pra ajudar mesmo de fato, é que eles começaram a dar uma certa atenção, ao ponto de qualquer convocação que era feita, os companheiros apareciam em massa" (Cit. Medeiros, 1984: 03).<sup>14</sup>

Grynszpan (1987), no entanto, alerta que associar de forma direta a FALERJ ao PCB, vendo naquela um retrato fiel desta, seria encampar a própria imagem que os militantes comunistas procuram passar do movimento camponês fluminense, ou seja, que eles exerciam controle absoluto sobre elas. O autor argumenta que mesmo que a ligação entre a FALERJ e o PCB no campo fluminense fosse tão estreito, não seria possível afirmar que ela seguisse à risca a linha nacional traçada pelo Partido.

O'Dwyer (1988) também trabalha as fronteiras dessa aliança em meados dos anos 50, proporcionando um panorama sobre o cenário do PCB e a prática reproduzida e instituída no estado do Rio. Utilizando principalmente matérias publicadas nos periódicos publicados pela PCB, principalmente o "Terra Livre", a autora foca o campo estadual e nacional, questionando o porque da ALF não estar na diretoria da ULTAB, a partir da II CNTA. A autora entende que a formação da ULTAB subordinava as associações de lavradores e trabalhadores agrícolas às formas de mobilização empreendidas ao movimento operário, com destaque às greves que, no caso do campo, deveriam ser pelo cumprimento da legislação trabalhista e extensão da CLT ao campo.

Assim, a campanha lançada pela CNTA em prol de cinco milhões de assinaturas pela *reforma agrária democrática* aparecia como um projeto em que a ULTAB procurava aumentar sua expressão no campo político. Mas a campanha pela reforma agrária democrática fracassou no Rio de Janeiro. As associações de lavradores e trabalhadores do estado contribuíram com um número reduzido de assinaturas, totalizando 2.000 em fevereiro de 1956. As questões que levaram os trabalhadores a recorrer aos dirigentes das associações, formando núcleos a elas filiados, diziam respeito às ameaças de despejo e demais imposições dos proprietários de terra.<sup>15</sup> Por fim, destaca O'Dwyer (1988), no que diz respeito ao envolvimento dos poderes do

<sup>14</sup> Dados de entrevista de José Pureza à FASE. Citado por Medeiros, 1984

<sup>15</sup> Tal situação, de um certo modo se aproxima da independência que Grynszpan (1987) sugere que existe entre o PCB e a FALERJ. Para o autor, é preciso ter em conta que, no dia-a-dia da relação entre o PCB e a FALERJ, em momentos interessava exaltar certas alianças, bandeiras, em outros não. Dentro do próprio PCB, destaca Grynszpan, há muitas diferenças na atuação dos militantes nos estados.

Estado, a desapropriação por interesse social era a prática mais destacável, pressionando a presidência da República para criar grupos de trabalho e estudo relativos aos pedidos de desapropriação. Mas, no estado do Rio, a luta principal era pelo usucapião, tendo como palco principal dos embates o Judiciário, e não o Executivo. Só na virada da década de 50 para 60 cresceram os pedidos de desapropriação.

O'Dwyer defende, no entanto, que começaram a existir algumas ligações entre as bandeiras do PCB e as demandas da ALF. O PCB facultou às diversas categorias de trabalhadores do campo, através de seus órgãos representativos, acesso a uma identidade política e social reconhecida por pertencer a um campo sindical. Além disso, a autora aponta que estes foram anos em que a bandeira da reforma agrária, por esforço da ULTAB e do PCB, pouco a pouco começou a ganhar força no interior das lutas, sendo subscrito por outras diversas categorias de trabalhadores, como a solução para o caráter feudal do campo brasileiro.<sup>16</sup> Estabelecia-se uma ligação entre ações coercitivas e as ameaças de despejo dos trabalhadores em diversos municípios do estado, relacionando casos entre diversas categorias de trabalhadores, como por exemplo, posseiros e arrendatários. Iniciava-se um corpo unificado de reivindicações e as questões particulares começavam a ganhar sentido dentro de estratégias mais amplas. Ligava-se o problema de um conflito ao outro. Não obstante as denúncias contra os despejos e o fato dos lavradores estarem se organizando em torno de associações de lavradores, destaca O'Dwyer (1988), o material jornalístico produzido pelo PCB, dentre outras frentes, mostrava o esforço da ULTAB em unir o Sindicato do Empregados Rurais de Campos na luta pela reforma agrária.

A idéia de instabilidade no trabalho desenvolvido nos estados entre o PCB e as forças locais também é marcante no panorama nacional. Para Medeiros (1989: 51), foi extremamente complexo e nem sempre bem sucedido o esforço do PCB de dar às associações uma unidade programática que articulasse as bandeiras de luta mais gerais com as reivindicações mais imediatas dos trabalhadores. A autora destaca que a ULTAB, em relatório, identificava as seguintes dificuldades: dispersão dos trabalhadores em áreas distantes, sujeitos ao controle dos patrões e proprietários de terra; forte exploração e negação dos direitos dos trabalhadores; migrações constantes e a falta de tradição de organizações no campo no país.

Já para Costa (1996: 46), a atividade da ULTAB foi intensa nos primeiros anos após a sua criação. A crise que quase interrompeu o trabalho da ULTAB começou em 1956, 1957, e estava relacionada, primeiramente, a setores do partido terem apoiado a eleição de Juscelino Kubitschek, acentuando a divisão entre correntes. No ano seguinte, destaca o autor, o problema se agravou, “absorto que estava o Partido Comunista com as discussões teóricas e organizacionais” frente os relatórios secretos de Kruschew, que abriram uma profunda crise no PCB.<sup>17</sup>

O diagnóstico dessa fragilidade de organização não deve ser confundido, segundo Medeiros (1989: 52), com um pequeno número de conflitos. A autora observa que as páginas dos jornais estavam repletas de notas sobre expulsão dos trabalhadores e ameaças de greve, mostrando que o grande desafio era dar organicidade a essas

---

<sup>16</sup> Em Resolução de 1958, o PCB identifica os objetivos que determinava sua prática política: “As sobrevivências feudais obstaculizam o progresso da agricultura, que se realiza, em geral, lentamente, mantém o baixíssimo nível de vida das massas camponesas e restringem de modo considerado as possibilidades de expansão do mercado interno” (Citado por Ricci, 1999: 72).

<sup>17</sup> Stalin morreu em 1953. Depois de algumas disputas de poder, a cúpula do Partido Comunista da URSS (PCUS), elegeu Nikita Krutchev o principal dirigente do país. Em 1956, no XX Congresso do PCUS, Krutchev fez um discurso revelando crimes do governo de Stalin. Atacou o culto ao personalismo, libertou presos políticos, abrandou a censura, denunciando o que considerou como crimes de Stalin.

tensões. No Rio de Janeiro, segundo Grynszpan (1987) e O'Dwyer (1988), também era crescente o número de conflitos. Para Ricci (1999), registraram-se diversas lutas de resistência pela posse da terra no Paraná, Goiás, São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Paraíba e Maranhão, em função da especulação imobiliária e o avanço da monocultura de exportação.

Essa instabilidade na aliança parece que durou até 1959 (Medeiros, 1989; Costa, 1996 e Ricci, 1999). Um elemento que pesou para a transformação do período foram conferências e encontros de caráter regional e estadual, segundo Medeiros (1989) e Costa (1996). Para Medeiros:

“Esse era, concretamente, o caminho para a socialização das experiências e para a difusão de teses, nas quais se construía um lugar histórico para as lutas e onde se lhes procurava dar um sentido que ultrapassava seu imediato. Basta apontar que, entre 1955 e 1961, registramos 21 encontros de trabalhadores, a grande maioria de base estadual. Dois deles, a I Conferência da ULTAB e o Congresso Camponês de Belo Horizonte, tiveram perfil nacional” (Medeiros, 1989: 50).

O peso dos encontros e congressos também é destacado por O'Dwyer (1988). A autora chama a atenção para uma prática que deixou marcas no movimento sindical nos anos seguintes: as conferências estaduais preparatórias para as conferências nacionais, dando, inclusive grande impulso à criação de associações nos anos 50.<sup>18</sup>

O processo organizativo culminou na realização de um encontro, a I Conferência Estadual de Lavradores do Rio de Janeiro, em 1959, com a participação de dezenas de associações, representando, segundo O'Dwyer (1988: 167), 28 municípios e seus 450 delegados, que representavam aproximadamente dez mil associados. Desse encontro nasceu a FALERJ, que passou a congregar 13 associações municipais com cerca de 16.000 associados registrados em 1960. O patrocinador do encontro foi o Governo do Estado, afirmam Medeiros (1984) e Grynszpan (1987), tendo à frente o recém empossado Roberto Silveira, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), e que, já desde o período de campanha, vinha assumindo compromissos com os lavradores, buscando formar bases de apoio no campo.

Do encontro resultou, além de uma pauta de reivindicações que abarcava desde a posse da terra até assistência médica, passando pelo crédito, transporte e educação, também a resolução de ampliar a criação de associações de lavradores (Medeiros, 1984; Grynszpan, 1987; O'Dwyer, 1988). O'Dwyer (1988) destaca que a questão da reforma agrária foi a que mais importou aos participantes da Conferência.

“(...) em determinado momento, na comissão que tratava dos problemas ligados à reforma agrária (‘houvera uma que versava especificamente sobre os trabalhadores das plantações e a aplicação das leis que os beneficiam’), se reuniram para discutir o assunto mais de 250 delegados” (Telles Apud O'Dwyer: 1988; 167- 168).<sup>19</sup>

A fundação da FALERJ, que imediatamente se filiou à ULTAB, se era um demonstrativo do avanço das organizações camponesas, por outro lado, impulsionou o

<sup>18</sup>

No caso dos anos 60 e 70, também é marcante como característica de prática sindical as conferências preparatórias para encontros nacionais, impulsionando a criação de sindicatos.

<sup>19</sup> Telles, Jover. “O movimento sindical no Brasil”. Rio de Janeiro, Ed. Vitória, 1962, p. 97.

esforço de alguns setores do governo estadual de controlar esse processo. Medeiros (1984: 04) defende que a mudança do governo do estado que se verificou em 1959, com a ascensão do PTB e de Roberto Silveira, marcou uma nova época nas relações do executivo estadual com os camponeses. “Iniciou-se um maior diálogo, o que, todavia não anulou os esforços no sentido de conter o avanço das associações”. Para Medeiros (1984), esse período tem uma série de implicações para as quais é preciso atentar. Primeiro porque o esforço de conter as associações teve como uma das principais medidas a criação de uma outra Federação, a Federação dos Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (FLERJ), em junho de 1960 e que chegou a contar com o apoio de quase uma dezena de associações. No governo, essa ligação prosseguiu por meio do executor do Plano da Ação Agrária (Medeiros, 1984; Grynszpan, 1987). Como ressalta Grynszpan, foi nas áreas em que o Plano Agrário<sup>20</sup> desenvolveu sua atuação, que o Governo conseguiu formar as suas associações, congregando-as, posteriormente, na FLERJ.

Um mês após a Conferência no Rio de Janeiro, a ULTAB promoveu o que considerou sua I Conferência Nacional, em São Paulo, que contou com a participação dos estados do Rio de Janeiro, Paraná, São Paulo, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Minas Gerais, Distrito Federal, Pernambuco e Ceará (O’Dwyer: 1988; 168). Ainda em 1959, Lyndolpho Silva, do estado da Guanabara, assumiria a Presidência da ULTAB, transformando-se mais tarde, no presidente da CONTAG (Costa, 1996: 57). José Pureza ficou no Conselho Fiscal (Grynszpan, 1987 e Costa, 1996). Segundo o jornal “Novos Rumos”, destaca Grynszpan (1987: 144), a delegação fluminense foi a mais expressiva do encontro, contando com 34 representantes.

Os temas tratados obedeceram aos critérios de prioridade estabelecidos pela “Carta dos direitos e reivindicações”, destaca O’Dwyer (1988: 169), fixado cinco anos antes na II CNTA, salientando-se os que se seguem: “medidas de reforma agrária, legislação já existente e projetos em curso no Congresso Nacional; a situação dos trabalhadores nas plantações; as organizações camponesas e de trabalhadores agrícolas e seus problemas”.

O reflexo das deliberações dos congressos, no dia-a-dia das ações da FALERJ, foi objeto de estudo de Grynszpan (1987) e O’Dwyer (1988). Grynszpan (1987) defende que nesse período,

“era a luta pela terra o principal objetivo da FALERJ. E como eram os posseiros que, efetivamente, vinham se levantando, era para eles que a federação efetivamente se voltava. Desta forma, ela não desenvolveu um

---

<sup>20</sup> Com as eleições de 1958, que levaram ao executivo estadual Roberto Silveira, do PTB, com o apoio do PC, o novo governo resolveu intervir, em 1959, diretamente sobre os conflitos de terra, criando Plano Agrário, que estabeleceu as linhas de ação do Plano de Colonização e Aproveitamento das Terras Devolutas e Próprias do Estado. Foram dezoito áreas desapropriadas nesse período. Destas, onze se localizavam na Baixada e as outras sete em outras áreas (Grynszpan, 1987: 195-196). No entanto, vale ressaltar que, em várias delas, não foi feito o necessário depósito e, em outras, foram necessários vários decretos para encaminhar a desapropriação (Medeiros, 1984).

O projeto previa que, pelo meio mais rápido deveriam ser delimitadas as áreas cultivadas por posseiros, em litígio. Nestas áreas litigiosas deveriam ser criadas sub-delegacias de polícia agrária para tranqüilizar os trabalhadores rurais. Também as terras devolutas deveriam ser demarcadas. O projeto colocava ênfase no cooperativismo. Segundo ele, as terras cultivadas e possuídas há mais de um ano e um dia deveriam ser entregues aos posseiros, que se inscreveriam como associados do Instituto de Previdência Social e comprometiam-se a integrar, por um prazo de dez anos, a cooperativa agrícola que o Governo patrocinaria (Medeiros, 1984 e Grynszpan, 1987). A principal reclamação dos trabalhadores era quanto a obrigatoriedade de se manter associado à Cooperativa criada pelo Plano Agrário por esse período.

trabalho consistente por aqueles que julgavam ser os interesses dos assalariados agrícolas” (Grynszpan, 1987: 136).

O autor argumenta que Pureza referia-se aos assalariados como se já se encontrassem assistidos e indica que a leitura dos jornais e entrevistas também não sugere que a FALERJ desenvolvesse um trabalho com arrendatários e parceiros, embora houvesse “elementos dessas categorias nos quadros da associação, no sentido estrito da legislação”.

Para O’Dwyer (1988: 171), nos anos posteriores, a prevalência da luta pela terra dentro da FALERJ não a impediu de conjugar a reforma agrária e legislação trabalhista para os assalariados, reafirmada na conferência nacional de 1959 da ULTAB.

“Tanto é assim, que numa notícia de Terra Livre anunciando a realização em Campos de uma reunião preparatória para a II Conferência Estadual, com o apoio do Conselho Sindical de Campos e coordenada pelo Sindicato dos Empregados Rurais, lê-se o seguinte destaque: ‘Pela reforma agrária: lavradores de Campos preparam-se para a 2ª. Conferência estadual’” (O’Dwyer, 1988: 171).

A II Conferência da FALERJ foi realizada no mês de setembro de 1961, no Estádio Caio Martins, em Niterói. O evento contou com a presença do presidente da ULTAB, Lyndolpho Silva, sendo ainda realçado o comparecimento do deputado Francisco Julião, dirigente das Ligas Camponesas (O’Dwyer, 1988). O encerramento do encontro contou com a presença de diversos parlamentares, do prefeito de Niterói e do Governador do Estado, na época Celso Peçanha<sup>21</sup>, indicando o significado político que assumiam as lutas pela terra naquele momento (Medeiros, 1984).

Os temas tratados foram: a situação dos lavradores e trabalhadores agrícolas do estado do Rio de Janeiro e luta por seus direitos e interesses; aplicação do Plano de Colonização e Aproveitamento das Terras Devolutas do próprio Estado, liberação e proteção das terras disponíveis e ocupadas, cadastros, critérios, processo de distribuição de terras, assistência social, crédito e cooperativismo; legislação e estrutura agrária brasileira; organização das associações civis e sindicatos de lavradores (O’Dwyer, 1988: 173).

Sobre as deliberações da II Conferência Estadual, consideradas mais importantes, destaca O’Dwyer (1988: 174), o periódico *Novos Rumos* registrara uma campanha pela sindicalização em massa dos homens do campo. Aparecia também a demanda de alterar o artigo 141 da Constituição Federal de 1946<sup>22</sup>, que tratava da desapropriação de terras, permitindo desapropriações sem prévia indenização em dinheiro, como modo de viabilizar a reforma agrária. Solicitou-se ao governo fazer o levantamento cadastral das propriedades e das terras devolutas. Os conferencistas ainda decidiram prestigiar a FALERJ e a ULTAB enquanto “suas autênticas dirigentes”. Elegeram os delegados para o I Congresso Nacional Camponês, em Belo Horizonte. A bandeira principal do encontro foi a reforma agrária que, neste Congresso, recebeu a adjetivação de “reforma agrária radical”, o que era distinto da “reforma agrária

<sup>21</sup> Celso Peçanha era vice-governador e assumiu o governo quando Roberto Silveira morreu num acidente em 1961.

<sup>22</sup> Na Constituição Federal de 1946, artigo 141, § 16: “É garantido o direito de propriedade, salvo o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro (...)”.

Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao46.htm)  
Acesso em janeiro de 2008.

democrática” que a ULTAB vinha defendendo até o momento, principalmente por sua tática de tensionar o Judiciário em suas leis e decisões (O’Dwyer, 1988: 176).

Parte significativa desse receituário afinava-se com a trajetória do PCB, com quem tinha reafirmado sua aliança na II Conferência Estadual. Absorvia desde elementos da teoria da revolução brasileira, que seria alcançada, através de medidas parciais, passíveis de serem sustentadas por uma política de frente única, mas absorvia também a bandeira da reforma agrária radical que, num primeiro momento, ficou sendo atribuída às Ligas Camponesas.<sup>23</sup>

A disputa de posições encontrou seu momento áureo no Congresso de Belo Horizonte, realizado em 1961. Convocado pela União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), esse Congresso teve a participação de trabalhadores de diversas regiões do país, inclusive das Ligas. Foi nele que estas, apesar de estar em minoria, conseguiram impor a bandeira em torno da reforma agrária radical, que se consolidou como eixo básico das reivindicações camponesas (Medeiros: 1989).<sup>24</sup>

As teses defendidas pela FALERJ somaram-se às discussões entre correntes nacionais, que foram se conformando até a década de 60. A bandeira da reforma agrária radical, mais ligada às Ligas Camponesas fora vencedora, com o apoio da FALERJ, que reafirmou sua filiação à ULTAB (O’Dwyer, 1988). Portanto, a ação da FALERJ não estaria diretamente vinculada às determinações políticas da frente à qual pertencia.

---

<sup>23</sup> Esta é, em tese, uma hipótese que precisa ser trabalhada, e não será no contexto deste trabalho, dado o recorte do objeto de pesquisa e as limitações do pesquisador. As fontes consultadas dão poucas informações sobre a relação entre a FALERJ e as Ligas de Pernambuco e outras forças.

Segundo Grynszpan (1987: 282), em meados de 1961, os jornais noticiaram a criação de uma Liga Camponesa em Barra Mansa, a primeira do estado. O município de Barra Mansa, contudo, não se afirmaria com um centro irradiador das Ligas. Segundo Grynszpan (1987: 283) pelo contrário, alguns elementos mais próximos a Francisco Julião no estado do Rio negam que a primazia na criação das Ligas tenha cabido a Barra Mansa, e atribuem a Cachoeiras de Macacu. Em junho de 1962, destaca Grynszpan (1987: 283-284), o jornal “O Semanário” expressava as posições do movimento, noticiava a fundação de mais uma Liga Camponesa no estado, agora em Campos. Por outro lado, por vezes, grupos de lavradores se autodenominavam Ligas Camponesas, ou mesmo eram chamados assim pelos próprios jornais, em alguns casos, pelo próprio Liga, sem que tivessem vínculos consistentes e duradouros com o movimento. Tal impressão é reforçada pelo relato de ocupação de Imbé. Segundo uma liderança estadual a época, quem organizou e preparou a ocupação foi a Liga de Campos, mas quem executou foi a FALERJ, pois as Ligas não tinham estrutura para sustentar o movimento. Na opinião de Grynszpan (1987: 285), onde as Ligas existiram, acabaram por serem rapidamente absorvidas. É o caso de Cachoeiras de Macacu.

Uma outra informação que obtivemos foi através de entrevista com José Agostinho Neto, ligado a ala do Círculo Operário no estado do Rio, e que depois assumiu a FETAG. Este dirigente afirma que um dos motivos de ter sido chamado para fundar o sindicato de Barra Mansa, foi a fundação de uma Liga, ligada a Ação Popular (AP). Mas o trabalho da Igreja não se resumiu a esse município na região. Barra Mansa, Valença, Paracambi e Cachoeiras de Macacu eram possibilidades que estavam sendo aventadas. Na opinião de José Agostinho Neto, “a ligação eram as disputas políticas” (Entrevista José Agostinho Neto a Leonilde S. de Medeiros. Niterói, 1982).

<sup>24</sup> Foram as seguintes as Declarações emanadas no I Congresso Nacional, em 1961: “(...) necessidade de uma ruptura imediata e liquidação do monopólio da terra exercido pelas forças retrógradas do latifúndio e o conseqüente estabelecimento do livre acesso à terra aos que queiram trabalhar. Direito de organização dos camponeses em associações, direito de sindicalização dos trabalhadores assalariados e semi-assalariados, aplicação da legislação trabalhista já existente pertinente aos trabalhadores rurais, ajuda efetiva e imediata às formas de economia camponesa existentes. Do ponto de vista mais diretamente ligado à reforma agrária, o Congresso demandava, entre outras, as seguintes medidas parciais: modificações da Constituição no que se refere à exigência de indenização justa, prévia e em dinheiro; levantamento cadastral das propriedades com área superior a 500ha; desapropriação das terras não aproveitadas desses imóveis, a partir dos centros urbanos; levantamento das terras devolutas; retombamento e atualização dos títulos de terra; imposto territorial progressivo; outorga de títulos a posseiros” (Medeiros, 1989: 58).

Cabe destacar, inclusive, que mesmo no estado do Rio de Janeiro tais posições não eram unânimes entre os comunistas (Grynszpan, 1987), quadro que segundo Medeiros (1995) e Costa (1996), se repetia nacionalmente.

Entretanto, a ULTAB e o PCB não saíram enfraquecidos deste congresso. Pelo contrário, aglutinaram em seu campo de força diversas federações, sindicatos e associações, que vinham avançando no encaminhamento de bandeiras e lutas mais gerais e, ao mesmo tempo, defenderam demandas referentes às diversas categorias de trabalhadores de suas bases.<sup>25</sup> Para O'Dwyer (1988), a manutenção da filiação da FALERJ a ULTAB passava pela concordância quanto à necessidade de um ideário mais aglutinador, incorporando bandeiras mais pontuais das diversas categorias de trabalhadores e, ao mesmo tempo, incorporando a reforma agrária radical. Para a autora, talvez fosse esse um dos principais motivos da filiação. Ou seja, o objetivo maior da FALERJ era uma reforma agrária, que seria alcançada também por outras medidas parciais.

No Rio de Janeiro, as ações da FALERJ foram bastante determinadas por esse debate. As principais práticas instituídas na luta pela terra ocorreram sob a direção das associações de lavradores fluminenses, em grande parte na Baixada Fluminense, mas já com presença em Casimiro de Abreu, Silva Jardim e Rio das Ostras. A conjuntura mais geral também havia mudado, pois o quadro de despejos e expulsões tendeu a se acentuar nos anos 50 e 60. Como desdobramento desse processo, os conflitos se estenderam para todo o estado, abrangendo áreas desde São João da Barra e Macaé ao norte do estado, chegando em Trajano de Moraes, Silva Jardim, Casimiro de Abreu, Itaboraí e Cabo Frio. Sua região de maior incidência, no entanto, foi aquela mais próxima à cidade do Rio de Janeiro (Grynszpan, 1987). O autor definiu a prática instituída em três linhas de luta: resistência na terra, ocupação e pedidos de desapropriação.

Segundo o autor, as resistências contra os despejos foram, ao longo dos anos de 1950 e 60, a principal forma de luta desenvolvida pelas organizações camponesas. Nelas se conjugavam diversas modalidades de ação. A orientação dada pelas associações era que os lavradores procurassem permanecer na terra o máximo de tempo possível, plantando bens de raiz, promovendo manifestações nas cidades, apelando às autoridades, sensibilizando deputados, denunciando violências aos jornais, além de ajuizar ações na justiça. Ao lado das manifestações públicas e das ações na justiça, os lavradores, em alguns casos procuravam permanecer nas terras através da resistência armada (Grynszpan, 1987: 153-154). Entretanto, segundo o autor, as resistências armadas não pareciam representar um recurso extremo, sendo identificadas como um recurso de auto-defesa. Eram articuladas às outras formas de ação, não excluindo os recursos à justiça.

Para Grynszpan (1987), as ocupações de terras não eram uma novidade no estado do Rio. O autor defende que existiam diferentes tipos de ocupação, que não são excludentes. Engloba desde as áreas da Baixada que vinham sendo apossadas por lavradores, até as ações nos anos 1960, organizadas pelas associações de lavradores, que passaram a orientar esses movimentos, classificando seus apossamentos como ocupações. Para Grynszpan (1987: 175-179), a ação política desenvolvida no campo a partir da Baixada, tanto com as resistências quanto com as ocupações, conformou a

---

<sup>25</sup> Para Medeiros (1989: 76), as Ligas, a partir de 1961, entraram em crise interna, quanto à possibilidade ou não de transformações sociais através da via pacífica. “Isoladas politicamente e tendo que enfrentar novos adversários (igreja e o estado), as Ligas só mantiveram sua força no estado de Pernambuco e da Paraíba. No entanto, mesmo aí encontraram uma concorrência acirrada com o PCB e a Igreja”.

imagem da região, e mesmo do estado, como áreas não controladas por proprietários, à disposição de quem quisesse ocupá-las, aumentando um fluxo existente de “relativa intensidade”, de populações rurais. O autor argumenta que se cristalizou um misto de práticas nos anos 60, que iam desde ações coletivas, como no caso de Imbé, até outras, mais corriqueiras, onde poucas pessoas entravam na área primeiro e esperavam um certo período de tempo apenas em barracos de sapé, sem suas famílias, plantando algumas poucas culturas como bananeira e mandioca para garantir sua subsistência, como no caso de Cachoeira Grande, em Magé. Todos os lavradores eram considerados como antigos posseiros, mesmo aqueles com pouco tempo de permanência na terra. Além disso, as zonas de resistência aos despejos constituíam-se em pólos de atração para novos lavradores. E, quando a resistência não era bem sucedida, a estratégia era entrar em outras fazendas, como fizeram as famílias expulsas da Fazenda do Largo, em São João da Barra.

A hipótese de Grynszpan é que poucas “propriedades legítimas” foram ocupadas, pois, era para as terras públicas griladas que se voltavam as organizações. As ocupações também apareciam como meio de forçar a solução dos conflitos. O levantamento da situação das áreas passava por levantamento em cartórios por advogados da FALERJ para, em caso de ocupações ou grilagem, terem boa acolhida do Governo, facilitando uma solução favorável. “O deslocamento de quadros da FALERJ e das associações não ocorria apenas no planejamento, mas na própria execução da ocupação, quer seja liderando, quer seja fornecendo a infra-estrutura” (Grynszpan, 1987: 169), como no caso de Capivari, em Duque de Caxias. Os mecanismos de arregimentação dos ocupantes eram diversos. “A FALERJ e as associações de lavradores encarregavam-se de espalhar a notícia das ocupações e de juntar as pessoas” (Grynszpan, 1987: 172). Podia ser em praças públicas, reuniões, ou mesmo com anúncios publicados em jornal.

Por fim, Grynszpan destaca que a desapropriação de terras em litígio era a principal reivindicação dos lavradores, tanto nas resistências quanto nas ocupações, a partir de fins dos anos 1950. Ela aparece pela primeira vez, de forma mais clara, como uma exigência da I Conferência dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Estado do Rio de Janeiro, em 1959. Os lavradores reivindicavam que as terras lhes fossem vendidas a prazo.

Grynszpan (1987) destaca que a desapropriação foi um recurso usado porque, diferente do usucapião, em que cabia a decisão ao juiz, a desapropriação era atribuição da União, dos estados e dos municípios, o que transferia a solução para o poder Executivo, muito mais suscetível às pressões populares, o que poderia trazer uma solução num espaço de tempo mais curto. Inscrita na Constituição de 1946, a desapropriação por utilidade pública ou interesse social, essa última só regulamentada em 1962, poderia ser feita mediante prévia e justa indenização em dinheiro. Nas terras públicas, os pedidos de desapropriação também eram muito usados, porque, nas áreas consideradas griladas, invertia-se o ônus da prova e o proprietário tinha que provar ser o real dono das terras. Além disso, a partir do momento em que uma área era decretada de utilidade pública ou de interesse social, para fins de desapropriação, externava-se a intenção do Poder Público entrar na sua posse, ficando proprietários e pretensos proprietários cientes de que seu domínio sobre a área estava em questão.

No Rio de Janeiro, como vimos anteriormente, o governo estadual, por meio do Plano Agrário, foi quem mais desapropriou terras. A nível federal, a questão agrária também adquiriu peso progressivo nos anos 50 e principalmente início dos 60. O governo Federal, com a SUPRA, passou a intervir diretamente nas lutas, atendendo grande parte das reivindicações, além de incentivar a sindicalização rural. A SUPRA

teve uma atuação bastante incisiva no campo fluminense, intervindo nos conflitos, promovendo a desapropriação de algumas fazendas por interesse social e prestando assistência, diretamente ou por meio de convênio com o Plano Agrário. Sua ação distributiva encontrava-se, entretanto, limitada pelo dispositivo constitucional que determinava que as desapropriações poderiam apenas ser feitas mediante prévia e justa indenização em dinheiro.

Segundo informações de Grynszpan (1987: 355), quinze áreas haviam sido desapropriadas pelo SUPRA, até o final de 1963, em todo o Brasil e mais da metade localizava-se no Rio. Entretanto, Grynszpan alerta que a quantidade de decretos de desapropriação não nos deve levar à conclusão de que os litígios se resolvessem fácil e rapidamente. O autor destaca que o decreto de desapropriação não representava o fim das ameaças, violências e tentativas de despejos dos grileiros contra os lavradores. Para que isto se desse, era preciso que a quantia relativa à indenização do expropriado já tivesse sido depositada, o que na maioria dos casos não ocorria.

Encaminhada lado a lado com uma ofensiva em direção à desapropriação de terras no final dos anos 50 e início dos anos 60 - as ocupações eram planejadas e entendidas como componentes fundamentais da reforma agrária. De todo modo, tudo indica que foi a luta jurídica acompanhada por mobilizações, a grande base da ação contra despejos de posseiros e parceiros. Se compararmos as declarações emanadas nos congressos com as práticas instituídas no Rio de Janeiro, o que nos parece é que a ação da FALERJ estava condicionada aos embates das correntes sindicais nacionais, que foram elementos importantes da luta pelo poder que envolveu a opção por diferentes modelos de desenvolvimento econômico e político, orientando-se por reivindicações que passassem pelo Estado. Reuniam características influenciadas por ideologias modernas, dirigiam-se para terras públicas, mas consideradas griladas, e também punham em xeque o controle que alguém exercia sobre as áreas em conflito (Grynszpan, 1987).

### **1.3 Os Círculos Operários e a FLERJ: a prática sindical católica**

Para Grynszpan (1987) não se pode estudar a intervenção do PCB no campo, no início dos anos 60, sem falar da ação, ou melhor, reação orquestrada pela Igreja Católica. Mais que um processo restrito ao Rio de Janeiro, o episcopado em todo o país, por meio de seus diferentes matizes políticos, tomou o seu lugar pela corrida pela sindicalização e combate aos comunistas, tendo seu projeto sido vitorioso com o Golpe Militar de 1964.

Segundo Souza (2002: 224), a Igreja Católica, como instituição, elaborou orientações gerais para os pobres, incluindo-se aí os camponeses. Em 1945, segundo a autora, a Igreja já demonstrava preocupação com as populações rurais pouco beneficiadas pelas leis sociais vigentes, vivendo em condições de existência muito inferiores ao que exigia a dignidade da família e da pessoa humana. As diretrizes para uma ação política eram ainda muito tênues; contudo, algumas idéias ganharam força, como a manutenção do lote individual de exploração, da unidade familiar e o incentivo às fórmulas de cooperativas de produção. A reforma agrária aparecia como política pública capaz de conter a revolta das “populações pobres”, estimuladas pelos agentes de subversão.

Ricci (1999: 55) destaca que a ação de segmentos católicos seguiu, ainda, uma orientação política e metodológica emanada de um acordo iniciado em 1945 entre o

Ministério da Agricultura e a Inter-American Education Foundation, vinculada ao governo norte-americano. O acordo visava a educação rural no Brasil, através da Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais.

Na década de 50, a ONU estimulou, segundo Ricci (1999), o esforço educacional e modernizador do Terceiro Mundo, utilizando-se do conceito de “comunidade”, com o objetivo de melhorar as condições econômicas, sociais e culturais, integrando-as na vida nacional e capacitando-as a contribuir plenamente para o progresso do país. Chegou a afirmar a necessidade urgente de modernizar a agricultura, criando-se condições para a consolidação do capitalismo moderno.

“Já na Pastoral Coletiva, de 1951, apareceu a defesa da reforma agrária, com citação do Papa Pio XII, que afirmava que o homem deve ter sob seu domínio não somente os produtos da terra, como também a própria terra. Considerada fator de instabilidade social, ela é um direito com caráter individual. Tem ainda lugar nesse ideário a combinação de manutenção do meio de sobrevivência e preservação da unidade familiar com um projeto de educação de massa” (Ricci, 1999: 54).

Ricci (1999: 56) destaca que a participação de setores da Igreja nesse processo foi intensa: “A União Católica Internacional de Serviço Social promoveu, sob o patrocínio da UNESCO, o Seminário de Educação de Adultos para o Desenvolvimento de Comunidade, em 1957, que reforçou a necessidade de trabalho nas comunidades rurais”.

Ainda na década de 1950, a União Católica Internacional criou a Companhia Nacional de Educação Rural (CNER), com o objetivo de levar às comunidades os conhecimentos teóricos e técnicos indispensáveis a um nível de vida compatível com a dignidade humana e com os ideais democráticos. Utilizavam como instrumento os centros sociais de comunidade – locais para reuniões, atividades culturais, educacionais e coordenação de obras e caixas comunitárias para financiar a recreação, assistência sanitária e serviços de crédito (Ricci, 1999: 56). O autor destaca que, com o passar dos anos, alguns organismos católicos se sobressairam na atuação sindical, seja pela formulação política mais acabada, seja pelas forças que arregimentou, seja pela prioridade dada à sindicalização. Dentro da ala considerada conservadora, duas forças políticas se destacaram. No eixo centro-sul, despontaram os Círculos Operários; na região Nordeste, o Serviço de Assistência Rural (SAR) e o Serviço de Orientação Rural (SORPE). No setor considerado pelo autor como progressista, ganhou relevância a Ação Popular (AP), que atuou em Minas Gerais e em alguns estados do Nordeste.

Como no caso dos comunistas, as orientações gerais dos católicos também foram apropriadas e reinterpretadas por entidades confessionais e instâncias regionais da Igreja, que, a partir da disputa local, com seus problemas e tensões cotidianos, formularam seu corolário de ações sociais e políticas nos conflitos de terra. Para Ricci (1999:55), a ação sindical da Igreja no campo “caminhava por uma formulação assistencialista – assentadas em alianças com órgãos e agências governamentais, ora consubstanciadas em projetos reacionários anticomunistas, ora em planos desenvolvimentistas mais acabados”.

No Rio de Janeiro, os Círculos Operários foram a principal força da Igreja que atuou no campo. Os Círculos surgiram no Rio Grande do Sul, em 1932 (Grynszpan, 1987; Ricci, 1999 e Souza, 2002). Para Souza (2002), os Círculos Operários inseriram-se num movimento mais geral da Igreja no sentido de promover a doutrina católica e reforçar seus vínculos junto aos trabalhadores. A autora destaca que o movimento

creceu bastante durante o Estado Novo e foi elevado à categoria de órgão técnico consultivo do Ministério do Trabalho, em 1941, recebendo dele apoio financeiro. Influindo junto aos sindicatos, procurava-se, ainda, conter a ação dos grupos de esquerda. Apesar do nome e de ter, a princípio, uma atuação basicamente urbana, os Círculos Operários voltaram-se também para os trabalhadores rurais.

Ricci (1999) também aborda esse crescimento, destacando que as Federações dos Círculos Operários foram criadas em 17 dos 22 estados do Brasil e, no princípio dos anos 60, chegavam a 400 em todo o país. Seus objetivos eram: instrução moral e profissional do trabalhador; assistência à saúde do trabalhador e de sua família; defesa jurídica; auxílio econômico; promoção de reivindicações justas; colaboração com sindicatos na defesa de melhorias nas condições profissionais; combate ao comunismo; formação de líderes operários e sindicais; publicação de livros, boletins, revistas e jornais (Ricci, 1999: 57-59).

Em 1954, o surgimento de novos grupos leigos e a ascensão de governos populistas redefiniu o palco dos conflitos. Para revitalizar os Círculos, as lideranças reforçaram a “formação sindical” através do Instituto de Pesquisas Sociais (IPES) e Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD).<sup>26</sup> Nos documentos de orientação dos cursos ministrados, compilamos de Ricci (1999: 58) o temário programado: a) atividades no combate à esquerda e ao trabalhismo; b) ataque ao nacional-reformismo; c) promoção do assistencialismo sindical; d) fé nos destinos da pátria, com amplas liberdades democráticas; e) reforma agrária como solução dos conflitos entre governos, posseiros e grileiros; criação de equilíbrio e bem-estar entre campo e cidade; criação de uma classe média rural; f) promoção da sindicalização cristã, com promoção da assistência educacional e espiritual; g) estímulo ao associativismo e cooperativismo rural; h) repúdio ao estímulo dirigido à luta de classes e a irresponsabilidade no trato da coisa pública; i) promoção da colonização rural em áreas ociosas e mal aproveitadas.

Em São Paulo, o IPES orientava a Federação dos Círculos Operários estadual, constituída por 80 Círculos. São Paulo foi, segundo Costa (1996) e Souza (2002), o estado onde os Círculos conseguiram mais sindicatos que os comunistas. O dirigente era José Rotta que, mais tarde, seria interventor na CONTAG.

No estado do Rio de Janeiro, não obtivemos informação de nenhuma atuação mais sistemática dos Círculos nos anos 30. Seu principal foco, se considerarmos as fontes disponíveis desta pesquisa, era o estado da Guanabara, onde consideravam necessário uma política mais atuante contra os “radicais causadores das desordens sociais”.<sup>27</sup> Segundo Souza (2002), nos anos 40 o circulismo se expandiu no estado para áreas que consideravam estratégicas, principalmente onde havia atividades estatais no setor produtivo, como era o caso de Volta Redonda, onde a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) estava em vias de ser inaugurada e mostrava grande interesse em

---

<sup>26</sup> Dreifuss é uma referência importante sobre o IPES e IBAD. Segundo o autor, “em princípios da década de sessenta, o complexo IPES/IBAD viu o contexto camponês como um barril de pólvora político e ideológico e, da mesma forma, a atenção do resto do país, naquela época, voltou-se para o progressivo movimento dos trabalhadores rurais, especialmente aquele que se desenvolvia há muitos anos em Pernambuco, sob a liderança de Julião, bem como para os esforços de sindicalização realizados pelo Partido Comunista. Para o IBAD, a revolução que se assomava no Nordeste seria impedida somente pelas ‘reforma cristas e democráticas do estatuto da terra’, contidas no modelo proposto no seu Simpósio sobre Reforma Agrária, de abril de 1961. Contudo, enquanto a reforma exigida não fosse implementada, o complexo IPES/IBAD tentaria conter o despertar do povo e ganhar tempo para que outros acontecimentos tomassem o seu curso” (Dreifuss, 1981:300). O IBAD desenvolvia também a sua atividade em aliança com o SORPE, em atividades de formação de líderes.

<sup>27</sup> Citado por Souza (2002: 225), com base no boletim da Federação dos Círculos Operários da Guanabara, 1938.

financiar na cidade a montagem de uma estrutura religiosa na qual o Círculo deveria desempenhar um papel importante.

Segundo Ricci (1999:59), em 1955 ocorreu o VII Congresso Nacional dos Círculos Operários, quando foram criadas as escolas de líderes. Funcionando em 12 capitais do país, elas ofereciam dois cursos: os populares, para a preparação sindical, e os intensivos de formação de líderes.

Como no caso dos comunistas, as teses defendidas pelos Círculos Operários somaram-se a uma corrente sindical nacional, que foi se conformando até a década de 1960. Ricci (1999: 60) identifica neste período um ideário sindical que denomina de corrente dos “democratas”, mais tarde aglutinada ao redor do Movimento Sindical Democrático (MSD). “Seu objetivo maior era a luta contra o comunismo e a construção de um Brasil cristão-democrático. O MSD era apoiado pelo programa de ajuda norte-americano Point IV – Program”, que realizou entre 1951 e 1961 cursos para centenas de sindicatos brasileiros. Foram apontados como princípios políticos, destacam Ricci (1999) e Souza (2002), a luta contra a miséria, a fome, o analfabetismo, a injustiça social, os abusos de poder, pelo aperfeiçoamento democrático e a prioridade no controle ao comunismo. Dentre as reivindicações sindicais destacavam-se: cursos de preparação de líderes sindicais, sustentados pelo apoio do governo da União e dos estados; direito para as entidades sindicais se administrarem livremente, sem interferências do poder público ou patronal e direito de organização no interior das empresas.

No Rio de Janeiro, a atuação da Federação dos Círculos Operários Fluminenses (FCOF) no campo, se deu principalmente em conjunto com a FLERJ, desde meados dos anos 50 (Grynszpan, 1987). Criada ao tempo do governo de Roberto Silveira, a FLERJ perdeu o apoio do governo estadual na administração Celso Peçanha, indo buscar no FCOF, o apoio necessário para continuar o trabalho que vinha desenvolvendo no campo. Esta vinculação entre FCOF e a FLERJ, contudo, deve ser relativizada. Nem todos os seus membros eram circulistas, ou mesmo católicos. Alguns “crentes”, particularmente de São Gonçalo, Silva Jardim e Magé, também faziam parte da FLERJ (Grynszpan, 1987: 257). Há referências a alguns sindicatos e associações que, mesmo à revelia da FCOF, participaram de atividades com associações vinculadas a FALERJ.<sup>28</sup>

Para Grynszpan (1987: 257) a “FLERJ parecia reunir, desde sua criação, uma série de segmentos que se opunham à linha da FALERJ. Sem dúvida, a FCOF era o mais forte dos aliados da FLERJ”. A princípio, o trabalho conjunto resultou na formação de algumas associações de lavradores que se vincularam a FLERJ. Posteriormente, partiu-se para a construção de sindicatos e a própria FLERJ buscava obter do Ministério do Trabalho, o seu reconhecimento como entidade sindical. Esta investida no sentido da sindicalização foi precedida de discussões e de um cuidadoso plano, elaborado pela FCOF. Segundo Grynszpan (1987), o plano fazia a seguinte avaliação do Rio de Janeiro:

“O estado do Rio de Janeiro, por sua posição geográfica, poderá ser o estado padrão, de um sindicalismo rural autêntico. Devido aos desmandos políticos, o estado do Rio vive uma situação caótica, financeira e ideológica. No interior do estado, há muito miséria, tanto quanto no Nordeste, sendo porém, que esta situação, no estado do Rio, poderá ser sanada, organizando os lavradores em sindicatos atuantes e democráticos com o presente plano, que se aprovado, estamos certos, que dentro de dois anos mudaremos toda a fisionomia do estado do Rio” (Cit por Grynszpan, 1987: 258).<sup>29</sup>

---

<sup>28</sup> Entrevista com Acácio Fernandes dos Santos a Leonilde Servolo de Medeiros. Brasília – DF, 1982.

De acordo com o Plano, destaca (Grynszpan, 1987: 258), o estado seria dividido em dez zonas, sendo cada uma delas de responsabilidade de um coordenador. A este caberia fundar e orientar os círculos e sindicatos rurais; dar assistência ao setor rural de sua zona; formar e orientar os dirigentes e militantes; visitar os bispos das dioceses, solicitando-lhes o apoio e autorização para que os vigários auxiliassem no trabalho e buscar outras autoridades interessadas na proposta circulista e na sindicalização rural. Entretanto, para que tivesse sucesso, seria preciso vencer a oposição dos grupos de esquerda, principalmente a FALERJ.

Como sugere Grynszpan (1987: 344), não é possível pensar a intensificação das lutas no campo no estado do Rio, no início dos anos 60, apenas como fruto de uma irresistível pressão de bases, que empurrava adiante, ou mesmo atropelava, as lideranças mais moderadas ou conciliadores.<sup>30</sup> Além do Vale do Paraíba, a FCOF atuou na Baixada, onde foi maior a pressão, e, nem por isso, foi levado a adotar formas de luta mais radicais. Pelo contrário, continuou buscando a contenção, combatendo as ocupações e a resistência armada, apelando para os princípios da lei e da ordem. “Desta forma, a pressão, que de fato havia, parecia incidir de forma diferenciada sobre a FCOF, por um lado, e a FALERJ, e os comunistas, por outro, gerando, ao mesmo tempo, diferentes respostas por parte desses grupos” (Grynszpan, 1987: 344).

A partir desses dados, no caso do Rio de Janeiro, o que parece é que a ação dos Círculos Operários estava condicionada a embates das correntes sindicais nacionais, pautados por diferentes modelos de desenvolvimento econômico, orientando suas reivindicações para o Estado, situação muito parecida com a dos comunistas. Nacionalmente esses foram anos, destaca Ricci (1999), em que toda a movimentação da Igreja filiava-se a uma estratégia duplamente reativa ao avanço das organizações camponesas na América Latina, levando-a a redefinir seu papel quanto à questão agrária.

“De um lado, buscava-se estancar a evasão dos trabalhadores rurais das atividades promovidas pela instituição e, do outro, conseguir a adesão do camponês ao projeto desenvolvimentista. Para concretizar tal intento,

---

<sup>29</sup> Plano para a fundação de Círculos Operários rurais e sindicatos rurais no estado do Rio de Janeiro, a cargo das Federações dos Círculos Operários e Lavradores do Estado do Rio de Janeiro, s/d. Coleção Eduardo Príncipe (Grynszpan, 1987: 258).

<sup>30</sup> O grupo de Tenório Cavalcanti, líder político da “Baixada”, também participava ativamente dessas disputas. Tenório Cavalcanti conjugaria atuação parlamentar e, mais tarde, jornalística. Em 1945, Tenório ingressou na UDN, sendo eleito três vezes para a Câmara Federal. Em 1954, fundou a “Luta Democrática”, jornal que incorporou a linha udenista de oposição federal a Getúlio Vargas e seu interventor, Amaral Peixoto. A partir de 1960, fora da UDN, Tenório desenvolveu campanhas em moldes populares e nacionalistas, polarizando com o petebista Badger da Silveira (Grynszpan, 1987: 268-271). As desapropriações, ou quaisquer outras medidas que pudessem trazer algum benefício aos lavradores, eram, constantemente anunciadas pelo jornal “Luta Democrática” como vitórias do deputado. Assim, por exemplo, a desapropriação das fazendas Capivari, Penha-Caixa, Piranema e Mato Grosso, todas em Duque de Caxias, pelo Governo federal, aparecia como a consumação, em decreto, de algo que há muito vinha sendo reclamado por Tenório (Grynszpan, 1987: 319). Enquanto atuava apenas como aliado, ainda que procurasse capitalizar as desapropriações, as relações entre o grupo de Tenório e a FALERJ eram boas. Suas investidas, de 1963 até meados de 1964, dirigiam-se principalmente contra Badger da Silveira. A partir do momento que tentou estabelecer laços mais diretos com os posseiros, promovendo ou incentivando, ele mesmo ocupações, bem como intervindo nos processos de colonização e de distribuição de lotes, começaram a surgir atritos com a FALERJ. Também a SUPRA, que antes aparecia como um órgão ao qual Tenório e seu grupo tinham acesso franqueado, passava a ser acusada, de quando em quando, de estar a serviço dos grileiros (Grynszpan, 1987: 329).

investir no aumento do seu grau de instrução e, simultaneamente, evitar qualquer reflexão relativa aos problemas estruturais do país ou aos mecanismos de exploração da força de trabalho agrícola” (Ricci, 1999: 59).

Na década de 60, segundo Medeiros (1989) e Ricci (1999), a questão da sindicalização rural tornou-se o foco de preocupações da Igreja. A CNBB orientava a sindicalização rural, a articulação nacional de frentes agrárias e a divulgação do Movimento de Educação de Base (MEB), criado no início dos anos 60.

“Em alguns estados eram os Círculos Operários que estimulavam a sindicalização: São Paulo e Rio de Janeiro. Em outros eram as Frentes Agrárias, como no Rio Grande do Sul. Em diversos locais se articulava a ação de organismos distintos, como foi o caso da Paraíba, onde a sustentação da equipe de sindicalização era dada pelos Círculos Operários” (Medeiros, 1989: 77).

Nesse emaranhado de organismos, a conclusão de Medeiros é que havia uma orientação comum, dada pela CNBB, que era de um sindicalismo cristão, “afastado das lutas de classe, mas defensor dos direitos dos trabalhadores e de uma reforma agrária, baseada na propriedade familiar”. Essa orientação, “todavia, era mediatizada pelo tipo de concepção da Igreja local (...) É difícil falar em homogeneidade de linha de ação” (Medeiros, 1989: 77).

No que se refere à estrutura organizativa sindical, para Ricci (1999: 62), percebe-se a disseminação, em todo o país, principalmente a partir de 1960, de uma concepção “cristã-conservadora de sindicalismo rural”, que se apoiava: “na vinculação a agências estatais; centralização e verticalização organizativa; promoção do assistencialismo; unicidade sindical, na medida que organizava todos os camponeses pobres numa única comunidade e município”.

Para implementar esses projetos, a FCOF recebeu, no ano de 1962, contribuição financeira do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) para a compra de uma propriedade em Cachoeiras de Macacu, o Centro de Treinamento de Trabalhadores Rurais do Estado do Rio de Janeiro (CETTRERJ), que tinha como uma de suas metas a formação de líderes rurais. Para fortalecer esse projeto, criaram a Cooperativa Agrícola de Cotia com a ajuda do IPES. Além da ajuda do IPES, Dreifuss afirma que os Círculos Operários contavam com a assistência do General Golbery Couto e Silva para o seu programa de formação de líderes em Campos e Petrópolis. Quem dirigia os cursos era Dom Altivo Pacheco, Bispo de Barra do Piraí (Dreifuss, 1981: 309 e Grynszpan, 1987: 288).

“O Padre Antonio da Costa Carvalho, um de seus mentores, arranjou para que Dom Altivo Pacheco, o Bispo de Barra do Piraí, dirigisse os cursos e aliciasse apoio dentre a população urbana e rural das classes trabalhadoras para a defesa da democracia, que era identificada com o sistema de empresa privada. Os líderes do FCOF consideravam Dom Altivo como um “padre de grande tarimba sindical, que não se deixava embrulhar pelas manobras comunistas”. Ele se tornava importante, porque a sua diocese incluía Volta Redonda, o maior complexo siderúrgico do Brasil e o centro regional de uma série de comunidades de classes trabalhadoras” (Dreifuss, 1981: 310).

De acordo com o relatório da FCOF de 1962, o seu trabalho de fundação de sindicatos rurais no estado já havia resultado em seis pedidos de reconhecimento sindical encaminhados à Delegacia Regional do Trabalho. Além disso, cerca de 20 processos se encontravam em andamento e, num curto prazo, também seriam encaminhados àquela repartição. Tão logo os seis primeiros sindicatos tivessem suas cartas expedidas, a FLERJ buscaria também o reconhecimento da Federação (Grynszpan, 1987: 259).<sup>31</sup> Não temos informações precisas sobre onde estavam localizados esses sindicatos. A partir de dados de Grynszpan (1987), O'Dwyer (1988) e Costa (1996), foi possível localizá-los em São Gonçalo e Itaboraí.

Nessa disputa, cada uma das federações contou, ao longo do tempo, com diferentes recursos. Um deles foi o Plano Agrário. A FLERJ tornaria a ter posição favorável diante do Plano no Governo de Badger da Silveira, em 1963. Até ali, a FALERJ é que conseguiria assenhorear-se dos dividendos políticos da ação do órgão. Pouco tempo depois, o Padre Carvalho, assistente eclesiástico dos Círculos Operários Fluminenses (FCOF), foi nomeado executor do Plano Agrário. O Padre Carvalho, através dos Círculos Operários e em associação com a FLERJ que, embora desligada do Governo, não chegou a se desarticular totalmente, vinha promovendo a formação de organizações camponesas em oposição àquelas estimuladas pelos comunistas. A sua indicação para a direção do Plano Agrário representava uma tentativa de desenvolver uma atuação eficaz contra as ocupações de terra que vinham ocorrendo, solapando o caráter reivindicativo das associações (Medeiros, 1984 e Grynszpan, 1987).

Na opinião de Medeiros (1984), o padre Carvalho não tentava, simplesmente, desestruturar as organizações. Seu objetivo era fortalecer aquelas sob sua orientação e atrair os lavradores vinculados à FALERJ. Padre Carvalho permaneceu no Plano Agrário, mesmo depois da cassação de Bagder da Silveira, com base no Ato Institucional assinado pelo presidente Castello Branco, em maio de 1964.<sup>32</sup> Para Dreifuss (1981) e Grynszpan (1987), o que estava em jogo não era somente o predomínio sobre uma parte do campesinato, mas também e principalmente, uma determinada visão do mundo e, em consequência, a forma de atuar neste mundo.

No ano de 1962, a FCOF elegeu atividades que seriam executadas juntamente com a FLERJ, e consistiam na fundação de sindicatos e na assistência de lavradores. Essa assistência era moral, material e, principalmente, jurídica. Ações como as ocupações de terra eram condenadas. À frente do Plano Agrário, o padre Carvalho procurava deslegitimá-las insinuando, inclusive, que atendiam aos interesses de proprietários que queriam se desfazer de suas terras (Grynszpan, 1987; O'Dwyer, 1988).

Nesses anos, de um ponto de vista mais geral, foi recorrente uma clara oposição entre o tipo de atuação desenvolvido pela FALERJ e da FCOF. De um lado, verificava-se que os dois apelavam para as leis e a justiça. Mas a FALERJ, segundo eles, o fazia denunciando o envolvimento entre a justiça e os grileiros. Além disso, articulavam com outros recursos, como, por exemplo, manifestações nas cidades. Seu recurso direto foi através das resistências e das ocupações. Assim, nas disputas entre esses dois grupos,

---

<sup>31</sup> Para o autor, a própria legislação sindical brasileira contribuía para acirrar, ainda mais, as disputas pela representação dos trabalhadores no campo. Segundo ele, cada categoria poderia ser representada por apenas um sindicato que teria âmbito municipal, formando a Federação do Estado. FLERJ e FALERJ encaminharam-se para reconhecimento junto a Delegacia Regional do Trabalho em períodos bem próximos. Foi, no entanto, a FALERJ que conseguiu a carta sindical.

<sup>32</sup> Entrevista Bruno Nogueira de Paula a Leonilde Medeiros. Niterói, 1982. Bruno de Paula foi assessor do Plano Agrário ligado ao padre Carvalho. Era encarregado de manter contato com os sindicatos. Após o Golpe Militar, foi assessor da FETAG durante 12 anos.

buscava-se afirmar enquanto porta-voz legítima dos camponeses. Isto significava, ao mesmo tempo, tentar estigmatizar o seu opositor.

Perguntados, na década de 80, sobre as diferenças entre a atuação dos circulistas e a dos comunistas, antigos circulistas as apontam não nos objetivos perseguidos, mas sim nos métodos empregados para alcançá-los. Uma forma de agir, aquela seguida pela FCOF, era de preparar o camponês para uma defesa “madura” e “consciente” de seus direitos. A FALERJ, ainda segundo um ativista, agia de forma açodada, procurando soluções imediatistas através de posturas radicais.<sup>33</sup>

Tornava-se necessário, por isso mesmo, desenvolver um trabalho mais consciente junto aos lavradores, o que foi feito segundo depoimento de um circulista da época (Grynszpan, 1987: 294). Tal não parece ser, no entanto, a opinião das antigas lideranças da FALERJ e, mesmo para Bruno Nogueira, ligado a FLERJ e FCOF, que afirmou: “era mais para manter o contato e dizer que existia sindicato. Eu me lembro que nesse tempo todo fizemos pouquíssimas viagens juntos. E para contato com sindicato não me lembro de nenhuma. A Federação realmente não tinha atuação nenhuma”.<sup>34</sup> Para Pureza (1982: 39), presidente da FALERJ, a FLERJ era uma “federação fantasma, que não contava com a simpatia dos lavradores e, apesar da aparentemente, defender os lavradores e a reforma agrária, era uma federação mais teórica do que prática”.

Grynszpan (1987) destaca que a FCOF rebatia a acusação de federação fantasma dizendo que a inconsistência não estava com ela ou com a FLERJ, mas sim com a FALERJ e os comunistas, que abriram sindicatos sem nenhum trabalho sólido, enquanto os circulistas nunca teriam abandonado sua linha de primeiro conscientizar e capacitar para, apenas depois, organizar.

No Rio de Janeiro, o Ministério do Trabalho reconheceu a exclusividade da Federação das Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Estado do Rio de Janeiro (FALERJ) e suas associações filiadas, concedendo-lhes a carta sindical e a transformando na FETAG/RJ. Nesse momento, já havia 19 federações estaduais com direito a voto (O’Dwyer, 1988: 246), o que deu grande destaque ao Congresso de criação da CONTAG, no mês seguinte, em dezembro de 1963. O fato de a FALERJ ter ganhado a corrida pelo reconhecimento sindical era atribuído, pelos circulistas, a um favorecimento do governo federal. Segundo um dirigente do movimento circulista, a FALERJ, pela sua formação, não poderia ser vista como uma entidade autêntica, porque havia agrupamentos com pouca representatividade (Grynszpan, 1987: 304).

Medeiros (1984) e Grynszpan (1987) destacam que, segundo pessoas ligadas a Padre Carvalho e setores mais próximos a FALERJ, ele atuava, basicamente, de duas formas. Uma delas era ir pessoalmente, ou enviar representantes seus, às diversas áreas tentar convencer os lavradores a abandonar as associações vinculadas a FALERJ, como ocorreu em Caxias. Outra era a distribuição de recursos e implementos agrícolas. Pareciam ser comuns, por exemplo, as reuniões paralelas, em locais próximos e no mesmo horário de maneira a esvaziar os encontros promovidos pelos adversários. As próprias ocupações contribuíram para que a FALERJ conseguisse estabelecer bases em áreas controladas por organizações ligadas a FLERJ (Grynszpan, 1987).

É interessante observar que cada grupo acusava o outro de formar organizações inconsistentes, com um caráter de cúpula e fraca penetração na massa. Trata-se de um padrão de legitimidade sindical.

---

<sup>33</sup> Entrevista com Acácio Fernandes dos Santos a Leonilde Sérvolo de Medeiros. Brasília – DF, 1982; Grynszpan, 1987.

<sup>34</sup> Entrevista com Bruno Nogueira de Paula a Leonilde Sérvolo de Medeiros. Niterói – RJ, 1982.

A questão da finalidade das organizações, subordinados a essa ótica, aparecia sob diferentes registros (Grynszpan, 1987: 310). O primeiro deles, destaca o autor, é a ênfase dada ao cooperativismo e a defesa do trabalho, da mesma forma que a FCOF buscara fazer mais tarde. Já para a FALERJ, tratava-se de uma luta política, de um grupo social contra o outro, e que se inseria num processo de transformação social. Desta forma, embora tanto a FLERJ quanto a FALERJ reivindicassem a desapropriação de terras, por exemplo, seu encaminhamento e seus objetivos eram bastante diferentes. Grynszpan destaca que os comunistas não condenavam a cooperação, mas achavam que ela não era um fim em si, mas parte de uma política e um projeto mais amplo.

Grynszpan afirma que o Governo Badger da Silveira era duramente criticado por sua posição em relação às lutas dos lavradores e outro setores da esquerda. Eram também recorrentes as denúncias contra a atuação de padre Carvalho no Plano Agrário.

“É interessante que o próprio governador Badger da Silveira, e de sua notória oposição às ações desenvolvidas no campo pelos setores da esquerda, apesar de sua insistência em manter padre Carvalho à frente do Plano Agrário, começava a emitir sinais de mudança já em março de 1964. O governo, segundo o Jornal do Brasil, teria iniciado uma aproximação com as esquerdas no estado, tendo em vista o Comício da Central do Brasil, para o qual teria sido feita uma mobilização conjunta. Esboçava-se, a partir daqui, a possibilidade de aberturas de espaços para os setores de esquerda junto ao Governo. Como resultado dessa aproximação, já estava sendo esperada, para qualquer dia, a substituição do padre Carvalho. Os dias se passaram e a queda de padre Carvalho não se deu. A ocorrência do Golpe não nos permite saber se a notícia não passava de especulação, o próprio governador terminaria sendo substituído de seu cargo antes mesmo do padre (Grynszpan, 1987: 350)”.

Na sua disputa com a FLERJ, a FALERJ, além do apoio do PCB, contou com o apoio da Frente Parlamentar Nacionalista.<sup>35</sup> A Frente, por exemplo, dispôs-se solicitar diretamente ao Ministro do Trabalho, a tramitação do reconhecimento de alguns sindicatos rurais promovidos pela FALERJ em Magé, Cachoeiras de Macacu, Itaboraí, Nova Iguaçu, Trajano de Moraes, Cabo Frio, Valença, Silva Jardim e Casimiro de Abreu. A FALERJ acusava o Ministro de retardar a liberação das cartas de reconhecimento. Por outro lado, a FCOF acusava o Governo Federal de cobertura aos grupos de esquerda no Estado, o que vinha proporcionando vantagens à esquerda no movimento sindical fluminense (Grynszpan, 1987: 301).

É para que isso ocorresse, contribuiu também, ao que parece a Grynszpan (1987), a atitude do governo federal, ainda que, ao contrário do que sustentavam os

<sup>35</sup> “Organizada em 1956, no início do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN) reuniu parlamentares de diversos partidos e tinha como princípio defender, no Congresso Nacional, políticas e soluções nacionalistas para o desenvolvimento brasileiro. O jornal *O Semanário* era o porta-voz de suas idéias. Nos anos 1960, a FPN aderiu à ação de mobilização política, aliando-se aos estudantes, sindicatos e ao Partido Comunista Brasileiro, numa luta mais agressiva pelo controle dos lucros das empresas estrangeiras, por uma política de extensão dos benefícios do desenvolvimento a todas as regiões do país e pela transformação da estrutura agrária. Contando com um efetivo que variou de 50 e 70 parlamentares ao longo de sua atuação, a Frente apoiou o governo João Goulart. Após abril de 1964, com a cassação dos mandatos da maioria dos seus membros, a FPN deixou de atuar” (Abreu, (?)). Segundo Alzira Alves de Abreu Disponível em : [http://www.cpdoc.fgv.br/frentes\\_partidarias\\_durante\\_o\\_governo\\_Goulart.asp](http://www.cpdoc.fgv.br/frentes_partidarias_durante_o_governo_Goulart.asp) Acesso em janeiro de 2008.

setores conservadores, ele não tivesse, diretamente, instigado as ocupações. Para alguns setores, a ação desenvolvida pelo SUPRA, no Rio de Janeiro incentivava ainda mais as ocupações de terra, uma vez que criava, entre os posseiros, a expectativa de que teriam suas reivindicações atendidas. Esta é a visão que ainda na década de 80, tinha do órgão um antigo ativista ligado a FCOF e que, à época, desenvolvia um trabalho no Plano Agrário e junto a FLERJ.<sup>36</sup> Tal era também, em 1963, a opinião do próprio governador fluminense, Badger da Silveira, particularmente em relação à gestão de João Caruso, o primeiro superintendente do SUPRA no estado. Segundo o governador, o superintendente instigava pessoalmente as ocupações de terra (Grynszpan, 1987: 264).

É preciso ter em conta, afirma Grynszpan (1987), que a radicalização não tinha apenas um componente.

“Também buscando demarcar seu espaço e sua especificidade, já vimos que a FCOF adotou uma postura intransigente de atuação dentro dos limites do que considerava legal, e de promoção da desmobilização. Talvez por isso, não tenhamos encontrado, uma defesa da desapropriação de terras no estado, apesar da desapropriação de áreas improdutivas para serem vendidas a prazo para os lavradores ter sido um dos pontos aprovados pelo VIII Congresso Nacional dos Círculos Operários, realizado em meados de 1962” (Grynszpan, 1987: 356).

Grynszpan conclui que as desapropriações, disputadas por várias forças, e a mobilização, estavam bastante associadas. “É interessante, contudo, atentar para o fato de que, ao procurarem se diferenciar desta posição da FCOF, forças como a FALERJ eram levadas a enfatizar a luta e a mobilização” (Grynszpan, 1987: 357).

As duas correntes sindicais, em suma, convergiam naquilo que dizia respeito à dependência política em relação ao Estado, embora os seus objetivos opostos imprimissem uma qualidade diferente neste relacionamento: no caso dos comunistas e da FALERJ, pressões para radicalização dos programas de governo, além da busca por transformar em lei reivindicações e bandeiras dos trabalhadores rurais; no caso das lideranças da FLERJ e do FCOF, solicitava-se um papel paternalista e regulador do Estado, diluindo os conflitos políticos. As formas de dominação e exploração do trabalho eram tratadas como carências a serem sanadas pela ação do desenvolvimento dos órgãos públicos, canalizando a ação sindical. Este talvez tenha sido o embate que marcou as bases de uma cultura sindical rural. É dela que a CONTAG se nutriu nos anos posteriores.

Percebe-se assim, que a cultura organizativa disseminada pelas cúpulas dos organismos sindicais e forças políticas hegemônicas analisadas anteriormente generalizou-se e tinha fortes laços com práticas sindicais nacionais, recuperadas no pós-64. É neste sentido que são tomadas aqui como um legado da prática sindical instituída no campo até o final dos anos 70, quando emergiram novas forças.

---

<sup>36</sup> Entrevista com Bruno Nogueira de Paula a Leonilde Sérvalo de Medeiros. Niterói / RJ, 1982.

## **CAPÍTULO 2 – O GOLPE MILITAR E O SINDICALISMO ATÉ MEADOS DOS ANOS 70**

Depois das reflexões sobre as principais forças que se propuseram a representar e organizar os trabalhadores no estado do Rio de Janeiro, trata-se de entender a forma e o conteúdo específicos das ações sindicais nos conflitos de terra, a partir do golpe militar.

Este capítulo enfocará as ações da FETAG frente aos despejos, suas características e transformações. Mas é preciso, para isso, considerar a inserção da Federação no contexto nacional explicativo mais amplo e a singularidade política estadual, local, no contexto específico. Para tanto, procuraremos entender as relações dos dirigentes sindicais com a sociedade que os cercava, que alianças estabeleceram, quando e como começaram a se organizar para atuar na Federação após o Golpe. Que formas de luta foram geradas por determinado contexto e possíveis dentro dele? Que práticas sociais foram consideradas legítimas? Para melhor localizar essa ação no contexto político do estado do Rio de Janeiro, vou citar algumas marcas singulares que influenciaram o discurso da FETAG, uma prática prudente, mas determinada na defesa dos direitos legais dos trabalhadores rurais.

### **2.1 O governo militar e o Estatuto da Terra**

Já não é de hoje que as análises identificam nos conflitos no campo um dos principais problemas que os militares, com apoio da Igreja e do governo americano, entre outros agentes, usaram para justificar o Golpe de 1964. Para Medeiros (1989) e Silva (2006), a tensão política aumentou significativamente a partir do momento em que se explicitou a intenção de João Goulart de executar uma reforma agrária às margens das rodovias federais. Na opinião de Silva (2006):

“Acusado de querer instaurar uma ‘república sindicalista’ dominada pelos comunistas, o governo federal viu-se cada vez mais isolado. As greves se sucederam, os camponeses multiplicaram as ocupações de terras e os conspiradores ultimavam seus preparativos. Ao mesmo tempo, a inquietação dominava as classes médias e os fazendeiros se armavam até os dentes. O Partido Comunista, por sua vez, pareceu não acreditar na eventualidade de um golpe de Estado” (Silva, 2006: 276).

Para Dreifuss (1982), o Governo norte-americano desempenhou um papel preponderante no enfraquecimento político da administração Goulart e na preparação da intervenção militar. Institutos como Instituto de Pesquisas Sociais (IPES) e Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), preocupados com a infiltração comunista no Brasil e constituídos com recursos da Central Intelligence Agency (CIA), explicitavam seu desacordo com a reforma agrária que vinha sendo proposta e com o incentivo dado pelo Ministério do Trabalho à sindicalização dos trabalhadores do campo.

Em 1964, os golpistas, comandados pelo General Castelo Branco, depuseram Goulart e assumiram o comando do país. Segundo Silva (2006), o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), ao qual se ligava a CONTAG recém-nascida, convocou uma greve geral, mas a maioria dos trabalhadores não aderiu e o movimento fracassou. Imediatamente os dirigentes do Comando Geral dos Trabalhadores foram presos e a organização desapareceu. Desse momento em diante, foi lançada uma caça implacável aos comunistas. A violência física foi uma arma de repressão em todos os segmentos da sociedade (Martins: 1986).

O sindicalismo rural que se formou com o apoio do governo Goulart, não foi poupado pela repressão. Os dirigentes da CONTAG foram presos e torturados, os sindicalistas da base dispersados e suas lutas reprimidas. O quadro de violência e repressão abrangia todo o país. Silva (2006) destaca que, se o crescimento dos sindicatos já havia provocado um certo enfraquecimento político das Ligas, a violência militar significou o golpe fatal. De Pernambuco, passando por Minas, até o Rio Grande do Sul, destaca o autor, diversos casos de brutalidades e torturas foram registrados.

No estado do Rio de Janeiro, o período foi marcado por uma intensa intervenção nos organismos sindicais e repressão direta aos focos de conflito por terra. Os diretores da FETAG estavam desaparecidos e eram procurados pela polícia. Outros foram presos (Pureza: 1982). Além disso, foram fechados os sindicatos e associações que ainda não haviam obtido a carta sindical.<sup>37</sup> Medeiros (1984) destaca que, como era bastante forte a ligação dos lavradores em relação às suas lideranças, a repressão contra estes movidas pelos governos militares teve um efeito desmobilizador. Esse efeito deve também ser creditado, ao fato de que, nesse novo contexto, para além das investidas policiais, os lavradores e sindicatos se tornaram mais vulneráveis às ações de grileiros e jagunços.

Além da repressão sobre as lutas dos trabalhadores, Medeiros (1989) destaca, desse momento, uma “outra face” do Governo militar: a aprovação do Estatuto da Terra.

“Um dos primeiros atos do Governo foi anular o decreto que precipitara o golpe militar, referente à possibilidade de desapropriação das terras às margens das rodovias. Mas ao mesmo tempo em que o fazia, instituiu um grupo de trabalho com a finalidade de elaborar uma proposta de reforma agrária. Com isso, os novos governantes indicavam que reconheciam a necessidade de modernizar a estrutura agrária e evitar conflitos no campo, ao mesmo tempo em que se propunham a aumentar a produtividade agrícola e criar uma classe média rural, de perfil empresarial” (Medeiros, 1989: 86-87).

Aprovado pelo Congresso Nacional em 30 de novembro de 1964, o Estatuto da Terra viabilizava, do ponto de vista legal, aquela que fora uma das principais demandas dos trabalhadores no início dos anos 60: o pagamento de terras desapropriadas com títulos da dívida agrária, um dos meios de permitir a reforma agrária, entendida pelo Estatuto como “o conjunto de medidas que visam promover melhor distribuição da terra mediante modificação no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios da justiça social e do aumento da produtividade” (Bruno, 1995: 05).

Segundo Medeiros, o momento da aprovação dessa lei representou uma esperança e um patamar possível de reivindicações:

---

<sup>37</sup> Entrevista de Bruno Nogueira de Paula a Leonilde Sérvalo de Medeiros. Rio de Janeiro, 1982.  
Entrevista de Agostinho Jose Neto a Leonilde Sérvalo de Medeiros. Rio de Janeiro, 1982.

“Esse documento, que em anos mais recentes gerou múltiplas interpretações e apaixonados debates, foi definido pela mensagem que o acompanhou como sendo mais que uma lei de reforma agrária, uma Lei de Desenvolvimento Rural. Como tal compunha-se de duas partes bastante distintas, uma referente à reforma, outra ao desenvolvimento. Coerente com essa divisão, tipificavam-se os imóveis rurais existentes em minifúndio, latifúndio por exploração, latifúndio por dimensão e empresas rurais. O objetivo da reforma agrária seria a gradual extinção dos latifúndios e minifúndios, fontes de conflitos. A empresa, definido como empreendimento caracterizado pela exploração ‘econômica e racional’, dentro das condições da região em que se situasse e pela utilização de uma área mínima segundo padrões a serem estabelecidos em lei, tornava-se o modelo ideal de propriedade fundiária. Ela seria capaz de cumprir a função social que a Constituição impunha à propriedade fundiária, mantendo níveis de produtividade capazes de permitir o adequado desenvolvimento industrial e observado as ‘justas’ relações de trabalho. O caminho para que o latifúndio se convertesse em empresa seria a desapropriação (em casos de tensão social), a tributação progressiva e medidas de apoio técnico e econômico à produção” (Medeiros, 1989: 87).

A versão final do Estatuto da Terra foi objeto de muitos acordos e disputas sobre o perfil da reforma agrária a ser feita no Brasil. Bruno (1995: 09) nos dá um importante panorama da conjuntura da época. Segundo a autora, no período compreendido entre a primeira formulação do anteprojeto, elaborado pelo governo em abril de 1964, até sua aprovação pelo Congresso Nacional, foram feitas 14 versões. Segundo Bruno (1995: 14), após definir, politicamente, perante a sociedade, a reforma agrária como uma das medidas prioritárias, o governo militar tomou para si a tarefa de regular e disciplinar, ao nível institucional, a questão fundiária. Foi constituído então, um Grupo de Trabalho (GRET), com a tarefa de preparar um documento que servisse de base para a formulação do Anteprojeto do Estatuto da Terra e das Emendas Constitucionais. Faziam parte do GRET a vertente que defendia a importância da reforma agrária dentro do IPES, os remanescentes da experiência de Revisão Agrária do Governo Carvalho Pinto em São Paulo (Medeiros Apud Bruno, 1995: 14)<sup>38</sup>, representantes técnicos e políticos dos principais ministérios e dois Ministros de Estado. O GRET contava ainda, segundo Bruno (1995: 14), com a tutela direta do chefe do

---

<sup>38</sup> Segundo Medeiros (1989: 61) o “Plano de Revisão do Governo Carvalho Pinto objetivava incentivar alterações na estrutura fundiária através de uma nova sistemática de imposto territorial rural, ao mesmo tempo que promovia a colonização de terras públicas. No centro da proposta estava a idéia de fortalecer uma classe média rural, capaz de sustentar um regime democrático”.

Serviço Nacional de Informação (SNI)<sup>39</sup>, principal ideólogo do Golpe e, quando necessário, o acompanhamento do próprio Castelo Branco.

Na opinião de Bruno (1995), o primeiro governo militar tinha claro que a superação da crise econômica em que o país mergulhara passava por três questões mais gerais e decorrentes das exigências do desenvolvimento do capitalismo brasileiro: o combate à inflação, a mudança na política externa e a modernização da agricultura. “A opção do governo pela reforma agrária como uma das medidas prioritárias para a modernização da agricultura, deveu-se principalmente, à visão de que o latifúndio representava um obstáculo estrutural à modernização e à industrialização” (Bruno, 1995: 12). Era necessário neutralizar os conflitos sociais no campo que haviam ultrapassado, na prática, os limites do projeto do governo João Goulart.

Bruno (1995) destaca ainda que, embora houvesse divergências sobre o instrumento prioritário para a reforma agrária – a tributação ou desapropriação – havia um consenso em torno de algumas questões, como o anticomunismo, a reforma agrária como reforma fundiária e principalmente que, através da discussão, conseguiriam persuadir os grandes proprietários de terra e os setores anti-reforma agrária no país.

“Quanto às novas regras de tributação, estas foram aceitas dentro do grupo de trabalho e coube à União a responsabilidade pelos critérios de lançamento e cobrança da tributação da terra. Também aceitou-se a possibilidade de pagamento em Títulos da Dívida Pública para as indenizações relativas às desapropriações por interesse social, uma das bandeiras do movimento camponês que tanta reação havia causado no período anterior a 1964” (Bruno, 1995: 17).

A autora destaca que o principal fundamento do Estatuto da Terra, expresso na primeira versão do anteprojeto, era exatamente aquilo que, segundo o GRET, desde 1946, a Constituição determinara e não era cumprido: que o uso da propriedade fosse condicionado à sua função social. “A função social deveria se nortear – de acordo com a doutrina social da Igreja – pelo respeito e solidariedade social e a criação de condições que assegurassem a co-participação dos trabalhadores nas vantagens derivadas” das relações de trabalho, consideradas arcaicas (PAR Apud Bruno, 1995: 19)<sup>40</sup>. Além disso, Bruno destaca outro fundamento expresso no anteprojeto:

“A propriedade desempenha integralmente a sua função social quando favorece bem estar dos proprietários e trabalhadores e suas famílias; manter

---

<sup>39</sup> O Serviço Nacional de Informações (SNI) foi criado pelo Decreto 4.341, de 13 de junho de 1964. O SNI tinha como finalidade supervisionar e coordenar as atividades de informações e contra-informações no Brasil e exterior; assessorar o Presidente da República na orientação e coordenação das atividades de informação e contra-informação afetas aos Ministérios, serviços estatais, autônomos e entidades paraestatais; estabelecer e assegurar, tendo em vista a complementação do sistema nacional de informação e contra-informação, os necessários entendimentos e ligações com os Governos de Estados, com entidades privadas e, quando for o caso, com as administrações municipais; proceder, no mais alto nível, a coleta, avaliação e integração das informações, em proveito das decisões do Presidente da República e dos estudos e recomendações do Conselho de Segurança Nacional, assim como das atividades de planejamento a cargo da Secretaria-Geral desse Conselho; promover, no âmbito governamental, a difusão adequada das informações e das estimativas decorrentes. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L4341.htm>> Acesso em janeiro de 2008.

<sup>40</sup> Arquivo Paulo de Assis Ribeiro / Arquivo Nacional (PAR). Fundamento do Processo de Reforma Agrária. Caixa 53/57, 1964d, p. 07.

níveis altos de produtividade; assegurar a conservação dos recursos naturais e os direitos dos trabalhadores” (PAR Apud Bruno, 1995: 20).<sup>41</sup>

Estes princípios gerais do anteprojeto mantiveram-se praticamente inalterados em sua essência, segundo Bruno (1995: 24), até o Encontro de Viçosa, realizado em julho de 1964, momento em que o governo foi pressionado a ampliar o debate sobre o Estatuto e tornar público seu conteúdo, até então restrito ao aval dos técnicos do governo e das principais lideranças partidárias e patronais. A partir de então, o GRET e o Governo passaram a confrontar-se com a intensa reação dos grandes proprietários fundiários e dos setores anti-reforma agrária. Os grandes proprietários identificavam a tributação como confisco e, como grande vitória, tiveram a aprovação de uma proposta de redução do valor da alíquota da tributação das terras.

Além disso, destaca Bruno (1995: 27-28), os grandes proprietários exigiam a retirada da noção de latifúndio por dimensão e a supressão do instrumento de desapropriação; requeria-se a desobrigação de comprovar uma área mínima explorada e de usar práticas conservacionistas no manejo da área. Quanto ao valor justo da tributação, quando aceito, deveria ser convencionado “amigavelmente” entre as partes (PAR Apud Bruno, 1995: 27). Ante a reação, abre-se então uma nova rodada de negociações entre as lideranças políticas, as elites rurais e o governo. Dentre os acordos firmados, um dos que mais representou a vitória dos grandes proprietários, destaca a autora, foi a garantia de que a reforma agrária seria um processo meramente transitório e a ação permanente caberia à política agrícola. Ao mesmo tempo, assegurava-se a expansão da empresa agrícola como principal objetivo do processo de modernização do campo, separando a reforma agrária da modernização.

Mas, como vimos anteriormente, alguns avanços foram conseguidos no tocante à obrigação do cumprimento da função social da terra e a possibilidade de desapropriação por interesse social. Segundo Bruno (1995: 28), Moacir Palmeira (1989) chama a atenção para o fato de que, “independente da efetivação de políticas” pelo Estatuto possibilitadas – “a reforma agrária, a modernização, a colonização – a nova lei passou a ter uma existência social a partir da hora em que foi promulgada. Tornou-se uma referência capaz de permitir a formação de novas identidades”, ou seja, deu identidade jurídica aos posseiros, arrendatários e parceiros (Palmeira, 1989, apud Bruno, 1985: 28). Nas palavras de Bruno:

“Na verdade, é o Estatuto que vai fazer a relação entre o Estado e o sindicalismo na luta pela terra. É ele que abre o dialogo – tenso, difícil e com lutas – entre os trabalhadores rurais e o Estado. Mas é também importante não esquecer que, através do Estatuto, o Estado não só conferi identidade jurídica às categorias sociais existentes, como as redefiniu politicamente. Ao torná-los legais, filtrou uma determinada concepção de reforma agrária e conceitualizou o que seria o latifúndio, propriedade familiar, empresa rural, função social, desapropriação, tributação e etc” (Bruno: 1995; 28-29).

Com o Estatuto da Terra, destaca Grynszpan (1991), um novo órgão executor da reforma agrária foi criado para substituir a SUPRA: o IBRA, Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, subordinado diretamente ao Presidente da República. Segundo o Estatuto, caberia ao IBRA representar a União na execução da reforma agrária, tendo

---

<sup>41</sup> PAR. Anteprojeto do Estatuto da Terra. Primeira versão. Caixa 53, 1964i, p. 01.

poderes para elaborar, promover, coordenar e executar os planos de reforma agrária. O IBRA poderia transferir seus poderes para estados e municípios, para que estes também pudessem promover e executar a reforma agrária, criar Delegacias Regionais de Reforma Agrária, discriminar terras devolutas e etc (Brasil, 1964). Sua criação era justificada por uma necessidade de “modificação do organismo que, dentro da nossa atualidade rural, comprometeu, por virtudes demagógicas e ineficazes, a própria seriedade da causa de modernização da estrutura agrária” (MIRAD/INCRA, s/d, apud Grynszpan, 1991: 23).

Grynszpan (1991) destaca que a tentativa de extirpar a herança do SUPRA, por parte do novo governo e do IBRA, pode ser percebida em seus atos específicos ao Rio de Janeiro.

“Destarte, no Decreto nº 57.081, de 15 de outubro de 1965, que criava a área prioritária de emergência para fins de reforma agrária no Estado, dizia-se ser preciso solucionar definitivamente os problemas gerados por invasões e desapropriações realizadas na área, antes de 31 de março de 1964. E o mesmo ponto era mencionado na Portaria nº01 do IBRA, de 03 de janeiro de 1966, assinada pelo presidente do IBRA, Paulo de Assis Ribeiro. Novamente as desapropriações anteriormente verificadas em terras fluminenses eram referidas, desta vez para justificar a criação da comissão que teria o objetivo de selecionar os ocupantes que teriam direito a adquirir seus lotes” (Grynszpan, 1991: 23).

Quando listava as atribuições da mencionada comissão, destaca Grynszpan (1991: 23) que caberia a ela, entre outras coisas, “analisar mediante o exame de ficha cadastral, da folha corrida da polícia, da observação da área ocupada e de investigações complementares” a situação de cada um dos ocupantes das áreas, a fim de saber se estavam ou não enquadrados no perfil estipulado para que se pudesse adquirir um lote. Segundo Grynszpan (1999), o General Castelo Branco afirmava que a prioridade dada pelo Executivo à solução do problema agrário brasileiro visava honrar os compromissos internacionais assumidos na Carta de Punta Del Este, que tinha na realização da reforma agrária um de seus objetivos básicos.<sup>42</sup>

Grynszpan (1991) destaca que, de acordo com o Estatuto da Terra, a reforma agrária seria realizada através de planos periódicos, nacionais e regionais, com prazos e objetivos determinados, de acordo com projetos específicos. Os Planos Regionais a serem elaborados pelas Delegacias Regionais do IBRA antecederiam qualquer desapropriação por interesse social. Os órgãos específicos para a realização da reforma agrária seriam o GERA, Grupo Executivo da Reforma Agrária, o IBRA e as Comissões Agrárias. Além desses órgãos, o Estatuto criava o INDA, Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário, que teria a função de promover o desenvolvimento rural por meio da colonização e extensão rural e do cooperativismo.

Na opinião de Grynszpan (1991: 25), alguns analistas da questão agrária brasileira têm chamado a atenção para o fato de que os dois órgãos, e em particular o IBRA, mesmo contando com um poderoso recurso institucional como o Estatuto da Terra, não realizou avanços no processo de distribuição de terras. Atravessou inoperante o período Costa e Silva e transformou-se no INCRA, Instituto Nacional de

---

<sup>42</sup> Segundo Medeiros (2006) a Carta de Punta Del Este emerge num quadro em que os Governos da América Latina se comprometiam com transformações fundiárias em seus países, visando eliminar desigualdades e afastar o perigo das revoluções comunistas, das quais Cuba aparecia como exemplo emblemático. Disponível em: < [www.cartamaior.com.br](http://www.cartamaior.com.br) > Acesso em janeiro de 2007.

Colonização e Reforma Agrária, logo no início do período do General Emílio Garrastazu Médici. Entretanto, o autor destaca que esta avaliação não parece ser exclusiva dos analistas.

“No ano de 1967 foi criada, no Congresso Nacional, uma CPI que tinha o objetivo de investigar a ação e o funcionamento do IBRA e do INDA. A conclusão do relator, deputado Braz Nogueira, da insuspeita Aliança Renovadora Nacional, ARENA, então partido governista, foi a de que os dois órgãos, durante todo o seu período de funcionamento, foram inoperantes. Além disso, a CPI conclui que o IBRA não cumpria as metas previstas e a legislação pertinente foi rarissimamente aplicada e, mesmo assim, somente em áreas onde não eram contrariados os interesses dos grandes proprietários. Enquanto o IBRA ficaria muito aquém de suas metas previstas de assentamentos, o INDA assumia uma atitude paternalista na administração dos núcleos coloniais, pois não emancipava os que já se encontravam em situação de o serem e não titulava as terras” (Grynszpan, 1991: 25).

Pedroza (2003) traz diversas passagens sobre a relação do IBRA diretamente com os trabalhadores. Nos exemplos utilizados pela autora, os trabalhadores reclamaram na justiça a inoperância dos processos de legalização de seus lotes, invasão de suas casas pelos funcionários do IBRA, ameaças de despejo etc. Além disso, os trabalhadores acusavam o IBRA de tomar-lhes somente as terras com mais valor, por serem de boa qualidade ou mesmo porque foram preparadas pelos trabalhadores.

Na opinião de Grynszpan (1991: 26), o IBRA vinha, de forma efetiva, perdendo sua importância. Em 1967, o órgão, que até então era vinculado ao Presidente da República, tornava-se subordinado ao Ministério da Agricultura, do qual a reforma agrária passava a constituir área de competência. Já em 1968, no Governo Costa e Silva, instituiu-se um grupo de trabalho para examinar os seguintes aspectos da reforma agrária: obstáculos, áreas prioritárias, medidas específicas, revisão de projetos, providências para a elaboração, em curto prazo, de um Plano Nacional de Reforma Agrária. Ao Grupo de Trabalho caberia orientar, coordenar, supervisionar e promover a sua execução, mesmas atribuições, portanto, que eram definidas para o IBRA, em seu primeiro regulamento. No mesmo regulamento, transferia-se ao IBRA as atribuições referentes à colonização. Em 1969, aprovou-se um novo regulamento para o IBRA, subordinando-o ao GERA, cabendo-lhe elaborar os planos de reforma agrária nos termos das diretrizes traçadas por este. Em 1970 o IBRA foi extinto e substituído pelo INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

Esse foi o quadro mais geral sobre a qual foram tecidas as táticas de luta utilizadas pela FETAG que pretendemos discutir. Daqui para frente, em função de nosso objeto, pretendemos apontar as rupturas, as tendências, as transformações ao longo do tempo das ações da FETAG, atentando para a continuidade dos conflitos.

## **2.2 Os primeiros passos após o Golpe**

Se as organizações políticas e profissionais consideradas “perigosas” foram sumariamente eliminadas, o mesmo não aconteceu com a estrutura sindical rural herdada.

Segundo Ricci (1999: 89), depoimentos de lideranças afirmam que a Igreja negociou com o governo federal a manutenção dos STRs, logo após o Golpe Militar. O acordo consistia em unificar os diversos organismos sindicais em uma única base: o Sindicato de Trabalhadores Rurais; manter abertos os STRs, principalmente aqueles sob controle da Igreja e que a Igreja indicasse parte dos interventores.

Padre Carvalho foi o responsável por nomear a Junta Governativa no Rio de Janeiro e, logo a seguir, convocar as eleições. Nesse momento, poucos sindicatos encontravam-se em funcionamento. Entre eles, Barra Mansa, Campos, São Gonçalo e Magé. Com exceção de Magé e Campos, os demais já viviam sob influência dos Círculos Operários, mesmo antes do Golpe.

A Federação dos Círculos Operários passou a dar todo o apoio à nova direção da FETAG, quer no que se referia à orientação sobre a ação, quer quanto à infra-estrutura básica, cedendo inclusive espaço para seu funcionamento.<sup>43</sup>

Num primeiro momento, a Junta Governativa concentrou seus esforços na eleição para a Diretoria da FETAG, convocada para 1965. O número de sindicatos que tiveram condição de voto não é preciso. Segundo Bruno Nogueira, “era Campos, Itaboraí, São Gonçalo, Barra Mansa e Caxias, se não me falha a memória. Então, esse trabalho foi até 1967”. Já Agostinho Neto acrescenta Valença e Magé, mas não cita Itaboraí e Duque de Caxias.

“Então houve uma eleição. Os sindicatos que existiam eram Barra Mansa, São Gonçalo, Campos, Valença, Magé, cinco ou seis sindicatos. A eleição já era carta marcada. Agostinho vai ser o presidente, Acácio vai ser não sei o que, o tesoureiro, e um japonês, o secretário”.<sup>44</sup>

Não encontramos nenhum documento sobre essa eleição, somente depoimentos de ex-lideranças da FETAG. Também não há nenhuma outra passagem sobre Valença. No caso de Duque de Caxias dois outros depoimentos enfatizam que o STR de Duque de Caxias ficou fechado nesse momento, sendo alvo de forte repressão.

Já Itaboraí, segundo O’Dwyer (1988), só passou a funcionar a partir de 1966. A autora afirma que participaram não só trabalhadores católicos remanescentes do antigo Círculo Operário Católico, como também trabalhadores que professavam o protestantismo e que eram posseiros da fazenda Vargem Grande. “Juntaram-se a estes posseiros da referida fazenda que haviam constituído o denominado ‘comando’ da luta de desapropriação, mas que não se encontravam à frente do sindicato que teve sua carta cassada” (O’Dwyer, 1988: 324).<sup>45</sup>

---

<sup>43</sup> Entrevista de Bruno Nogueira de Paula a Leonilde Sérvo de Medeiros. Niterói/ RJ, 1982.

<sup>44</sup> Entrevista de Agostinho Jose Neto a Leonilde Sérvo de Medeiros. Rio de Janeiro, 1982.

<sup>45</sup> A história do “comando” de luta pela desapropriação é anterior ao Golpe Militar. Segundo O’Dwyer (1988: 322-323), na criação do sindicato no ano de 1963, os trabalhadores da Fazenda Vargem Grande, que, na luta pela sua desapropriação, haviam criado a Associação dos Pequenos Lavradores e Trabalhadores Autônomos de Itaboraí, entidade vinculada à ULTAB, disputaram a carta sindical junto ao Ministério do Trabalho com o Sindicato dos Trabalhadores da Lavoura, que havia se constituído com o apoio dos Círculos Operários Católicos. “A orientação do sindicato criado pelo Círculo Operário, segundo um trabalhador que dele participou como dirigente, era fazer acordos nos casos de litígio entre patrões e empregados. O sindicato apoiado pelo Círculo Operário – integrado por trabalhadores meeiros nas grandes propriedades de laranja – contrapunham-se a entidade constituída pelos meeiros da Fazenda Vargem Grande. Os trabalhadores dessa fazenda haviam deixado de pagar a metade da produção das suas lavouras ao pretenso proprietário, passaram a se designar de posseiros em lugar de meeiros, caracterizando sua luta como de ocupação de terras, pelo fato de contestarem o direito de propriedade do patrão. Após o Golpe Militar, as duas entidades fecharam suas portas na região”.

O número de sindicatos foi baixo, segundo Bruno Nogueira, porque, em 1965, o CONSR, órgão do Ministério do Trabalho, estabeleceu novas regras para o reconhecimento dos sindicatos, o que diminuiu o número dos aptos a funcionar.<sup>46</sup>

Os membros da Diretoria da época<sup>47</sup> destacam nas entrevistas que perderam ser realizadas, que, se em princípio, eles eram pessoas de confiança do regime, nem por isso sua ação era livre de cerceamentos. Em Trajano de Moraes a tentativa de reorganizar o sindicato foi interrompida pelo Delegado de Polícia, que pediu reforço do Batalhão de Campos para acompanhar as reuniões. “O Delegado de Polícia prendeu os panfletos e trouxe para o DOPS, pois havia uma exigência do DOPS, de que toda geringonça que a Federação quisesse fazer, tinha que comunicar por escrito”.<sup>48</sup> O 1º Presidente da FETAG após o Golpe, Agostinho José Neto, que veio do STR de Barra Mansa, relata um episódio que ilustra algumas das características de seu trabalho à época e, de modo geral, traz algumas referências importantes que nos ajudam a entender a FETAG nesse momento:

“E nós fomos chamados para resolver um problema na Fazenda Campos Novos. Nós chegamos lá e tinha um grupo de quase 30 famílias tudo jogado fora, com polícia lá dentro portando fuzil e tudo. Então nós fomos conversar com o pessoal, foram quatro horas de discussão. Quando eu e o Acácio chegamos em Niterói, fomos chamados no DOPS e falaram: - ‘Quer dizer que vocês estavam num caminhão cheio de comunistas em Campos Novos?’ O senhor está brincando ou falando a verdade? Eu não vi caminhão nenhum, não subi em caminhão. Tinha era um jipe que o senhor conhece, sabe qual é a placa. Essa foi a luta da Federação. O lavrador não acreditava na Federação. (...) Tinha uma certa credibilidade, mas na hora que a gente ia fazer um trabalho que levasse alguma coisa do lavrador, não tinha apoio. Porque o Paulo Torres, que trabalhava no DOPS, estava fazendo um trabalho consciente contra o trabalhador. Enquanto eu, o Acácio e o Padre Carvalho estávamos do lado do lavrador, o governo que devia apoiar, estava fazendo um trabalho contra”.<sup>49</sup>

A entrevista aponta para uma outra ordem de empecilhos que contribuía para o distanciamento dos trabalhadores em relação à Federação: o medo frente aos órgãos de repressão, seus nuances locais e a constante tentativa de caracterizar os sindicalistas como comunistas.

Não havia uma meta estabelecida de atuação nesses conflitos. Havia, segundo depoimentos de dirigentes, paralela e complementarmente, um trabalho no sentido de fundação e reorganização de sindicatos, como espaço para a formação de quadros e

<sup>46</sup> Entrevista de Bruno Nogueira de Paula, 1982. Entrevista de Agostinho José Neto a Leonilde Sérvolo de Medeiros. Rio de Janeiro, 1982.

<sup>47</sup> São os seguintes os Dirigentes Sindicais que compuseram a Direção da FETAG/RJ a partir de 1965: de janeiro de 1965 a janeiro de 1968 o Presidente era Agostinho José Neto, o Secretário Tociguki Tanaki e o Tesoureiro Acácio Fernandes dos Santos. De 1968 a 1970 o Presidente era Acácio Fernandes dos Santos, Antonio João de Faria como Secretário e Agostinho José Neto como Tesoureiro. De 1971 a 1974 o Presidente era Acácio Fernandes, o Secretário Nicanor Prezídio Brandt, e o Tesoureiro Eraldo Lírio de Azeredo. De 1974 a 1977 o Presidente era Eraldo Lírio de Azeredo, Acácio Fernandes de Souza Secretário e Antonio Pires Tesoureiro. De 1977 a 1980 o Presidente era Eraldo Lírio de Azeredo, Raymundo Leoni dos Santos era o Secretário e Acácio Fernandes o Tesoureiro. De 1980 a 1982 o Presidente era Eraldo Lírio de Azeredo, Antonio Ernesto Neto como Secretário e Miguel Fernando de Souza como Tesoureiro.

<sup>48</sup> Entrevista de Agostinho José Neto a Leonilde Sérvolo de Medeiros. Rio de Janeiro, 1982.

<sup>49</sup> Entrevista de Agostinho José Neto a Leonilde Sérvolo de Medeiros. Rio de Janeiro, 1982.

potencialização do trabalho político no campo. Esse processo correspondia a um reconhecimento, por parte da direção dos Círculos Operários, da necessidade de estimular o sindicalismo nas áreas rurais e a luta pelos direitos dos trabalhadores, e indicava os primeiros passos de uma trajetória, cujas linhas tinham uma definição geral e programática, mas não estavam ancoradas, como vimos no capítulo 1, numa forte experiência de trabalho no campo.

As alianças que a FETAG vinha fazendo eram variadas. A FETAG/RJ ocupava a tesouraria da CONTAG. Participou da organização do Congresso da CONTAG em parceria com o INDA, em São Paulo, em 1966.<sup>50</sup> Segundo as resoluções do Congresso, participaram 500 delegados, representando “treze milhões de trabalhadores rurais brasileiros”.<sup>51</sup> Medeiros traz um apanhado geral de resoluções do Congresso:

“A tônica do encontro foi o estudo e esclarecimento do Estatuto do Trabalhador Rural e do Estatuto da Terra, sugerindo regulamentação e alteração de alguns itens. Apareciam também reivindicações em torno da aplicação dos benefícios da Previdência Social aos trabalhadores rurais, direito à greve, participação em órgãos como a justiça do trabalho, Conselho Técnico do IBRA etc. A reforma agrária era mencionada, timidamente, através da solicitação de que o IBRA procurasse tornar a lei uma realidade concreta, quer pela caracterização do maior número possível de áreas prioritárias, com a conseqüente desapropriação, quer pela imediata adjudicação das terras desapropriadas aos trabalhadores. Reconhecendo a realidade dos despejos, apelavam ainda para que fosse dada prioridade à desapropriação de algumas áreas” (Medeiros, 1989: 91).

No que se refere à luta pela terra, as resoluções mostram que a CONTAG lutava pela alteração e regulamentação de diversos artigos do Estatuto da Terra, cobrando do INDA e do IBRA, a dinamização do processo de reforma agrária nas áreas onde ocorriam despejos, como São Paulo, Pernambuco e Paraíba, não sendo o Rio de Janeiro citado. Pediam ainda mudanças no artigo 95<sup>52</sup>, reconhecendo o direito de preferência do arrendatário na renovação do arrendamento, indenização de benfeitorias e prioridade em imóveis rurais desapropriados em áreas prioritárias de reforma agrária. Reconheciam que havia “uma grande massa de trabalhadores rurais desempregados e sub-empregados”, destacando que somente a reforma agrária poderia resolver os “problemas estruturais que impedem o progresso social e econômico do trabalhador rural brasileiro”.<sup>53</sup>

O Estatuto da Terra continuava, como vimos na resolução do Congresso de 1966, como um foco de tensão, campo possível de atuação de uma fração das federações filiadas à CONTAG na manutenção/obtenção de seus interesses junto à sociedade. Os embates dentro do sindicalismo sobre mudanças no Estatuto começaram

---

<sup>50</sup> Nos Anais desse Encontro aparece o título: II Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais. O I Encontro considerado foi o de Natal, no Rio Grande do Norte, em 1963. INDA/CONTAG. II Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais. Conclusões. São Paulo, 1966.

O presidente do INDA era Eudes de Souza Leão, ex-diretor da Confederação Nacional da Agricultura - CNA (Dreifuss, 1981: 433-434).

<sup>51</sup> INDA/CONTAG. II Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais. Conclusões. São Paulo, 1966. Para Medeiros (1989) foram 250 participantes de 14 estados.

<sup>52</sup> O Art. 95 se refere ao arrendamento rural e seus princípios.

<sup>53</sup> INDA/CONTAG. II Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais. Conclusões. São Paulo, 1966.

a diminuir somente a partir do aumento da repressão, em 1968. Sua luta passou pela regulamentação dos artigos não regulamentados do Estatuto.<sup>54</sup>

Já para Acácio Fernandes dos Santos, ex-presidente da FETAG, a discussão do Congresso foi mais ao nível de previdência e legislação.

“Com relação à reforma agrária, não entrou em detalhes. Ficou muito preso a esses problemas de previdência. E me pareceu mais que o objetivo maior era o conagração do pessoal, era reunir o pessoal e mostrar que o movimento estava tentando sobreviver, para tentar tirar o medo”.<sup>55</sup>

Nessa passagem o dirigente da FETAG se coloca como um espectador da organização e direção do Congresso, o que nos permitiu inicialmente formular a hipótese de um distanciamento entre o Rio de Janeiro e a CONTAG, presidida por José Rotta. Entretanto, parece pertinente também acreditar que essa leitura carrega uma avaliação posterior do período, em que a FETAG se colocou como oposição a direção de José Rotta, tentando apagar essa ligação que durou até 1967, esquecendo inclusive que a CONTAG conseguiu algumas vitórias. Vejamos sua lembrança sobre o Congresso:

Pesquisadora – “Esse Congresso chegou a ter algum efeito sobre a organização dos sindicatos? Eu estou pensando mais em termos de Rio.”

Ex-presidente da FETAG – “Como eu disse inicialmente, os trabalhadores estavam com medo. Essas reuniões serviram para que os trabalhadores vissem que pelo menos estava sendo permitido o funcionamento dos sindicatos e tirando um pouco o medo, embora não houvesse reivindicação do trabalhador que pudesse atingir, em termos de reforma agrária, uma atuação mais forte. Isso porque numa segunda fase de organização, estava tudo muito bem. Mas, quando nós partimos para a fase de defesa, aí embolou (...) Não fomos compreendidos pela Polícia Federal e DOPS. Aí começaram as perseguições.”

Há destaque para um pequeno “efeito” *positivo* do Congresso frente os “trabalhadores”, ligado à diminuição do medo, ao mesmo tempo em que afirma uma “falta de atuação forte” na luta pela reforma agrária.

De todo modo, é possível dizer que, três meses após o Congresso de 1966, o presidente Castello Branco declarou o estado do Rio de Janeiro como área prioritária para fins de reforma agrária. Foram as seguintes as áreas englobadas pelo Decreto: Baía da Ilha Grande, Muriaé, Cantagalo e Rezende.<sup>56</sup>

No longo prazo, a resolução do Congresso de 1966, que defende a luta pela caracterização de áreas prioritárias para reforma agrária, marcou a pauta de ações da CONTAG e da FETAG nesses primeiros anos. Não foi uma luta fácil. Ganhou corpo ao longo dos anos. Somente em 1969 foi promulgado o Decreto-Lei nº 582, de

<sup>54</sup> CONTAG. II Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais. Brasília, 1973.

Nesse quadro, se pensarmos em continuidades e rupturas, a ação da FETAG estava limitada ao governo militar, que até 1968, era mais *ampliado*, levando em conta os grupos da sociedade civil que o compõem e que disputam sua inserção na sociedade política (Gramsci, 1987).

<sup>55</sup> Entrevista Acácio Fernandes dos Santos a Leonilde S. Medeiros. Brasília, 1982.

<sup>56</sup> União. DECRETO 58717. 1966. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/sicon>> Acesso em novembro de 2007.

15/05/1969, que, estipulava que a execução da reforma agrária seria intensificada (a partir da vigência do mesmo) através de programas intensivos de implantação de novas unidades de exploração agrícola, em áreas prioritárias selecionadas pelo IBRA e pelo GERA, estabelecendo os requisitos básicos para seleção dessas áreas. São eles: a) existência de inversões públicas em projetos de desenvolvimento, tais como obras de irrigação, eletrificação rural, estradas e outras; existência de latifúndio por exploração ou por extensão; manifesta tensão social; concentração de minifúndios; elevada incidência de não proprietários; áreas mal exploradas, próximas aos centros consumidores.

Parece-nos parece que o Decreto-Lei de 1969, instrumento de revigoração da política de reforma agrária, carrega uma parte importante das resoluções do Congresso de 1966. Entretanto, em que pese a ênfase com que foi formulado, não impediu que, apenas um ano depois, um outro Decreto extinguisse, ao mesmo tempo, o INDA, o IBRA e o GERA, criando em seu lugar o INCRA.

Somente nove anos depois, em 1978, o INCRA através de seu Departamento de Cadastro e Tributação, retomou o assunto, conforme está impresso na publicação integrante do “Informativo Técnico nº 4”, na linha de “cumprir o artigo 43 do Estatuto da Terra, ou seja, estabelecer um zoneamento no país em regiões homogêneas do ponto de vista sócio-econômico e das características da estrutura agrárias”.<sup>57</sup>

Essa nos parece que foi uma brecha que a CONTAG e a FETAG/RJ exploraram durante os anos 60 e 70. No caso do Rio de Janeiro, interpelavam o poder público por sua morosidade em resolver os conflitos nas áreas prioritárias para reforma agrária. Os principais aspectos explorados baseavam-se em três pontos do decreto revogado com o fim do IBRA: as áreas com projetos públicos de desenvolvimento; a manifestação de tensão social e existência de áreas mal exploradas, próximas aos centros consumidores. Até meados dos anos 80, haviam sido acrescidas as seguintes áreas às já delimitadas como áreas prioritárias para fins de reforma agrária: a Baixada de Campos, Cachoeiras de Macacu, o Vale do rio São João, Região dos Lagos.<sup>58</sup>

As instituições públicas parecem ter sido um dos canais privilegiados do fazer-se sindical. As entrevistas com dirigentes destacam como essencial o convênio que a FETAG fez com o IBRA, visando à assistência jurídica dos lavradores, e espaços jurídicos foram sendo construídos juntamente com crescente número de advogados contratados para atuar na resolução dos conflitos. Havia uma idéia que poderia ser resumida na crença dos dirigentes em absorver e recriar a lógica sindical: a lógica da institucionalidade legal. Mas nossas fontes são poucas e esparsas sobre a relação da FETAG com o IBRA neste momento. Nas referências, o convênio acabou em fins dos anos 1969.

A instrumentalização da estrutura sindical como meio de aquisição de poder político para influenciar a agenda estatal eram aspectos valorizados. Nele acabou por exercer papel importante a atuação de diretores da FETAG nas comissões de transferência de ocupantes de diversas áreas para os Núcleos de Colonização do IBRA, principalmente no município de Cachoeiras de Macacu, Caxias e Macaé.<sup>59</sup> Eram

<sup>57</sup> INCRA. Informativo Técnico 4 – Zoneamento Agrário. Brasília, 1978.

Disponível em: < <http://www.incra.gov.br/>> Acesso em novembro de 2007.

<sup>58</sup> União (Brasil). Decreto 70.986. 1972; União (Brasil). Decreto 72.134. 1973; União (Brasil). Decreto 92.691. 1986. Disponível em: < <http://www.senado.gov.br/sicon>> Acesso em novembro de 2007.

<sup>59</sup> No pós-64 os governos federal e estadual montaram comissões para o estudo de cada uma das fazendas desapropriadas no pré-64, chegando aos seguintes resultados: doze das áreas desapropriadas (Penha-Caixaão, Piranema, Capivari, Mato Grosso, Campanha, Engenho do Mato, Largo, Ponta do Largo e Atalho) não tinham condições para aproveitamento e, portanto, deveriam ser devolvidas aos

práticas sindicais do pré-64, tanto dos comunistas quanto dos católicos, e que começavam a ser otimizados neste período pós-golpe.<sup>60</sup>

Neste processo, é importante notarmos que a Igreja enquanto instituição e, de certo modo, padre Carvalho, aos poucos vão se afastando, aumentando a autonomia dos dirigentes. Novaes (1997; 92), analisando a Paraíba no mesmo período, afirma que “era como se a Igreja entendesse que o projeto desenvolvimentista do regime militar e a repressão às lideranças comunistas garantissem a ordem social desejada, permitindo a redefinição do campo de atuação da instituição”. No caso da FETAG/RJ, no entanto, não temos depoimentos que afirmem que estas eram as idéias das lideranças circulistas no estado. Em 1966, a verba enviada para a Federação foi cortada pelos circulistas. Segundo um dirigente, foram avisados que tinham “que caminhar com as próprias pernas”.<sup>61</sup> No entanto, por um bom tempo, muitos sindicatos continuaram funcionando em sedes dos Círculos Operários. Suas lideranças, embora mais independentes, continuavam a atuar juntas e tiveram peso até meados dos anos 70.

Nesta fase inicial, o trabalho de atração para o sindicato foi lento e penoso. Os primeiros sindicatos foram organizados em algumas áreas com tensões e conflitos onde já tinham existido entidades com carta sindical, mas estavam fechados. Das fontes disponíveis, os números sobre a filiação a esses sindicatos são muito variados, mas nos parece que a FETAG, nesse momento, tentou reabrir sindicatos que eram controlados tanto pela FALERJ quanto pela FLERJ, como é o caso de Trajano de Moraes e Itaboraí.

Não temos informações que nos permitam dizer que havia decisões programáticas que falassem na necessidade de investir em tal ou qual tal categoria. Os posseiros em conflito por terra foram enquadrados como “colonos”, “moradores” etc. Mas também foi necessário atuar com arrendatários e parceiros, envolvidos em demandas pela falta de contrato pelo uso da terra, quebra de contrato, despejo etc. Voltaremos ao tema mais adiante.

O esforço organizativo se fazia, ao que indicam os depoimentos das lideranças, muito mais a partir da lógica de onde era possível ir, segundo a disponibilidade de contatos locais, quadros a serem deslocados, dinheiro disponível e interesse de lideranças locais em construir um trabalho com a Federação. Essa característica nos parece importante porque tal fragilidade de organização do campo sindical já havia sido apontada por Medeiros (1995: 167) no caso do Rio de Janeiro nos anos 50 e 60, em relação à prática comunista.

Os depoimentos disponíveis falam na importância, nesse processo, de pessoas com as quais já havia algum tipo de laço anterior (principalmente laços religiosos com os protestantes) que era dado publicamente como sendo de amizade e confiança. Em relação os católicos, os “padres católicos foram procurados, mas não estavam querendo muito saber disso”. Os “protestantes não estavam nem contra nem a favor”<sup>62</sup> e serviram de ponte para a capilaridade nos municípios que os quadros da FETAG procuravam construir.

---

antigos proprietários. Quanto às demais (Imbé, São José da Boa Morte, Coletivo Santa Alice, Vargem Alegre, Rio das Ostras, Cachoeiras, São Pedro, Pedra Lisa, Tenente Pacheco, Parati Mirim e Independência) a recomendação foi no sentido de encaminhamento das desapropriações e elaboração de projetos de assentamento. No entanto, a mudança de conjuntura política implicou em que nem mesmo para as áreas em que era recomendado o prosseguimento da ação desapropriatória isso fosse feito: Imbé, São José da Boa Morte, Cachoeiras, Parati Mirim e Independência também foram devolvidas (Medeiros: 1983). Entrevista com José Agostinho Neto a Leonilde S. Medeiros, 1982; Acácio Fernandes dos Santos a Leonilde S. Medeiros, 1982. Entrevista com Bruno Nogueira, 1982.

<sup>60</sup> Acácio Fernandes dos Santos a Leonilde S. Medeiros, 1982. Entrevista com Bruno Nogueira, 1982.

<sup>61</sup> Entrevista com Bruno Nogueira de Paula a Leonilde S. Medeiros. Rio de Janeiro, 1982.

<sup>62</sup> Entrevista Agostinho José Neto a Leonilde S. Medeiros. Rio de Janeiro, 1982.

Paralelamente a esse incipiente processo organizativo dos STRs, aparecem, por vezes, preocupações com o trabalho administrativo e político que, nesse momento, quando se constituía numa ação mais intensa do sindicato, nem por isso deixava de ser altamente dependente da FETAG. Diz Bruno Nogueira, assessor da FETAG: “o trabalho da Federação se transformou, e é isso que eu acho interessante, em um sindicato estadual. E essa característica, até hoje, ainda tem na Federação. Na época, até para fazer um ofício eles vinham na Federação”.<sup>63</sup> A afirmação dos dirigentes nos permite perceber que a Federação tornava-se uma correia de transmissão das políticas. Congruentes com essas propostas ressaltavam a defesa do sindicato único, como monopólio do poder e busca da representatividade legal, conforme os marcos legais do período.<sup>64</sup> É evidente aqui uma forte centralidade política e hierarquização da ação sindical, lógica que se iguala ao período anterior ao golpe militar, em que a ação sindical era destacada como garantia da unidade política do sindicalismo, bandeira tanto dos comunistas quanto dos católicos.

Nessa balança de poder entre diferentes atores, tais como distintos setores da Igreja, militares, organismos estatais e organizações patronais, parece ter pesado um discreto mas eficiente contrapeso, que interferia a partir desse momento de modo mais claro no sindicalismo rural: o sindicalismo americano que, através de várias de suas agências, apoiadas pelo governo dos Estados Unidos, implementaram de forma mais sistemática, os primeiros cursos de formação de dirigentes sindicais em parceria com a CONTAG.

### **2.3 O sindicalismo norte-americano na formação de dirigentes no Brasil**

O governo dos EUA desempenhou um papel importante no enfraquecimento político de João Goulart e na preparação da intervenção militar. No quadro dessa política de intervenção, o sindicalismo norte-americano implementou, após o golpe militar, assistência ao sindicalismo rural brasileiro, através do Instituto Cultural do Trabalho (ICT) e do Instituto Americano de Desenvolvimento do Sindicalismo Livre (IADESIL).

O IADESIL operava com base em três princípios, denominados de “educação trabalhista”, afirma Dreifuss (1981: 317). Primeiramente, “dividir as classes trabalhadoras na tentativa de se criar uma aristocracia trabalhista, privilegiada e sindicalizada”. Em segundo lugar, evitar o comunismo e livrar-se dele, negando a luta de classe, obtendo “consenso” entre empresários e trabalhadores. Finalmente “servir como uma sutil rede de coleta de informações dentro dos movimentos trabalhistas na América Latina”.

No que se refere às relações da CONTAG com o IADESIL, as informações são poucas e dispersas. Segundo Tavares (1992) e Silva (2006), entre 1963 e 1973, aproximadamente 30.000 sindicalistas brasileiros (rurais e urbanos) receberam os ensinamentos dispensados pelo ICT. A partir de 1965, em diferentes pontos do país, o IADESIL patrocinou diversos cursos destinados à formação de sindicalistas. A título de intercâmbio sindical, também dava suporte à participação de dirigentes sindicais

<sup>63</sup> Entrevista, Bruno Nogueira, 1982. Essa característica é importante, porque, ela durou nos anos 70 e 80, até aonde tivemos conhecimento. No relatório de atividades da FETAG em 1979, constam os seguintes STRs com contabilidade financeira centralizada na Federação: Rio Bonito, Parati, Valença, Campos, Barra Mansa, Magé, Trajano de Moraes, São Fidelis, Itaocara, Vassouras, Conceição de Macabu, São Gonçalo, Rio Bonito, Angra dos Reis, Paracambi, Araruama e Silva Jardim.

<sup>64</sup> INDA/CONTAG. II Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais. Conclusões. São Paulo, 1966.

brasileiros em cursos em Front Royal Institute (EUA). Em 1966, mais de 200 militantes sindicais foram enviados aos Estados Unidos (Silva: 2006; 299). O eixo central dos cursos, tanto no exterior quanto no Brasil, eram matérias de administração sindical, organização, negociação coletiva, legislação sindical e trabalhista.

No campo nacional, o quadro de relações entre o IADESIL e as FETAGs é variado. Sobre Pernambuco, Tavares (1992) destaca que a presença norte-americana junto do movimento camponês é anterior ao golpe. Afirma que a estratégia da CIA para interferir diretamente nos movimentos camponeses era financiar o SORPE e as cooperativas agrícolas.<sup>65</sup> Entretanto, após o golpe o autor destaca intensas disputas entre diferentes atores, entre eles distintos setores da Igreja católica, militares, organismos estatais, organizações patronais e agências internacionais, que tinham tido papel relevante no período anterior ao golpe e que se mantinham vivas. Cresciam inclusive as divergências entre padre Mello e padre Crespo.

O autor conta que com o Golpe, dos 35 sindicatos existentes, 30 sofreram intervenção.

“Na prática, o controle do movimento trabalhista passou para as mãos do único no qual o Exército confiava – o padre Mello. (...) Ele se tornou um ditador não oficial, dirigindo o exército e a polícia para intervir em todos os sindicatos rurais nomeando diretores novos para substituir os líderes que havia removido. O Padre agia em consonância com o Delegado Regional do Trabalho, Haroldo Veloso Furtado, arqui-inimigo dos sindicalistas que sustentaram a FETAPE de portas abertas, apoiados pelo padre Crespo” (Page Apud Tavares, 1995: 244).<sup>66</sup>

A Federação não sofreu intervenção, mas a diretoria foi afastada. João Jordão, que era do sindicato de Vicência, assumiu a Presidência e José Francisco, do mesmo sindicato, a secretaria (Tavares, 1992: 79). Contudo, padre Mello tentou conseguir, sem sucesso, que padre Crespo fosse expulso da FETAPE. Tavares destaca que o Delegado do Trabalho passou a dizer que a FETAPE estava sendo dirigida pelos americanos, o que foi refutado com veemência pelo ex-presidente da FETAPE. Quem interferiu de modo mais claro para que padre Crespo não fosse afastado foram algumas agências norte-americanas, bastante vivas na vida sindical daquele período.

“Alguém da missão do USAID se comunicou com um advogado que tinha ligações com os oficiais do IV Exército e insistiu fortemente para que padre Crespo fosse poupado. Seis meses mais tarde, o padre Crespo participou de um acordo aberto, firmado pelo SORPE com a Liga Cooperativa (CLUSA), e que possibilitava para a CIA, sob a cobertura da CLUSA, carrear fundos diretamente para o movimento cooperativista” (Page Apud Tavares, 1995: 87).<sup>67</sup>

---

<sup>65</sup> Como vimos no capítulo 1, o objetivo era fazer com que essas organizações agissem no sentido de reduzir a influência das Ligas Camponesas. Ao mesmo tempo, se considerações de Tavares (1992), esse objetivo permeava a ação norte-americana um sentido de reduzir a influência dos latifundiários, retirando-lhes o monopólio dos recursos de poder, em Pernambuco e no Nordeste, permitindo o acesso dos camponeses aos direitos assegurados pela legislação brasileira.

<sup>66</sup> Page, Joseph A. A revolução que nunca houve – o Nordeste do Brasil (1955-1964). Rio de Janeiro, Record, 1989.

<sup>67</sup> Page, 1989.

O Delegado do Trabalho foi demitido e passou, segundo Tavares (1995: 94), a se colocar como aliado das oligarquias latifundiário-industriais da área, ficando à margem das articulações dos norte-americanos, que buscavam um “sindicalismo de enfoque legalista”. Nesse quadro, Tavares destaca relatos com informações de que o IADESIL financiou a construção de três centros de treinamento em Pernambuco.

Após 1968, segundo Tavares (1992), a Federação de Pernambuco implementou um progressivo afastamento com o IADESIL, reclamando tentativas de intervenção na Federação. A relação do sindicalismo pernambucano com o Instituto se alterou, diminuindo significativamente o número de cursos. O IADESIL manteve apenas os cursos em São Paulo e nos Estados Unidos, através do ICT. O autor destaca que a direção da FETAPE caminhou na corda bamba, tentando evitar uma intervenção, ao mesmo tempo em que fugia do controle do sindicalismo americano.

Temos poucas informações das relações do IADESIL com a CONTAG após 1968, quando a Federação de Pernambuco, muito ligada à CONTAG, começou a se afastar do IADESIL. Nossa hipótese é que houve um progressivo afastamento entre a CONTAG e o IADESIL nos anos que se seguiram, dada à proximidade de Pernambuco com a CONTAG. No Congresso da CONTAG em 1973, aparecia na lista de presentes ao evento somente um membro do IADESIL. Segundo o tesoureiro da FETAG/RJ, a CONTAG não tinha ligação com os cursos do IADESIL nos anos 70.<sup>68</sup>

Entretanto, esse progressivo afastamento não impediu, se considerarmos alguns dados de Tavares, continuidades e rupturas nas ações sindicais. Segundo Tavares (1992; 99), o presidente da CONTAG foi aos EUA antes de 1968 participar de um desses cursos. E foi esse mesmo dirigente que, após ter ganhado a presidência da CONTAG em 1967, começou a construir uma linha do sindicalismo diferente da que estava sendo construída. Ao mesmo tempo, Tavares destaca que isso não impediu o ex-presidente da CONTAG de afirmar que os eixos dos cursos do IADESIL foram o mote da CONTAG durante todos os anos seguintes, com uma exceção: a legislação agrária, que foi pouco trabalhada pelos cursos. Era a legislação sindical e trabalhista o eixo do IADESIL. Tavares argumenta que segundo o ex-presidente da CONTAG, “a gente pegava as matérias que interessavam ao movimento sindical como um todo. A parte que não prestava para a nossa prática, a gente não aproveitava” (Citado Tavares, 1992: 100).

No Paraná, conforme pudemos perceber em Silva (2006; 300), a Federação dos Trabalhadores do Estado (FETAEP) iniciou suas relações com o IADESIL desde os primeiros anos após o Golpe. A diferença com Pernambuco é que o convênio da Federação do Paraná com o IADESIL se estendeu pelos anos 70. Para Silva, é possível pensar que o sindicalismo “conservador vindo dos Estados Unidos serviu de matriz política à organização sindical rural do Brasil”. O autor argumenta que a FETAEP enviou diversos sindicalistas para os cursos do IADESIL fora do estado do Paraná. Ao mesmo tempo, a Federação organizou, em conjunto com o IADESIL, diversos cursos no próprio estado. O autor destaca que o boletim informativo do IADESIL, que se dizia ser o “organismo de assistência sindical da Aliança para o Progresso”, afirmou que em 1972 o a FETAEP construiu, em parceria com o IADESIL, ICT e a Delegacia Regional do Trabalho, o Centro Social de Campo Mourão.

Segundo Silva (2006; 301), ocorre, porém, uma diferenciação entre as políticas do regime militar e as iniciativas norte-americanas de formação de dirigentes sindicais,

---

<sup>68</sup> Entretanto, acreditamos que a relação da CONTAG com o IADESIL no final dos anos 60 e início dos anos 70 precisa ser ainda estudada, haja visto que há um arco de alianças em que o Presidente da CONTAG e sua direção navegavam entre as federações estaduais para poder se equilibrar num período extremamente violento.

que expressavam algumas das contradições dos jogos de força que estavam em curso naquele período. Uma CPI foi aberta para investigar as ingerências das centrais sindicais norte-americanas, evidenciando irregularidades graves e marcas de corrupção. “Mas as denúncias, as investigações e os escândalos não seriam suficientes para colocar um fim na colaboração sindical norte-americana” (Silva, 2006: 301).

Mesmo em casos de federações que participavam da diretoria da CONTAG, como no caso do Rio de Janeiro, foi possível perceber uma independência parcial da FETAG/RJ em relação à linha política da CONTAG frente o IADESIL e o ICT. Depoimentos indicam que o período de duração do convênio da FETAG/RJ com o IADESIL foi de 1966 até o ano de 1973. O estopim para o fim do convênio, segundo o tesoureiro da Federação à época, foi uma proposta de desvio de dinheiro para um “curso fantasma no Espírito Santo” feita à FETAG por um membro do IADESIL.<sup>69</sup> Não temos informações mais profundas sobre as disputas políticas entre o IADESIL e agências do Estado e nem tampouco sobre o dia-a-dia da Federação. Também não temos nenhuma fonte que fale em tentativa de intervenção na FETAG/RJ, como citado por Tavares (1992) no caso de Pernambuco.<sup>70</sup>

As informações que temos sobre a relação do IADESIL com a FETAG destacam que o Rio de Janeiro enviou alguns de seus dirigentes para cursos nos Estados Unidos. Não há dados sobre quais foram os dirigentes enviados nem seus municípios. Campos foi um município que enviou alguns sindicalistas. O presidente da FETAG nos anos 70 e 80 participou de um desses cursos.

As relações com o IADESIL ainda são uma questão encarada com certa delicadeza pelos sindicalistas, o que tem contribuído com a falta de informações sobre o período. Vivenciaram na prática contradições com os agentes dos EUA e indicam claramente a consciência sobre a participação norte-americana no Golpe que derrubou João Goulart. Por outro lado, essas relações permitiram que um grupo de dirigentes sindicais se visse no centro de disputas políticas de alcance mundial, após um longo período de exclusão social e política.

O depoimento do ex-presidente da FETAG, que participou de um curso no início dos anos 70, mostra um pouco dessa ambivalência.<sup>71</sup>

Pesquisador - Eu estou vendo aqui na sala do senhor um diploma de um curso, umas fotos...

Ex-presidente da FETAG – Foi no convênio com o IADESIL e eu fiz um curso de educação sindical nos Estados Unidos. Eu levei mais de um mês lá, mas não me pergunta o que eu aprendi porque eu vi foi americano frio.

A partir dessas constatações, nos pareceu ser possível pensar que o sindicalismo vindo dos Estados Unidos serviu para que um grupo de sindicalistas acumulasse uma bagagem de técnicas (leis e processos administrativos), experiências, enfrentamentos e relações políticas. Não foi possível perceber se os cursos ajudaram a credenciar os dirigentes a assumirem novos papéis. Questões ligadas à legislação agrária não foram trabalhadas, excluindo a principal bandeira que unificou a luta pela terra com as questões trabalhistas: a reforma agrária. O sindicalismo que sobreviveu ao golpe, tendo

<sup>69</sup> Entrevista com Eraldo Lório de Azeredo, 2007.

<sup>70</sup> As relações com as agências dos EUA após o Golpe aparecem muito brevemente no depoimento de algumas lideranças. Parece ser uma memória que os sindicalistas fazem questão de eliminar.

<sup>71</sup> Entrevista com Eraldo Lório de Azeredo, 2007.

na FETAG um importante instrumento de rearticulação e continuidade, ocupou um dos poucos espaços que lhe restava para a ação sindical: a promoção de ações na justiça e pedidos junto ao poder Executivo para que desapropriasse as áreas em litígio. Não foi possível perceber se esta postura sindical se deveu mais às circunstâncias políticas extremamente desfavoráveis então existentes do que os cursos orientados pelo IADESIL.

## **2.4 Eleições na CONTAG em 1967 e organização política na FETAG/RJ**

Em 1966-67, como vimos, a prioridade à qual se consagraram os dirigentes sindicais vinculados à FETAG/RJ, após a dura luta pela sobrevivência no imediato após golpe, foi recuperar os sindicatos que tinham sido objeto de intervenção. Começou a ficar evidente uma preocupação, dentro da FETAG/RJ, em unificar as lutas sindicais, ao mesmo tempo buscando adequá-las à diversidade presente no campo. A FETAG não estava sozinha nacionalmente. Foi no Congresso de 1966, segundo Ricci (1999: 91), que emergiu o núcleo de oposição à CONTAG, com o Rio Grande do Norte e Pernambuco.

O ápice desse debate parece que culminou em 1967, quando foram convocadas eleições para a direção da CONTAG e apresentou-se uma chapa de oposição à diretoria de José Rotta. A eleição ocorreu, no âmbito do Conselho de Representantes da CONTAG, composto por representantes das FETAGs. A chapa oposicionista liderada por José Francisco da Silva venceu por um voto José Rotta, dos Círculos Operários de São Paulo. A chapa proveniente do eixo Pernambuco e Rio Grande do Norte, incorporou o tesoureiro da gestão anterior, Agostinho José Neto, 1º Presidente da FETAG/RJ, ligado aos Círculos Operários do Rio de Janeiro, com o apoio do Rio Grande do Sul onde dominava a Frente Agrária Gaúcha.

Na opinião de um dirigente do Rio de Janeiro, ligado aos Círculos Operários e dirigente da CONTAG, com a eleição de José Francisco para a CONTAG, se criou um grupo mais homogêneo. Além disso, afirma que a idéia de levar José Francisco para a CONTAG tinha sido dele, que abria mão de ficar com o cargo, “indo contra um grupinho que não queria ninguém de fora da panelinha”.<sup>72</sup>

Sendo o Rio de Janeiro o mentor da idéia da chapa ou não, os membros da FETAG no estado serviram como fiel da balança na eleição, não podendo ser negligenciado seu apoio e participação na chapa vencedora. A direção da FETAG tinha no Rio de Janeiro o apoio do STR de Campos. Embora de posição anticomunista, seu mais antigo dirigente desenvolveu, segundo Ribeiro (1987: 243), uma visão crítica ao trabalho de José Rotta na CONTAG. Antonio João Faria, então presidente do STR, diz que de José Rotta buscava se diferenciar. A principal base de sua crítica ao trabalho de Rotta refere-se à corrupção e ao fato de Rotta ter colocado “pessoas estranhas à classe mandando na entidade”.

Tavares (1992: 108) destaca que dados de entrevista com o ex-presidente da FETAPE e com o ex-presidente da CONTAG, mostram que o objetivo inicial era desalojar José Rotta da presidência da CONTAG, mantendo-o na diretoria, mas em cargo secundário. Ele, no entanto, não aceitou passivamente sair do centro do cenário e

---

<sup>72</sup> Entrevista Agostinho José Neto a Leonilde Sérvolo de Medeiros. Rio de Janeiro, 1982.

duas chapas disputaram o pleito. A vitória foi apertada e houve tentativas de anular este resultado que, no entanto, foi homologado.

Tavares (1992) tenta relativizar o debate que marcou a literatura acadêmica em torno da idéia de “retomada” da CONTAG, que poderia supor uma ruptura radical. Segundo o autor, a literatura acadêmica tem como versão dominante a análise oferecida através do trabalho de Palmeira (1985: 46), que cunhou essa expressão na condição de assessor da CONTAG. Tavares destaca que a liderança pernambucana, formada pelo SORPE e que venceu a eleição em 1967, desenvolveu uma estratégia de penetração na estrutura da CONTAG, participando inclusive, já em 1965, da chapa formada pelo interventor.<sup>73</sup>

Esse grupo vai tentar reorganizar o sindicalismo com as seguintes bandeiras: defesa dos direitos, demanda por reforma agrária e previdência social (Medeiros: 1989 e Ricci: 1999). Essa rearticulação desenvolveu-se rapidamente, afirma Ricci (1999: 90), “principalmente nas áreas de maior tradição de luta camponesa”, como o Nordeste e do Rio de Janeiro.

Essas avaliações e demandas surgiram, afirma Medeiros (1989: 92), a partir de um diagnóstico que apontava para sindicatos em sua maioria controlados por interventores, ou dirigidos por pessoas muitas vezes distantes de suas bases e de suas demandas. Além disso, a desmobilização dos trabalhadores e um clima generalizado de medo, com uma conjuntura mais ampla marcada pela repressão, “fez com que a luta por ‘direitos’, dentro dos parâmetros legais, se constituísse na diretriz básica de ação da CONTAG”. Tratava-se de tornar a lei, em suas diversas formas, em campo de disputa e, assim, ampliar os espaços de organização

Segundo Ricci (1999: 92), “José Francisco tentou, logo após a posse, implementar um movimento de retomada dos STRs em nível nacional”. De início, implementou um programa educacional de lideranças sindicais, ainda em 1968, inspirada na metodologia do MEB.<sup>74</sup> O autor afirma que a política implementada visava o trabalho de unificação das práticas sindicais, com a realização do Seminário de Integração dos Programas da CONTAG, Delegacias da CONTAG e Federações, em Petrópolis – RJ, que definiu as linhas de atuação e de educação, destacando como temas prioritários: legislação agrária, previdenciária, legislação trabalhista, reforma agrária, sindicalismo e educação. A orientação expressa nas apostilas dos cursos tinham como eixo reflexões o papel do homem no mundo e a dignidade humana, ou seja, fortes referências no discurso católico, humanista, e passou a propor a valorização da “comunidade rural” como locus da sociabilidade e solidariedade política (Ricci, 1999: 92).

Palmeira (1985), Tavares (1992) e Ricci (1999) defendem que esses sindicalistas passaram a resgatar a história do conjunto dos movimentos do pré-64, ainda que a partir de uma leitura própria, tomando como referência diversas matrizes e não apenas a linha que o Círculo Operário de São Paulo procurou impor nos anos anteriores.

---

<sup>73</sup> A chapa eleita para a diretoria da CONTAG na gestão 1965-1968 tinha a seguinte composição: presidente José Rotta; primeiro vice-presidente Euclides Nascimento; Secretário-geral João Almeida Cavalcanti; Tesoureiro – Agostinho José Neto, do Rio de Janeiro. O segundo tesoureiro – Antonio João de Faria também era do Rio, do município de Campos.

<sup>74</sup> Segundo Abreu e Lima (2004), em 1961, foi fundado o Movimento de Educação de Base (MEB), cujos dirigentes eram membros da Ação Católica. Buscavam recompor seu poder político face aos avanços dos comunistas e das ligas no meio da população, incentivando uma via de desenvolvimento reformista para o país e um trabalho voltado para a educação de adultos pelo rádio no meio rural, com base em experiências anteriores realizadas em Natal e Aracaju. Disponível em: <[www.nead.org.br](http://www.nead.org.br)> Acesso em abril de 2008.

As ações na justiça cristalizaram-se como instrumento do próprio fortalecimento da Federação e dos sindicatos, atraindo os trabalhadores que estavam envolvidos em conflitos por terra. Constituíam-se em um suporte para enfrentar os despejos, através da mediação do discurso legal e, por outro lado, indicava uma opção pela ação dentro das regras do jogo existentes, num esforço de ser aceito e reconhecido politicamente na situação de representante dos trabalhadores em luta por seus direitos, invocando o Estatuto do Trabalhador Rural e o Estatuto da Terra.

Essas orientações, no entanto, não eliminaram a dificuldade da FETAG em lidar com as tentativas de intervenção na Federação e nos STRs, em função da enorme diversidade de interesses e posturas dos militares, do DOPS, do Ministério do Trabalho, dentre outros. Um exemplo importante foi São Gonçalo, berço de atuação do Presidente da FETAG no estado, que sofreu interferência da Delegacia do Trabalho e tentativa de afastamento de Acácio da chapa. Diferentes depoimentos indicam que com o AI-5, a atuação mais combativa da direção da FETAG e CONTAG no estado do Rio, imediatamente teve como reação a prisão, em 1968, de Acácio Fernandes, Presidente da FETAG, e Agostinho José Neto, tesoureiro da CONTAG, considerada uma “ducha de água fria”, pois as “bases sindicais começavam e perder o medo de se aliar a Federação”.

“Então quando eu e Acácio fomos presos, foram nos buscar em casa. – O governo está apanhando todo o pessoal do sindicato que é comunista. Como nós somos comunistas se eu sou recebido pelo Ministro do Trabalho. Mas minha esposa fez tomar conhecimento a Confederação e imediatamente o Jarbas Passarinho acionou o Marechal e mandou no quartel para caçar a gente. Quando ele chegou lá, marechal enviado pelo Ministério, pediram desculpas, foi um equívoco. Mas nós ainda ficamos indo lá uns dois meses”.<sup>75</sup>

Em alguns casos, chegou-se mesmo a abrir mão da representação de alguns sindicatos, como é o caso de Caxias. Falando sobre algumas áreas de luta por terra em Caxias em fins dos anos 60, Agostinho José Neto afirmava que:

“O sindicato de Caxias foi fundado três vezes. Existiu um grupo que lutava muito, mas tiveram que dar o fora, eles fugiram porque senão estavam mortos. A gente ia lá fazer o que? Ficou morto muito tempo o sindicato. Depois surgiu o sindicato lá, uma carta, um elemento que se interessou e conseguiu a carta do Ministério do Trabalho. Mas só a carta, porque os associados estavam dispersos. Aquela carta morreu”.<sup>76</sup>

Segundo algumas referências, em 1968 existiam 28 STRs filiados no estado. Mas a maioria não conseguia a carta ou não estava apta a votar nas eleições da FETAG. As avaliações das lideranças da Federação na época divergem sobre o resultado dessas lutas. Alguns enfatizam o caráter “fictício” de alguns sindicatos, porque representavam “200 lavradores num município com 5000”.<sup>77</sup> Outros destacam avanços na luta que a

<sup>75</sup> Entrevista José Agostinho Neto a Leonilde Sérvalo de Medeiros. Rio de Janeiro, 1982.

<sup>76</sup> Entrevista José Agostinho Neto a Leonilde Sérvalo de Medeiros. Rio de Janeiro, 1982.

<sup>77</sup> Entrevista Bruno Nogueira de Paula a Leonilde Sérvalo de Medeiros. Rio de Janeiro, 1982..

decisão de estimular a criação de sindicatos rurais trouxe, como a emergência de direções portadoras das lutas anteriores e alguma experiência de atuação.<sup>78</sup>

Nos anos que se seguiram, cresceu a oposição à FETAG no interior do Conselho de Representantes, ou seja, nos STRS filiados à FETAG no estado. Os motivos das divergências eram muito variados. Itaboraí e Campos foram dois pólos importantes de oposição. Em Itaboraí, a diretoria do sindicato ligado aos Círculos Operários estava inconformada com a Federação. O motivo era sua aceitação da participação, no referido sindicato, de elementos pertencentes ao mencionado “comando” de ocupações de terras de Vargem Grande (O’Dwyer, 1988). O interessante é que, ao mesmo tempo, a outra parte da diretoria, ligada ao “comando”, também fazia oposição à Federação. Vejamos o que diz o membro do “comando”:

“Começou a oposição a Federação. Porque quando se tem uma diretoria que é meio apelegada pelas circunstâncias ou por falta de capacidade política, quando surge uma oposição ela também muda de comportamento. É o caso da Federação em 68-69. Ela é mais ao nível do Conselho da Federação. Quando se reúne o Conselho, é um Delegado de cada sindicato, que normalmente é o Presidente, alguns fazem oposição nas propostas e brigam por isso no Conselho. É uma oposição ou não é? Às vezes não tão nem querendo derrubar a diretoria da Federação. Ta querendo mudar o comportamento da Federação. Esta oposição apareceu em 68-69”.<sup>79</sup>

Barra Mansa, Magé, São Gonçalo e Teresópolis apareciam como apoios importantes para a FETAG. É esta disputa que, em larga medida, incentivou a criação dos sindicatos, como o de Rio Bonito e Trajano de Moraes, mesmo num período onde a repressão cresceu muito e, de certo modo, contribuiu para enfraquecer e esvaziar a FETAG em 1969-70.

Mas, há outros componentes que incentivaram a fundação de novos sindicatos pela FETAG. Se, por um lado, a direção da FETAG tinha força e muitas vezes usava para intervir em alguns sindicatos, o que criava atritos com os interesses dos dirigentes locais, por outro lado, a própria Federação vinha sofrendo diversas tentativas de intervenção de outros setores ligados ao governo militar, como vimos anteriormente. A solução política utilizada foi a criação de sindicatos controlados pela Federação, que proporcionou uma base importante para a direção se manter no poder.<sup>80</sup>

Nesse contexto, a diretoria da FETAG, de certo modo, continuou com sua agenda e, sobretudo, tentou acentuar as práticas que tinha inaugurado no período anterior e que vinham sendo incentivadas dentro da CONTAG: defesa individual dos trabalhadores em torno de questões trabalhistas e agrárias e apoio às lutas pela permanência na terra. Além disso, intensificaram-se as atividades pedagógicas voltadas para a divulgação do sindicalismo, a formação de dirigentes e a discussão da reforma agrária (Palmeira, 1985: 47). Alinhada ao trabalho da CONTAG, a direção da FETAG centrou-se na reconstrução do seu papel de direção estadual de fundar STRs e formar novos dirigentes sindicais, defendendo uma unidade interna numa conjuntura mais geral de refluxo das lutas.

Como parte desse trabalho de integração a partir de uma diretriz política, a CONTAG começou a apoiar diversas cartilhas e boletins produzidas pelas federações,

<sup>78</sup> Entrevista José Agostinho Neto a Leonilde Sérvolo de Medeiros. Rio de Janeiro, 1982.

<sup>79</sup> Entrevista Raimundo Leoni dos Santos a Leonilde S. Medeiros, 1982.

<sup>80</sup> Entrevista Nicanor Brant a Leonilde S. Medeiros. Rio Bonito, 1982.

com destaque para Paraná, Pernambuco e Paraíba (Tavares, 1992; Novaes, 1997 e Silva, 2006). Nacionalmente, a CONTAG lançou o boletim “O Trabalhador Rural”, iniciado em 1969, como “instrumento de divulgação dos direitos e de tentativa de formação de um pensamento homogêneo quanto a necessidade e as formas de lutar” (Medeiros, 1989: 92). No Rio de Janeiro, em 1972 começou a ser editado pela FETAG o boletim *Conversa de Caboclo*. Sua periodicidade era irregular, não passando de 10 os boletins editados nos anos 70. O boletim era dedicado à divulgação dos conflitos e denúncias sobre violências sofridas pelos trabalhadores do campo. Ele era um instrumento de convocação e divulgação das teses da FETAG e suas alianças, conjugado com a divulgação de debates sobre problemas nacionais e a vida dos trabalhadores. Nos boletins também há menções aos estudos de caráter nacional e internacional sobre a reforma agrária como solução dos problemas do campo.

Em 1971 a conjuntura muda significativamente, com a criação do FUNRURAL, a previdência social instituída no campo. Segundo Medeiros (1989, 96), as bases da previdência foram instituídas em 1963, através do Estatuto do Trabalhador Rural, mas só começou a ser implementada quatro anos depois, como assistência médico-social. A sua efetiva instauração se deu em 1971, abrangendo aposentadoria (por velhice ou invalidez), pensão, auxílio funeral, serviço de saúde e serviço social. O FUNRURAL disciplinou a celebração de convênios com as entidades de classe, para assistência médica e odontológica, desde que dispusessem de instalações próprias. Com essa legislação, criavam-se as condições institucionais para que o sindicato assumisse funções de assistência médica e previdenciária.

Com o FUNRURAL cresceram por parte do governo federal as tentativas de influenciar na escolha de direções dos sindicatos e controlá-los através da transferência de serviços assistenciais. Se antes o sindicato em muitos municípios tinha pouco prestígio, ele passou a ser objeto de cobiça por diferentes setores que queriam controlar os serviços de assistência.<sup>81</sup>

Entretanto, segundo Eraldo Lírio de Azevedo, o discurso da assistência ajudava a Federação a fundar sindicatos nos municípios.

“Aonde tinha a luta nós escolhíamos, porque senão era até difícil chegar para conversar com os trabalhadores. Naquela época, 72-73, cada reunião tinha um agente do DOPS. Então, a gente falava que veio fundar o sindicato porque os trabalhadores tão precisando de médico e disso, porque foi à época de maior implantação do FUNRURAL. Então, falavam do médico, dentista, advogado e desconversavam sobre despejo, porque o objetivo da Federação era aumentar os sindicatos. O roteiro era de áreas de conflito e população nos municípios. Se aumentou de 11 para 25 rapidinho. Nos estávamos seguindo os conflitos de terra. Muitas reuniões se fizeram em Casimiro de Abreu, Cabo Frio, Marica, Cachoeiras de Macacu, Silva Jardim, Araruama, São João da Barra. Nos ficávamos sabendo dos conflitos porque os trabalhadores vinham à procura da federação”.<sup>82</sup>

Os dirigentes da FETAG, em alguns pontos, tinham a mesma avaliação do FUNRURAL. Na época, avaliavam como positivo os resultados, mas com o tempo, as opiniões foram mudando. O depoimento de Acácio ilustra bem o período, mostrando uma mudança de conjuntura importante que, imposta pelo estado, influenciou na prática sindical. Questionado sobre os efeitos do FUNRURAL, afirma:

<sup>81</sup> Entrevista de Acácio Fernandes dos Santos, 1982. Entrevista de Eraldo Lírio de Azevedo, 1983.

<sup>82</sup> Entrevista de Eraldo Lírio de Azevedo a Leonilde Sérvalo de Medeiros, 1983.

“No Rio, em termos de criar sindicatos não houve muitos problemas. O problema do Rio, e creio que também a nível nacional, foi o engajamento. Os sindicatos se engajaram no FUNRURAL. Se engajaram no programa a ponto de praticamente perder de vista a sua luta. Acharam que era uma salvação para o trabalhador, que com isso conseguiam congregam os trabalhadores e fazer um trabalho com eles. Mas essa capacidade não tivemos. Houve esse emaranhado e o pessoal, no período muito grande, se perdeu nesse emaranhado vendo quem é trabalhador, quem não é trabalhador. O difícil para o FUNRURAL era identificar quem era trabalhador. Então o sindicato ficou com essa tarefa”.<sup>83</sup>

## **2.5 A continuidade dos conflitos de terra no estado do Rio de Janeiro e a ação da FETAG**

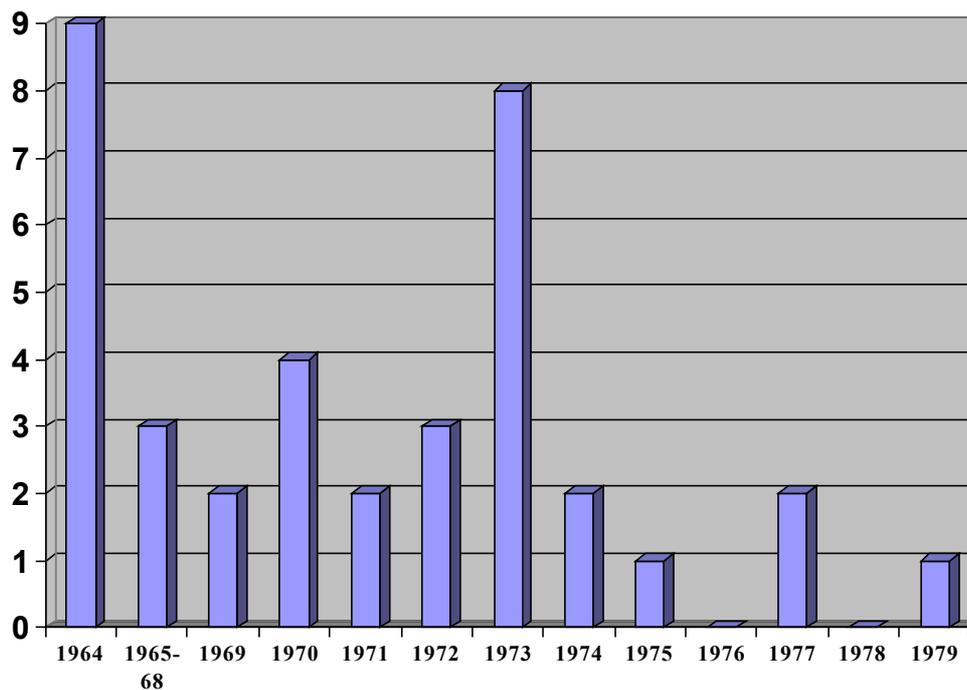
### **2.5.1 A continuidade dos conflitos**

Com foi possível perceber, após o Golpe Militar, os conflitos continuaram ocorrendo. Medeiros (1983; 03) registrou 71 conflitos por terra no Estado do Rio de Janeiro no período entre 1969-79, abrangendo 18 municípios. No estudo, só no litoral sul do estado, nos municípios de Angra dos Reis e Parati, ocorreram 24 focos de tensão, a maioria em decorrência da construção da estrada Rio-Santos. O relatório destaca a concentração de conflitos em alguns municípios, como é o caso de Magé (8), Cachoeiras de Macacu (5), Duque de Caxias (7) e Casimiro de Abreu (4). Dos 71 conflitos registrados, 37, ou seja, 52% do total para os quais o estudo teve notícia da data de início, 12, ou seja, um terço, principiaram antes de 1969, sendo 9 até 1964. Medeiros (1983) fez um gráfico da distribuição dos conflitos segundo o ano do início com base nos arquivos da FETAG e CONTAG.

## **DISTRIBUIÇÃO DOS CONFLITOS SEGUNDO O ANO DE INÍCIO**

---

<sup>83</sup> Entrevista de Acácio Fernandes dos Santos a Leonilde Sérvolo de Medeiros. Rio de Janeiro, 1982.



Fonte: MEDEIROS, Leonilde Sérvalo. Levantamento de conflitos no Estado do Rio de Janeiro. (Relatório de Pesquisa) *Dez anos de luta pela terra: 1969-1979*. CEDEC/ABRA/CPDA-UFRJ, 1983. (mimeo)

Medeiros (1983; 10-11) destaca que esses dados parecem ser significativos porque indicam que os litígios então existentes no estado eram, em grande parte, continuidade ou desdobramento de conflitos anteriores e que vinham se prolongando por décadas. O estudo também aponta para um grande número de ocorrências em 1973, quando se iniciaram muitas das tensões em torno da Rio-Santos, com a valorização das terras para empreendimentos imobiliários. Desses conflitos, há uma característica já apontada por Medeiros (1984), que Grynszpan (1991; 110) destaca também: grande parte das áreas conflituosas no estado nos anos 1980 eram as mesmas dos anos 1960, entre elas a América Fabril, em Magé, toda a área de Xerém em Caxias, São José da Boa Morte, a divisa dos municípios de Itaboraí e Cachoeiras de Macacu e Campos Novos, na Região dos Lagos.

Grynszpan (1991) também relaciona os conflitos aos processos sociais e econômicos da realidade fluminense. Um destes seria o crescimento da cidade do Rio de Janeiro. Outro a valorização e especulação na faixa litorânea do estado, de Cabo Frio até Parati. Mas adverte:

“Se eles representam fator de atração para especuladores, grileiros, empresas ou pessoas não interessadas na produção agrícola, é preciso levar em conta que também se constituem em elementos que pesam nos cálculos e estratégias dos próprios lavradores e posseiros, determinando sua permanência ou não nas áreas que ocupam, definindo seu maior ou menor investimento na atividade agrícola, ou mesmo seu abandono, ainda que isso não implique, necessariamente, numa saída de terra” (Grynszpan, 1991: 114).

Medeiros (1984), com base em documentos sindicais, identifica as seguintes categorias de trabalhadores envolvidas em conflitos: “posseiros”, “parceiros”, “colonos do INCRA”, “assalariados” e “outros”. As categorias utilizadas foram buscadas não só a partir da explicação da relação do trabalhador com a terra, mas também na dinâmica do grupo no decorrer da luta, ou seja, a identidade que ele assumia. A grande maioria (56 dos 71 conflitos registrados) envolvia “posseiros” que se enfrentavam com “grileiros” ou “pretensos proprietários”. O estudo destaca que, em poucos casos, se reconhecia a propriedade jurídica da terra. Em 10 casos, o trabalhador aparecia caracterizado como “parceiro”. Dos 71 conflitos registrados, em 11 o antagonista era o próprio Estado, através de algumas de suas instâncias, seja a nível federal ou estadual. Os conflitos envolviam aproximadamente 4800 famílias.<sup>84</sup>

Há poucas referências sobre o que definia a entrada da FETAG nos conflitos. É particularmente interessante porque a ação política que se desenvolveu, apareceu como se fosse uma decorrência necessária da situação da expropriação dos trabalhadores e não produto de um trabalho de organização e representação política, realizado por instituições do movimento sindical, entre elas a própria Federação.

Apesar dessa aparente invisibilidade do trabalho político, condição para acentuar a tese que a FETAG procurava defender de que sua ação se desencadeava no momento em que os trabalhadores procuravam a Federação, alguns documentos mencionam que o “relator” deliberava em relatório a formulação da situação dos trabalhadores e reivindicação a ser encaminhada no caso. Os relatores faziam parte do “Conselho de Representantes”, composto por diretores da FETAG e dos STRs filiados. Depoimentos de lideranças também mencionam que, em função do interesse de fundar sindicatos, as áreas onde havia conflitos eram consideradas prioritárias, explicitando assim um longo processo de organização, de identificação de lideranças e laços de confiança que, em muitos casos, era o que definia o envio do advogado da Federação para ajudar no caso. É o que supomos a partir da seguinte passagem:

“Nós tínhamos o trabalho de defesa do trabalhador através do sindicato. Nós pegávamos, por exemplo, o sindicato de São Gonçalo, Itaboraí e Rio Bonito. Pegávamos o advogado e dizíamos: ‘Você vai trabalhar com esses sindicatos’. E ele fazia um trabalho na sede dos sindicatos, fazendo a defesa dos trabalhadores. E assim começou: o estado era distribuído, onde tinha sindicato, com advogados da Federação. Onde não tinha sindicato, a gente ia fazendo a defesa na proporção em que ia chegando alguém na Federação ou nos sindicatos. Paralelo a isso começa os cursos. Automaticamente os trabalhadores conhecendo mais seus direitos, passam também a exigir. Aumenta, então, o trabalho da Federação no campo da defesa”.<sup>85</sup>

Depoimentos de dirigentes e documentos disponíveis indicam que a ação sobre os conflitos no decorrer do tempo não foi homogênea. O primeiro pico de que tivemos notícia foi em 1965, nas áreas em que os governos federal e estadual invocavam a necessidade de ajustes técnicos e correção de erros cometidos nas desapropriações no período anterior ao Golpe, participando das comissões de transferência dos

---

<sup>84</sup> Número obtido pela autora por meio da soma do número de famílias que os documentos sindicais apontavam como afetados.

<sup>85</sup> Entrevista com Acácio Fernandes dos Santos a Leonilde Sérvalo de Medeiros. Rio de Janeiro, 1982.

trabalhadores para os núcleos do IBRA, principalmente em Cachoeiras de Macacu, Macaé e Caxias.

Num segundo momento, de fins dos anos 60 em diante, documentos indicam que a FETAG não ficou satisfeita com as resoluções da comissão que reviu as desapropriações nos municípios. A Federação passou a questionar o poder público, em especial o Ministro da Agricultura. Solicitavam que o Ministro avaliasse a possibilidade de assentamento nos municípios de Casimiro de Abreu, Duque de Caxias, Itaguaí, Magé, Niterói, Nova Iguaçu, São João da Barra e Trajano de Moraes. Destacavam que diversas áreas serviam à agricultura, mas estavam sem qualquer uso, enquanto havia uma carência de terras para os lavradores trabalharem, com conflitos em diversos municípios. A FETAG atuou também nas áreas em que as comissões do Governo federal e estadual encaminharam para a desapropriação, mas que não ocorreram.

O crescimento seguinte foi no início dos anos 70, ano em que se iniciam muitas das tensões em torno da BR-101. Além das áreas já citadas, a FETAG ampliou sua área de atuação para os municípios do sul fluminense, Vale do São João e Região dos Lagos, especialmente nas áreas dos “posseiros”.

### **2.5.2 Representação e categorização dos conflitos por terra pela FETAG**

Na maior parte dos casos, as razões que aparecem detalhadas nos depoimentos para a entrada em cena do sindicato, mostravam-se, majoritariamente, ligadas aos despejos e as violências cometidas contra os trabalhadores. Destacava-se o fato de as denominadas “fazendas” encontrarem-se em geral inexploradas pelos proprietários, os trabalhadores desenvolvendo diferentes tipos de plantio, utilizando mão-de-obra familiar. Durante muitos anos, por vezes gerações, procederam dessa maneira, pagando, em certos casos, arrendamento ou parceria pelas áreas que ocupavam, sendo que muitos cultivavam as terras sem nenhuma contrapartida, desconhecendo a existência de proprietários que reclamassem seus títulos e/ou direitos sobre os cultivos. De uma hora para outra, atraídos pela possibilidade de lucros com a valorização das terras, “proprietários” ou “pretensos proprietários”, combinando a utilização de métodos legais e ilegais, procuravam tomar as áreas de cultivo dos trabalhadores.

Encontram-se relatados em ofícios e relatórios da FETAG muitos dos expedientes utilizados nos despejos dos trabalhadores, destacando-se a destruição de lavouras com uso do gado ou tratores, demolição de cercas, tiros contra as residências e ameaças de morte contra os que resistiam. As ações judiciais de despejo eram encaminhadas de forma maciça, exigindo das assessorias jurídicas uma ação sistemática em defesa dos trabalhadores rurais, destacava a FETAG nesses documentos. O pedido de despejo de trabalhadores mediante a exibição de títulos de propriedade, falsos ou não, opunha-se ao tempo de posse das famílias e as atividades produtivas que desenvolvem nas terras e, explorando isso, o sindicato revelava o sentimento de injustiça vivido pelos trabalhadores quando atingidos por esses atos de despejo.

Em muitos casos, a FETAG denunciava às autoridades públicas uma titulação de terra extremamente confusa, com cadeias dominiais difíceis de estabelecer, denunciando a apropriação indébita de terras com títulos forjados, favorecendo uma antiga indefinição quanto aos reais limites das propriedades (Medeiros, 1984).

Medeiros (1984: 27) destaca que a FETAG, nos ofícios enviados às autoridades, apontava diversas irregularidades no Cartórios dos municípios, sob suspeita que os títulos de propriedades apresentavam vários vícios, como escrituras lavradas em outros

estados e registradas sem qualquer observância da lei. A FETAG parece que batia nessa tecla. Encontramos referências no relatório de 1974 sobre Parati. Também em Magé, em 1972, denunciava-se a existência de uma “indústria de titulação de terras no município”.<sup>86</sup>

Além disso, no conjunto das denúncias, havia referência a rupturas nos costumes dos “trabalhadores que lavraram terras abandonadas por muitos anos”, contribuindo com o “progresso do país”. Buscava-se fazer com que as expulsões e as violências não continuassem levando a fome, à miséria e ao “conseqüente desespero dos trabalhadores rurais e suas famílias”. Era, pois, contra o processo de expropriação em curso que se voltava, em grande medida, a ação da FETAG, trazendo um corte que buscava consagrar o que passava, a partir de um determinado momento, a ser tratado como direito apoiado por um amplo consenso da comunidade.<sup>87</sup>

Aparecia ainda, com alguma freqüência, a demanda por “providências das autoridades”, “sustação de despejo”, “solução definitiva para o conflito”, “permanência na terra”, “concessão de títulos de propriedade” e “venda da terra aos posseiros”. Além dessas reivindicações, mais comuns, registravam-se outras mais focadas a partir de conflitos que envolviam parceiros: cumprimento da legislação e fiscalização do INCRA no que se referia aos contratos de parceria ou então indenização das benfeitorias. Algumas ações apontavam, também, para as “precárias condições de assistência oferecida pelo INCRA aos colonos já assentados” (Medeiros, 1984: 29).

Em alguns casos, conjuntamente com estas reivindicações, colocavam-se demandas referentes à liberdade de ir e vir, bem como o direito de plantar nas áreas em que não havia nenhuma medida judicial contra. É o caso, por exemplo, da Fazenda Poço das Antas, em Silva Jardim, em que a FETAG junto ao INCRA e ao IBDF reivindicava que “cessem as pressões para que os lavradores continuem seus plantios, que se avaliasse corretamente as benfeitorias e que se encontrasse um meio de reassentá-los na terra”.<sup>88</sup>

Segundo a FETAG, haviam sido também movidas ações de despejo contra os trabalhadores, argüindo-se falta de pagamento da renda ou parceria dos produtos agrícolas. A assinatura pelos trabalhadores de contratos de arrendamento ou parceria passou a ser considerada uma estratégia utilizada com a finalidade de se obter o reconhecimento de propriedade. De posse desses contratos, os pretensos proprietários podiam impetrar ações de despejo por falta de pagamento, quando muitas vezes eles próprios negavam-se a receber o estipulado.

A maior parte das ações da FETAG estava relacionada à busca por impor uma percepção dos conflitos que favorecesse os atos e as pretensões dos lavradores e, ao mesmo tempo, inviabilizasse as pretensões de seus inimigos. Os despejos eram apresentados como injustos e, em muitos casos, passaram rapidamente a inviabilizar o trabalho dos lavradores que viviam na terra há muitos anos. Além desses conflitos, a FETAG se envolveu em casos em que apareciam “parceiros”, com situações de permanência antiga na terra e posse de benfeitorias. Entretanto, num desses conflitos, o

---

<sup>86</sup> FETAG. Relatório ao Ministro de Estado Para os Negócios da Agricultura – Niterói, 21/02/1972;

FETAG. Relatório das dificuldades dos trabalhadores rurais do estado do Rio de Janeiro. Niterói, 1974.

<sup>87</sup> Em “Memorial sobre problemas dos trabalhadores do Estado do Rio de Janeiro” (1971), a FETAG destaca que o direito à propriedade da terra para o cultivo é passo inicial para a reforma agrária brasileira, caminho para o progresso e desenvolvimento. O documento traz fala do Papa Paulo VI aos participantes da Conferência Mundial de Reforma Agrária, em 1966, promovida pela FAO. No documento, consta fala do Papa destacando os imperativos de melhora que a reforma agrária estimula. A FETAG destaca também como problemas a resolver a redistribuição da propriedade e o estabelecimento de limites às extensões das propriedades.

<sup>88</sup> FETAG. Relatório dos conflitos de Terra (1979). Niterói, 1979.

da Fazenda Porto Velho, a categorização dos envolvidos se torna difícil, visto que a documentação, embora os classificasse como “parceiros” ou “arrendatários”, em diversos momentos, referia-se a eles como “posseiros” (Medeiros, 1984: 86).

Em algumas situações, havia referência à ação conjunta de diferentes categorias. É o caso, por exemplo, da Fazenda Santa Mônica, em Valença. Os “posseiros” pediam o fim das “coações” que a EMBRAPA vinha fazendo para expulsar os moradores da área, tendo como parâmetro o que os “empregados” da mesma fazenda reivindicavam, o direito à indenização de suas benfeitorias. Com o correr dos anos, “posseiros” e “empregados” da fazenda reivindicavam a titulação da posse e o direito de usucapião.<sup>89</sup> Um outro exemplo registrado foi o da Fazenda Conceição de Suruí, município de Magé, onde o STR solicitava junto à FETAG e à CONTAG, que interferissem junto ao INCRA e Ministério da Agricultura no sentido de solucionar o problema da desapropriação da citada área, objeto de estudo pelo INCRA. A área foi desapropriada em 1974. A FETAG no relatório de “Conflito por terra (1979)” falava em “coroamento da luta desenvolvida pelos posseiros”, mas noticiava que nem todos os “parceiros” receberam o título, e os antigos donos vinham soltando o gado nas lavouras, com graves prejuízos para os posseiros. Nesse conflito, “outra proprietária” em sentença de ação de reintegração, alegava seu domínio em parte da área que havia sido desapropriada. A FETAG e o STR do município reivindicavam a titulação definitiva e tranquilidade para os trabalhadores na terra.

Havia ainda uma referência a “meeiros” em Parati, na Fazenda Banco-Cachoeirinha, onde as demandas envolviam o reconhecimento pelas autoridades destes casos de contrato e ocupação.<sup>90</sup> Em um outro caso, na Fazenda Italva em Campos, a FETAG pressionava o INCRA contra despejo de “colonos” com mais de 10 anos no local.<sup>91</sup>

Destes casos, é possível tirar elementos para reforçar aspectos no sentido de precisar a que categoria social a FETAG se referia quando mencionava “trabalhadores rurais” e às vezes “lavradores”. Na verdade, tratava-se de um emaranhado de situações distintas, onde não estava descartado um forte vínculo com a terra.<sup>92</sup> Indicava-se também não só relações de posse e uso da terra, mas onde também havia trabalhadores totalmente expropriados, como no caso dos “trabalhadores” do Engenho Laranjeiras, em Itaocara.<sup>93</sup>

Concomitantemente, transformava-se em vários momentos o “grileiro” em “pretenso proprietário” e constituía-se uma oposição que era negada no plano legal e institucional, quer no imaginário do meio rural. Muitas vezes, a FETAG mencionou a manipulação dos instrumentos legais, frente aos órgãos estatais ligados à questão agrária. No caso da Fazenda Conde Modesto Leal, em Cachoeiras de Macacu, a

<sup>89</sup> FETAG. Of. n° 41- AJ/ 76. Niterói, 1976.

<sup>90</sup> FETAG e STR Parati. Relatório sobre os problemas dos posseiros de Parati. Niterói, 1981.

<sup>91</sup> STR Campos. Ofício 140/75. Campos, 1975.

<sup>92</sup> Esse emaranhado de situações nos parece que é uma prática antiga não só no Rio de Janeiro, mas em diversos lugares do Brasil. No caso do PCB no pré-64, Medeiros (1995) aponta diversos casos em que é difícil precisar a que categoria social o PCB se refere.

<sup>93</sup> A empresa encerrou suas atividades em 1972 e 600 trabalhadores ficaram desempregados. Destes, 200 não aceitaram proposta da empresa e ingressaram na justiça do trabalho buscando seus direitos. A reclamação trabalhista foi julgada precedente em 1° instância. A empresa não tem condição de arcar com as indenizações em dinheiro, o que levaria a adjudicação dos imóveis já arrestados. O juiz da Comarca achou por bem determinar o arresto de 1600 alqueires dos 3000 que a empresa tem. O STR e a FETAG solicitaram elaboração pelo INCRA de um projeto de aproveitamento das áreas agrícolas, principalmente porque não haveria necessidade de desapropriação, o que torna viável a implementação e realização de um programa que traga melhora nas condições de vida dos trabalhadores e desenvolvimento do município. FETAG. Ofício n° 89 de 06/04/1973.

Federação conta que um “latifundiário”, de Miracema, teria adquirido 23 alqueires de um dos herdeiros, ingressando com duas ações e, numa delas, ganhou liminar que deixava os posseiros “sem perícia e qualquer indenização”.<sup>94</sup>

Outras vezes, os conflitos e disputas judiciais também foram encaminhadas pela FETAG e os STRs contra grandes empresas imobiliárias, indústrias nacionais e multinacionais, além de empresas municipais de turismo, a EMBRAPA, o IBDF, juízes ou mesmo com alguns proprietários da terra reconhecidos pelo próprio trabalhador (Medeiros, 1984: 33). Durante esse período, o “jagunço” e o “capanga”, como são conhecidos pelo movimento sindical, se constituiu também como agente antagônico e agressor para os trabalhadores rurais.

## 2.6 A consolidação da reforma agrária como bandeira

Analisar as formas através das quais diferentes segmentos emergiram na cena política e constituíram a ação da FETAG nos conflitos de terra impõe falar na importância que a bandeira da reforma agrária assumiu nesse contexto.

Como vimos, no Congresso organizado pelo INDA/CONTAG em 1966, a tônica do encontro foi o estudo e esclarecimento do Estatuto do Trabalhador Rural e do Estatuto da Terra, sugerindo regulamentação e alteração de alguns itens. A reforma agrária era mencionada, timidamente, através da solicitação de que o IBRA procurasse tornar a lei uma realidade concreta, quer pela caracterização do maior número possível de áreas prioritárias, com a conseqüente desapropriação, quer pela imediata adjudicação das terras desapropriadas aos trabalhadores (Medeiros, 1989). Reconhecendo a realidade de alguns estados, apelavam ainda para que fosse dada prioridade à desapropriação de algumas áreas (INDA/CONTAG, 1966).

Em que pesem essas decisões programáticas, nos primeiros momentos da organização dos trabalhadores do campo, a presença da reforma agrária como bandeira aparecia ainda de forma muito incipiente e indefinida. Onde havia conflito de terra, quando a Federação agia, era no sentido de tentar garantir a manutenção dos trabalhadores na área, quer impetrando medidas legais cabíveis (ações de manutenção ou reintegração da posse, por exemplo), quer demandando ao poder público a desapropriação, nos termos do Estatuto da Terra. Evidentemente, essas orientações, que claramente refletiam a complexidade que começava a emergir a partir do incipiente trabalho político no campo, não eram isentas de controvérsias e inquietações. Segundo José Agostinho Neto, ex-presidente da FETAG:

“Não se falava em reforma agrária. Falar com o grupo que estava no poder de reforma agrária era uma piada. A gente falava, fazia discurso por aí à fora, mas na prática, pra exigir era difícil, não tinha condição mesmo (...) pra definir esse tipo de trabalho, só o Estatuto da Terra mesmo. Pra mim, no momento que se aplicasse o Estatuto melhoraria muitos problemas”.<sup>95</sup>

A partir de 1968, com a nova diretoria da CONTAG, a reforma agrária passou a ganhar progressiva centralidade como elemento articulador das diferentes lutas que se travaram no campo, ao mesmo tempo em que se procurava fazer, mais intensamente, a socialização dos parâmetros legais que ela era portadora.

<sup>94</sup> FETAG. Of. n° 125/76. Niterói, 1976.

<sup>95</sup> Entrevista José Agostinho Neto a Leonilde Sérvolo de Medeiros. Rio de Janeiro, 1982.

A nova diretoria da CONTAG embora basicamente ratificasse as teses do Congresso de 1966, no que se refere à questão do cumprimento da legislação em vigor, sinalizou algumas mudanças de rumo na ação no campo, referenciadas nas experiências colhidas nesses dois encontros e, a partir disso, o diagnóstico de que “os direitos existiam mais não eram respeitados” (Medeiros, 1989: 92).

A constatação dos direitos não respeitados evidenciava-se na necessidade de legitimar os próprios princípios legais, no que diz respeito à reforma agrária e à cobrança de seu cumprimento predominantemente frente às autoridades. Uma das decorrências dessas concepções foi a tentativa de sensibilização das autoridades e da “opinião pública” para o tema da reforma agrária. Elemento central desse movimento foi o memorial enviado em 1970 ao presidente Médici. O texto trazia resoluções da FAO, pronunciamentos do Papa, citações de trechos de discurso do próprio presidente da República, de ministros, do IBRA, dos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil em Punta del Este, na Conferência Mundial de Reforma Agrária em 1966 e da ONU. Demandava-se, em função disso, a desapropriação de terras aos trabalhadores ameaçados de despejo, nos termos expressos no Estatuto da Terra (Medeiros, 1989:94).

O texto circulou pelo país com vistas a alertar a opinião pública e na medida em que era lido e divulgado pelas federações estaduais, servia de instrumento para a progressiva tradução de diversas vertentes em que se manifestavam as tensões em torno da posse da terra, transformando a reforma agrária numa palavra pertencente ao vocabulário político dos STRs mobilizados. Em memorial, cerca de um ano após o divulgado pela CONTAG, a FETAG, falava sobre a situação de 232 famílias que estavam sendo alvos de despejo, e atribuía ao desleixo das autoridades, no sentido de “promover a reforma agrária brasileira, caminho para o progresso e desenvolvimento”. O documento trazia ainda a fala do Papa Paulo VI aos participantes da Conferência Mundial de Reforma Agrária, em 1966, promovida pela FAO.<sup>96</sup> É evidente a preocupação em dar um tom palatável à demanda, centrando as críticas estritamente nas ações das autoridades e insistindo numa noção não ameaçadora à ordem vigente.

A FETAG implementou algumas modificações em reivindicações ligadas à bandeira da reforma agrária. Entre elas, a redistribuição da propriedade e o estabelecimento de limites às extensões das propriedades. Essas mudanças deveriam ser conquistadas ao mesmo tempo em que nove outras fazendas desapropriadas, terras do Estado, aproveitáveis à atividade agrícola, deveriam ser usadas para que novos casos de despejo não ocorressem.<sup>97</sup>

Com efeito, a demanda por reforma agrária começou a aparecer insistentemente nos relatórios e ofícios produzidos. Como aponta Medeiros (1989), cada caso de despejo, de ameaça aos trabalhadores era motivo de reivindicação de desapropriação das terras em questão, conforme os termos do Estatuto da Terra. Através dela, começou-se a produzir a unificação de demandas dispares entre as diversas categorias de trabalhadores, correspondentes nas diversas situações de vida e trabalho no campo e as formas como se manifestavam os conflitos. Aos poucos, ela ia se tornando um princípio contra essa situação.

## **2.7 O II Congresso da CONTAG e a FETAG**

<sup>96</sup> FETAG. Memorial sobre problemas dos trabalhadores do Estado do Rio de Janeiro. Niterói, 1971.

<sup>97</sup> FETAG. Memorial sobre problemas dos trabalhadores do Estado do Rio de Janeiro. Niterói, 1971.

No Rio de Janeiro, os preparativos para o II Congresso começaram em 1973. Contaram com assessoria “em termos nacionais” de Pernambuco, Sergipe e São Paulo. Na opinião de um dos dirigentes da FETAG, era fruto da avaliação que fizeram no Conselho da CONTAG, de que estavam só fundando sindicatos e ninguém queria saber de discutir nada. “A gente estava entre a cruz e a espada. O FUNRURAL estava tomando tudo”, afirma Eraldo Lírio, “e ninguém queria discutir mais a questão da terra, a questão do assalariado”.<sup>98</sup> Mas há controvérsias sobre esse ponto de vista. Ricci (1999) destaca que as resoluções do FUNRURAL foram aclamadas com palmas pelo plenário do Congresso. No caso do Rio, talvez essa ambigüidade tenha se estabelecido de uma situação onde, de um lado, conformaram-se sindicatos desvinculados das lutas, de outro, os conflitos se agravavam e surgiram outros em novas áreas e, em algum momento, acabavam tendo que ser traduzidos pelo canal sindical, instituído para a filtragem das reivindicações e seu ajustamento à linguagem jurídica.

O II Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais ocorreu em Brasília, em 1973. As comissões de trabalho eram cinco: legislação trabalhista rural, educação, reforma agrária e colonização, previdência social e desenvolvimento agrícola. A delegação do Rio de Janeiro esteve presente com aproximadamente quatro delegados em cada comissão.<sup>99</sup>

O Congresso enfatizou a formação de dirigentes sindicais e teve como metas: a) a unidade de ação entre STRs, FETAGs e a CONTAG; b) orientar a ação sindical na defesa dos direitos dos trabalhadores rurais; c) evitar que a prática se reduzisse a serviços burocráticos e assistencialistas; d) evitar a criação de uma classe profissional de diretores de sindicatos; e) ação engajada nas comunidades, acompanhadas pelos STRs e FETAGs, com formação de dirigentes (Medeiros, 1989: 99 e Ricci, 1999: 93).

Além disso, a discussão da linha de ação aparecia na demanda da redução do quorum mínimo para se fundar um sindicato; elaboração pela CONTAG, de um estatuto padrão para o campo e um trabalho a ser desenvolvido pelas federações, através de cursos e publicações que tratassem da formação de novas lideranças. O eixo da concepção da CONTAG sobre educação era a necessidade de os trabalhadores rurais conhecerem os seus direitos e se organizarem para obter seu cumprimento.

O II Congresso deu destacado espaço ao tema e também aprovou a defesa de uma reforma agrária que “desse à terra sua função social” e que, segundo a postura dominante no encontro, deveria ser feita com base no Estatuto da Terra (CONTAG, 1973, apud Medeiros, 1989: 99). Aceito o Estatuto como uma lei capaz de permitir a reforma agrária, a questão que se colocava era fazê-lo cumprir-se. Rejeitou-se qualquer alteração deste instituto legal, em função “dos riscos que adviriam da busca da modificação da lei fundamental que poderiam proporcionar o esvaziamento social de nossa lei agrária” (Ricci, 1999: 93).

Neste Congresso, além da luta em torno da aplicação do Estatuto da Terra, demandava-se que a reforma agrária se fizesse enquanto processo global; que ela não fosse confundida com colonização, que não se concretizasse através da transferência dos camponeses para áreas distintas das que habitavam, mas que se realizasse com a fixação do homem no local onde morasse. Pediam ainda a revisão das áreas prioritárias até então decretadas, para ampliá-las e corrigir distorções, a revisão do PROTERRA à luz dos princípios da Mensagem 33 e do Estatuto da Terra; participação efetiva das entidades sindicais como integrantes das comissões agrárias. Finalmente, se pedia a distribuição de terras, considerando passo fundamental para a reforma agrária (Medeiros, 1989: 100).

<sup>98</sup> Entrevista de Eraldo Lírio de Azeredo a Leonilde Sérvo de Medeiros. Rio de Janeiro, 1983.

<sup>99</sup> CONTAG. Anais do II Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais. Brasília, 1973.

Os anos que se seguiram ao golpe militar e nos quais se deu a estruturação da CONTAG e a rede de sindicatos e federações que a compunham, se deram dentro de marcos amplamente desfavoráveis a uma ação sindical de contestação e crítica aos conflitos que continuavam a ocorrer. Diante desse quadro, a CONTAG procurou criar formas de conduzir os conflitos. O projeto político-sindical que então se forjava já trazia algumas heranças do período anterior. A mais importante foi a defesa da reforma agrária como bandeira de luta unificadora das reivindicações do conjunto de trabalhadores do meio rural. Isso permitiu também à CONTAG se firmar como portavoza de uma bandeira de forte significação para os setores progressistas da sociedade brasileira (Medeiros: 1989). A reforma agrária e a defesa dos direitos trabalhistas passaram a ser as principais bandeiras do sindicalismo rural, traduzindo a leitura que esse sindicalismo fazia do conflito agrário no período e buscando as reivindicações dos trabalhadores rurais.

Um segundo traço fundamental foi a constituição de um padrão de ação sindical marcado por uma certa prudência (Novaes, 1997). De um lado, a legislação, por meio do Estatuto da Terra, reconhecia o conflito social agrário e determinava formas de encaminhamento desses conflitos. De outro, essa mesma legislação instituiu um limite bastante rígido, cuja transgressão ou questionamento resultava em dura repressão. A prudência sindical possibilitou à CONTAG dar visibilidade e tratamento institucional aos conflitos e, principalmente, conseguir ampliar a malha sindical no campo brasileiro (Medeiros: 1989).

O terceiro e o quarto traços fundamentais do sindicalismo pós-golpe - a autonomia que a CONTAG passou a cultivar em relação a outras organizações e a ampla capilaridade que ela conseguiu atingir - deram-se de forma conjugada e tiveram como contrapartida a formatação de um modelo organizativo altamente verticalizado e rígido (Novaes, 1991 e Ricci, 1999). O próprio aparato institucional de regulação da representação sindical determinava as condições para este desenho do projeto político-sindical da CONTAG e, por extensão, do sindicalismo rural pós-golpe: a unicidade sindical e a instituição do imposto sindical compulsório permitiram, a um só tempo, um impulso e uma limitação à constituição do sindicalismo rural brasileiro do período. A unicidade sindical regulamentada pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social, em 1962, instituiu a obrigatoriedade de representação do conjunto de segmentos do campo em um único sindicato, de base municipal. Esse sindicato único detinha o monopólio de representação dos agricultores e trabalhadores rurais (Medeiros, 1989; Novaes, 1991 e Costa, 1996).

Foi um período de forte repressão, mas que não impediu que a CONTAG realizasse seu II Congresso, em 1973. Intensificam-se as atividades pedagógicas voltadas para a divulgação do sindicalismo, a formação de dirigentes e a discussão da reforma agrária. Nesse contexto, reafirmaram como política a ênfase na formação de dirigentes e na produção de estudos, valorizando diferentes conhecimentos peritos que consideram fundamentais para a reprodução de suas intervenções, assunto que será tratado no próximo capítulo.

### **CAPÍTULO 3 – O NOVO CAMPO DE FORÇAS POLÍTICAS E AS TRANSFORMAÇÕES NAS PRÁTICAS DE LUTA DA FETAG E CONTAG NOS ANOS 70**

O objetivo deste capítulo é indicar como foi encaminhada a construção de um projeto político para o sindicalismo rural, cujo desdobramento aparecerá nitidamente no III Congresso da CONTAG, em 1979.

O II Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais se apresentou, em diferentes estudos e depoimentos de dirigentes sindicais, como um marco na consolidação do sindicalismo e de suas práticas. Antes do II Congresso, sindicatos, federações e a confederação eram estruturas atomizadas que encontraram neste momento espaço para iniciar um processo de integração a partir de diretrizes políticas que supunham um projeto e os instrumentos articulados para sua realização.

A realização do II Congresso da CONTAG implicou na reordenação de alguns aspectos da ação da FETAG. No entanto, não rompia com os princípios anteriores. Pelo contrário, para a CONTAG e para as forças que compunham a FETAG, consolidava-se, através de um trabalho educacional, uma das principais vertentes para fortalecer o movimento sindical e torná-lo representativo. Para isso, era necessário implementar um ambicioso programa de formação, em cuja construção os assessores do movimento sindical tiveram papel central.

-

#### **3.1 As assessorias**

Na literatura e nas fontes consultadas, verificou-se no dia-dia de trabalho das entidades sindicais, uma constante presença de assessores, com algum tipo de formação escolar mais avançada que a dos dirigentes, orientando ou mesmo realizando atividades e dando apoio a elas. As assessorias atuavam nas áreas econômica, educacional e jurídica. Foram essas as que se consolidaram em Pernambuco (Tavares: 1992). No Rio e no Paraná a assessoria que se consolidou foi jurídica. A econômica e educacional não eram estáveis e duradouras nos anos 60 e 70.

As condições que geraram a demanda das organizações de trabalhadores por instituições próprias de produção de conhecimento e assessoria jurídica têm forte ligação com o sindicalismo anterior a 1964, tanto de cunho comunista quanto católico. Naquele momento, conjugavam-se ações consideradas radicais com outras legais (O'Dwyer, 1988), como fator de legitimidade política e social e ganhava destaque a figura do advogado. Os anos da ditadura militar não apagaram esses traços. Ao contrário, eles foram reforçados pelas restrições impostas pelo regime. Como já foi dito, a busca da aplicação da legislação existente se colocou no centro das atividades sindicais.

A partir de 1966, por meio de convênio com o IBRA, foram contratados advogados para atuar nos sindicatos. Em momentos em que o apoio minguava,

entrevistas com assessores sugerem dificuldades de manter seus advogados. O apoio do Estado permitiu que diversos sindicatos passassem a oferecer os serviços de assessoria jurídica.

Em fins dos anos 60, o quadro começou a se alterar, trazendo um debate que permeou o período e depois foi resgatado por alguns trabalhos: existiam advogados considerados como “profissionais” e outros “militantes”, mostrando uma distinção que começava a crescer.<sup>100</sup> Mas o quadro é muito variado nos estados. Segundo Silva (2006; 347), no Paraná os advogados, no pós-64, perderam seu papel de “mentores intelectuais do sindicalismo rural”, tendo mais um “cunho profissional, de apoio jurídico, do que político”. No Rio de Janeiro, temos poucas informações sobre como os primeiros advogados foram contratados pela Federação nos anos 60, mas tudo indica que o cunho profissional estava intimamente ligado ao político, o que se acentuou em fins dos anos 60, período que ganharam força assessores que eram simpatizantes do Partido Comunista. Segundo depoimento de uma advogada da FETAG/RJ, a Federação começou a contratar advogados “despedidos de Furnas, Petrobrás e da CERJ”.<sup>101</sup> Mas os critérios de seleção não eram só esses. A própria entrevistada mencionou um quadro onde estudantes de Direito, com forte simpatia pela UNE, freqüentavam a CONTAG, “um espaço com certa liberdade que Zé Francisco controlava e mantinha”.<sup>102</sup> A CONTAG tinha uma influência muito grande na FETAG/RJ, pressionando, em alguns momentos, advogados que seriam transferidos do Rio para Brasília e vice-versa. Alguns advogados foram escolhidos por indicações de advogados da CONTAG, costurando apoios por fora da direção da FETAG. Além disso, a aceitação de um advogado da FETAG/RJ para trabalhar em uma área de conflito ou outra, assim como se aproximar de STRs, muitas vezes não era um trabalho fácil. Os advogados eram reconhecidos por seus perfis políticos, proximidade com facções de esquerda, graus de simpatia pelo regime etc, além do apoio a dirigentes em eleições e outros chefes políticos. De qualquer modo, com a implementação do FUNRURAL, profissionais do ramo mostraram-se interessados em trabalhar com o sindicalismo rural, mercado que se mostrava promissor para os advogados jovens, que não queriam ir para a iniciativa privada.<sup>103</sup>

A tática passou fundamentalmente por trabalhar as brechas da lei no enquadramento dos trabalhadores em categorias previstas pelo Estatuto da Terra ou do Trabalhador Rural. Os advogados não se restringiam ao exercício da advocacia, mas participavam da construção de boletins, notas, relatórios e diversas outras atividades, o que, no dia-a-dia, significava andar junto com o dirigente sindical, percorrendo áreas em conflito, visitando outros sindicatos, delegacias de polícia para buscar soltar lavradores presos etc.

Com o raiar dos anos 70, uma clara demonstração da importância e do crescente grau de especialização dos advogados foram os encontros entre advogados e dirigentes, seja em nível estadual, seja em nível nacional. Mais do que isso, esses encontros indicavam a importância da via jurídica do encaminhamento dos conflitos, haja vista a

---

<sup>100</sup> O uso da expressão “profissional” para diferenciar os advogados apareceu também em entrevista com uma das principais advogadas da FETAG/RJ nos anos 70, muito ligada aos advogados mais “militantes” que eram contratados pela CONTAG.

<sup>101</sup> Entrevista Maria Angélica Gentili a Fernando Barcellos. Rio de Janeiro, 2007. A entrevistada fazia parte de um grupo de universitários que transitavam entre o movimento estudantil, os sindicatos e partidos. Foi assessora da FETAG de meados dos anos 70 e início dos anos 80.

<sup>102</sup> Entrevista Maria Angélica Gentili. Rio de Janeiro, 2007.

<sup>103</sup> Entrevista Maria Angélica Gentili. Rio de Janeiro, 2007. Segundo um dirigente da FETAG, esse nicho era o preferido deles, por aceitarem trabalhar ganhando pouco e tendo muito trabalho. Alguns eram considerados “militantes”.

crescente complexidade da legislação fundiária e trabalhista, que passava a exigir cada vez mais conhecimento técnico para ser aplicada.

“Em janeiro de 1973, a CONTAG promoveu seu III Encontro entre Advogados e Dirigentes Sindicais Rurais, na cidade de Natal/RN. Nessa mesma linha, a FETAEP patrocinou anualmente encontros de advogados, de 1969 a 1977. As reuniões de 1973 e 1974 foram abrilhantadas pelo assessor jurídico da CONTAG, Dr. Carlos Alberto Chiarelli. A última contou com a participação de cerca de 100 profissionais da área” (Silva, 2006: 347).

Além disso, a necessidade de unificação de uma linha de ação estadual no tocante à defesa jurídica do homem do campo, impulsionou uma série de encontros anuais, dos quais a CONTAG apareceu como principal parceira e estimuladora.

Algumas referências indicam que no Rio de Janeiro, nos anos 60, não ocorreram encontros específicos com os advogados. De modo geral, os problemas e assuntos eram discutidos em reuniões da Federação ou em encontros com diferentes temas. Segundo as fontes consultadas, o primeiro encontro entre advogados e dirigentes do Estado do Rio de Janeiro foi em 1974, com 36 participantes, sendo nove advogados, seis membros da FETAG, três membros da CONTAG. Outros eram dos STRs do estado. Dos tópicos debatidos, destacamos: direito agrário, direito do trabalho, além de uma “digna” remuneração dos advogados. O Encontro era uma tentativa de “unificar as normas de atuação do movimento sindical rural fluminense, no tocante à defesa jurídica do homem do campo, excluindo qualquer proposta para modificação da legislação vigente”, tarefa considerada específica dos Encontros e Congressos de trabalhadores.<sup>104</sup>

A demanda por reforma agrária passou a aparecer permeada por propostas mais concretas que vinham ao encontro de situações particulares de segmentos dos trabalhadores. É o caso, por exemplo, do II Encontro de Advogados e Dirigentes Sindicais Rurais do Estado do Rio de Janeiro, realizado pela FETAG e CONTAG, em 1975. Nele foram discutidos, como justificativa para a necessidade de reforma agrária, a existência de inúmeros trabalhadores sem terra no estado; o fato de que inúmeros trabalhadores, embora na posse da terra, não possuíam título legal de propriedade; de que os trabalhadores ocupantes de terras públicas federais e estaduais, devolutas ou não, não encontravam facilidade de acesso ao seu domínio, fosse porque a legislação estadual não previa esse acesso, fosse pela falta de conhecimento dos artigos 98 e 99 do Estatuto da Terra.<sup>105</sup> Sendo assim, recomendava-se que os STRs e a Federação reivindicassem a criação de uma Lei de Terras Fluminense com o objetivo de legitimar a posse, orientando os posseiros no sentido de permanecer nas áreas onde já estavam; que as entidades orientassem ações declaratórias na justiça para adquirir seu domínio

<sup>104</sup> FETAG. I Encontro de Advogados e Dirigentes Sindicais Rurais do Estado do Rio de Janeiro - FETAG / CONTAG - 1974.

<sup>105</sup> FETAG e CONTAG. II Encontro de Advogados e Dirigentes Sindicais Rurais do Estado do Rio de Janeiro – 1975.

Art. 98. Todo aquele que, não sendo proprietário rural nem urbano, ocupar por dez anos ininterruptos, sem oposição nem reconhecimento de domínio alheio, tornando-o produtivo por seu trabalho, e tendo nele sua morada, trecho de terra com área caracterizada como suficiente para, por seu cultivo direto pelo lavrador e sua família, garantir-lhes a subsistência, o progresso social e econômico, nas dimensões fixadas por esta Lei, para o módulo de propriedade, adquirir-lhe-á o domínio, mediante sentença declaratória devidamente transcrita. Art. 99. A transferência do domínio ao posseiro de terras devolutas federais efetivar-se-á no competente processo administrativo de legitimação de posse, cujos atos e termos obedecerão às normas do Regulamento da presente Lei.

Brasil (União). Estatuto da Terra. 1964. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil/leis/4504](http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/4504). Acesso em setembro de 2006.

(direito de propriedade) e encaminhar processos administrativos para a legitimação da posse das terras federais; que os advogados tivessem uma visão global da legislação agrária para defender a posse. Reivindicava-se ainda a participação direta na realização da reforma agrária, nos moldes propostos pelo Estatuto da Terra; propunham que os sindicatos deveriam elaborar um levantamento dos trabalhadores sem terra em suas regiões objetivando fundamentar um documento que reivindicasse a distribuição de terras. Além disso, propunha-se que deveriam ser promovidos debates entre dirigentes e assessores sobre o tema reforma agrária, objetivando esclarecer o que ela era, o que representava, o que deveria ser feito para que ela pudesse vir em menor prazo; que os sindicatos deveriam oferecerem aos trabalhadores os meios de terem plena consciência de uma reforma agrária efetiva, com ampla modificação da estrutura fundiária brasileira, com uma justa e humana distribuição de terras.<sup>106</sup>

Essas resoluções tornaram-se um marco e uma referência constante para a ação sindical no estado do Rio de Janeiro. Não por acaso, nos encontros seguintes, que ocorreram com periodicidade anual até o fim dos anos 70, pouco se criou na pauta sub-ítem de esclarecimentos sobre a reforma agrária. Os principais itens de seu temário eram encaminhamentos administrativos e jurídicos das diferentes categorias envolvidas nos conflitos.

Para o assessor jurídico, não cabia interrogar o fundamento das regras jurídicas, tarefa dos “encontros de trabalhadores”, mas se colocavam como porta vozes das reivindicações destes dentro dos marcos que consideravam legais, atuando como vigorosos mediadores. Tal situação ajudou advogados da FETAG a estabelecerem uma mediação política própria, que permitiu a alguns publicar livros com teses amplamente defendidas dentro da FETAG durante toda a década, ampliando a esfera de influência do movimento sindical e também permitindo que se consolidassem como atores próprios (Pettersen, 1977; Marques, 1978 e 1979).

A assessoria jurídica não estava sozinha na empreitada dos cursos durante toda a década de 70. Ela trabalhou, por diversas vezes, com os assessores econômicos e educacionais da FETAG e da CONTAG, além de seus dirigentes.

### **3.2 O processo de formalização e institucionalização de “centros de formação”**

No início dos anos 70, é possível perceber três eixos como dimensões centrais da política de construção e articulação sindical: formação de dirigentes, desenvolvimento do programa previdenciário e lutas jurídicas (Palmeira, 1985; Medeiros, 1989; Tavares, 1992 e Ricci, 1998).

Os cursos de formação articulavam atividades de educação sindical desde as comunidades rurais, passando pelos sindicatos e federações, até chegar, finalmente, aos cursos promovidos pela CONTAG, em Brasília. Os cursos se desdobraram ao longo da década de 1970, mas parece que foram potencializados nos períodos que antecederam o II e III Congressos da CONTAG. Serviram como importante instrumento de aprofundamento e unificação das bandeiras políticas, dando peso ao trabalho que a CONTAG procurava implementar.

No Rio, os cursos ganharam peso em 1970-71. A Federação os fazia no Centro de Formação e Estudos Sindicais Rurais (CENFESIR), criado em 1968. Segundo um assessor da FETAG, a construção do CENFESIR foi uma importante vitória da

---

<sup>106</sup> FETAG e CONTAG. II Encontro de Advogados e Dirigentes Sindicais Rurais do Estado do Rio de Janeiro – 1975.

Federação. Numa fazenda em Maricá o comprador, na época cunhado do Ministro da Guerra, registrou a escritura com valor sub-dimensionado, segundo a FETAG, e quis despejar os ocupantes. Entretanto, a FETAG valendo-se de um recurso legal, entrou com ação de preferência e depositou este dinheiro. Num acordo, a Federação conseguiu indenização aos posseiros e ainda ficou com uma área onde, em momento posterior, foi construído o CENFESIR.<sup>107</sup> Não se sabe a origem dos recursos nos anos 60 que permitiram a construção do centro de formação.<sup>108</sup> Segundo o tesoureiro da FETAG, de 1972 em diante, a própria Federação “teve que arrumar dinheiro e pagar um monte de prestação”.

O eixo da ação da FETAG sobre educação era através de cursos para lideranças, mostrando a marca de uma visão pedagógica originária da Igreja, segundo a qual seria necessário conscientizar os trabalhadores e formar dirigentes para que estes pudessem ir à ação (Palmeira, 1985).

Na primeira metade dos anos 70, alguns eixos temáticos se repetiam com maior frequência nos cursos. Eram eles: cooperativismo, política agrária, previdência social, administração e formação de líderes e sindicatos. Em 1972, por exemplo, consta em relatório da FETAG a realização de um curso com apoio e material didático da CONTAG. Os temas principais eram “Noções de administração” e “Contabilidade sindical”. Constava ainda como calcular imposto de renda retido na fonte do trabalhador.

A duração dos cursos variava muito, de três dias a um ano. A FETAG sempre fazia avaliações dos cursos. Naqueles com duração maior, consta no relatório que a evasão dos alunos vinha ocorrendo desde 1970. As causas apontadas eram doenças na família; ausência da família; sua adaptação ao curso (sistema de trabalho); falta de cumprimento das tarefas; alguns foram cortados por não estarem aproveitando o curso. Foram destacados como aspectos negativos dessas atividades: falta infra-estrutura, apoio corpo técnico maior; falta entrosamento entre os diretores; falta de disponibilidade financeira; falta recursos técnicos. Já na opinião de um dirigente, não por acaso, só uma parcela muita pequena dos dirigentes chegou a seu termo final. Um forte controle do DOPS agravou o medo, apontado como uma das razões da baixa participação dos trabalhadores.

A assessoria educacional da FETAG se preocupava não só com avaliações, mas também com planejamentos. Para o ano de 1973, constavam como prioridades: atividades internas de assessoria à direção da FETAG, projetos, apostilas, cursos, boletim; atividades externas de coordenação de cursos, participação em encontros educacionais; reuniões de base, assembléias de STR, fundação de STRs;

A continuidade da formação foi priorizada nos cursos, através da participação de “ex-cursistas”. A FETAG identificava, como público alvo, ex-cursistas que já possuíam potencial para fortalecer a base sindical e formar 10 STRs no ano; sócios dos sindicatos que poderiam ser aproveitados na diretoria de STRs; delegados sindicais para fortalecer as delegacias sindicais. No relatório do Curso de Capacitação Sindical, no ano de 1973, consta que quatro turmas haviam sido concluídas, uma estava para concluir além de um curso para ex-cursistas, “realizado com a participação de 24 ex-cursistas (1971-72) que ocupam cargos nos sindicatos”.<sup>109</sup>

<sup>107</sup> Entrevista Bruno Nogueira de Paula a Leonilde Sérvolo de Medeiros. Rio de Janeiro, 1982.

<sup>108</sup> É importante lembrar que nesse momento a FETAG recebia recursos do imposto sindical, mas não podemos afirmar que os recursos vinham daí. Em alguns sindicatos, como o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Fumo e Alimentação de Santa Cruz do Sul e Região, o IADESIL emprestou o dinheiro para a ampliação de sua sede. Disponível em: < <http://www.stifa.org.br> > Acesso em dezembro de 2007.

<sup>109</sup> FETAG. Relatório do III Curso de Capacitação Sindical - 1973. Niterói, 1973.

Os cursos ocorriam, em muitos casos, em parceria com o INCRA. Alguns eram oferecidos para municípios específicos, como o de 1974, quando foram priorizados Campos, Conceição de Macabu, Saquarema e Teresópolis. Os temas estavam ligados à previdência social, cooperativismo e administração sindical.

Os cursos em parceria com o INCRA também se referiam à luta pela terra. Nos cursos no ano de 1974, havia destaque para diversos pontos, que apareciam interligados: reforma agrária; aplicação da legislação agrária; sindicalização; educação e comunicação. Consta a integração de conceitos, conhecimentos e informações sobre cadastramento rural e política agrária pelo INCRA no estado. Foi definido que a reforma agrária seria a meta fundamental a ser perseguida pelo MSTR, visando beneficiar posseiros, parceiros, assalariados e minifundistas contra o êxodo rural, os baixos salários, a insegurança e o sub-emprego. Nestes cursos compareciam, em média, dirigentes de 25 municípios do estado, mesmo os de áreas com poucos conflitos de terra registrados.

Parece-nos que a análise dos problemas fundiários influenciava no tom adotado para a bandeira da reforma agrária. O projeto político que ganhou contornos mais claros a partir do II Congresso, ganhava força na realidade do estado do Rio. A FETAG cada vez mais buscava, com base no Estatuto da Terra, elaborar um levantamento dos “trabalhadores sem terra” em suas regiões, objetivando fundamentar um documento que reivindicasse a distribuição de terras. O caminho utilizado começou nestes cursos, onde foi possível perceber debates entre dirigentes e assessores sobre o tema reforma agrária, objetivando esclarecer o que ela era, o que representava, o que deveria ser feito para que pudesse vir em menor prazo. Algumas regiões e sindicatos responderam ao chamado de modo mais efetivo. Na região do litoral sul, na região do Vale do São João e na Região dos Lagos, aprofundou-se o levantamento de áreas de conflito. Relatórios regionalizados foram produzidos e utilizados nos pedidos de desapropriação encaminhados ao poder público. Alguns sindicatos foram criados em 1973-74, com destaque principalmente para o Vale do São João e a Região dos Lagos, como Maricá, Saquarema, São Pedro da Aldeia, Silva Jardim e São João da Barra. A criação não resultava, necessariamente, no reconhecimento do STR pelo Ministério do Trabalho. Saquarema foi fundado em fins dos anos 1972, mas só reconhecido em 1976.

### **3.3 A prática instituída nos conflitos de terra**

Até aqui, nosso foco foi sobre algumas formas de organização que a FETAG utilizou, atentando para a relação entre estas e os conflitos de terra. É um processo complexo e nossa pretensão foi delimitar aproximações e contrastes. Daqui em diante, nosso objetivo é indicar o que se consolidou e o que não enquanto prática de luta nos conflitos de terra, até o final dos anos 70.

Para cumprir essa tarefa, é importante lembrar que, nos anos 50 e 60, segundo Grynszpan (1987), eram três as formas principais de ação nos conflitos: as resistências, as ocupações e os pedidos de desapropriação. Ao trabalho do autor, outros trabalhos, como o de O'Dwyer (1988), se juntaram ressaltando, entretanto, que estas práticas se coadunavam, às vezes se alternavam. Na maioria dos casos, as formas de resistência estavam ligadas a pedidos de desapropriação (Grynszpan: 1987; 310-311). Já para garantir a ocupação, que somente os comunistas apoiavam, eram necessárias diversas formas de resistência, além dos pedidos de desapropriação.

No período que vai de 1964 até meados dos anos 70, as práticas instituídas pela FETAG para se opor aos despejos e expulsões eram, ao mesmo tempo, novas e antigas. Antigas porque se baseavam em princípios de legitimidade antigos e duradouros, que permearam as lutas pela permanência na terra durante toda a história brasileira, por vezes, amparados pelas leis de incentivo ao cultivo, por outras, simplesmente sabendo-se justas dentro de um código de valores populares que se opunham aos títulos de propriedade de grileiros (Motta:1996). Essas ações em conflitos eram muito variadas e, como veremos adiante, a relação com a posse da terra também.

Nos anos 50 e 60, como vimos no capítulo 1, essas reivindicações foram absorvidas por grupos políticos nacionais, tanto comunistas quanto dos Círculos Operários, fazendo com que parte de suas reivindicações fossem incorporadas à legislação anos depois. Claramente se baseavam em uma noção costumeira de justiça, que legitimava a posse da terra aos seus possuidores, em detrimento do código capitalista formal que reconhece como proprietário aquele a quem pertence o título legal. Essa era uma base importante que permeava a ação sindical.

Mas quando, após o Golpe, a FETAG resgatou esses princípios antigos, eles também atualizaram seus códigos, fazendo com que suas reivindicações fossem legitimadas com base no Estatuto da Terra. O que nos parece é que houve um misto de práticas. Não mais se enquadrava, como na década de 50 e 60, as diversas categorias de trabalhadores como posseiros, pedindo a desapropriação das áreas. Após o Golpe, enquadravam perante a justiça, as demandas específicas para as diferentes categorias envolvidas em despejos e expulsões. Perante o Poder Executivo, continuavam pedindo a desapropriação das áreas. Só a partir de finais dos anos 70, a prática de enquadrar diversas categorias de trabalhadores em posseiros e, assim, fortalecer os pedidos de desapropriação voltou. Outra mudança importante após 64 é que, nas ações de denúncia, havia somente uma notícia de mobilização: no caso de Cachoeira Grande, em 1975, a FETAG foi ao INCRA com os posseiros (Medeiros, 1983). Não foram encontrados casos de resistência armada aos despejos, o que nos parece estar ligado à grande repressão e desarticulação das forças políticas que poderiam apoiar a ação.

Vejamos de modo mais detalhado algumas práticas que marcaram o período e as estratégias de luta empregadas.

A noção de resistência, enquanto forma de luta contra a expulsão e o despejo dos trabalhadores rurais, está presente nas falas das principais lideranças do período e também ocupa um bom espaço dos estudos que se propõem a falar sobre o tema. Ela aparece, ao longo de dez anos após o Golpe, como uma das principais formas de luta desenvolvida pelas organizações sindicais. Nela se conjugava, igualmente como nos trabalhos que abordaram os conflitos de terra no Rio de Janeiro, nos anos 50 e 60, diversas modalidades de ação.

Lindoso (1983) destaca diferentes percepções de luta pela terra que marcaram os relatos dos envolvidos no processo de desapropriação da região de Cachoeira Grande, formada pelas glebas América Fabril e Conceição de Suruí. A autora chama atenção que a categoria “resistência” é somente usada pelas lideranças sindicais e pelos moradores mais envolvidos com a luta. Na cabeça dos lavradores que pouco se envolveram na luta, destaca a autora, o que eles viveram foram ameaças, insegurança, mas não a resistência como uma forma de luta. Eles se limitavam a aguardar os resultados dos que *andavam*, categoria usada pelos lavradores para explicar a ação sindical em conjunto com alguns moradores que os representavam. No entanto, destaca Lindoso, o que os moradores fizeram, na percepção dos dirigentes sindicais, durante todos os anos em que foram ameaçadas e viveram sobre constante insegurança, foi resistir às ameaças, não abandonando a terra. Foi a resistência a razão do *andar* do

pequeno grupo que envolvia alguns moradores e sindicalistas, a condição primeira para a própria existência da luta e o seu desfecho. “Se o *andar* dos representantes dos moradores foi vitorioso foi porque ele representava e contava com a virtualidade de mobilizar as 240 famílias da área”. Essa resistência, ou esse permanecer na área em litígio foi, portanto, a peça fundamental sem a qual qualquer processo de luta teria sido impossível, pois, não teria tido sequer motivo (Lindoso, 1983: 50).

Parece-nos bastante revelador o fato de ser a categoria “andar” a mais usada pelos moradores para falar das ações do grupo de “representantes” que atuaram no processo de desapropriação. O *andar* era a tática adotada pelos dirigentes sindicais e representantes de Cachoeira Grande para pressionar as autoridades. Denúncias dos conflitos aos órgãos públicos e a CONTAG reivindicando a desapropriação por interesse social; encaminhamento junto ao poder judiciário de defesa contra despejos, expulsões e violências. No caso de Cachoeira Grande, os representantes locais, o sindicato do município e a Federação foram ao Judiciário, à Assembléia Legislativa e ao Palácio do Governo. Andaram até Brasília: em 1974, através da intermediação da CONTAG, Antonio Ernesto, um dos dirigentes do STR de Magé, entrevistou-se com o Ministro da Agricultura que assinou a desapropriação das duas glebas – América Fabril e Conceição de Suruí -, de acordo com os dispositivos do Estatuto da Terra (Lindoso, 1983: 42).

No caso do Rio de Janeiro e em todo o Brasil, onde as Federações tinham vínculo com a CONTAG, normalmente o contato com as autoridades começava através de ofícios, atas, notas, relatórios, ações na justiça, boletins, cartas etc. No levantamento que fizemos, localizamos notícias de centenas de documentos, de diferentes magnitudes, durante o período de 1964 a 1982. Foi possível perceber os municípios que possuíam uma quantidade maior de encaminhamentos: Angra dos Reis, Cabo Frio, Cachoeiras de Macacu, Duque de Caxias, Magé, Nova Iguaçu, Parati e Silva Jardim. Esses municípios tinham em comum o fato de serem em áreas onde a FETAG priorizou a ação nos conflitos de terra.

Normalmente os documentos eram encaminhadas pela Federação à CONTAG, para que lhes desse encaminhamento no nível das esferas federais (Presidência da República, Ministérios e INCRA). Quando se tratava das instâncias de poder a nível estadual (Delegacia Regional do INCRA, governo do Estado), era a FETAG quem o fazia. Além disso, convém notar que o encaminhamento da FETAG no estado do Rio de Janeiro obedecia a uma certa regularidade, que correspondia às instâncias da estrutura sindical. Os sindicatos encaminhavam os conflitos para a FETAG, muitas vezes acompanhados de relatórios pormenorizados. Magé, no início dos anos 70, foi um caso raro de registro de encaminhamento de documentos direto para a CONTAG (Medeiros, 1984).<sup>110</sup>

Em casos de conflitos mais graves, onde o movimento sindical investiu mais seu peso, havia relatórios individualizados que permitiam o mapeamento de algumas questões em jogo. É o caso, por exemplo, da Fazenda Campos Novos, que aparece em registros que remontam aos primeiros meses de 1965.

O recurso à lei era recorrente. Os documentos não especificam com profundidade como se davam as idas e vindas das relações com o Poder Judiciário. A referência para a permanência na terra foi a existência do aparato legal, que passou a ser testado/incorporado em função das necessidades e possibilidades dos grupos. Suas ações iam desde recursos contra mandados de despejo até, como no caso da Fazenda do

---

<sup>110</sup> Não temos dados suficientes para formular nenhuma hipótese explicativa sobre o porque isto ocorreu.

Largo, o habeas-corpus para que pudessem colher a mandioca que haviam plantado, uma vez que os grileiros os vinham impedindo de o fazer (Medeiros, 1983).

Deve-se acentuar que a Federação e o conjunto do movimento sindical orientavam os trabalhadores a permanecerem nas áreas onde já estavam, plantar bens de raiz para criar domínio e, com isso, encaminhar processos administrativos e judiciais para legitimar a demanda por terras do Estado, aproveitáveis à atividade agrícola, tendo em vista o entendimento para que o despejo não ocorresse. A FETAG argumentava que o que estava em jogo era, por um lado, a sobrevivência dos trabalhadores e, por outro, obter, perante a Justiça, ou por alguma ação política que o Estado viesse a implementar, a desapropriação da terra. Estimulava o debate político em torno da necessidade de uma reforma agrária no país, ocupando a resistência um lugar estratégico nessa discussão. Explorava divergências entre as instâncias de poder no tocante a condução da questão agrária. Parece-nos que as ações buscavam tornar visíveis às autoridades públicas, as dificuldades dos lavradores, transformando a questão num problema social, dificultando decisões favoráveis aos grileiros por parte da polícia e da justiça. Essas ações se relacionam também com o objetivo de um maior acúmulo de forças, uma maior integração com outras áreas de conflito do estado, a solidariedade e o apoio de setores urbanos e de parlamentares. A imagem que as organizações procuravam conformar, através dos ofícios e relatórios era, ao mesmo tempo, de sofrimento e também de luta, característica já marcante nos anos 50 e 60, como vimos em Grynszpan (1987).

A eficácia das ações de resistência empreendidas pelos sindicatos durante os anos de 1960 e 70 era relativa e desigual. O que se conseguia, muitas vezes, era prolongar a permanência na terra, mas não a regularização da situação, ficando sujeito a violências e serem despejados novamente, como foi o caso de Conceição de Suruí, em Magé. Na descrição dos resultados de suas ações, a FETAG ressaltava as vitórias, mas não deixava de mencionar dispensas de lavradores e lideranças o que, em alguns casos, levou o INCRA a desarquivar processos e sustar despejos. Uma prática do PCB nos anos 50, destacada por Medeiros (1995), era reproduzida com frequência pela FETAG: no caso de dispensas, eram feitas ressalvas calcadas na legislação em vigor; por exemplo, quando o despejo era irreversível (o que poderia ser interpretado como um sinal de fraqueza), sempre que possível se adendava que eles receberiam indenização por suas benfeitorias, estimulando um sentimento de solidariedade e necessidade de união.

As ocupações coletivas que ocorreram no estado do Rio de Janeiro no pré-64, após o Golpe Militar desapareceram. Como vimos, os Círculos Operários se colocaram contra as ocupações no pré-64, defendendo que a reforma agrária fosse feita dentro dos parâmetros da lei, sem “baderna” e “agitações”. O Governo também não as permitia e as reprimia com violência. Mesmo com o passar dos anos, as ocupações coletivas não ocorreram. Só voltaram a ocorrer em fins dos anos 70, assunto que voltaremos adiante.

Mas, como foi falado acima, há práticas dos trabalhadores rurais antigas, que a FETAG aceitava, construindo argumentos para uma concepção costumeira de justiça, de direito de trabalhar num determinado pedaço de terra, suas lavouras e benfeitorias: o apossamento de terras. O apossamento a que nos referimos aqui envolve diferentes situações de ocupação, mesmo dentro de uma mesma região. Nossa hipótese é que o mesmo ocorreu durante a ditadura militar, ganhando o apoio da FETAG em diversos casos. É um fio que precisa ser puxado com calma.

Em Cachoeira Grande, Lindoso (1983) com base em entrevista de ex-colono, que chegou na área antes da “invasão”, afirma que:

“O Velho Baiano fez um barraquinho ali pro lado do Rio dos Cavaleiros e pegou a botar retrato do Tenório Cavalcanti e o Tenório começou chocar o povo dele aí, os capangas dele. Fazia comício ali no Rio dos Cavaleiros ... e daí ele tava com vontade de entrar mas tava com medo da Companhia ter documento desse terreno aqui e ai num dar certo. Mas ai entro 14 homens que o Tenório mandou...” (Citado por Lindoso, 1983: 33)

Depois construíram barracos de estuque. Com o passar dos anos, estes homens trouxeram suas mulheres e crianças. Mas poucos permaneceram na área. Lindoso destaca que é difícil precisar quais seriam suas motivações: se vinham à procura de terra para plantar, para negociar depois ou apenas atendendo às solicitações políticas de Tenório. “Provavelmente esses três motivos trouxeram pessoas para a ‘invasão’” (Lindoso, 1983: 34). A autora destaca que, nesse momento, o movimento social desencadeado pela “invasão” assumia uma nova feição, pois outras forças sociais começaram a participar do movimento e de sua condução, como a FALERJ, vereadores e políticos de Magé. Segundo Lindoso (1983: 35-36), “adotando a tática de pressionar as autoridades através de manifestações públicas, a Federação organizou uma manifestação em Niterói, ocupando o Palácio da Justiça”. Além das manifestações, “andava-se por todos os lugares”.

Em 1963 foi decretada a desapropriação da área. “Foi só depois da primeira desapropriação que aconteceu o que poderíamos chamar de ‘chegada’ da maioria dos lavradores que permaneceram na área e são hoje os lavradores de Cachoeira”. A maioria veio do Espírito Santo, Minas Gerais e norte do estado do Rio de Janeiro (Lindoso, 1983: 39). Mas, apesar de decretada, a desapropriação não havia sido formalizada e, assim, os que chegavam só compravam a posse, o direito, mas não a terra. A posse ou o direito que compravam era o direito de trabalhar num determinado pedaço de terra, onde havia ou não alguma benfeitoria. Passados cinco anos, o governo não pagou o suposto proprietário e a Companhia voltou a requerer o despejo da área. A FETAG e o STR *andaram* muitos anos atrás de autoridades por esse conflito, até conseguirem a desapropriação, que não eliminou os problemas por completo, haja vista que nem todos receberam os títulos de terra. Destacavam conflitos entre famílias que estavam migrando para a área e famílias mais antigas, mesmo problema que ocorreu em Campos Novos, em Cabo Frio.

Eram diversos, sem sombra de dúvidas, os motivos que levavam a FETAG a entrar num conflito, apoiá-lo e torná-lo público. E, por diversas vezes, evidências, indicam que a FETAG apoiava os chamados “posseiros novos”, como afirmava um documento do IBDF, com menos de um ano na posse, sem direito configurado. O assunto é tratado com muita parcimônia nas entrevistas dos dirigentes e assessores no período. Destacavam, às vezes, que sabiam que “era uma posse precária”, mas esse critério não impedia a participação da Federação no conflito, porque restringia muito o trabalho da Federação, que apostava suas fichas em áreas de conflito antigo, que dependiam da resistência dos trabalhadores e seus sindicatos para levar a questão para frente. Negava a condição de trabalhadores rurais migrantes de outras áreas, sejam expulsos ou não.<sup>111</sup> Impedia também, como no caso de Poço das Antas de se encaminhar “parente da família” para tentar receber indenizações por benfeitorias ou

---

<sup>111</sup> No Código Civil de 1916 é reconhecido o direito a soma dos tempos de posse, podendo o tempo exigido resultar da soma da posse atual com a de antecessores, contando que ambas fossem contínuas e pacíficas. Entretanto, para que o usucapião se formalizasse, era necessária ter o título de posse. Só nos anos 1990 que começou a ser admitido prova por testemunha para a soma de posses para o tempo mínimo.

transferência para algum lote, seja porque consideravam justo frente o tempo de posse das famílias, seja pelo tamanho da injustiça e violência cometida, afirma um assessor do período. Os casos eram muito variados e, no correr do conflito, podiam ocorrer concomitantemente diferentes situação de entrada e saída de terras. Uma advogada da Federação, comparando a região de Nova Iguaçu e Caxias com outros municípios do estado do Rio, afirma: “Em Magé, de certa forma também. Mas já pra Cabo Frio, Cachoeiras de Macacu já era mais fácil porque não tinha essa multiplicidade de entrada. Tinha, mas paga pelo cara”.

A forma de ação da FETAG se dava, como já foi dito, em duas frentes: de um lado, por pressão em órgãos do executivo para realização de desapropriação, fim da violência e reforma agrária; por outro, através da justiça.

A memória dos assessores é diferente do que consta nos documentos da FETAG encaminhados para órgãos do poder Executivo. Em relatórios, o argumento de defesa que a FETAG constrói não aparece ser a diferença entre “posseiros novos” e posseiros antigos. Aparece de um modo geral, somente o número de famílias e o “tempo de posse”. Quanto ao tempo de posse, muitas vezes apareceram nos relatórios referências entre 10 anos a 50 anos. Algumas vezes, apareceu “muitos anos”, “mais de duas gerações” etc. Ganhou corpo nos documentos da FETAG, durante todos os anos 60 e 70, um enfoque que negava o valor da terra como mercadoria para os trabalhadores rurais. Concebiam os posseiros que ocupavam a terra e posteriormente resistiam à expropriação como uma lógica não-capitalista, não-mercantil, comunitária e igualitária, oposta em essência, à do sistema econômico e social dominante. Não havia referência à venda da posse, nem também sobre o apossamento recente, troca de posse, transferência de família, “parente de família” etc.

Tal enfoque ocorria em diversos lugares do Brasil. Como falamos, era antigo e estava por traz do código de valores que os movimentos de luta pela terra apresentavam como justos. Ocorria no Maranhão, como destaca Musumeci (1988) estudando a relação denominada “colonizações espontâneas”, entendidas como ocupação de terras devolutas sem direcionamentos oficiais, levados por pequenos produtores imigrantes. A autora destaca que o enfoque da relação não-mercantil com a terra está presente na Igreja Católica, através das comunidades eclesiais de base na região. Entretanto, a reflexão da autora crítica a literatura cujas premissas absorvem tal enfoque utilizando pelas organizações, caindo em leituras homogêneas quanto a atividade econômica e o uso da terra dos posseiros no Maranhão.

De todo modo, a luta na defesa dos posseiros sempre tomou a antiguidade da posse e nem sempre foi antiga. O trabalho desenvolvido pela Federação coloca a busca da legalidade, o Estatuto da Terra, tanto na questão democrática, como das necessidades materiais da vida do trabalhador. A representação do trabalhador remete a uma perda da cidadania reconhecida e regulamentada pelo Estatuto. Dessa forma, é perfeitamente coerente a denúncia quando as leis eram deliberadamente descumpridas, trazendo a “vergonha nacional”, destaca a FETAG em relatório. No caso de Campos, a Federação não se furtava de afirmar: “o processo de expansão da lavoura canavieira tem como consequência mais drástica para o trabalhador a sua expulsão das fazendas, a perda de sua horta e seu deslocamento para as favelas na periferia das grandes propriedades ou a cidade”. A Federação procura mudar a perspectiva dos direitos do trabalhador diante da questão da legalidade da posse.

Além das situações já citadas, o sindicato travava uma batalha contra o despejo de arrendatários e parceiros, procurando, a partir do caráter político dos conflitos, apontar para o caráter jurídico dos conflitos. Como foi visto na análise das bandeiras da FETAG, verificamos um caráter aberto do enquadramento dado pela FETAG, que iam

de ações mais focadas na situação de conflitos com parceiros, que se transformaram em luta pela posse da terra. A demanda por providências das autoridades, sustação dos despejos e permanência na terra se relaciona com: “que as violências não continuem a levar a fome, à miséria”; denúncia “titulação de terras extremamente confusa”; “lavrar a terra pelo progresso do país”, “cumprir a função social” etc.

A Federação buscou criar a tese de que os proprietários ou os pretensos proprietários não cumpriam com suas obrigações legais, o que não o legitimava a pedir a terra de volta. Vejamos o que disse a advogada da Federação à época:

“Não era processo pra ser terminado, era processo pra ficar seguindo. Na pior das hipóteses, ele tinha direito de receber indenização por tudo aquilo que ele fazia, então a indenização no final acabava cara, porque tinha a casa dele, as plantações, as culturas, porque ele tinha feito um poço artesanal, desviou um córrego”.<sup>112</sup>

Essas representações mudam quando se trata de caracterizar a posse no Tribunal. Como era através da via individual que os proprietários e pretensos proprietários requeriam o despejo, a defesa dos “direitos” dos trabalhadores era feita, em grande parte dos casos, de forma individual. No Tribunal, as provas são diferentes. Necessitam ser alinhada ao processo, muitas vezes não convencendo a instância julgadora. A semelhança com os relatórios para o Executivo que a Federação produzia passava pela busca no Judiciário, do espaço onde pudesse ser realizado o encontro da desigualdade social como o princípio ideológico da “igualdade perante a lei”, dentre outras reivindicações já citadas acima. O peso das provas documentais era importante, destaca uma advogada da Federação à época. Mas, eles jogavam para retardar o despejo denunciando o não cumprimento das obrigações dos proprietários.

“Aí pra discutir tudo isso ele ficava muito tempo, era um processo que nós também tínhamos interesse em que ele fosse um processo extremamente lento. Agora, havia casos que o juiz percebia que era uma estratégia e queria andar rápido, dava uma volta. Era uma luta árdua”.<sup>113</sup>

Percebemos que diversas reclamações são julgadas precedentes, barrando momentaneamente o despejo. Na luta por essas reivindicações, fica patente que as ações da FETAG provocavam a abertura de um caminho em direção a um poder externo,<sup>114</sup> o que muitas vezes, significava o reforço do poder contestatório dos trabalhadores. O reconhecimento de direitos colocava a lei mediando as relações de conflito, o que, muitas vezes, implicou no fim da violência. Com isso, novos lavradores, orientados pela Federação, os STRs e suas lideranças, ou não, começavam a entrar nas áreas, formando grupos mais amplos, ainda que a partir de diversos sub-grupos. É uma característica dos anos 50 e 60, apontada por Grynszpan (1987). Poço das Antas, em Silva Jardim, Cachoeira Grande, em Magé e Fazenda Campos Novos, na Região dos Lagos, são exemplos.

A desapropriação de terras em litígio era a principal reivindicação utilizada pela FETAG, tanto nas resistências quanto nos apossamentos, a partir de fins dos anos 1960.

<sup>112</sup> Entrevista Maria Angélica Gentile a Fernando H. G. Barcellos. Rio de Janeiro, 2007.

<sup>113</sup> Entrevista Maria Angélica Gentile a Fernando H. G. Barcellos. Rio de Janeiro, 2007.

<sup>114</sup> Palmeira (1985), Grynszpan (1987) e O'Dwyer (1988) destacam que o sindicato é um mediador que se introduz nas relações entre o campesinato, o Estado e os proprietários, o que tira o conflito da dimensão local, contribuindo para conter a violência, porque relativiza a “lei do fazendeiro” e do jagunço.

A forte incidência de pedidos de desapropriação, é preciso notar, confluía também para afirmar a percepção do campo fluminense como área marcada por fortes tensões sociais, demandando a intervenção do poder público.<sup>115</sup> O período que se abria com o decreto de desapropriação era marcado por disputas judiciais que foram extremamente longas, e cuja solução não era, necessariamente, favorável aos lavradores. Muitos decretos chegaram a caducar neste processo, precisando ser reeditados a fim de que os lavradores não fossem despejados. As ameaças de despejo e mesmo os despejos, portanto, persistiram mesmo nas áreas desapropriadas.

Longe de acarretarem uma solução definitiva, de estabilizarem de uma vez por todas as condições dos lavradores, os pedidos de desapropriação representavam mais uma etapa das lutas, sendo incerto o seu desfecho. Sem dúvida, a pressão assim desencadeada pela Federação acabou por barrar diversos despejos e expulsões, mas esteve longe de levar ao processo de reforma agrária demandado pelo próprio sindicalismo (Medeiros, 1989).

### **3.4 A entrada em cena de novas forças e as mudanças na prática sindical**

Como foi possível perceber, até meados dos anos 70 tanto católicos quanto protestantes ocupavam sindicatos no Rio de Janeiro e em diversos outros estados, como Pernambuco. Tal trajetória passou, após o Golpe, por uma hegemonia dos Círculos Operários. Posteriormente, houve uma laicização dos sindicatos, com o crescente afastamento de lideranças ligadas aos Círculos Operários. Alianças políticas se sobrepunham a laços religiosos. Ao mesmo tempo, é possível dizer que não havia nenhuma atuação organizada nacionalmente pela Igreja católica.

De meados dos anos 70 em diante, ocorreram importantes transformações que marcaram o cenário nacional e a prática sindical. Não há uma data ou um fato muito preciso, dada a abrangência e diversidade dos exemplos. As discussões podem passar tanto sobre o que levou o sindicalismo a crescer vertiginosamente em todo o país nos anos 70; daí, se desdobrar em fatores endógenos e exógenos ao sindicalismo, a partir de variáveis como o perfil dos dirigentes dos STRs ou mesmo a entrada em cena de forças nacionais, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que conseguiu, segundo Medeiros (1989) e Ricci (199), assumir uma oposição de destaque ao sindicalismo da CONTAG no início dos anos 80. O tema é amplo e gerou uma sólida e importante produção bibliográfica.

Como estamos buscando as continuidades e rupturas das práticas instituídas, a entrada em cena de novas forças, principalmente a CPT será o foco da análise. O objetivo é levantar questões acerca do papel que essa entidade, de um modo geral, desempenhou nas lutas pela terra, focando nos efeitos que gerou na ação da CONTAG e FETAG/RJ.

Martins (1985) destaca que a questão agrária é apenas mais um ingrediente de uma relação conflituosa da Igreja face o Estado. O autor destaca dois momentos: um primeiro de expectativa, logo após o golpe, de apoio da Igreja ao Estado, de coincidência de concepções e de posições; um segundo momento, já no início dos anos

---

<sup>115</sup> No Estatuto da Terra, Art. 15 “A implantação da Reforma Agrária em terras particulares será feita em caráter prioritário, quando se tratar de zonas críticas ou de tensão social”. Além disso, a caracterização como de “tensão social” proporciona também facilidade para caracterizar áreas como “prioritárias para reforma agrária”, o que pode acelerar desapropriações de áreas de posse.

70, é de conflito cada vez mais agudo, tendo como centro o problema da terra, incluindo as das populações indígenas.

“Em relação à Igreja, o que se nota é que ela também muda de posição a partir de 1973. Até 1968, aproximadamente, a posição da Igreja parece ter sido uma posição de expectativa, de apoio mais ou menos claro, de esperança na aplicação do Estatuto da Terra e de solução dos problemas. Lembro aqui que, em 1968 e 1969, houve um conflito de terras muito importante em São Paulo, na região de Rubinéia, em Santa Fé do Sul. O próprio D. Agnelo Rossi reivindicava do governo a aplicação do Estatuto da Terra, foi ter com Costa e Silva, pediu, telefonou e não aconteceu absolutamente nada” (Martins, 1985: 118).

Para o autor, o fato de que, nesse período, tenha havido um número muito pequeno de desapropriações por interesse social, ao lado de uma política de expansão do capitalismo no campo, fez com que se acumulassem tensões muito graves, que acabaram envolvendo a Igreja em torno da questão agrária. Neste quadro de insatisfação, destaca Martins (1985: 119), parece que a Igreja potencializou as denúncias de prisões contra padres, bispos e agentes pastorais. “A Igreja começa, nesse ano de 1973, produzindo vários documentos importantes, que são praticamente tomadas de posição, como é o caso dos documentos *Ouvi os clamores de meu povo* e também o documento de Goiânia, *O Grito das Igrejas*”.

Poletto (1985) também destaca que a repressão do governo a grupos da Igreja que trabalhavam com setores populares está na base de iniciativas pastorais que nasceram no início dos anos 70. Os primeiros passos foram no sentido de tentar vencer o isolamento, recebendo o apoio de alguns bispos, livres para se expressarem contra o poder e opressão que estava se abatendo sobre a pastoral popular e os oprimidos. Essa problemática, afirma o autor, fez com que, no mês de fevereiro de 1974, em Salvador, acontecesse o que se chamou de I Encontro de Articulação, que criou uma comissão, que se reuniu uma série de vezes, em vários lugares do país, com a tarefa de fazer um levantamento do que estava sendo realizado de trabalho no meio popular. Daí surgiu a seguinte constatação: o país é muito grande, sendo necessário que a articulação se dividisse por meio urbano, rural, povos indígenas etc.

Medeiros (1989: 102) acentua que a CPT emergiu num quadro de crescimento dos conflitos no campo em que o sindicato, por um lado, “se constituía no seu esboço quase natural”, por outro, “ficava completamente à margem”, “especialmente a partir de final dos anos 60”, quando a “política modernizante começou a tomar corpo”. A autora argumenta que os conflitos de terra cresceram na região amazônica, no Rio de Janeiro, em Minas Gerais, no Espírito Santo, Bahia, Sul e Nordeste, em áreas de ocupação antiga, em projetos de reflorestamento, de construção de estradas e conseqüente valorização das terras, além da construção de barragens. Mas a avaliação de Medeiros sobre a ação sindical nos crescentes conflitos mostra uma tensão que evidenciava o divórcio entre a organização sindical e as demandas vindas de lutas dos diversos conflitos que eclodiam.

“A fragilidade dos sindicatos como canal para a condução das tensões, a intensidade das lutas de resistência e a disposição de alguns setores da Igreja em lhes dar apoio acabaram por gerar uma visão alternativa de ação sindical. Ela terá seus frutos quer numa reorientação das linhas de ação do

sindicalismo rural no final da década de 70, quer no aparecimento de sindicatos de oposição à linha dominante” (Medeiros, 1989: 110-111).

A CPT, segundo alguns autores, emergiu mais num contexto de falta de ação do sindicalismo em algumas áreas do que de oposição à CONTAG. Essa visão está presente em Ricci (1999):

“No início, a CPT mantinha um bom relacionamento com a CONTAG, principalmente porque atuava em regiões com poucos STRs (Maranhão, Pará), onde as federações eram pouco atuantes. Paulatinamente, surgiram disputas locais que em 1979, ganharam certa teorização dos dirigentes e assessores nacionais da CONTAG” (Ricci, 1999: 97).

A criação da CPT ocorreu em Goiânia, em 1975, no Encontro Pastoral das Igrejas da Amazônia Legal. Houve grande repressão antes, durante e depois desse encontro, destaca Poletto (1985: 133): “Foi muito difícil realizá-lo. De novo, a contradição se deu com os poderosos e com os setores da própria Igreja”. Além dessa repressão, o autor afirma que foi muito difícil evitar que a orientação geral do encontro não fosse a de se levar os problemas dos camponeses ao general Golbery do Couto e Silva, chefe da Casa Civil da Presidência da República, “no sentido de que ele era uma pessoa de boa vontade e garantiria a solução dos problemas” (Poletto: 1985; 133).

Medeiros (1989: 112) destaca que “o surgimento da CPT ligou-se diretamente aos efeitos da política de colonização da Amazônia empreendida pelos governos militares”. Explicitava o conflito com o latifúndio e “uma linha de compromissos com posseiros, índios, peões e outros marginalizados”. A luta pela reforma agrária, no sentido de “aplicar a letra e o espírito do Estatuto da Terra”, foi a estratégia definida no encontro de fundação (Poletto, 1985: 134). Segundo Poletto, na época em que foi redigido o documento,

“(…) muitos dos participantes sabiam que não era correto colocar isso, mas por uma questão de método, acharam que se deveria assumir isso naquele momento, acreditando que, com o andar do trabalho, com a prática desenvolvida, poder-se-ia perceber melhor a contradição entre a aspiração e a luta dos sem-terra e o projeto agrário do Estado, de que faz parte o instrumento legal do Estatuto da Terra. Não adiantava, naquele momento, querer definir mais avançadamente essa questão, porque não havia condições objetivas para assumi-la”.

Para Poletto, avança-se segundo o crescimento das próprias lutas e o crescimento político dos que estavam envolvidos nos trabalhos. Não se definia um programa avançado, definitivo e completo. Andava-se segundo as condições dos participantes. Durante o Encontro, destaca Poletto, a maioria dos presentes colocou como linha geral de atuação da CPT o trabalho ecumênico e a valorização da idéia de serviço das causas dos trabalhadores rurais, e não a idéia de coordenação. Seu eixo de trabalho era o apoio à organização popular. Dentro da CPT ocorreram debates entre seus membros sobre as diretrizes traçadas e a prática instituída. Quem nos mostra isso é o próprio Poletto (1985):

“Os que estão preocupados com a autonomia do movimento popular dizem, às vezes: - ‘A CPT é organismo dos bispos, é CNBB’. Os que temem o

movimento popular, incluindo os bispos que não desejam incomodações, dizem: - ‘ Não entrem na CPT, não. Ela não é reconhecida pela CNBB’. Surgem constantemente esses dois tipos de avaliação em relação à CPT. Considero importante assumir as duas coisas, sem negar nenhuma. Na verdade, a CPT não é CNBB. Ela mantém, até hoje, um caráter de autonomia aceito pela CNBB. É um organismo pastoral, reconhecido como tal pela Conferencia dos Bispos, mantendo com ela uma relação de colaboração e de críticas comuns, e, ao mesmo tempo, ela não é juridicamente CNBB” (Poletto, 1985: 134).

Novaes (1987) destaca que a CPT passou a se fazer presente nas áreas de conflito, com os agentes pastorais tornando-se parte da própria comunidade. A autora destaca que a Igreja fornecia uma linguagem ao movimento, por intermédio de rituais (celebrações, vigílias, caminhadas) e de práticas comunitárias (roçados, acampamentos etc.). Nessa linguagem, participação, mobilização, consciência da realidade social - forjavam uma determinada identidade entre os membros da comunidade. As inúmeras situações de conflito, que se multiplicavam com a mesma velocidade que a intensificação do processo modernizante, tornaram-se *locus* privilegiados de atuação.

Ricci (1999) aponta que a prática da Igreja Católica se realizava por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), pequenos grupos articulados a partir de agentes pastorais, que unificavam a multiplicidade de movimentos surgidos no país, a partir da categoria “pobre”. As CEBs definiam, segundo o autor, etapas a serem cumpridas para que o trabalho comunitário e a estratégia estabelecida fossem desenvolvidas: preparação da comunidade e treinamento de equipe e líderes; formação de núcleos; seleção de líderes; reuniões nos núcleos para estudo e programação com a participação de todos os membros; implantação de trabalhos de avaliação da sua eficácia e auto-ajuda; estrutura e autonomia dos CEBs; integração da comunidade.

Nesse quadro mais geral, Novaes (1987 e 1991) e Medeiros (1989) destacam que a criação da Comissão Pastoral da Terra deu um impulso determinante para a ação da Igreja no meio rural. A CPT expandiu-se rapidamente, convergindo com ações de outros agentes pastorais no restante do país e, apenas quatro anos depois, já existiam quinze regionais organizadas.

“Originado na Amazônia, o trabalho da CPT convergiu com outras atrações pastorais de alguns padres e bispos em outras regiões do país, como foi o caso do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Bahia, Maranhão e Goiás. Rapidamente se expandiu por todo o Brasil e em 1979 já eram 15 as suas regionais. Nesse processo, encontrou-se com o sindicato, sempre percebido como instancia privilegiada de representação. Sob o apoio da CPT, criaram-se sindicatos em algumas áreas que não existiam, e, principalmente, desenvolveu-se em muitos locais a crítica da prática sindical existente, gerando o aparecimento de chapas de oposição, que traziam em seu bojo propostas alternativas de trabalho” (Medeiros, 1989: 113-114).

Esta passagem de Medeiros nos evidenciam dois debates que começavam a marcar a ação da CPT: a crítica à prática sindical que vinha sendo implementada e a necessidade ou não de sindicatos para implementar as lutas dos trabalhadores do campo.

A crítica da CPT à prática sindical, ainda era muito tímida e regionalizada. Seu crescimento ganhou força somente após o III Congresso, em 1979.

“A CPT foi a organização que catalisou o movimento oposicionista, significando o retorno da Igreja ao trabalho de organização sindical. Este enfrentamento não ocorreu desde o início da fundação da CPT; seu processo sindical foi esboçada lentamente” (Ricci, 1999: 97).

Novaes (1985), Medeiros (1989) e Ricci (1999) destacam o surgimento de sindicalistas que lutavam contra a centralização do STR, na figura do presidente, e pela transformação do sindicato em instrumento de luta; centralidade na luta pela terra; e a oposição às FETAGs em alguns estados. Com isso, a Igreja oferecia uma alternativa organizativa aos pobres do campo e, com suas metodologias de trabalho de organização de comunidades, e, principalmente, com a concepção de ação social nelas embutida, gestava-se também uma crítica a uma determinada forma de ação sindical que vinha se consolidando.

No que se refere à necessidade ou não de sindicatos para implementar as lutas dos trabalhadores do campo, é possível dizer que o tema foi ponto polêmico dentro da CPT, ganhando espaço nos estudos sobre o tema.

Romano (1979: 238) afirma que o incentivo à criação de sindicatos e cooperativas, com assessoria jurídica fornecida pela Igreja, estava entre os alvos que norteavam a curto prazo a estratégia da Igreja Católica. Diz mesmo que a palavra de ordem no campo era “fortalecer as organizações sindicais dos trabalhadores do campo, para que possam ser caminho de defesa dos seus direitos e instrumentos de pressão para que as leis sejam cumpridas”. Medeiros (1989), como visto acima, também destaca o sindicato como uma forma de organização aceita pela CPT na ação nos conflitos de terra. Ricci (1999) afirma que eram recorrentes na falas dos dirigentes que surgiam nas lutas de trabalhadores no País a influência da Igreja na iniciação sindical. Paiva (1982: 22), por sua vez, falando sobre o método de educação popular utilizado por grupos que davam assessoria ao “trabalho de base” da Igreja, diz que “eles desembocam na rejeição da delegação que dure além do momento que ocorre (implicando a rejeição de organismos estáveis de representação como sindicatos, associações e etc (...), ou seja, todas as formas de luta não-espontânea, que transcorrem através de instituições)”.

Afirmarões contraditórias? Os autores demonstram, através de documentos, cartilhas ou periódicos, suas afirmações. Porém, cada qual observa, talvez, uma faceta de uma mesma realidade complexa, que se transforma também no tempo e que se diferencia de um lugar para o outro. Pelo menos é o que se pode observar através do que ocorreu no Rio de Janeiro, como veremos adiante.

### **3.5 A CPT e FETAG no novo quadro de lutas**

Há diferentes referências sobre o ano de criação da CPT no Rio de Janeiro. Relatório da CPT de 1983 indica a fundação em 1976. Segundo Novicki (1992: 42), a regional da CPT no Rio de Janeiro foi criada em 1977 e composta basicamente por uma coordenação, assessoria regional e a equipe de área, integrada por “agentes de pastorais”. Ela desenvolveu quatro linhas de atuação: eclesial; luta pela terra, especificamente voltada para a questão agrária e para a realidade do trabalhador rural, que também envolvia assessoria jurídica; assessoria educacional, formando lideranças de trabalhadores rurais; sindicalismo e formação de lideranças.

Algumas evidências indicam que em 1978-1979 a CPT ganhou força no estado, quando diversas dioceses atuaram em conjunto em alguns conflitos, ampliando sua área de atuação, antes focada em Paraty, Nova Iguaçu e Cachoeiras de Macacu. Além disso, a CPT conseguiu continuar seus seminários e encontros com atividades de formação de líderes realizadas no sítio Shalon, convento de freiras no município de Cachoeiras de Macacu. Quem o controlava era a Diocese de Friburgo, através paróquia do distrito de Papucaia, no município de Cachoeiras de Macacu.

Os documentos oficiais da CPT no estado do Rio de Janeiro sempre enfatizavam a ida à FETAG, ou até mesmo aos sindicatos, deixando claro que não tinha a pretensão de assumir o lugar do sindicato como órgão de classe dos trabalhadores do campo. O relatório das atividades da CPT, em 1979, expressava sua posição em relação aos sindicatos: a CPT fez questão de apoiar os sindicatos, mesmo reconhecendo que alguns deles eram distantes dos conflitos. A CPT sempre fazia o possível para atuar em conjunto ou através do sindicato ou federação.<sup>116</sup>

O presidente da FETAG/RJ na época, por sua vez, afirma:

“Antes da CPT a gente se reunia com os padres e com os bispos, até tinha essa identificação, depois que surgiu, os bispos não queriam envolver muito, cria a CPT, Comissão Pastoral da Terra, e aí foi criada em Nova Iguaçu, a primeira. A gente foi lá dar apoio, o bispo era bom e tal”.<sup>117</sup>

As posições explicitadas procuram enfatizar a possibilidade de trabalho conjunto, de diálogo e de apoio mútuo. Na verdade, dos conflitos entre sindicatos e a CPT, tanto nas entrevistas com dirigentes da FETAG quanto nos relatórios da CPT, pouco aparecem, pois enfatizam papéis diferentes e complementares a desempenhar.

No entanto, ainda que a posição de diferentes grupos dentro da CPT, em relação aos sindicatos, tenha mudado no decorrer do tempo, muitos deles, em seu trabalho de base, até o início dos anos 80, subestimavam as possibilidades do papel de representação que poderia ter nas lutas dos agricultores. Através de uma identidade político-religiosa compartilhada, acreditavam fazer o movimento mais forte e eficaz do que através da burocracia sindical. Pelo lado da direção da FETAG, também havia uma subestimação: “A CPT apoiava, mas nunca chegou assim à frente”.<sup>118</sup>

Ao mesmo tempo, a CPT se empenhava na fundação do STR de Nova Iguaçu, num trabalho em conjunto com as associações de moradores. Nesse caso, ainda que a FETAG aceitasse a criação do STR e seu presidente frisasse constantemente sua importância para as lutas, existiram vários momentos em que a tensão e a disputa pela condução do movimento ficavam evidentes. Segundo um assessor sindical da FETAG a época:

“Eu me lembro de uma primeira reunião que eu fui com o Eraldo em Nova Iguaçu, e veio o Frei Beto que eu tinha conhecido, porque eu fui católico até os 16 anos. O Beto tinha um discurso do tipo assim, absolutamente na prática era como a CPT convidasse o sindicalismo para fazer parte da reunião, mas com a idéia de que a única possibilidade para um dirigente seria fazer haraquiri, como se fosse pedir desculpa por existir. E evidentemente não era essa a postura de nenhum dirigente. Muitos eram

---

<sup>116</sup> CPT. Relatório das Atividades. Cachoeiras de Macacu, 1979; CPT. Relatório das Atividades. Cachoeiras de Macacu, 1980; CPT. Relatório das Atividades. Cachoeiras de Macacu, 1983.

<sup>117</sup> Entrevista de Eraldo Lírio de Azeredo, 2007.

<sup>118</sup> Entrevista de Eraldo Lírio de Azeredo, 2007.

amigos, mas não era uma crítica abstrata. E eu me lembro que nessa primeira vez, eu tive uma discussão dura com o Ivo Poletto. Eu dizia: mas espera aí. Eu tinha acabado de viver um conflito violentíssimo em Cabo Frio, na fazenda Campos Novos. De repente a CPT achava que era só por eles que passava a luta”.<sup>119</sup>

Em certos momentos, a tensão era entorno do Estatuto da Terra. A luta tanto da FETAG como da CPT pautava-se pelo “legal” e os canais de que dispunham eram iguais, utilizando os meios jurídicos e a linguagem oficial, não pregando a desobediência civil. No entanto, embora a CPT apoiasse o Estatuto, considerava-o limitado e distorcido, pois não gerava direitos legais, somente conquistas parciais, sendo apenas o começo de uma lei, que pode ou não facilitar a união da classe trabalhadora, não substituindo sua organização, mobilização e luta.

A noção de direito, mais ampliada e fundada numa concepção de busca de uma nova identidade para trabalhadores levava a FETAG e a CPT a discordarem sobre a legitimidade do trabalho com trabalhadores de perfil mais urbano. A CPT ganhava espaço com áreas de conflito em Nova Iguaçu e Caxias, consideradas urbanas e o presidente da FETAG acusava a CPT de incentivar “trabalhador de favela” a se tornar agricultor.<sup>120</sup> Segundo Novicki (1992: 45), a CPT incentivou a criação do Núcleo Agrícola Fluminense (NAF) em 1978, com sede na Fazenda São Lourenço, em Caxias, a ocupar o espaço no sindicato que estava ocupado por “pelegos”, que faziam o jogo dos “grileiros”. “Segundo suas lideranças, o NAF teria como objetivo o fortalecimento dos pequenos produtores, a maioria deles, na região, posseiros; e o apoio aos trabalhadores que não tem acesso à terra” (Novicki, 1992: 45). O autor destaca que, a partir de sua criação, o NAF começou a promover regularmente reuniões e a organizar os camponeses em áreas de conflito anteriores ao golpe, como Morro Grande, Penha-Caixaõ e Capivari.

Assim, principalmente nas áreas em que se acirravam os conflitos e nas regiões onde apareciam novas lideranças questionando a falta de luta do STR local e da federação que o apoiava, como é o caso de Paraty, Angra dos Reis, Duque de Caxias, Trajano de Moraes, Cachoeiras de Macacu e Nova Iguaçu, buscava-se descentralizar a estrutura de poder do sistema confederativo e alargar a base sindical entre todos os segmentos sociais rurais marginalizados do processo de desenvolvimento econômico do país. De um lado, um movimento capitaneado pela CONTAG, que se esforçava em unificar as direções do sistema confederativo e, de outro, na medida em que surgiam grupos que resistiam a expropriação e simultaneamente buscavam construir uma nova identidade social, explicitava-se a demanda por uma representação específica que ameaçava a estrutura de poder interna da organização sindical (Ricci, 1999).

A FETAG priorizou os STRs como instâncias representantes do conflito. Não se cogitavam alterações na forma de organização; era o perfil político dos dirigentes e o restabelecimento das instâncias de direção o que mais a preocupava. A Federação acentuou o trabalho de base através dos STRs, mas não questionava a estrutura sindical, apenas acentuava a prática já inaugurada anteriormente, que tinha como tema principal a capacidade de enfrentamento político do conjunto do MSTR, ou seja, a capacidade dirigente das instâncias. Não por outro motivo, este foi um dos temas centrais escolhidos pela CPT em sua crítica ao sindicalismo no final dos anos 70: o corporativismo da estrutura sindical oficial e a conseqüente hierarquização do poder

<sup>119</sup> Entrevista Afrânio Raul Jr, 2007.

<sup>120</sup> Entrevista de Eraldo Lício de Azeredo, 2007.

sindical, centralizado nas FETAGs e na CONTAG; a canalização dos conflitos para a resolução através das instituições governamentais.

De qualquer maneira, mesmo com o surgimento de algumas lideranças de oposição em sindicatos, a FETAG conseguia ter, em fins dos anos 70, importante papel dentro de mais de 20 STRs do estado, controlando sua contabilidade, interferindo nas direções e eleições, sendo principalmente, reconhecida como um importante pólo aglutinador da luta e da resistência. Nesse momento, a FETAG passou por conflitos internos importantes quanto ao seu método de atuação, o que levou ao afastamento definitivo dos dirigentes que eram ligados aos Círculos. As oposições sindicais ainda eram muito tênues e Gusmão (1983) indica que a FETAG apoiava a chapa junto com a CPT em sindicatos considerados como “muito parados”, como era o caso de Paraty.

Em outros momentos, a CPT reforçou a posição da FETAG quando este criticou a proposta de acordo do INCRA no caso de São José da Boa Morte, em 1980. A CPT, inclusive, pediu a interferência da CONTAG, defendendo a desapropriação por interesse social como a bandeira de luta comum do movimento sindical e da Igreja. Nesta dinâmica, Federação e CPT se aproximavam ou se afastavam, porém sempre procurando manter o contato e o diálogo entre suas lideranças.

O papel da interlocução atribuído ao Estado na resolução dos conflitos não foi um ponto forte de atrito entre a CPT e a FETAG, pelo menos é o que aparece nos documentos. Mesmo avaliando que os direitos concedidos pelo Estado, chocavam-se com a concepção moral de direito que aflorava dentro da CPT, como vimos anteriormente, a CPT fazia a avaliação de que as instâncias sindicais do estado do Rio de Janeiro não fetichizavam as políticas aplicadas pelo governo federal e estadual. A própria CPT destacava os esforços que a FETAG vinha fazendo numa crítica à política agrícola e econômica do governo, assim como à política do INCRA. A política agrária do governo aparecia como a prática da brutalidade, o desenvolvimento como desrespeito e destruição da pessoa como indivíduo e ser social, como realidade social. A CPT destacava as denúncias da FETAG contra a concentração da propriedade que vinha sendo posta em prática pelo Estado, questionando a concentração da propriedade e as conseqüências que esta trazia para as populações pobres.

Já no Núcleo de Marubaí, em Cachoeiras de Macacu, tivemos acesso a poucas informações sobre ações em conjunto entre essas duas forças. Num relatório da CPT, consta que uma série de divergências com o sindicato local e a Federação também vinham impedindo uma atuação unitária das forças. O relatório destaca que ocorreu uma reunião da CPT com a FETAG e “ao fim parece que houve um entendimento de um trabalho unitário”.<sup>121</sup> Os casos parecem serem variados e como vimos, num mesmo município, as duas forças podiam se alinhar com mais facilidade em um caso de conflito que outro.

De 1980 em diante, há uma modificação sensível na posição dos agentes da CPT em relação ao sindicalismo. Algumas pessoas dentro da CPT começaram a considerar que o sindicato era o principal instrumento para a condução das lutas. Chegaram a questionar, inclusive, a fluidez da comunidade quando são passados os momentos cruciais das lutas. Passaram então a valorizar a sindicalização, a acreditar na modificação de alguns dirigentes sindicais.

A FETAG e a CPT organizaram em conjunto manifestações coletivas dos trabalhadores, principalmente no aniversário de 15 anos do Estatuto da Terra e em idas ao INCRA, para protestar contra a política implementada no estado.

---

<sup>121</sup> CPT. Relatório de atividades. 1979.

“O fato é que convivemos por muito tempo e tivemos que ressaltar o lado mais interessante que tínhamos. Na CPT nessa época, trabalhava o Bráulio Rodrigues. Você pegar um dirigente antigo, de Pedra Lisa, é fantástico. Você tava dando de novo voz a pessoas que estavam desaparecidas do cenário. A possibilidade foi muito interessante. Por ai ia. A FASE entrou nesse trabalho com a FETAG, mas também com a CPT. Muitas pessoas eu tinha conhecido no Museu Nacional, como a Maria Emília Pacheco. Enfim, nesse bojo vão aparecendo várias instâncias de representação. A CPT ela visava impulsionar lutas mais de posseiros. Era isso que ela tinha experiência. Ela não trabalhava nunca com assalariado. Ela achava que tudo isso era reformista. Depois ela vai absorvendo e percebendo a importância e o volume de assalariado. Ela evidentemente tinha uma estrutura de apoios, inclusive na hierarquia. E no estado do Rio, pesou muito o fato de ter novas dioceses. As dioceses eram controladas por pessoas conservadoras, mas não é a toa que quando funda Nova Iguaçu, e depois Caxias, Angra, aquilo amplia muito a capacidade de sustentação, de fazer reuniões de base”<sup>122</sup>.

Certos grupos dentro da CPT procuram se aproximar cada vez mais do sindicalismo, chegando mesmo a compor chapa com a FETAG. No entanto, esta aproximação também foi fonte de conflito. Havia sempre determinado nível de tensão perpassando a relação entre pessoas que estavam ligadas a instituições de natureza diferente, com projetos e inserções temporais diversas. Ou seja, ainda que sempre tenha havido, a nível de documentos e intenções, a idéia de incentivar o sindicalismo, também é verdade que, ao enfatizar a comunidade, desvalorizando a hierarquia entre líderes e liderados, o trabalho da CPT entrou em choque, na prática, muitas vezes com a hierarquia própria à estrutura sindical.

Foram privilegiadas pela FETAG e CONTAG instâncias sindicais como mediadoras do conflito, o que demonstrava uma tendência a restringir os mecanismos de participação àqueles já institucionalizados na legislação vigente. Não nos pareceu que a concorrência com outras forças, pela direção da organização e das lutas, reforçasse um discurso ainda mais corporativista, que servia também de proteção à disputa e à preservação de um sistema de lealdade inerente a regras internas de formação do sindicalismo. Os casos foram muito variados, e a FETAG controlava com mão de ferro a estrutura sindical, mas não deixava de fazer alianças com lideranças que emergiam ligadas à CPT. O tema principal se tornou a capacidade de enfrentamento político do conjunto do movimento sindical, ou seja, como já dito, a própria capacidade das instâncias, que foi buscado pela CONTAG e FETAG através de cursos para as lideranças, nosso próximo ponto a ser trabalhado.

### **3.6 Mudanças na formação sindical**

No quadro até aqui montado, tentamos mostrar que a entrada em cena de novas forças gerou a mudança gradativa no perfil da prática da CONTAG e da FETAG/RJ. A persistência do conflito agrário e suas diferentes formas de manifestação ao longo do tempo são o pano de fundo para bandeiras de luta como a reforma agrária. Como apontou Medeiros (1989), as organizações surgem e ressurgem, como expressões do conflito e portadoras de promessas de sua superação. Na pista aberta por alguns trabalhos, esse processo se desenvolve situado entre constrangimentos derivados de

<sup>122</sup> Entrevista Afrânio Raul Jr, 2007.

duas ordens: o crescimento e a transformação dos conflitos sociais agrários, de um lado, e os arranjos e tensões internos ao campo sindical, de outro. Num segundo momento, enfatizamos o peso da CPT nas práticas do sindicalismo, com ênfase para as tensões em relação à estrutura sindical oficial capitaneada pela CONTAG, da qual a FETAG era um importante braço de apoio, e, ainda, a peculiaridade das formas de trabalho existentes dentro da CPT. Ricci (1999) destaca que a entrada em cena de novas forças gerou mudanças na prática da CONTAG, que conseguiu sustentar e expandir suas ações em todo o país de meados dos anos 70 em diante. Nesse processo, o autor destaca a formação de dirigentes, através de cursos e encontros com assessores sindicais. Ricci aponta dois aspectos dessa alteração, a partir de uma entrevista que Moacir Palmeira lhe concedeu:

“A partir de 76, 77, já começou um outro tipo de preocupação (em relação à formação de dirigentes). Ai começa um certo questionamento que partia de alguns assessores, de alguns novos dirigentes, com uma formação mais marxista. Questionavam a perspectiva da Igreja, a que se somava, digamos assim, um lado pragmático, burocrático-pragmático. (...) Outro aspecto relevante era o papel das delegacias sindicais da CONTAG, que já existiam desde a época do Rotta. A nova direção da CONTAG, utilizava-as como instrumentos para articulações políticas. Os pólos sindicais do São Francisco e da Bahia, o pólo sindical de Vitória da Conquista, foram mecanismos para furar os esquemas das federações sob direção contrárias à nova postura da CONTAG” (Cit. Ricci, 1999: 95).

Ou seja, Ricci destaca que alguns professores do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS), do Museu Nacional da UFRJ, desempenharam um papel importante na construção do sindicalismo que orientou a CONTAG, a partir da entrada em cena de novas forças, como a CPT. Moacir Palmeira, que desde 1969, definiu a Zona da Mata como sua área de pesquisa, foi assessor da CONTAG nos anos 70 e 80. Os pós-graduandos, orientados por seu professor, realizaram um conjunto de pesquisas que contribuíram para a definição de políticas sindicais. Alguns destes também participaram, a partir de 1979, das viagens de apoio às greves, durante o período de campanha salarial, juntamente com sindicalistas de todo o país. Parte deles se tornou assessor de diversas instâncias do sistema sindical e de organizações de apoio dos trabalhadores rurais.

A participação de pessoas do Museu Nacional se materializou, no caso do Rio de Janeiro, na chegada de Afrânio Garcia à assessoria sindical da direção da FETAG. O trabalho em conjunto começou dois anos antes. “Eraldo convidou Lygia, Marie France, eu e Alfredo Wagner e começamos a fundar novos sindicatos”. Primeiro foi “re-fundação” do sindicato de Macaé. “A gente aprendeu que tinha havido um movimento muito mais amplo no estado, antes de 64”.<sup>123</sup>

A nova assessoria ascendeu num quadro em que o presidente da FETAG queria deslocar o antigo assessor, ligado aos Círculos Operários. Além disso, nos pareceu ser necessário perceber a necessidade do movimento sindical jogar para construir apoios sólidos, de intelectuais e políticos, que ampliassem o público em potencial dos conflitos, aumentando suas possibilidades de enfrentamento como dirigentes sindicais. Segundo Moacir Palmeira, em conversa informal com o pesquisador, a ascensão do novo assessor sindical, deu “prestígio” nacionalmente à FETAG/RJ.

---

<sup>123</sup> Entrevista Afrânio Garcia, 2007.

O trabalho do assessor sindical consistiu em acompanhar os dirigentes sindicais aos locais de conflito, fundar sindicatos, colaborar com os boletins da federação etc. Além disso, três eixos foram destacados por ele: levantamento de dados para produção do mapa dos conflitos no estado, organização de encontros e cursos de formação sindical. Todos esses eixos estavam fortemente ligados à política que a CONTAG vinha implementando. O levantamento de dados não era uma prática nova. Ela vinha desde meados dos anos 70, quando a CONTAG se voltou para a realidade dos estados.

Na questão educacional, o trabalho consistia na organização de cursos de formação para novos dirigentes. No caso do Rio, a ligação com a CONTAG era intensa. No começo, eram cursos para dirigentes e depois para delegados sindicais. Como vimos, a entrada em cena de novas forças e as críticas desenvolvidas nos estados conduziu a uma mudança na ação da CONTAG, e essa mudança se refletiu com forte intensidade nos cursos. Ricci destaca a seguinte passagem da entrevista de Moacir Palmeira sobre a CONTAG no período:

“Zé Francisco, presidente da CONTAG já estava percebendo que a unidade do movimento estava ameaçada, e então ele queria jogar o movimento mais na frente para comer esse pessoal todo e garantir a unidade. Realmente a coisa da unidade é uma religião dentro da CONTAG. Dois anos antes a CONTAG implementou o seu mais ambicioso programa de formação sindical. Entre 1976 e 79 foram feitos diversos treinamentos com dirigentes de STRs. Além do treinamento onde homogeneizávamos a linguagem, identificávamos politicamente os dirigentes para levar os melhores para o III Congresso. E 90% do pessoal treinado estava no Congresso” (Cit. Ricci, 1999: 103).

Segundo Ricci, dirigentes de sindicatos e assessores se deslocaram à Brasília para cursos de 20 dias integrais, onde os temas das aulas se ampliaram para realidade brasileira, política agrária e agrícola, história do latifúndio e da pequena produção, direitos trabalhistas etc. Eram cursos amplos, que tratavam de aspectos sócio-sindicais, com ênfase na legislação. Os grupos eram mistos: dois estados do Sul, dois estados do Norte/Nordeste, dois estados do Centro Sul. Cada estado enviava cinco participantes. O objetivo era o de que os dirigentes percebessem os problemas de todo o país. Os professores eram assessores da CONTAG, alguns educadores das federações que eram convidados a participar, sociólogos, antropólogos e advogados. Do Rio de Janeiro, alguns assessores jurídicos tiveram papel importante na organização dos cursos da CONTAG. Outros assessores participaram como convidados ou professores em diversos cursos.

O material dos cursos oferecidos pela CONTAG, destaca Ricci, revela o perfil dos dirigentes que a CONTAG buscava consolidar e seu campo de ação. Enfatizava os trâmites legais e funcionamento do Poder Judiciário e agências estatais. Além disso, a própria CONTAG, afirma Ricci (1999; 103), ressaltava que a direção que os sindicatos vinham dando aos problemas não satisfaziam aos próprios anseios do MSTR, o que incentivava a mudança de comportamento. Pretendia-se a conscientização dos trabalhadores rurais em defesa de sua própria libertação; participação dos trabalhadores nos órgãos de classe, numa mesma linha de ação, num sistema sindical; incentivo ao associativismo; criação de delegacias sindicais com participação de comunidades; criação de equipes educacionais; distribuição de legislação e jurisprudência às entidades sindicais; titulação das terras dos posseiros; comunicação ao governo sobre os problemas do campo, sensibilizando-o e oferecendo sugestões.

Os efeitos dos cursos para a criação de delegacias sindicais foram localizados e pontuais, não havendo indícios de sua expansão. Em Campos, a atuação de delegados sindicais não foi regular e forte. A federação criou algumas delegacias em municípios, mas não conseguiu criar o sindicato. Silva Jardim foi delegacia sindical até fins dos anos 70, quando passou a ser STR.<sup>124</sup> Eram áreas de posseiros, base da federação em conflitos de terra, embora fossem crescentes, nesse momento, conflitos envolvendo casos de parceiros em municípios vizinhos, tais como Trajano de Moraes, Itaboraí, Campos e São João da Barra.<sup>125</sup> Em 1979, Mangaratiba aparece como STR formado a partir de uma Delegacia da FETAG no município.<sup>126</sup>

Os cursos em Brasília serviram para mudar o próprio perfil dos cursos do Rio de Janeiro. Valeram por uma pedagogia explícita do lugar político do qual eram gestados, frente às novas forças no campo político e as críticas à estrutura sindical e sua atuação. Era uma educação sobre o próprio sentido do sindicalismo. Os cursos tiveram um efeito estruturante e o tônus nacionalizante de perspectiva sindical a que induziram foram muitos importantes.<sup>127</sup> Segundo um assessor sindical do Rio de Janeiro

“Mesmo para a assessoria sindical foi uma coisa fundamental. Antes você tinha encontros de educação. E inclusive os pressupostos eram bem dos católicos dos anos 60, a respeito da conscientização. O educador forma a cabeça das pessoas, e como vamos formar a cabeça das pessoas, nós vamos executar aquela coisa que eles aprenderam dentro do universo educacional. A educação passou para a condição de sindicalismo, virou sindicalismo e educação. E aí então uma reflexão sobre o que era o sindicato, e portanto todas as amarras que o sindicato concretamente tinha frente a legislação do trabalho, da CLT, das greves legais, enfim, imposto sindical, o fato de que não podia ter central sindical inter, entre camponeses e operários. A reflexão sobre que era esse sindicato, e as outras possibilidades de terem o universo sindical. Coloca o que está em jogo na estrutura do sindicalismo, e qual é o trabalho educacional que deve ser condizente com essas práticas”.<sup>128</sup>

Os dirigentes que se tornaram os principais articuladores do sindicalismo rural fluminense na década de 70 e 80 participaram desses cursos. Nas questões agrárias se destacavam Magé, Cachoeiras de Macacu, Cabo Frio, Casimiro de Abreu, Cachoeira de Macacu e Silva Jardim. Ao longo do ano, ocorreram encontros onde foram formulados os planos de trabalho e depois avaliação. Nesses encontros havia o balanço do que ocorreu nos vários sindicatos e o que se podia fazer dali para a frente. Ocorreram encontros entre dirigentes e advogados, sobre conflitos de terra, assalariados, previdência social.

Ganhou destaque na FETAG a tentativa de amenizar as críticas “às soluções parciais da reestruturação fundiária, parte das soluções globais, que consiste, como

---

<sup>124</sup> Entrevista de Nicanor Presídio a Leonilde Sérvolo de Medeiros. Silva Jardim, 1982.

<sup>125</sup> Nos anos 60, o dirigente da FETAG Acácio Fernandes dos Santos no período atribui a pouca formação de delegacias a “rotatividade de trabalhadores na área rural”, além da “dificuldade de assimilação de consciência sindical”. Raimundo Leoni dos Santos atribuiu a incipiente criação de delegacias sindicais nos anos 70 ao fato delas estarem relacionadas à manutenção da hegemonia montada pela direção da FETAG, que não precisou no caso passar pelas delegacias, e não queria ver sua força colocada em questão.

<sup>126</sup> Relatório das atividades da FETAG - 1979.

<sup>127</sup> Ricci: 1999; Entrevista Afrânio Garcia Jr, 2007.

<sup>128</sup> Entrevista Afrânio Garcia Jr, 2007.

sempre consistiu e consistirá, na reforma agrária”.<sup>129</sup> O MSTR deveria pressionar o governo para desapropriar os latifúndios que não estavam sendo trabalhados. Entretanto, o texto destaca que isso só iria ocorrer quando os trabalhadores estivessem unidos dentro dos sindicatos para pressionar os governos. Lembra ainda que a reforma agrária já estava na lei.

A principal novidade implementada pela FETAG para que essa união ocorresse nos parece que foi o “trabalho de base”. A FETAG destacava como trabalho de base a necessidade e a importância dos dirigentes dos STRs fazerem perguntas que ajudassem a entender porque, frente a diversos problemas (por exemplo o patrão não pagar os direitos), o trabalhador decide não entrar na justiça. Ou seja, o trabalho de base se fazia por meio dos relatos que apontavam para a dificuldade de iniciar contato do sindicato com o trabalhador. A FETAG estimulava que os dirigentes sindicais fizessem do sindicato parte integrante do mundo do trabalhador, proporcionando a estes melhorias nas condições de vida.<sup>130</sup>

Da divulgação do trabalho de base, uma questão muito interessante aflorava: como a FETAG sugeria que um dirigente sindical se comportasse. Ou melhor, quais os requisitos de um dirigente sindical para construir um trabalho de base? O dirigente sindical tinha que se mostrar trabalhador, para que o trabalhador achasse que o dirigente era como eles; ter responsabilidade na hora de representar os “interesses da classe” e que o dirigente se deslocasse até as comunidades dividindo entre si as áreas de atuação. A federação sugeria ainda outros passos: definir as áreas mais importantes de atuação; distribuição das tarefas entre os dirigentes do STR; reunir os trabalhadores na própria área, perto de alguma fazenda, em alguma igreja, casa ou escola.

O local das reuniões deveria ser escolhido pelos trabalhadores e, só em último caso, se tivessem dificuldade, a liderança se encarregaria de arranjar local e organizar tudo para que os trabalhadores conversassem com o sindicato. Nas áreas onde não havia ninguém conhecido, a FETAG sugeria que os dirigentes fossem de casa em casa, tentando reunir os trabalhadores “para discutir juntos os problemas que têm”. Como aponta uma série de depoimentos de lideranças e reportagens do boletim “Conversa de Caboclo”, na maioria das vezes eram as lideranças que tinham que juntar os grupos de trabalhadores, participando das conversas e tornando-se conhecido deles, até conseguir marcar uma reunião.

A FETAG sugeria que a etapa seguinte consistisse na avaliação, por parte dos dirigentes, da primeira ida à base, para, de acordo com o que se avaliasse, programar a volta às bases. Mas o que a FETAG esperava do trabalho de base? Uma passagem ilustra alguns pontos importantes:

“Podemos chegar à conclusão que o trabalho de base não é fazer reunião de base. É muito mais que isso: são varias etapas seguidas e organizadas. E tudo sob a coordenação das lideranças sindicais. E neste processo, os próprios trabalhadores vão tomando consciência de sua realidade, se dispondo a transformar essa mesma realidade, de acordo com os meios que dispõe. Nesse momento, ele sentira que o sindicato é parte integrante do seu mundo, porque o meio através do qual ele – como trabalhador – poderá ter força para reclamar direitos, exigir que a

---

<sup>129</sup> FETAG. IV Encontro de Advogados e Dirigentes Sindicais Rurais do Estado do Rio de Janeiro. Niterói, 1977.

<sup>130</sup> FETAG. *Conversa de Caboclo*. Boletim informativo. Niterói / RJ, nº 09, ano 06, julho 1977 / janeiro de 1978, p. 10.

lei se cumpra e reivindicar vantagens que venham a lhe garantir uma vida mais digna”.<sup>131</sup>

Por fim, a FETAG sugeria que os dirigentes voltassem ao campo para avaliar, junto com os “trabalhadores da base”, seus problemas, tornando a “base unida, coesa e atuante”. As bandeiras nacionais do MSTR aparecem nos documentos produzidos pela FETAG e alguns STRs: o tempo de usucapião deveria cair para cinco anos; os prazos de parceria e arrendamento deveriam ser de três anos para lavoura branca e pequena a média criação; de 10 anos para lavoura permanente (café, banana, cana, laranja) e criação de gado; 15 anos para exploração de floresta. O tempo de usucapião foi regulamentado em cinco anos em 1981, pelo governo de João Figueiredo. Os efeitos da regulamentação foram os mais diversos entre as categorias de trabalhadores atingidos. Há uma passagem de uma entrevista do presidente do STR de Saquarema a Leonilde Medeiros, em 1982, que ilustra alguns dos efeitos da regulamentação:

“Posseiro em Saquarema nós temos muito pouco. Tem, que nós conhecemos, somente no 3º Distrito. Tinha. Nós estávamos com aproximadamente 50 ou 60, há um ano, um ano e pouco na posse. Mas com esse problema de usucapião, que foi agora em dezembro de 1981, esse pessoal que nós considerávamos como posseiro hoje nós não podemos considerar mais. Porque de acordo com a lei, o trabalhador tem que ter cinco anos e tem que tornar essa área produtiva. Os trabalhadores pensavam que essas terras não tinham dono. Porque de acordo com o que eu estou dizendo, esses lotes todos estão parados. Tem muita terra que está abandonada em Saquarema e que ninguém pode entrar para trabalhar. E muitos empregadores deixam essa terra valorizando, alguns até deixam que os posseiros, que já chegaram e encontraram, deixaram continuar. Mas quando descobriram que a partir de cinco anos o trabalhador podia requerer a terra para ele, todos eles procuraram o trabalhador para fazer contrato de trabalho”.

Uma segunda bandeira nacional que ganhou respaldo no Rio de Janeiro foi a pressão sobre o governo federal e do INCRA para que fizessem levantamentos das famílias sem terra ou com pouca terra e das áreas improdutivas e das terras em conflito. Demandavam que o INCRA voltasse a receber ordens diretas do Presidente da República; que o sindicato deveria ser consultado nas decisões tomadas pelo governo; o sindicato indicaria as famílias a serem assentadas.

Essa última bandeira foi objeto de debate com a CPT nos anos 70 no Rio de Janeiro. A CPT dizia que a indicação deveria ser dos próprios moradores. A situação se aproxima de um quadro do campo nacional, que envolveu a CONTAG após a entrada em cena de novos focos de conflito e a mediação da CPT: o sindicato avançava no questionamento à política do governo e apontava limites da lei, às vezes buscava ampliá-lo, ao mesmo tempo em que ratificava seu poder de direção como único representante legal dos trabalhadores rurais dentro da estrutura sindical.

Foi discutido ainda que o sindicato lutasse e não somente esperasse a reforma agrária. Que os sindicatos fizessem levantamentos das terras improdutivas e das terras devolutas em cada município. As áreas em conflito deveriam ser distribuídas aos

---

<sup>131</sup> FETAG. *Conversa de Caboclo*. Boletim informativo. Niterói / RJ, nº 09, ano 06, julho 1977 / janeiro de 1978, p. 12.

posseiros e nunca aos grileiros. O contrato de parceria ou arrendamento deveria ser acertado no sindicato.

Há uma novidade importante; a FETAG voltava sua atenção para municípios que marcaram as principais lutas do pré-64, com destaque para Nova Iguaçu. Alguns depoimentos destacam que as mudanças nas bandeiras, com destaque para as terras devolutas, ganharam um reforço de algumas lideranças camponesas do pré-64, que haviam participado da criação da FALERJ, voltando a atuar no meio rural, tanto na FETAG quanto na CPT. Dada sua tradição de luta pela terra, as lideranças resgataram as cadeias nominais de muitas das áreas de conflito, permitindo novos questionamentos aos procedimentos dos órgãos públicos. No caso da área denominada Teófilo Cunha, que envolvia a Cia. Fazendas Reunidas Normandia, em Nova Iguaçu, a FETAG encaminhou à CONTAG, ao Governador do Estado e ao INCRA dossiê acerca das famílias de trabalhadores residentes. A partir de levantamento feito, a FETAG destacou a existência de inúmeros trabalhadores sem terra no estado, que inúmeros trabalhadores, embora na posse da terra, não possuíam título legal de propriedade; que os trabalhadores ocupantes de terras públicas federais e estaduais, devolutas ou não, não encontravam facilidade de acesso ao seu domínio. A FETAG argumentou também que a titularidade das terras era duvidosa, existindo três correntes relativas à titularidade em questão: uma a da Cia. Fazendas Reunidas Normandia, uma que pertencia à União e outra que pertencia ao Estado. A FETAG pedia a aplicação dos artigos 98 e 99 do Estatuto da Terra, que determinava que todo o trabalhador agrícola que tivesse ocupado, por um ano, terras devolutas, teria preferência para adquirir um lote da dimensão do módulo de propriedade rural, que fosse estabelecido para a região.<sup>132</sup>

### **3.7 O III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais**

Como vimos, os anos que antecederam o III Congresso foram marcados por uma transição onde emergiu a CPT, trazendo reformulações do campo político, expressando estratégias e práticas diferentes sobre os conflitos no campo. Preparado por meio de cursos e reuniões em diversos estados, que faziam um balanço da situação de cada região, o congresso realizado em 1979 foi o momento de sistematização das experiências já existentes, das formas de luta já encaminhadas. O III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, realizado em maio de 1979, é apontado, em diversas análises, como uma retomada das lutas sociais no país e pela necessidade de atualização das práticas sindicais. Foi também a oportunidade da CONTAG perceber a necessidade de mudar sua leitura da realidade rural (Medeiros, 1989 e Ricci, 1999). Participaram do Congresso 1500 delegados, representando 2275 sindicatos e 21 federações.<sup>133</sup> A participação da FETAG na comissão coordenadora do evento esteve sob responsabilidade de dois advogados. Um de seus ex-presidentes também compunha a comissão. Os municípios do estado do Rio de Janeiro presentes no Congresso foram: Casimiro de Abreu, Silva Jardim, Cachoeiras de Macacu, Valença, Saquarema, Bom Jesus de Itabapoana, Campos, São João da Barra, Magé, Nova Iguaçu, Trajano de Moraes, Vassouras, Paracambi, Rio Bonito, São Fidelis e Cabo Frio.

O Congresso debruçou-se sobre cinco eixos temáticos: sindicalismo e educação sindical; legislação trabalhista; questões agrárias; política agrícola e previdência social

<sup>132</sup> Brasil (União). Estatuto da Terra. 1964. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil/leis/4504](http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/4504). Acesso em setembro de 2006.

<sup>133</sup> CONTAG. Anais do III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais. Brasília, 1979, p. 80.

rural.<sup>134</sup> Medeiros destaca que o Congresso teve duas preocupações centrais: a conquista da cidadania rural e a reconstrução democrática do país. Se é correto afirmar que a luta pelo estabelecimento da ordem democrática do País empolgava os delegados daquele congresso, não é menos verdade que o evento refletiu um novo jogo de forças de lideranças sindicais. Para a CONTAG, tratava-se de verificar sua ascendência e garantir a hegemonia do MSTR. Apesar dessas questões, foi realmente destaque do Congresso o discurso de abertura de José Francisco por revelar o que atormentava os dirigentes da cúpula sindical. O Presidente da CONTAG alertou: “Se a classe não for consultada periodicamente, corre-se o risco dos sindicatos não cumprirem sua função de representação”. Essa era a missão que o sindicalismo tinha imposto para si: garantir a representação dos dirigentes.<sup>135</sup>

Ricci (1999) destaca que a direção da CONTAG acreditava que aquele era o congresso da virada do MSTR, pela abertura política, pela emergência de novas lideranças e demandas, além de ser a primeira vez que estes falavam publicamente num plenário nacional. Além disso, afirma Ricci (1999, 163), a CONTAG lançava-se neste período como um dos organismos sindicais que liderava a rearticulação nacional do movimento sindical, em diversos congressos, principalmente na articulação intersindical.<sup>136</sup>

Para Ricci (1999, 160), não havia uma articulação de sindicalistas de oposição no congresso porque, naquele momento não existia oposição à CONTAG. Isto porque o movimento sindical acreditava que precisava enfrentar de forma coesa o regime militar. Em segundo lugar, porque a direção da CONTAG não era considerada pelega por esses grupos, mas apenas equivocada nos seus encaminhamentos. Em terceiro, o então Ministro da Agricultura, Delfim Netto, compareceu ao terceiro dia de congresso, unindo todas as forças em acaloradas manifestações de repúdio. Um último fator era ainda responsável pela unificação do plenário, destaca Ricci. A CONTAG havia organizado meses antes seminários preparatórios do III Congresso, que faziam um balanço da situação de cada região, sistematizando as experiências já existentes e as formas de luta encaminhadas.

A comissão de sindicalismo e educação sindical sofreu profundas modificações em seu conteúdo, refletindo-se, inclusive, na modificação de seu nome entre o II e o III Congressos: passou de “educação” para “sindicalismo e educação sindical”. A grande novidade das conclusões aprovadas no plenário foi a de que “A estrutura sindical brasileira é atrasada. Ela foi copiada da legislação fascista italiana, em 1937, pois foi feita mais para proteger os interesses do empregador, do patrão, que os interesses dos trabalhadores”.<sup>137</sup> É importante ainda ressaltar que a crítica a estrutura sindical não era tema relevante ainda e, mesmo que o fosse, foi iniciativa da própria CONTAG a defesa da Convenção 87 da OIT (Medeiros: 1989 e Ricci: 1999). A Convenção assegurava ao trabalhador o direito à organização autônoma, à filiação a estas organizações, à elaboração dos próprios estatutos e regulamentos administrativos; assegurava-se também o impedimento da intervenção governamental e o direito de filiação a federações, confederações, inclusive internacionais. A leitura, feita pela direção da CONTAG, da Convenção 87 da OIT era a garantia da liberdade e a autonomia sindical sem possibilitar o fim da unicidade sindical. A comissão contou como relatora uma das

<sup>134</sup> CONTAG. Anais do III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais. Brasília, 1979.

<sup>135</sup> CONTAG. Anais do III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais. Brasília, 1979, p. 80.

<sup>136</sup> No ano anterior, em julho de 1978, havia ocorrido o V Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria, durante o qual um grupo de dirigentes opôs-se à cúpula da CNTI (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria), o que deu início a uma articulação, a Intersindical (Ricci: 1999; 163).

<sup>137</sup> CONTAG. Anais do III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais. Brasília, 1979, p. 123.

advogadas da FETAG. Como participantes do Rio de Janeiro, estava o presidente da FETAG, um assessor sindical, representantes dos municípios de Casimiro de Abreu, Silva Jardim, Cachoeiras de Macacu e Valença.

A delegação do Rio de Janeiro na comissão de questões agrárias contou com dois assessores e representantes dos STRs dos municípios de Cachoeiras de Macacu, Magé, Saquarema e Cabo Frio.

No que se refere às bandeiras de luta, a reforma agrária permanecia como a grande bandeira do movimento sindical.

“A demanda resultante do encontro era de uma reforma agrária ampla (em todo o território nacional), massiva, imediata (com fixação de prazos para o assentamento das famílias beneficiadas) e com participação dos trabalhadores em todas as suas etapas e níveis, desde as decisões a nível nacional até o acompanhamento dos projetos, sua execução e fiscalização. Pedia-se ainda, a redistribuição imediata das terras que se encontravam em áreas prioritárias e em áreas já desapropriadas, a discriminação e titulação de terras públicas, com entrega ao legítimo trabalhador rural. Já então apontado para os limites do Estatuto da Terra, propunham a perda sumária da propriedade pela não utilização de pelo menos 70% de sua área agricultável, de forma a impedir a aquisição de terras com fins especulativos” (Medeiros, 1989: 117).

Além da ênfase no cumprimento da lei, Medeiros (1989; 118) destaca a proposta de novas formas de luta: pressão coletiva, estímulo às mobilizações, a ênfase nas ações de resistência e a valorização das ações dos trabalhadores. Tratava-se não mais de pedir, mais de exigir.

“É sob essa ótica que se pode entender, por exemplo, uma resolução tal como a de que o movimento sindical assumia o compromisso de desenvolver trabalhos de base programados, de organização, motivação e mobilização dos trabalhadores rurais, no sentido de ocuparem as terras improdutivas, nela fixando residência e tornando-as produtivas” (Medeiros, 1989: 119).

A comissão de questões agrárias recebeu tratamento no trabalho de Ricci (1999). A tática engendrada pela direção da CONTAG para evitar a cisão entre sua base no III Congresso foi eficaz, afirma Ricci, pois as resoluções radicalizavam o discurso do MSTR, indo de encontro com oposições sindicais. “O discurso partia de diversas lideranças de oposições sindicais de Goiás, Espírito Santo, Acre e Pará, com forte marca da CPT”. A eles a CONTAG possibilitou a participação como assessores, sem direito a voto, já que, para o sistema confederativo, somente o diretor sindical poderia ser eleito delegado. O discurso mais radical vinha dos delegados provenientes de regiões onde os conflitos por terra eram mais intensos, destacando-se a delegação do Acre. Este bloco não se articulou no Congresso, não influenciou organizadamente nas comissões, mas suas colocações eram fortes e objetivas. Defendiam as organizações de terra e a coordenação dos posseiros pelo sindicato. A questão da terra, inclusive, ganhava uma abrangência no discurso destas novas lideranças nunca antes percebida nos congressos da CONTAG. A luta pela terra passava a envolver as áreas de seca, de construção de hidrelétricas, de cobrança de foro (Ricci, 1999: 104).

Abdias de Carvalho avaliava, em entrevista a Ricci (1999), que o projeto da CONTAG necessitava se articular com o Estado para demonstrar viabilidade legal da

reforma agrária. Mas a dificuldade maior, ressalta Ricci da fala de Abdias, “era a dificuldade de elaboração, de como concretizar a reforma agrária, ficando a discussão no plano do imediatismo”. O argumento do autor é a percepção de Abdias de Carvalho, que participou como observador do Congresso e nos grupos de trabalho:

“O III Congresso deve ser entendido no contexto de transição da política brasileira, onde o grande ministro era o Delfim Netto. É neste contexto que a sociedade brasileira discute novamente a reforma agrária. A SBPC organiza em São Paulo, em 1978, um painel sobre a questão agrária no Brasil, que foi um sucesso tão grande que precisou ser transferido para um anfiteatro. A Igreja destaca o tema com intervenções de Dom Pelé e Dom Helder. Havia duas tendências no congresso: a reforma agrária como uma disposição do governo, onde a culpa maior era do Delfim; e aquela que achava que a reforma agrária se daria com a transição política. O clima era tão quente que um sindicalista de Goiás defendeu esta segundo posição e foi vaiado na Comissão de Questões Agrárias” (Cit. Ricci, 1999: 105).

O III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais explicitou, assim, uma disputa crescente pela direção da CONTAG que, na prática, já era contestada pela paralisação de grande parte das direções sindicais, questão colocada pelo envolvimento da Igreja, através da CPT, na crítica aos sindicatos inoperantes. Temos poucas informações registradas sobre as posições de federações que, digamos, poderiam defender ações menos radicais, dentre as quais, por exemplo, a federação do Paraná.

De todo modo, o autor destaca que as resoluções do Congresso, principalmente a referente à reforma agrária “massiva e drástica” a partir das normas contidas no Estatuto da Terra não expressam o grau de divergência entre os delegados. O plenário do Congresso revelava um conjunto de delegados cuja avaliação apontava para a necessidade de superação da legislação em vigor e outros que achavam que a questão central do sindicalismo não era essa.

### **3.8 A continuidade dos conflitos e prática instituída pela FETAG após o III Congresso**

Tanto nos trabalhos sobre o Brasil quanto nos que se referem ao estado do Rio de Janeiro, o início dos anos 80 foi considerado como um período de redemocratização do regime, onde se intensificavam as lutas pela terra.

“Evidenciou-se plenamente a crise do regime militar, marcado por dificuldades de natureza econômica, fortalecimento dos setores oposicionistas no interior da própria burguesia e contestação popular. O conjunto desse fatores acabou por convergir no processo de abertura ‘lenta e gradual’, culminando na transição negociada e na escolha de Tancredo Neves para a Presidência da República” (Medeiros, 1989: 122).

Medeiros (1989) destaca que a anistia e a conseqüente volta dos que tiveram que se exilar por imposição do regime militar, o fim do bipartidarismo, a liberdade de imprensa, as greves rurais e urbanas, as reivindicações por melhores preços de produtos agrícolas, a luta pela terra etc trouxeram à cena política novos atores e mediadores no

cenário nacional, recolocando e atualizando o debate em torno da questão agrária e fazendo com que os governos federal e alguns estaduais retomassem o discurso sobre a reforma agrária, bem como desenvolvessem algumas medidas visando atenuar a tensão social nas áreas em litígio.

No caso do Rio de Janeiro, intensificou-se a luta pela terra. Dentre os novos atores, destacamos o NAF, que começou a promover regularmente reuniões e organizar os camponeses, que haviam migrado para as cidades, para voltar ao campo – reocupar basicamente as terras conquistadas durante o período anterior ao golpe de onde foram expulsos com o Golpe. As principais áreas eram fazendas Penha-Caixaão, Capivari e Morro Grande. O NAF, como vimos anteriormente, contou com a ajuda da CPT. Em 1980, a força do NAF cresceu no estado, com a ocupação de Parque Estoril (Novicki, 1992).

No caso da CPT, as críticas à estrutura sindical e as relações que estabeleciam com as bases parecem que, neste momento, ficaram num segundo plano. A FETAG participou em reuniões da CPT e reiniciou-se o trabalho de reorganização do STR de Nova Iguaçu, com reuniões e treinamento de lideranças. Havia um problema maior relacionado ao fim do bipartidarismo que uniu os setores mais críticos e combativos que emergiam na CPT e também, dentro mesmo do Conselho de Representantes da FETAG: a oposição crescente se articulando na criação do PDS que, no Rio, ganhava simpatizantes de antigas lideranças circulistas que participaram da direção da FETAG.<sup>138</sup>

A volta de lideranças do pré-64 proporcionou, um conhecimento mais profundo sobre as áreas de conflito, principalmente nos locais onde os conflitos eram mais antigos.

“A volta das lideranças que haviam sido prescritas antes de 64, Pureza, Bráulio e Manoel Ferreira se refletia em áreas antigas de conflito que podiam ser reincorporadas. No Brasil inteiro tinha esse contexto, Manoel da Conceição ia voltar. E havia varias outras lideranças sindicais do passado. Se sabia que o Lindolfo ia voltar, que varias pessoas que estavam exiladas, escondidas, depois Elisabete Teixeira, vão aparecer”.<sup>139</sup>

Além disso, na prática, as antigas lideranças ajudaram na argumentação da defesa dos trabalhadores, porque conheciam o histórico de ocupação das terras e fizeram voltar um debate que há muito tempo estava esquecido dentro da FETAG: as terras devolutas griladas no estado, que passaram a ser alvo das investidas da Federação, na tentativa de construir, como ocorreu em Nova Iguaçu e Cachoeiras de Macacu, que voltaremos a trabalhar adiante.

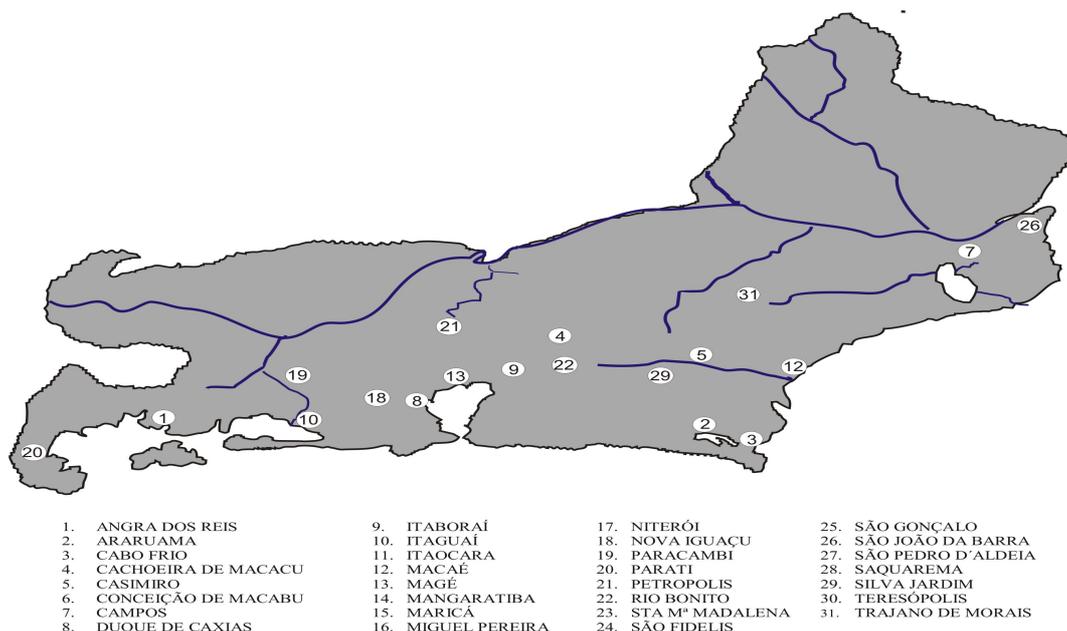
No que se refere aos conflitos por terra, é possível dizer, com base em Grynszpan (1990), que continuaram em todo o estado do Rio de Janeiro, mas se expandiram principalmente em municípios vizinhos aos da região metropolitana do Rio, como Itaguaí e Paracambi e também no Nordeste do estado. As ações mais violentas, destaca o autor, foram nas áreas com conflitos antigos, como é o caso de Cachoeiras de Macacu e Nova Iguaçu, por exemplo, onde trabalhadores que há muito tempo reivindicavam a posse das terras, sofreram um aumento das pressões para que as deixassem. Vejamos a distribuição espacial dos conflitos rurais no período de 1976 a 1980:

<sup>138</sup> Fontes: Entrevista de Raymundo Leoni dos Santos 1982. Entrevista com Eraldo Lírio de Azeredo, 1982. Entrevista Afrânio Garcia Jr, 2007.

<sup>139</sup> Entrevista Afrânio Garcia Jr a Fernando H. G. Barcellos. Rio de Janeiro, 2007.



## DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS CONFLITOS RURAIS POR PERÍODO 1976-1980



Fonte: Grynszpan, Mário. *Levantamento histórico dos conflitos de terra no Estado do Rio de Janeiro (1950-1990)*. Série Documentos: Estudos e projetos sobre estrutura fundiária. Conflitos 1. GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1991.

No mapa dos conflitos apresentado, são 19 os municípios com conflitos de terra entre 1976-80. O autor destaca que no período de 1971-1975 eram 14 municípios. Grynszpan (1991) destaca que, embora viesse se ampliando o número e a abrangência das áreas em disputa, os seus pontos de maior concentração indicavam uma distribuição espacial semelhante à de meados dos anos 60. A persistência deste padrão de distribuição, tomada juntamente com os relatos específicos de cada área que procuramos abordar, mesmo que brevemente, no decorrer desta dissertação, indica ter havido no estado do Rio de Janeiro, durante todo esse período, uma reprodução das condições de conflito.

Se forem tomados os relatórios da FETAG sobre os conflitos no campo dos anos de 1979, 1981 e 1985, o que se observará é uma tendência de crescimento. Foram apontados em 1979, 15 municípios atingidos pelos conflitos. Já em 1981, os números subiram para 20 municípios, alcançando, em 1985, 38 municípios.

O número de municípios com conflitos entre o levantamento de Grynszpan (19) e o levantamento da FETAG (15) indica uma diferença importante. Nossa suspeita é que o levantamento da FETAG destaca, em sua maioria, somente os conflitos em que a Federação esteve presente. Os municípios que ficaram de fora do levantamento da FETAG são Araruama, Itaguaí, Paracambi e Rio Bonito, áreas de pouca tradição sindical em conflitos de terra. Na maioria dos municípios em que a FETAG conseguia atuar isto ocorreu, em grande parte, porque contava com o apoio dos STRs e o levantamento dos conflitos que estes faziam. É importante lembrar que as atividades de uma Federação são enormes, tanto frente o número de categorias que tem que representar, passando pela administração sindical ou mesmo cuidando das atividades do FUNRURAL. Há um número enorme de depoimentos que afirmam que mesmo nos

municípios de sua base, a FETAG e os STRs tinham dificuldade de acompanhar todos os casos e suas audiências na Justiça, por exemplo.

Os municípios em que a FETAG atuou são: Angra dos Reis, Cabo Frio, Casimiro de Abreu, Cachoeiras de Macacu, Duque de Caixas, Itaboraí, Macaé, Magé, Nova Iguaçu, Parati, São João da Barra, São Pedro da Aldeia, Silva Jardim, Trajano de Moraes e Valença. As formas de atuação implementadas pela FETAG foram diversas e heterogêneas, quer em termos locais, quer ao nível das questões específicas que a Federação se propunha a intervir.

A primeira grande transformação se relaciona com as formas de resistência resgatadas do pré-64. Já na reunião em setembro de 1979, em que estiveram presentes a FETAG e 19 STRs, foi deliberado que os trabalhadores, com base no Código Civil, deveriam defender com todos os seus recursos de força, sua posse e seus bens que fossem atacados com violência. Outra prática que retornou à pauta da FETAG no final de 1979 foi o ato público. O primeiro deles foi em comemoração aos 15 anos do Estatuto da Terra. Organizado pela FETAG, os STRs e a CPT em municípios do estado do Rio de Janeiro, objetivavam “alcançar uma maior repercussão nos jornais de maior publicação”. No ano de 1980 e 1981, ocorreram duas grandes manifestações na sede do INCRA no Rio de Janeiro, envolvendo cerca de mil e quinhentas pessoas cada uma. Reivindicam reforma agrária, terra para trabalhar e, sobretudo, a desapropriação imediata das áreas onde havia conflitos envolvendo trabalhadores rurais.

O *andar* pelo estado, atrás de autoridades públicas também se intensificou. A busca de apoios externos se refletia também na tentativa de construir aliados em órgãos de governo, estimulando obter informações privilegiadas de medidas judiciais em vias de serem executadas. Continuaram as notas para a imprensa, reuniões com INCRA, IBDF e autoridades locais e estaduais. Procurava-se ainda, como antes, a legitimação dos recém criados sindicatos, envolvendo, no momento da fundação, o apoio de prefeitos, vereadores e delegados, denunciando prisões arbitrárias, ameaças e outras violências cometidas contra as lideranças.

Além disso, a busca de apoios, principalmente a partir do III Congresso, extrapolava os STRs filiados e a CONTAG, aparecendo principalmente mobilizações com sindicatos urbanos, a Unidade Sindical, além de padres que rezavam missa ou intervinham de forma mais direta em algumas ocasiões para libertação de trabalhadores detidos. Alguns dos atos públicos iniciaram-se a partir de reuniões nas bases, formação de comissões e comparecimento às audiências com as autoridades, pressionando os organismos competentes, em especial o INCRA. Para a FETAG, “só com a mobilização se obterá soluções satisfatórias”.<sup>140</sup>

Mas as críticas frente à morosidade da ação do INCRA parece que pouco mudaram. Diferentemente de outros estados, como o caso do Paraná, por exemplo, o Rio de Janeiro desde o início dos anos 70 já se mostrara crítico ao trabalho desenvolvido por este órgão. O INCRA e seus antecessores eram responsabilizados pela eternização e agravamento dos conflitos. Os documentos sindicais das décadas de 70 e 80 apontavam o fato de as terras ocupadas pelos trabalhadores terem sido desapropriadas antes de 1964, sendo posteriormente devolvidas aos “pretensos proprietários”. No que se refere ao Judiciário, as ações da FETAG também pouco mudaram. As resoluções eram postas sob suspeição, sendo também acusados de eternização e agravamento dos conflitos, como no caso de São José da Boa Morte e Capivari, entre outras.

Os relatórios continuaram a serem produzidos, mas agora abrangiam diversos conflitos do estado do Rio de Janeiro como um todo. Eram em geral entregues através

---

<sup>140</sup> FETAG. Relatório das atividades. Niterói, 1979.

de audiências públicas, reunindo o conjunto de trabalhadores envolvidos nas ocorrências, portando faixas e cartazes. Os levantamentos dos conflitos de terras não são, apenas, uma narrativa das ocorrências verificadas em diversas localidades do estado do Rio, pois, como vimos, eles abrangem principalmente as áreas de atuação da FETAG, sendo parte das lutas que descrevem e constituem uma tomada de posição do movimento sindical, que unifica ocorrências aparentemente independentes e dispersas no tempo e espaço.

Nesse quadro, uma transformação da FETAG, a nosso ver, se relaciona com a ocupação de São José da Boa Morte, após o III Congresso.<sup>141</sup> A FETAG atuou intensamente na área antes e depois da ocupação. A ocupação de terra pelos trabalhadores, apareceu nos documentos sindicais, configurando situações de conflito. Mas é importante não ter a ocupação como uma das principais estratégias de luta utilizadas pela FETAG. Em primeiro lugar, porque os casos foram poucos. Segundo, porque pouco se sabe sobre quem foram as lideranças dessa ocupação. Na FETAG nenhum dirigente assumiu a participação na direção do evento. O Padre que foi preso, segundo consta em notas de jornal e em documentos da CPT, tinha pouca ligação com a ocupação, sendo preso somente quando chegou à delegacia para saber dos trabalhadores presos. Segundo assessor sindical da FETAG: “A ocupação foi decidida dentro do ônibus voltando para casa do encontro da FETAG, no teatro Leopoldo Fróes, em Niterói”.<sup>142</sup> O mais provável, talvez, seja que a decisão da ocupação tenha sido de um grupo de trabalhadores da área, que já há muito estavam mobilizados, por considerarem que existiam terras disponíveis na região, mas a violência contra os trabalhadores na região só aumentava. Em nota distribuída pelos lavradores no Largo de São Francisco, no centro do Rio de Janeiro, ao povo da cidade, não há nenhuma citação à FETAG, CPT ou qualquer outra força.

É interessante observar em que contexto as ocupações de terra constam dos documentos sindicais configurando situações de conflito. Os textos consultados chamam a atenção para o fato de que as terras ocupadas pelos trabalhadores encontravam-se abandonadas pelos pretensos proprietários, sem cumprir qualquer função produtiva. Ainda de acordo com os documentos, as ocupações de terra constituíam uma alternativa para as famílias expulsas das áreas de cultivo familiar e, assim, condenadas ao desemprego, à fome e a violência. Desse modo, como forma de resistência à expropriação e alternativa à degradação social e ao sofrimento, as ocupações não eram percebidas como geradoras de conflitos sociais, mas justo o contrário. Essa forma de luta coletiva só aparece nos documentos configurando conflitos de grande repercussão, na medida em que o próprio poder de Estado intervinha através dos seus aparelhos repressivos, prendendo os trabalhadores e expulsando-os das áreas de ocupação. “Verdadeiras operações de guerra”, diziam os documentos da FETAG, são montadas para efetuar prisões em massa dos trabalhadores, como no caso das ocupações de São José da Boa Morte e Parque Estoril.

As ocupações de terra eram consideradas, pela interpretação dominante, uma infração à lei. Os órgãos sindicais de representação consideravam que o Estado, ao enquadrar como crime o fato de terem feito produzir terras paradas, sendo privados de sua liberdade e de suas ferramentas de trabalho, não os reconhece como cidadãos e as terras como seus locais de trabalho. Ou seja, persiste a antiga inversão de valores que os

---

<sup>141</sup> Na lembrança de pessoas que viveram o período, a data da ocupação está relacionada com a prisão, em fins de janeiro de 1980, de aproximadamente 90 trabalhadores da área. Mas ao que indica os documentos da FETAG e reportagens dos jornais, a ocupação ocorreu em novembro de 1979.

<sup>142</sup> Entrevista Afrânio Garcia Jr a Fernando H. G. Barcellos. Rio de Janeiro, 2007.

trabalhadores rurais preconizam desde antes do Golpe, sejam eles, o trabalho e a vida acima da propriedade privada.

No que se refere aos pedidos de desapropriação, no final dos anos 70 há uma mudança significativa no encaminhamento jurídico dessas questões. Nos documentos é nítido que o termo posseiro cada vez mais se consolidando para designar diversos casos de parceria, arrendamento e colonato. Remete ao advento de práticas de mobilização e defesa coletivas – que passaram a classificar os confrontos entre trabalhadores e pretensos proprietários de terra em situações de conflito.

Mas por que, então, os advogados e dirigentes passaram sistematicamente a fazer esse enquadramento? Parece-nos que o contexto de início de abertura política permitiu um processo ativo de resgate das lutas pré-64, onde a categoria “posseiro” foi amplamente usada para falar dos trabalhadores em luta pela terra. Com o regime de exceção e violência, que somou a força dos grileiros, a FETAG procurou formas de luta e resistência (não unívoca ou homogênea), dentro das possibilidades realizáveis nesses limites, que lhes conferisse alguns resultados e não refletisse em repressão.

As ações possessórias tornaram-se a principal arma de defesa jurídica contra os despejos. A legitimidade para esse tipo de ação foi construída com tempo e dificuldade. Todos os trabalhadores eram apresentados como posseiros antigos, para tentar garantir-lhes agilidade na manutenção da posse contra a expulsão. A parceria deixava de ser invocada como forma regular de relações entre trabalhadores e proprietários.

Esse tipo de recurso jurídico já era utilizado em muitos casos; contudo, deve-se destacar o fato de a parceria ter deixado de ser acionada como instituto jurídico na defrontação com os ditos proprietários em termos de direitos antagônicos. Na fazenda Zungu, em Angra dos Reis, a Federação apoiou durante muitos anos e conseguiu, durante os anos 70, ganhar do proprietário ação de despejo contra parceiros. Apesar de ter perdido a ação na justiça, em 1979, a fazenda continuava a pressionar os trabalhadores, visando expulsá-los. Depois de várias ameaças, o termo “posseiro”, já no início dos anos 80, era utilizado em relatórios, ofícios e memorandos para designar os trabalhadores de Zungu (Medeiros, 1984).

Outro caso a ser citado é dos trabalhadores da Fazenda Porto Velho, que pagavam um dia de serviço gratuito por semana à fazenda, sendo por isso chamados de “colonos” em ofícios de 1977. Esse tipo de trabalho, qualificado no ofício como “arrendamento”, vigia havia mais de 40 anos, até que um pretense proprietário passou a praticar toda sorte de esbulhos, destruindo as lavouras dos trabalhadores. O sindicato ajuizou, nesse período, várias ações de manutenção de posse. O termo “colono”, citado inúmeras vezes no ofício de 1977 para designar os trabalhadores de Porto Velho, desapareceu nos ofícios de 1979, passando a designação de posseiro a ser utilizada com exclusividade.

Em seu conjunto, as mobilizações e manifestações públicas obtiveram alguns êxitos ao nível do governo federal. Durante o Governo de João Figueiredo, decretos de desapropriação em áreas de elevada tensão social, abrangeram a desapropriação de três conflitos denunciados pelo movimento sindical desde 1972, beneficiando 700 famílias: o Projeto de Assentamento Campos Novos, Cabo Frio, em 1983; o Projeto de Assentamento e Colonização São José da Boa Morte, em Cachoeiras de Macacu, em 1981; e as Fazendas Barra Grande e Taquari, Parati, em 1983.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou combinar a análise sociológica à dimensão histórica, voltando-se para as continuidades e rupturas da ação sindical nos conflitos de terra no estado do Rio de Janeiro nos anos 60 e 70. Interessou-nos aprender algumas das múltiplas dimensões que influenciaram na prática instituída pelas organizações sindicais rurais, buscando entender o processo de constituição das principais forças e suas formas de organização e luta, que liam e interpretavam os conflitos de terra de maneira própria, transformando insatisfações em reivindicações e em bandeiras de luta.

Nosso ponto de partida foi a suposição de que havia um hiato no conhecimento sobre as lutas de trabalhadores rurais ocorridas no Brasil e, em especial, no Rio de Janeiro, entre 1964 e 1980, deixando em esquecimento, organizações sindicais como a CONTAG e FETAG, que mantinham a bandeira da reforma agrária erguida desde os primeiros anos da ditadura militar (Palmeira, 1985, Medeiros 1989, Grynszpan, 1998). Esse hiato, como uma questão mais geral, foi colocado de lado logo no início da pesquisa. Seria um outro trabalho, dada a ausência de memória da história das classes trabalhadoras no campo brasileiro. Mas assumimos três pressupostos: a reforma agrária vem sendo, nos últimos cinquenta anos, desqualificada e, com isso, todos os movimentos de trabalhadores que por ela lutaram e lutam, querendo que se creia que a urbanização marginal pelo êxodo rural fosse o único caminho possível para as populações no campo; os governos militares, com apoio da grande imprensa, trabalharam para o esquecimento das histórias de luta dos trabalhadores, incluindo aí o meio rural brasileiro; por fim, assumimos que esses processos também acarretaram a desqualificação dos movimentos de luta pela terra do período da ditadura até por agentes do próprio MST, considerando que os movimentos de luta pela terra inscrevem-se, nas três últimas décadas, em um contexto de continuidade e acirramento dos conflitos por terra, que vieram acompanhados pela intensificação da disputa pela representação dos trabalhadores rurais.

O que estas observações indicavam era a necessidade de uma análise sobre as mobilizações no campo, seus efeitos e as formas de democratização do acesso à terra. Acreditamos que valia olhar para o passado, para situações que guardavam alguma dose de proximidade e que pudessem servir de elementos de reflexão e relativização. É o papel das ciências humanas. Contextualizar, descobrir redes de significados diferentes em momentos históricos, repensar mitos, ver uma ausência de memória, inclusive na *esquerda*.

Nossa hipótese é que havia continuidades e rupturas entre as lutas do pré-64, o que nos levava a pensar que o esquecimento das lutas da FETAG após o Golpe poderia ser, também, o esquecimento de práticas do pré-64, valorizadas por setores de luta pela terra pós-ditadura, nos anos 80.

Durante nosso percurso, foi possível perceber práticas e bandeiras de luta da FETAG, em final dos anos 70 e início dos 80, que tiveram seu fortalecimento no pré-64. Procuramos mostrar que, os conflitos no estado do Rio se acirraram e, no início dos anos 60, se estenderam para todo o estado. Vimos que o papel das mediações políticas foi importante para o processo de desnaturalização das relações de dominação vividas no meio rural. O que se configurou no estado do Rio de Janeiro foi um quadro

de mobilização no campo, com uma ampla gama de agentes em concorrência (Grynszpan, 1987).

Enfocamos que, no contexto fluminense, crescia uma clara oposição entre dois pólos de força que atuavam como representantes dos trabalhadores no campo, deixando marcas no sindicalismo no estado: o PCB e a FALERJ de um lado e os Círculos Operários e a FLERJ de outro. A tarefa é trabalhosa e merece ainda pesquisas e análises sobre a peso da ação que os comunistas e os católicos tiveram no cotidiano das áreas em conflito.

De início, lembramos que no estado do Rio de Janeiro, até o final da década de 40, só havia o Sindicato de Empregados Rurais de Campos, garantido o direito de sindicalização a todos aqueles que trabalhavam por salários na agricultura. Diferente dos assalariados agrícolas que lutavam pela extensão dos direitos trabalhistas através dos sindicatos, a forma predominante de organização dos lavradores no Rio de Janeiro até 1962 foram às associações de lavradores, criadas a partir da luta contra os despejos. Elas começaram a surgir em fins dos anos 40, em Duque de Caxias e Nova Iguaçu. Com o apoio de um advogado do PCB, começaram a incentivar a formação de organizações camponesas com base no Código Civil.

O trabalho do Partido Comunista de incentivo à organização dos trabalhadores rurais foi realizado também pelo jornal Terra Livre, que fornecia orientação jurídica e política e divulgava as organizações que surgiam em todo o país, dando ênfase ao estado do Rio de Janeiro. Chamamos atenção que a aparência de que só as lutas dos assalariados de Campos existiam no estado do Rio entre 1952 e 1954 (devido à importância dada a elas pelos jornais comunistas e pelas prioridades da ULTAB), começou a mudar ao longo dos anos 50. As notícias sobre Campos vão cada vez ocupar menos espaço nos periódicos comunistas, enquanto o “grupo de Caxias” (como eram conhecidas as lideranças da Associação dos Lavradores Fluminenses) assumiria mais relevância à frente das lutas dentro da ULTAB, reunindo as associações de lavradores (Grynszpan, 1987: 105).

Uma década depois, em 1959, na I Conferência de Trabalhadores Agrícolas do estado do Rio de Janeiro, fundaram a FALERJ. Esta Federação tinha fortes vínculos com os comunistas, com alguns de seus dirigentes pertencentes à seção de campo do Partido ou dentro de sua “área de influência” (Grynszpan, 1987:109). Mas sua atuação neste momento, longe de ser abrangente e sistemática, estava voltada principalmente contra os despejos que ameaçava mais de uma categoria de pequenos produtores, englobados na figura de posseiros.

Grynszpan (1987) e O’Dwyer (1988) pontuaram, como principais resultados da atuação do Partido Comunista e da FALERJ no campo, a fundação de associações de lavradores. Os autores concordam que não se pode julgar que as associações eram inteiramente controladas pelo PCB. Ressaltamos inclusive, diferenças entre a FALERJ e o PCB. Apoiamo-nos no cruzamento de diferentes percepções debatidas pela literatura sobre as concepções ideológicas das lideranças camponesas. O’Dwyer concluiu que o critério crucial para quem quisesse se incorporar ou ter legitimidade de liderança entre os lavradores era a adesão de fato ao seu modo de vida e aos interesses desses camponeses em permanecer na terra. Independente de partido, essa pessoa deveria, antes de tudo, ser um deles, e isso foi na maior parte das vezes o que aconteceu. Percebemos que mesmo sem seguir uma linha programática estrita, os militantes comunistas que se tornaram lideranças camponesas tiveram uma participação no trabalho de mobilização e organização dos lavradores em diversas ações e conflitos.

Tentamos não reificar sobremaneira o papel da mediação política, considerando que existiu um mosaico de possibilidades de ação e intervenção, que variou desde a

autonomia total das famílias nos locais de conflito, agindo segundo seus próprios valores e métodos, assunto não trabalhado nesta dissertação, até ações lideradas por diretrizes ou militantes de organizações, foco deste trabalho. Podemos remarcar também a atuação do deputado Tenório Cavalcanti, do Partido Trabalhista Brasileiro na figura principalmente dos governadores e do Plano Agrário, além das Ligas e do Governo Federal.

De todo modo, foi possível perceber influências das bandeiras nacionais do PCB na FALERJ e vice-verso. Não só na organização, mas em bandeiras de luta, a FALERJ carregou marcas que passavam por discussões nacionais entre a ULTAB, as Ligas e a Igreja. Como vimos, quem num primeiro momento colocou a bandeira da reforma agrária foi PCB e a ULTAB, que contou com uma fraca adesão no estado. Num segundo momento, a FALERJ adotou no Congresso de Belo Horizonte a bandeira da reforma agrária radical, ligada às Ligas, mas reafirmou sua filiação à ULTAB.

Pelo lado do PCB e da FALERJ, no início dos anos 60 foi possível observar que diversas categorias de trabalhadores foram enquadradas como posseiros. O termo posseiro era acionado quando o que estava em jogo era a terra. Era a categoria utilizada para identificar os diversos tipos de lavradores que lutavam pela terra em oposição aos grileiros. Essa categoria tinha uma origem na argumentação jurídica no sentido de se obter, na justiça, a sua permanência na terra através do usucapião. Procurava-se argumentar que os lavradores tinham entrado em terras abandonadas, aparentemente sem dono e que haviam cultivado, mansa e ininterruptamente, pelo prazo suficiente para requerer o seu direito, antes dos grileiros aparecerem.

Vimos que a resistência aos despejos foi a forma de luta mais comum no caso dos posseiros, que conjugava em si varias modalidades distintas: enquanto tentavam permanecer na terra resistindo à violência de jagunços e policiais pelo maior tempo possível, recorriam a autoridades, promoviam manifestações públicas e denunciavam as arbitrariedades de grileiros nos jornais. Além disso, as práticas de resistência, junto com as ocupações e os pedidos de desapropriação, terminaram por impor uma percepção do estado e da Baixada Fluminense, em particular, como área de “terras livres”, acentuando a vinda de lavradores e mesmo de trabalhadores urbanos, de diversas regiões. Se estas ações conferiam projeção e capital político aos que as promoviam, isto se fazia na medida em que, através delas, forçava-se a desapropriação das áreas sobre as quais incidiam, o que era visto como um modo de assentar e estabilizar as condições de existência dos lavradores.

Fica evidente também, em determinados momentos, que os Círculos Operários, juntamente com a FLERJ, tiveram um papel importante no sentido de se colocar como adversário ideológico do PCB e da FALERJ. Operando num quadro distinto de legitimidade e buscando demarcar seu espaço político próprio, a FCOF e a FLERJ voltaram-se contra as mobilizações, apoiando somente algumas desapropriações. As desapropriações de terra eram incentivadas, mas as ocupações de terra eram fortemente condenadas.

Essas reivindicações foram absorvidas por grupos políticos nacionais, tanto comunistas quanto dos Círculos Operários, fazendo com que parte de suas reivindicações fossem incorporadas à legislação anos depois. Claramente se baseavam em uma noção costumeira de justiça, que legitimava a posse da terra aos seus possuidores, em detrimento aquele a quem pertence o título legal. Essa era uma base importante que permeava a ação sindical. É dela que a CONTAG se nutriu nos anos posteriores.

As duas correntes sindicais, em suma, convergiam naquilo que dizia respeito à dependência política em relação ao Estado, embora os seus objetivos opostos

imprimissem uma qualidade diferente neste relacionamento: no caso dos comunistas e da FALERJ, pressões para radicalização dos programas de governo, além da busca por transformar em lei reivindicações e bandeiras dos trabalhadores rurais; no caso das lideranças da FLERJ e do FCOF, solicitava-se um papel regulador do Estado, diluindo os conflitos políticos. As formas de dominação e exploração do trabalho eram tratadas como carências a serem sanadas pela ação do desenvolvimento dos órgãos públicos, canalizando a ação sindical. Este talvez tenha sido o embate que marcou as bases de uma cultura sindical rural.

Não há como desconsiderar um *campo de possibilidades* em que atuam as principais forças de apoio às lutas das classes trabalhadoras no campo e, a partir destes, elaboraram seus planos. Esse campo de possibilidades, que foi tensionado no período anterior ao Golpe, através de algumas organizações de trabalhadores que começaram a defender e realizar ocupações, foi reduzido durante o regime militar. A novidade era uma dose maior de violência, velha conhecida, e a certeza de que a nova correlação de forças garantiria a impunidade para as práticas antigas. Um dos resultados iniciais mais visíveis dessas ações do governo foi a imposição da desmobilização.

A situação piorou sobremaneira porque a ditadura levou os sindicatos à paradoxal situação em que os direitos dos trabalhadores (de usucapião, de livre organização, trabalhistas) existiam institucionalmente, mas pela repressão de instituições e pessoas ligadas ao regime militar, cada dia eram mais desrespeitados. Mas a nova situação mostrou que não era impermeável a conflitos e contradições. Mesmo nas áreas onde, após as comissões do governo federal e estadual terem mantido as desapropriações após 64, elas, por si sós, não representaram o fim dos conflitos nem trouxeram, de um modo geral, a estabilização definitiva dos trabalhadores rurais. Entre outros fatores, isto se deu porque, além das ações judiciais se arrastarem por longos períodos, não asseguraram a imissão do governo na posse das terras, com o correspondente assentamento.

Quanto à reconhecida pressão sobre as terras, contudo, esta não parece ter sofrido uma reversão significativa. Ao contrário, algumas das características de conflito anteriormente existentes vieram a se acentuar. As políticas implementadas não parecem ter sido capazes de suprir de forma satisfatória a demanda por terra dos trabalhadores rurais, abrindo a ela um acesso mais equitativo, e nem de garantir a estabilidade e a viabilidade dos que já a possuíam, ou passaram a possuir, tornando-se cada vez mais freqüentes as denúncias sobre violências e ameaças de despejo (Grynszpan, 1998).

Quem contribuiu com essas denúncias, após o Golpe, foi a FETAG, que deu destaque aos conflitos no campo. No princípio, de forma muito incipiente, com um grupo mais homogêneo indicado pelos Círculos Operários. Depois, a força dos Círculos Operários começou a se diluir, ganhando o sindicalismo uma maior laicização. No estado do Rio de Janeiro, os sindicatos rurais mais ativos eram organizações com certo grau de autonomia política, dirigida por posseiros, parceiros e a alguns mediadores, em locais de conflito de terra antigos e mal resolvidos, que propugnavam as conquistas legais que conferissem maior eficácia a sua resistência.

De um modo geral, as lutas por direitos tiveram sua eficácia diminuída enormemente, dada a imensa repressão à organização, mas a Federação não desistiu de usar a legislação que garantisse direitos aos trabalhadores. O próprio fato de serem continuamente reutilizadas como legitimadoras de um discurso legal que estava sendo descumprido, e como instrumento de resistência contra a violência do mais forte, mostrou que os sindicatos mantinham e defendiam suas concepções a respeito de como o governo deveria funcionar.

Como no caso específico dos posseiros, o direito de permanecer na terra só seria efetivado pelo mecanismo de usucapião, que se mostrava limitado, a Federação brigava também por outras formas de afirmação das posses. A principal delas era o pedido de desapropriação das áreas em litígio através de ofícios, relatórios e audiências com os órgãos responsáveis pela reforma agrária, o poder executivo federal e estadual. Para estruturar essa ação, a Federação buscava criar sindicatos nos municípios com conflito e produzir relatórios circunstanciados sobre as áreas em disputa.

A reforma agrária e a defesa dos direitos trabalhistas passaram a ser as principais bandeiras do sindicalismo rural, aparecendo como uma continuidade da luta pela terra. Entretanto, como vimos, as rupturas ocorreram concomitantemente, principalmente em relação ao fim das ocupações. O que nos parece é que houve um misto de práticas. Não mais se enquadrava, como na década de 50 e 60, as diversas categorias de trabalhadores como posseiros, pedindo a desapropriação das áreas. Após o Golpe, pedia-se a desapropriação frente às demandas específicas para as diferentes categorias envolvidas em despejos e expulsões.

No trabalho de Grynszpan (1987) e O'Dwyer (1988) sobre o tema, já havia sido discutido o fato de que as ações das organizações de lavradores no pré-64 tinham se utilizado simultaneamente de várias táticas de luta para conseguirem seus objetivos. Conforme O'Dwyer, a falta de dispositivos jurídicos efetivos que garantissem a permanência dos posseiros em suas terras fez com que, ao menos no estado do Rio de Janeiro, a defesa legal dos seus direitos fosse sempre concomitante com ações de resistência direta, indo desde passeatas ao uso das armas, constatando-se, em algumas situações, a conjunção dos métodos. Enquanto tentavam permanecer na terra resistindo à violência de jagunços e policiais pelo maior tempo possível, recorriam a autoridades, promoviam manifestações públicas e denunciavam as arbitrariedades de grileiros nos jornais.

No passar dos anos, diversas categorias de trabalhadores foram enquadradas como posseiros. Verificamos um caráter aberto do enquadramento dado pela FETAG, que iam de ações mais focadas na situação de conflitos com parceiros que se transformaram em luta pela posse da terra. O trabalho desenvolvido pela Federação coloca a busca da legalidade, o Estatuto da Terra, tanto na questão democrática, como das necessidades materiais da vida do trabalhador. A representação do trabalhador remete a uma perda da cidadania reconhecida e regulamentada pelo Estatuto. A Federação procura mudar a perspectiva dos direitos do trabalhador diante da questão da legalidade da posse.

Assim, nos parece que a ampliação dos casos de conflito guarda relação direta com a retomada, e mesmo o crescimento, das entidades de representação dos trabalhadores rurais, de modo mais evidente a partir de 1970. São elas que dão suporte e organização às lutas, além de impor-lhes reconhecimento público, apresentado-as como resultado, ao mesmo tempo, de uma legítima necessidade de terra por parte dos camponeses e da ilegitimidade da cobiça dos grileiros. Esta luta por afirmar e disseminar uma determinada percepção dos conflitos é, ela mesma, uma dada dimensão do conflito. Foi possível observar que, embora tenha ampliado o número e a abrangência das áreas em disputa na década de 80, os seus pontos de concentração indicam uma distribuição espacial semelhante à de meados da década de 1960. A persistência desse padrão de distribuição indica ter havido, durante todo esse período, uma reprodução das condições de conflito, principalmente em áreas com intervenções da FETAG.

Nesse ínterim, foi possível perceber que, em fins dos anos 70, quando a CPT se situou no cenário político como força concorrente e diferente, passou a disputar o poder

de expressar as demandas dos trabalhadores do campo, e o fazia num patamar que já vinha sendo forjado, onde determinadas palavras de ordem conformavam lutas e reivindicações e ganhavam visibilidade e densidade social: direitos trabalhistas, crítica à forma vigente dos contratos de arrendamento e parceria, defesa do direito à terra para os que nela viviam e trabalhavam e reforma agrária.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU E LIMA Maria do Socorro. O sindicalismo rural em Pernambuco e o golpe de 1964. Pernambuco: FUNDAJ (meio eletrônico), 2004.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner. Política de conflitos - o movimento dos trabalhadores rurais e os conflitos agrários na Amazônia. In Cadernos do CEDI. Sindicalismo no Campo: reflexões, balanços e controvérsias. Rio de Janeiro: CEDI, 1991.
- ARAÚJO, Frederico Guilherme Bandeira de. Lutas pela terra na Baixada da Guanabara: 1950-1964. (TESE DE MESTRADO). UFRJ, 1982.
- AZEVEDO, Fernando. As Ligas Camponesas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Lisboa: DIFEL, 1989.
- \_\_\_\_\_. Razoos práticas. Sobre a teoria da ação. Campinas: Papyrus, 1997.
- BRUNO, Regina. O Estatuto da Terra: entre a conciliação e o confronto. In Estudos Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro: UFRJ/CPDA, 1995.
- COSTA, Luiz Flávio Carvalho. Sindicalismo rural brasileiro em construção. Rio de Janeiro: Forense Universitária: UFRJ, 1996.
- ESTERCI, Neide. Sindicalismo e luta por terra. In Cadernos do Cedi. Sindicalismo no Campo: reflexões, balanços e controvérsias. Rio de Janeiro: CEDI, 1991.
- DREIFUSS, René Armand. 1964: A conquista do Estado. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FAVARETO, Arilson. Agricultores, trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Nº 62. São Paulo, 2006.
- FONTES, Virgínia. História e conflito. In MATTOS, Marcelo Badaró (org). História: pensar e fazer. Rio de Janeiro: Laboratório Dimensões da História, 1998.
- GARCIA JR., Afrânio et al. Assentamentos rurais em perspectiva comparada: uma análise das dimensões econômica, social, histórica e ambiental. Rio de Janeiro: Debates CPDA, nº 4, 1997.
- GRYNSZPAN, Mário. Movimentos sociais no campo no Estado do Rio de Janeiro. (Projeto de Pesquisa) – CPDA / EIAP / FGV, 1980. (mimeo)
- \_\_\_\_\_. O campesinato fluminense: mobilização e controle político (1950-1964). (SEMINÁRIO SOBRE "CONFLITOS NO CAMPO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO"). MUSEU NACIONAL - UFRJ, 1984.
- \_\_\_\_\_. A mobilização camponesa e competição política no Estado do Rio de Janeiro. (Dissertação de Mestrado). Museu Nacional, 1987.
- \_\_\_\_\_. Levantamento histórico dos conflitos de terra no Estado do Rio de Janeiro (1950-1990). Série Documentos: Estudos e projetos sobre estrutura fundiária. Conflitos 1. GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1991.
- \_\_\_\_\_. Conflitos agrários e acesso a terra. In: CARNEIRO, Maria José et al. (orgs.) Campo aberto, o rural no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998.
- GUSMÃO. Neuza Maria Mendes de. Encruzilhada: nasce uma oposição sindical. São Paulo: CEDEC, 1983.

- HOBSBAWM, Eric. Sobre história. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- LEFORT, Claude. A invenção democrática: os limites da dominação totalitária. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- LINDOSO, Maria José. A ambigüidade na transformação: um estudo sobre ideologia. (Dissertação de Mestrado), USP, 1983.
- MARQUES, Nilson. Contratos inominados no direito agrário: doutrina, legislação, jurisprudência. São Paulo: Pró-Livro, 1978.
- MARQUES, Nilson. Teoria e tipos de ações agrárias. São Paulo: Pró-Livro, 1979.
- MARTINS, José de Souza Martins. A Igreja face à política agrária do Estado. In Paiva, Vanilda (org.). Igreja e questão agrária. São Paulo: Edições Loyola, 1985.
- MATTOS, Marcelo Badaró. Pesquisa e ensino. In MATTOS, Marcelo Badaró(org.) História: pensar e fazer. Rio de Janeiro: Laboratório Dimensões da História, 1998.
- MEDEIROS, Leonilde Sérvalo. Levantamento de conflitos no Estado do Rio de Janeiro. (Relatório de Pesquisa) Dez anos de luta pela terra: 1969-1979. CEDEC/ABRA/CPDA-UFRRJ, 1983. (mimeo)
- \_\_\_\_\_. Lutas sociais no campo no Rio de Janeiro. (Relatório de Pesquisa) – CPDA / UFRRJ, 1984. (mimeo)
- \_\_\_\_\_. História dos movimentos sociais no campo. Rio de Janeiro: FASE, 1989.
- \_\_\_\_\_. Lavradores, trabalhadores agrícolas e camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo. (Tese de Doutorado) – UNICAMP, 1995.
- \_\_\_\_\_. Movimentos sociais, mudanças políticas e culturais: uma leitura a partir dos trabalhadores rurais. Projeto de Pesquisa – CPDA / UFRRJ, 2002.
- \_\_\_\_\_. Movimentos sociais e luta política: uma análise dos processos de formação de militantes. (Projeto de Pesquisa) – CPDA/UFRRJ, 2006.
- MEDEIROS, Leonilde Sérvalo e LEITE, Sérgio. Impactos Regionais dos assentamentos rurais: dimensões econômicas, políticas e sociais. Rio de Janeiro: Debates CPDA, nº 4, 1997.
- MENDONÇA, Sonia. Estado e sociedade. In Mattos, Marcelo Badaró (org). História: pensar e fazer. Rio de Janeiro: Laboratório Dimensões da História, 1998.
- MENEZES, Ulpiano Bezerra de. A História, cativa da Memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. Revista Instituto de Estudos Brasileiros. São Paulo, 1992.
- MOTTA, Márcia Maria Menendes. Nas fronteiras do poder: conflitos de terra e direito agrário no Brasil na segunda metade do século XIX. Campinas. UNICAMP (Tese de Doutorado), 1996.
- \_\_\_\_\_. História e memória dos conflitos de terra no Rio de Janeiro. (Projeto de Pesquisa) – Universidade Federal Fluminense, 2000. (mimeo)
- MUSUMECI, Leonarda. O mito da terra liberta. São Paulo: Vértice: ANPOCS, 1988.
- NEVES, Delma Pessanha et al. Conflitos sociais na área rural do Rio de Janeiro. Projeto de Pesquisa- (s/d). (mimeo)

- NORA, Pierre. Entre Memória e História. A problemática dos lugares. Projeto História. São Paulo, n° 10, dezembro de 1983.
- NOVAES, Regina Reyes. De corpo e alma: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.
- \_\_\_\_\_. A questão agrária e o papel da Igreja na Paraíba. In Paiva, Vanilda (org.). Igreja e questão agrária. São Paulo: Edições Loyola, 1985.
- NOVICKI, Victor de Araújo. O Estado e a luta pela terra no Rio de Janeiro: primeiro governo Brizola (1983-1987). (Dissertação de Mestrado), 1992.
- O'DWYER, Eliane Cantarino, Da proletarização renovada à reinvenção do campesinato. (Tese de Doutorado). Museu Nacional, 1988.
- \_\_\_\_\_. Reconstituição do conflito da Boa-Morte. Rio de Janeiro, PPGAS / UFRJ, (s/d). (mimeo.)
- OFFE, Claus. Capitalismo desorganizado. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- PAGE, Joseph A. A revolução que nunca houve – o Nordeste do Brasil (1955-1964). Rio de Janeiro, Record, 1989.
- PAIVA, Vanilda. Anotações para um estudo sobre o populismo católico e educacional no Brasil. (Mimeo), 1982.
- PALMEIRA, Moacir. Casa e trabalho: nota sobre as relações sociais na plantation tradicional. In Contraponto, Ano II, n° 2, Novembro de 1977.
- \_\_\_\_\_. Desmobilização e conflito: relações entre trabalhadores e patrões na agro-indústria pernambucana. In Revista de Cultura e Política, CEDEC, V. 01, 1979.
- \_\_\_\_\_. A diversidade da luta no campo: luta camponesa e diferenciação do campesinato. In Paiva, Vanilda (org.). Igreja e questão agrária. São Paulo: Edições Loyola, 1985.
- PEDROZA, Manuela. Na beira da estrada São Pedro...Tempos da luta pela terra na Fazenda Normandia (Baixada Fluminense, 1938-1995). (MONOGRAFIA DE BACHARELADO). UFF, 2000.
- \_\_\_\_\_. Terra de resistência - táticas e estratégias camponesas no sertão carioca (1950-1968). (TESE DE MESTRADO). UFRGS, 2003.
- PETTERSEN, Altamir. Uso e posse temporária da terra (arrendamento e parceria): doutrina, legislação, jurisprudência. São Paulo: Pró-Livro, 1977.
- PINHEIRO, Diógenes. Sindicato e Associações em Trajano de Moraes. Um estudo sobre a diferenciação da representação política dos pequenos produtores nos anos 80. (TESE DE MESTRADO). UFRRJ, 1993.
- POLLACK, Michael. Memória e identidade social. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 5, N° 10, 1992.
- POLETO, Ivo. As contradições sociais e a Pastoral da Terra. In Paiva, Vanilda (org.). Igreja e questão agrária. São Paulo: Edições Loyola, 1985.
- PUREZA, José. Memória Camponesa. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1982.

RIBEIRO, Ana Maria Motta. Passeio de beija-flor: a luta do sindicato pela garantia legal da representação dos canavieiros fluminenses. (Dissertação de Mestrado). CPDA / UFRRJ, 1987.

RICCI, Rudá. Terra de ninguém: representação sindical rural no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

ROMANO, Roberto. Brasil: Igreja contra Estado. In Kairos, 1979.

SANTOS, Boaventura de Souza. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2000.

SIGAUD, Lygia. Os clandestinos e os direitos. Estudo sobre os trabalhadores de cana de Pernambuco. São Paulo: Duas Idades, 1979.

\_\_\_\_\_. Luta política e luta pela terra no Nordeste. In dados – Revista de Ciências Sociais. IUPERJ, Vol. 26, n° 1, 1983.

\_\_\_\_\_. Para que serve conhecer o campo. In Miceli, Sérgio (org.). Temas e problemas de pesquisa em ciências sociais. São Paulo: Editora Sumaré, 1992.

\_\_\_\_\_. Direito e coerção moral no mundo dos engenhos. In Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 9, n°18, 1996.

SILVA, Osvaldo Heller. A Foice e a cruz: comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais do Paraná. Curitiba: Rosa de Bassi, 2006.

SOUZA, Jessie Jane de Souza. Círculos Operários: a Igreja Católica e o mundo do Trabalho no Brasil. Rio de Janeiro: editora UFRJ, 2002.

TAVARES, Ricardo. CONTAG, da ditadura à transição – memória social e construção política do campesinato. (Dissertação de Mestrado). IUPERJ, 1992.

TELLES, Jover. O movimento sindical no Brasil. Rio de Janeiro, Ed. Vitória, 1962.

Thompson, Edward. A formação da classe operária Inglesa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Coleção Oficina da História, V. 01.

\_\_\_\_\_. Senhores e caçadores: a origem da Lei Negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. (Parte 03).

\_\_\_\_\_. Costumes em Comum. Companhia das Letras: São Paulo, 1998. (Capítulos 01, 03 e 08).

## **DOCUMENTOS ELETRÔNICOS**

União (BRASIL). Constituição Federal de 1946.

Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao.htm).

União (BRASIL). Dispõe sobre criação Serviço Nacional de Informações (SNI).

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L4341.htm>

União (BRASIL). Estatuto da Terra. 1964.

Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil/leis/4504](http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/4504).

União. (BRASIL). DECRETO 58717. 1966.

Disponível em: < <http://www.senado.gov.br/sicon>>

União (BRASIL). Decreto 70.986. 1972;

União (BRASIL). Decreto 72.134. 1973;

INCRA. Informativo Técnico 4 – Zoneamento Agrário. Brasília, 1978.

Disponível em: < <http://www.incra.gov.br/>>

União (BRASIL). Decreto 92.691. 1986.

Disponível em: < <http://www.senado.gov.br/sicon>>

MEDEIROS, Leonilde. Reforma agrária e lutas no campo. Carta Maior, 2006.

Disponível em: < [www.cartamaior.com.br](http://www.cartamaior.com.br) >

FGV/CPDOC. Dispõem sobre Frentes Partidárias.

Disponível em: [http://www.cpdoc.fgv.br/frentes\\_partidarias](http://www.cpdoc.fgv.br/frentes_partidarias)

## **FONTES**

### **RELATÓRIOS DE ENCONTROS:**

INDA/CONTAG. II Encontro Nacional de Trabalhadores Rurais. São Paulo, 1966.

CONTAG. Anais II Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais. Brasília, 1973.

CONTAG. Anais III Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais. Brasília, 1979.

CONTAG e FETAG. I Encontro de Advogados e Dirigentes Sindicais Rurais do Estado do Rio de Janeiro. Niterói, 1974.

CONTAG / FETAG. II Encontro de Advogados e Dirigentes Sindicais Rurais do Estado do Rio de Janeiro - 1975.

INCRA / FETAG. Encontro dos Trabalhadores Rurais do Estado do Rio de Janeiro – 1974.

FETAG. IV Encontro de Advogados e Dirigentes Sindicais Rurais do Estado do Rio de Janeiro - 1977.

FETAG. Encontro Estadual de Trabalhadores Rurais do Estado do Rio de Janeiro - 1978.

FETAG/ STRs. Encontro de avaliação e planejamento integrado - 1979.

FETAG. Relatório de Conflito por Terra. Arquivo FETAG/RJ. Agosto de 1979.

FETAG. Ofício Nº 153 / AJ/ 1979.

FETAG. Relatório da reunião dos sindicatos com a FETAG/RJ. Rio de Janeiro, setembro de 1979.

FETAG. Conversa de Caboclo. Boletim informativo. Rio de Janeiro, N° 9, Ano 6, julho 1977/ janeiro 1978.

FETAG. Conversa de Caboclo. Boletim informativo. Rio de Janeiro, N° 10, Ano 7, dezembro de 1979.

### **ENTREVISTAS:**

ENTREVISTADO: Bruno Nogueira.  
ENTREVISTADOR: Leonilde S. Medeiros.  
DATA: 15 / 12 / 82.  
Local: Niterói

ENTREVISTADO: Dr. Edson Carvalho Rangel.  
ENTREVISTADOR: Leonilde S. Medeiros.  
DATA: (?)

ENTREVISTADO: Gelson Apicelo e Antônio Barroso.  
ENTREVISTADOR: Leonilde S. Medeiros.  
DATA: 1982  
Local: Casimiro de Abreu

ENTREVISTADO: Nicanor Brant.  
ENTREVISTADOR: Leonilde S. de Medeiros.  
DATA: 11/03/82.  
LOCAL: Rio Bonito

ENTREVISTADO: Raimundo Leoni dos Santos.  
ENTREVISTADOR: Leonilde Medeiros/ Joaquim Soriano.  
DATA: 25 / 05 / 82.  
LOCAL: Itaboraí

ENTREVISTADO: Adolfo ( STR - Caxias ).  
ENTREVISTADOR: Joaquim Paulo.  
DATA: Julho/82.  
LOCAL: Duque de Caxias

ENTREVISTADO: Acácio Fernandes dos Santos.  
Entrevistador: Leonilde S. Medeiros.  
Data: 26/10/1982.  
Local: Brasília

ENTREVISTADO: José Neto Agostinho.  
ENTREVISTADOR: Leonilde S. de Medeiros.  
DATA: 09 / 11 / 82.  
LOCAL: Rio de Janeiro

ENTREVISTADO: Joaquim Carvalho  
ENTREVISTADOR: Leonilde S. Medeiros  
DATA: 07/12/1982

LOCAL: Araruama

ENTREVISTADO: D. Rosa Geralda da Silveira  
ENTREVISTADOR: Leonilde S. Medeiros e Sonia Lacerda  
DATA: 21/01/83.  
LOCAL: São Pedro da Aldeia

ENTREVISTADO: João Jesus Pereira.  
ENTREVISTADOR: Leonilde S. Medeiros.  
DATA: 27 / 01 / 83.  
LOCAL: Cachoeiras de Macacu

ENTREVISTADO: Nilson Venâncio.  
ENTREVISTADOR: Leonilde S. de Medeiros.  
DATA: 09/03/83.  
LOCAL: Niterói

ENTREVISTADO: Eraldo Lírio de Azeredo.  
ENTREVISTADOR: Leonilde S. De Medeiros.  
DATA: 13 / 05 / 83.  
LOCAL: Niterói

ENTREVISTADO: Afrânio Raul Garcia Jr.  
ENTREVISTADOR: Fernando H. G. Barcellos  
DATA: 20 / 04 / 2007  
LOCAL: Rio de Janeiro

ENTREVISTADO: Eraldo Lírio de Azeredo  
ENTREVISTADOR: Fernando H. G. Barcellos  
DATA: 27/04/2007.  
LOCAL: São Gonçalo

ENTREVISTADO: Maria Angélica Gentili  
ENTREVISTADOR: Fernando H. G. Barcellos  
DATA: 11 / 05 / 2007.  
LOCAL: Rio de Janeiro

## **NOTAS PÚBLICAS E REPORTAGENS**

FETAG, SINDICATO DE TRABALHADORES DE ANGRA DOS REIS e COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Nota Oficial sobre conflitos de terra em Angra dos Reis. Niterói, (sem data).

Nota enviada aos jornais  
FETAG, sem informação sobre a data.

Nota de Repúdio  
FETAG, 16 de agosto de 1978.

Nota à imprensa  
FETAG, 23 de junho de 1979.

MANIFESTO AO POVO  
FETAG e STR Nova Iguaçu, 02/12/1979.

### **MEMORIAIS E PLANEJAMENTO:**

FETAG. Memorial às autoridades sobre problemas dos trabalhadores do Estado do Rio de Janeiro. Niterói, 1971.  
Resumo do Planejamento FETAG - 1974.

Sindicância Fazenda Campos Novos  
STR São Pedro da Aldeia e FETAG, 10/06/1975.

Planejamento da FETAG – 1977.

FETAG. Atuação do Movimento Sindical no Estado do Rio de Janeiro. (Documento apresentado ao Seminário) - Universidade de Botucatu / SP, Dezembro de 1978.

### **OFÍCIOS**

FETAG. Dispõe sobre a Fazenda Mato Grosso, em Duque de Caxias – RJ. Ofício sem data e número de identificação, Niterói.

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Duque de Caxias. Dispõe sobre a Fazenda Chapéu do Sol. Ofício, Niterói, nº 02, 23 jun. 1969.

Of. FETAG nº 93/DA/71, de 12/03/1971. Dispõe sobre o município de Trajano de Moraes

Conceição de Suruí – Magé  
Of. FETAG nº 180/ DA/ 71, de 06/05/1971.

Gleba Nova Ribeira – Cachoeiras de Macacu  
Of. FETAG e STR de Cachoeiras de Macacu, s/nº,  
de 20/10/1971.

Conceição de Suruí – Magé  
Of. FETAG nº 018/ DA/ 72, de 01/02/1972.

Conceição de Suruí – Magé  
Of. STR Magé nº 54/ 72, de 08/09/1972.

Atingidos pelo BR-101, Rio-Santos.  
Datados entre 1973 e 1974.

Conceição de Suruí – Magé  
Of. n° 08/73, de 11/01/1973.

Conflito Engenho Laranjeiras - Itaocara  
Of. FETAG n° 89/SE/73, de 06/04/1973 e  
Of. FETAG n° 90/SE/73, de 06/04/1973

Fazenda Campos Novos – Cabo Frio  
Of. FETAG n° 156/ SE/ 73, de 19/07/1973,  
Of. FETAG n° 166/ SE/ 73, de 02/08/1973 e  
Of. FETAG s/n° de 27/10/1973.

Fazenda Ariró  
Of. FETAG n° 27/SE/74, de 22/01/1974.

Angra dos Reis, Parati e Magé  
Of. FETAG n° 170/SE/74, de 16/07/1974.

Angra dos Reis, Parati, Cabo Frio e Vale do São João.  
Of. FETAG n° 263/SE/74, de 28/08/1974.

Of. FETAG n° 380/SE/74, de 17/12/1974.

Fazenda Itapacorá – Itaboraí  
Of. FETAG n° 285/ AJ/ 75.

Fazenda Italva – Campos  
Of. FETAG n° 226/SE/75, de 14/07/1975.

Solicitação de empréstimo a CONTAG  
Of. FETAG n° 305/ AE/ 75, de 15/10/1975.

Fazenda Santa Mônica – Barão de Juparanã, Valença, 1976.  
Of. FETAG n° 41- AJ/ 76.

Fazenda Conceição – Silva Jardim  
Of. FETAG n° 28/ AJ/ 76, de 18/02/1976.

Fazenda Conde Modesto Leal, Areia Branca  
Cachoeiras de Macacu  
Of. FETAG n° 125 - 76, de 19/07/1976.

Fazenda Porto Velho – Cabo Frio  
Of. FETAG 142/SE/76, de 04/08/76.

Vale do São João  
Of. FETAG n° 294/SE/76, de 15/12/1976.

Parque Florestal da Bocaina - Parati  
Of. FETAG n° 22/AJ/77, de 17/01/1977.

Of. n° 15/SE/77, de 01 de abril de 1977.

Fazenda Porto Velho – Cabo Frio  
Of. FETAG n° 123/SE/77, de 24/05/1977.

Of. n° 15/SE/77, de 01 de abril de 1977.

Fazenda Reunidas Normandia – Nova Iguaçu  
Of. FETAG n° AJ/ 218, 219 e 220/ 77, em 06/ 09/ 77.

Fazenda Porto Velho – Cabo Frio  
Of. FETAG n° 297/AJ/77, de 07/12/1977.

Fazenda Porto Velho – Cabo Frio  
Of. FETAG s/n° / 79, de 29/06/1979,  
Of. FETAG n° 121/SE/79, de 29/06/1979 e  
Of. n° 125/SE/79, de 17/07/1979.

Fazenda Boa Esperança – Eng. Pedreira  
FETAG, em 14/ 05/ 85.

## **RELATÓRIOS:**

CPT. Relatório das Atividades. Cachoeiras de Macacu, 1979.

CPT. Relatório das Atividades. Cachoeiras de Macacu, 1980,

CPT. Relatório das Atividades. Cachoeiras de Macacu, 1983.

FETAG. Dispõe sobre a Fazenda Porto Velho, em Cabo Frio. Niterói, (sem data).

Relatório sobre os problemas dos posseiros de  
Angra dos Reis.  
FETAG e STR Angra dos Reis, sem data.

FETAG e SINDICATO DE TRABALHADORES DE CACHOEIRIAS DE MACACU.  
Dispõe sobre área denominada Nova Ribeira – Cachoeiras de Macacu. Niterói, Fev.  
1972.

FETAG. Ao Exmo. Ministro de Estado Para os Negócios da Agricultura - FETAG,  
21/02/1972.

FETAG. Relatório das ocorrências verificadas em Campos Novos, Cabo Frio e São Pedro da Aldeia. 1973.

FETAG. Relatório do III Curso de Capacitação Sindical. CENFESIR, 1973

Relatório sobre Silva Jardim -  
FETAG, 20 de agosto de 1974.

Relatório das principais dificuldades dos trabalhadores rurais do estado do Rio de Janeiro. - FETAG, 28/08/1974.

Relatório da FETAG ao Governo do Estado do Rio de Janeiro – 1974. De 29/11/1974.

Relatório Campos Novos II  
FETAG, 13/06/1975.  
Vinculado ao Of. nº 185-SE/75.

Relatório Campos Novos - III  
Vinculado ao Of. nº 17/ AJ/ 76, FETAG, 09/02/1976.

Relatório do Vale do Rio São João -  
FETAG 15/12/1976.

2º Reunião semestral de advogados e dirigentes sindicais rurais do Estado do Rio de Janeiro, entre os dias 4 e 7 de janeiro de 1978. CONFESIR = FETAG.

Relatório sobre os problemas da Fazenda Campos Novos.  
FETAG, 25/04/1978.  
Vinculado ao Of. nº 128/ AJ/ 78, FETAG, 10/05/1978.  
Relatório das atividades da FETAG - 1979.

Relatório sobre os posseiros da Fazenda Porto Velho  
FETAG, 25 de junho de 1979.

Relatório das atividades da FETAG - 1979.

Relatório sobre os problemas dos posseiros de Paraty FETAG e STR Parati,  
15/10/1981.

Relatório de desapropriação da Faz. Esperança e União  
FETAG, 01/10/1987.

IBDF. Dispõe sobre “pendências e providencias para o ano 1977”. Silva Jardim / RJ,  
1977.

## **ARTIGOS DE JORNAL**

JORNAL DO BRASIL, 15/07/1976. Fazenda Conde Modesto Leal – Cachoeiras de Macau

JORNAL DO BRASIL. Mapa dos conflitos por terra. Rio de Janeiro, 21 out. 1979.

O FLUMINENSE. Lavrador quer área de conflito desapropriada. Niterói, 16/06/1981.

O GLOBO. Lavradores pedem soluções de conflitos. Rio de Janeiro, 16/06/1981.

TRIBUNA DA IMPRENSA. Lavradores querem reforma agrária. Rio de Janeiro, 16/06/1981.

ÚLTIMA HORA. Conflitos de terra levam mil lavradores ao INCRA. Rio de Janeiro, 16/06/1981.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)